

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA – PPGSCA**

ANA CAROLINE ALBUQUERQUE SOARES

***“NINGUÉM VAI TIRAR NOSSO TERRITÓRIO, NOSSA LIBERDADE”:*
LUTA E MOBILIZAÇÃO COLETIVA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ALTO
TROMBETAS 1, ORIXIMINÁ - PARÁ**

MANAUS - AM
2021

ANA CAROLINE ALBUQUERQUE SOARES

***“NINGUÉM VAI TIRAR NOSSO TERRITÓRIO, NOSSA LIBERDADE”:*
LUTA E MOBILIZAÇÃO COLETIVA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ALTO
TROMBETAS 1, ORIXIMINÁ - PARÁ**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Linha de Pesquisa 2: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos.

Orientador: Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S676n Soares, Ana Caroline Albuquerque
"Ninguém vai tirar nosso território, nossa liberdade" : luta e mobilização coletiva no Território Quilombola Alto Trombetas 1, Oriximiná, Pará / Ana Caroline Albuquerque Soares . 2021
188 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Quilombolas. 2. Conflito socioambiental. 3. Territorialidades. 4. Titulação fundiária. 5. Oriximiná - Pará. I. Rodrigues, Allan Soljenítsin Barreto. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANA CAROLINE ALBUQUERQUE SOARES

***“NINGUÉM VAI TIRAR NOSSO TERRITÓRIO, NOSSA LIBERDADE”*: LUTA E
MOBILIZAÇÃO COLETIVA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ALTO
TROMBETAS 1, ORIXIMINÁ – PARÁ**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Linha de Pesquisa 2: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos, sob orientação do Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues.

Manaus, 10 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues – Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Michel Justamand
Universidade Federal do Estado de São Paulo - Membro

Prof. Dra. Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro
Universidade Federal do Amazonas – Membro

Tempo de nos aquilombar

*É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.*

*É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.*

*É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.*

*É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros [...] a mística quilombola persiste afirmando:
“a liberdade é uma luta constante”.*

Conceição Evaristo

DEDICATÓRIA

*Dedico aos quilombolas da Tapagem,
in memoriam ao líder comunitário Santana Cordeiro.
Que suas vozes e lutas ecoem e ocupem todos espaços
com suas marcas de resistência.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus por me permitir chegar até aqui e ter colocado pessoas generosas e altruístas ao longo do caminho, com as quais pude contar nos momentos difíceis.

Agradeço imensamente ao meu esposo Arnoud e ao meu filho João Pedro por todo amor, paciência e compreensão. Sou grata por entenderem minhas ausências, impaciências e meu cansaço. Meus amores, vocês são luz em minha vida!

Carinhosamente, agradeço à minha família, em especial minha amada mãe Neuza, por sempre acreditar em mim. Foi minha mãe quem fez eu acreditar que poderia chegar aqui e ir além. Por ser costureira, muitas vezes tarde da noite e cansada da rotina de trabalho, ela se sentava, juntava papel almaço e cosia com perfeição para que não faltasse caderno a mim e meus irmãos. Ali ela “alinhou” em mim esse sonho, me deu os “moldes” subjetivos e tudo mais necessário para que eu não desistisse pelos caminhos. Sou grata por sua bondade, pelos ensinamentos, dedicação, apoio e investimentos infinitos para que eu estudasse. Agradeço meu pai, irmãos, irmãs, cunhadas e sobrinhos por todo carinho e pelos incontáveis gestos de amor. Aos meus irmãos Ruth e Gilson, minha gratidão por terem me ajudado a organizar as viagens à comunidade, obrigada por tornarem tudo mais fácil e conquistarem comigo esse sonho. À minha sobrinha Ívine, em Santarém, minha gratidão por ter se disponibilizado a ir ao INCRA coletar os dados que eu precisava. Vocês foram fundamentais. Gratidão eterna!

Ao povo da comunidade quilombola Tapagem, Alto Trombetas: Minha imensa gratidão por compartilharem suas vivências, histórias, suas dores, suas lutas, seus festejos e esperanças. Obrigada pela bondade e generosidade de me acolherem em suas casas, territórios e vidas – sem vocês nada seria possível! À Dona Neide e Seu Paraná agradeço pela hospedagem, fui tão bem acolhida pela família de vocês que me senti em casa. À Jovana e Gerlane, sou grata pela condução diária nos dias de pesquisa, pela paciência em me levar de casa em casa, vocês me apresentaram um novo mundo, me acalmavam quando eu tinha medo dos botos e protegiam-me quando eu achava que o *rabeta* ia virar. Meninas, obrigada por tudo, inclusive pelas inúmeras gargalhadas depois de um dia cansativo de entrevistas. Aos senhores Carlos Printes e Daniel, líderes quilombolas agradeço por abrirem as portas da ARQMO, por me apresentarem tantos líderes e oportunizarem a elaboração desse trabalho. À Drica, coordenadora da Associação Mãe Domingas – AMD – sou grata por ter sido a primeira a me acolher, por ter confiado em mim e me apresentado à comunidade. Que você continue a lutar pela emancipação do seu povo, um novo dia há de chegar! Axé!

Ao meu orientador, professor Doutor Allan Rodrigues, sou grata por ter me conduzido pacientemente até aqui. Agradeço por ter respeitado meus limites, minhas ausências, minha autonomia, minha liberdade e minha rebeldia.

À professora Dra. Patrícia Melo e a professora Dra. Maria Magela, agradeço pelas considerações feitas na banca de qualificação que permitiram-me enveredar por outros caminhos, enxergar novos horizontes e buscar aprofundamentos teórico e científico.

Agradeço imensamente a Prof. Maria Magela e ao professor Michel Justamand por aceitarem compor a banca de defesa e pela disponibilidade em avaliar a versão final do trabalho. Sinto-me lisonjeada por tê-los comigo.

Carinhosamente quero agradecer a Elaine Archanjo - minha nobre amiga e conterrânea (de território, de temática, de ideais e da História). Você descortinou os caminhos que eu deveria percorrer, me ensinou por quais *“furos e braços de rio”* eu poderia navegar, viajou comigo na primeira ida a campo e apresentou-me às lideranças quilombolas de Oriximiná, serei eternamente grata. Você foi fundamental em minha trajetória!

Ao meu querido João Marinho, sou grata por toda generosidade e hombridade. Além de grande mestre e pesquisador, acolheu-me e direcionou-me durante o estágio supervisionado, sempre esteve disposto a compartilhar suas experiências e reflexões de pesquisa, a me socorrer com referências, palavras de incentivo, e principalmente por ter me ensinado *“os pulos do gato”* para que eu chegasse até aqui.

Aos meus colegas de turma, agradeço pelo companheirismo, pelos debates em sala e pelas trocas de experiências. Avante, companheiros! Ao meu irmão de orientação, Adriano Marinho, e a minha querida Alessandra Prestes, sou grata pela amizade, pelos longos e confortáveis diálogos e pelas inúmeras brincadeiras. Agradeço por dividirem as tensões, as alegrias e por sempre estarem dispostos a estender-me a mão e por não me deixarem para trás. A relação construída com vocês permanecerá eternamente em meu coração. Alê e Drico, vocês tornaram a caminhada mais leve!

Ao PPGSCA agradeço a oportunidade de realização do curso de mestrado. Aos mestres queridos, em especial a professora Dra. Iraildes Torres, que foi incansável e atenciosa com minha turma, minha eterna gratidão. Sou grata aos funcionários do PPGSCA, em especial o senhor Johnny por sempre orientar-me nas questões documentais e burocráticas. Por fim, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos e pela oportunidade de permanência no programa.

RESUMO

SOARES, Ana Caroline Albuquerque. “*Ninguém vai tirar nosso território, nossa liberdade*”: luta e mobilização coletiva no Território Quilombola Alto Trombetas 1, Oriximiná, Pará. Orientador: Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues. Manaus: UFAM/PPGSCA, 2021. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia).

As explorações ilegais, as políticas estatais e privadas representam uma ameaça às comunidades tradicionais presentes na Amazônia. A exploração madeireira e mineral, o agronegócio, a implantação de hidrelétricas e outros projetos macroestruturantes têm motivado inúmeros conflitos pela posse da terra entre os proprietários desses empreendimentos e povos originários, entre esses, os remanescentes de quilombos. As comunidades quilombolas amazônicas além de terem seus espaços territoriais ameaçados, enfrentam impasses para regularização de suas terras. As *comunidades remanescentes de quilombos* têm seus direitos assegurados no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), no entanto é o Decreto 4.887 de 2003 que, na prática, articula e regulamenta oficialmente os direitos territoriais dos quilombolas prescritos no artigo 68/ADCT. Em Oriximiná, Pará, os agentes sociais do Território Quilombola (TQ) do Alto Trombetas 1 – formado pelas comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Sagrado Coração, Mãe Cué e Tapagem - atingidos por políticas de controle territorial, expropriação e processos de *instrusão* reagem e organizam movimentos coletivos de reivindicação e luta para a permanência em seu território. A comunidade Tapagem é o *locus* da pesquisa e o objetivo geral é “analisar as ações organizativas de luta e resistência engendradas, no período de 2003 a 2018, para titulação do TQ do Alto Trombetas 1. As reflexões da presente narrativa seguem uma perspectiva interdisciplinar e são produzidas a partir de instrumentos metodológicos como a técnica etnográfica de observação direta, a entrevista em profundidade e a análise documental. Identificou-se que o conflito pelo território vai além da questão ambiental, adentra os direitos étnico-territoriais e fundiários. Nesse contexto, o próprio processo de titulação fundiária, de tão burocrático e vagaroso, se torna uma estratégia do Estado e de grupos de interesses para o controle territorial. Ao criar uma associação representativa para lutar por direitos coletivos, mover protestos, debates, ações judiciais e resistir às investidas do capital, os quilombolas deixam de ser meros figurantes diante das políticas de dominação e controle, passam a ser sujeitos ativos, construtores de sua história, que confrontam com suas presenças e reivindicações as instituições normativas.

Palavras-Chave: Quilombolas; Conflito socioambiental; Territorialidades; Titulação Fundiária.

ABSTRACT

SOARES, Ana Caroline Albuquerque. "Nobody will take away our territory, our freedom": struggle and collective mobilization in the Quilombola Territory Alto Trombetas 1, Oriximiná, Pará. Advisor: Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues. Manaus: UFAM/PPGSCA, 2021. Dissertation (Master in Society and Culture in the Amazon).

Illegal exploitation, state and private policies represent a threat to the traditional communities present in the Amazon. Logging and mineral exploitation, agribusiness, the implementation of hydroelectric plants and other macro-structural projects have motivated innumerable conflicts over land tenure between the owners of these enterprises and native peoples, among these, the remnants of quilombos. Quilombola communities in the Amazon, besides having their territorial spaces threatened, face impasses to regularize their lands. The remaining quilombola communities have their rights guaranteed in article 68 of the Transitory Constitutional Dispositions Act (ADCT), however it is Decree 4887 of 2003 that, in practice, articulates and officially regulates the territorial rights of quilombolas prescribed in article 68/ADCT. In Oriximiná, Pará, the social agents of the Quilombola Territory (TQ) of Alto Trombetas 1 - formed by the communities Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Sagrado Coração, Mãe Cué, and Tapagem - affected by policies of territorial control, expropriation, and processes of intrusion react and organize collective movements of claim and struggle for permanence in their territory. The Tapagem community is the locus of the research and the general objective is to "analyze the organizational actions of struggle and resistance engendered, in the period from 2003 to 2018, for the titling of the TQ of Alto Trombetas 1. The reflections of the present narrative follow an interdisciplinary perspective and are produced from methodological tools such as the ethnographic technique of direct observation, in-depth interviews and document analysis. It was identified that the conflict for territory goes beyond the environmental issue, entering the ethno-territorial and land rights. In this context, the very process of land titling, so bureaucratic and slow, becomes a strategy of the State and interest groups for territorial control. By creating a representative association to fight for collective rights, mobilize protests, debates, lawsuits, and resist the onslaughts of capital, the quilombolas are no longer mere extras in the face of domination and control policies; they become active subjects, builders of their own history, who confront the normative institutions with their presence and claims.

Keywords: Quilombolas; Socio-environmental Conflict; Territorialities; Land Titling.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 e 2:	Comunidade Tapagem: Comuniários em atividades cotidianas ..	72
IMAGEM 3:	Comunidade Tapagem: Barcos dos comunitários ancorados no porto do centro comunitário	73
IMAGEM 4 e 5:	Igreja Católica de São Sebastião e Salão (sede) Comunitária	73
IMAGEM 6:	Barco usado para o transporte escolar	74
IMAGEM 7:	Escola Municipal Raimundo Vieira	75
IMAGEM 8 e 9:	Residências na comunidade Tapagem (madeira e taipa)	76
IMAGEM 10:	Residência de alvenaria na comunidade Tapagem	77
IMAGEM 11 e 12:	Barracões para torrefação de farinha e fabricação de beijus	77
IMAGEM 13 e 14:	Campo de futebol – jogo no fim de tarde pós atividades laborais	78
IMAGEM 15:	Sr. Cabecinha e seu neto fazendo manutenção do gerador de energia da família	79
IMAGEM 16:	Dona Luzia a lavar louças na comunidade Tapagem	80
IMAGEM 17:	Roda de conversa no barracão da sra. Neide Cordeiro	90
IMAGEM 18 e 19:	Palestras sobre Saúde da Mulher e Higiene Bucal nas salas da escola	104
IMAGEM 20:	Carteira de Identificação de morador da Tapagem	136
IMAGEM 21:	Ficha de Transporte de castanha fora da REBIO, referente a safra de castanha de 2017	136
IMAGEM 22:	Papeleta referente a safra de castanha de 2018	137
IMAGEM 23:	Lista de responsabilidade e regras para a coleta de castanha na RBRT.....	138
IMAGEM 24 e 25:	Manifestação de quilombolas em Santarém, PA, em favor da titulação de terras nos TQAT 1 e 2, abril, 2016	158
IMAGEM 26:	Carta Associação Mãe Domingas	162
IMAGEM 27:	Reunião em Brasília com representantes da Associação Mãe Domingas, do INCRA, ICMBio, MMA, da UFOPA, da CPI-SP e representantes do TQAT2	163

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1:	Fluxograma 1: Territórios Quilombolas, Desterritorialização e Territórios de Conflitos	62
------------------	--	-----------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	Territórios Quilombolas Titulados em Oriximiná - PA	57
QUADRO 2:	Territórios Quilombolas Parcialmente Titulados ou em Vias de Titulação em Oriximiná - PA	58
QUADRO 3:	Comunidades Quilombolas de Oriximiná - PA	60

LISTA DE MAPAS

MAPA 1:	Comunidades Quilombolas em Oriximiná – PA	61
MAPA 2:	Território Alto Trombetas, Comunidade Tapagem e Unidades de Conservação	128
MAPA 3:	Comunidade Tapagem, Unidades de Conservação e MRN	130
MAPA 4:	Platôs de Exploração Minerária em Terras Quilombolas	141
MAPA 5:	Jazidas de Exploração Minerária em Terras Quilombolas	142
MAPA 6:	Áreas de Atividade Minerária e Unidades de Manejo Florestal na FNST	144
MAPA 7:	Território Quilombola Alto Trombetas 1	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOMQUIPAL	Associação Comunitária do Quilombo do Pacoval de Alenquer
ACP	Ação Civil Pública
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU	Advocacia Geral da União
AMD	Associação Mãe Domingas
ARQMOB	Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos
ARQMO	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná
BASA	Banco da Amazônia S/A
BAUXISA	Bauxita Santa Rita
CABT	Comissão dos Atingidos por Barragem do Trombetas
CCAF	Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal da Advocacia Geral da União
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CDR	Comitê de decisão Regional
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CF	Constituição Federal
CNBB	Confederação dos Bispos do Brasil
CONAQ	Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPI – SP	Comissão Pró- Índio de São Paulo
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DOU	Diário Oficial da União
ECAM	Equipe de Conservação da Amazônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNST	Floresta Nacional Saracá-Taquera
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação do Índio
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo Técnico Interdisciplinar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Agrícola e Florestal
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MRN	Mineração Rio do Norte
NT	Nota Técnica

OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais
RBRT	Reserva Biológica do Rio Trombetas
REBIO	Reserva Biológica
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SR	Superintendência Regional
TC	Termo de Compromisso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Terra Indígena
TQ	Território Quilombola
TQAT	Território Quilombola Alto Trombetas
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UMF	Unidade de Manejo Florestal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM ORIXIMINÁ: TERRITÓRIOS CONQUISTADOS, TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA, TERRITÓRIOS INVADIDOS	25
1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM ORIXIMINÁ: TERRITÓRIOS CONQUISTADOS, TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA, TERRITÓRIOS INVADIDOS	26
1.1 “Isso aqui também é território de preto”: Territórios Conquistados, Territórios de Resistência	26
1.2 Territórios Invadidos: Terras tradicionalmente ocupadas e processos de desterritorialização	32
CAPÍTULO II – CAMINHOS E TERRITÓRIO DA PESQUISA: COMUNIDADE TAPAGEM	65
2 CAMINHOS E TERRITÓRIO DE PESQUISA: COMUNIDADE TAPAGEM	66
2.1 O Lugar da Pesquisa e o Percurso Metodológico	66
2.2 Nos caminhos da Tapagem	72
CAPÍTULO III – TERRITORIALIDADE, CONFLITOS E MOBILIZAÇÃO COLETIVA NO TQ ALTO TROMBETAS 1	108
3 TERRITORIALIDADE, CONFLITOS E MOBILIZAÇÃO COLETIVA NO TQ ALTO TROMBETAS 1	109
3.1 Caminhos para uma titulação	109
3.2“Com essa <i>REBIO</i> e com essa <i>FLONA</i> , nós ficamos aqui tudo espremido”: Terras de quilombo, áreas de <i>intrusão</i> , áreas de interesse minerário e conflitos	116
3.3“Não estamos dispostos a deixar nada, nem ninguém tirar nosso território, nossa liberdade, a luta é essa”: Mobilização organizativa e resistência na Comunidade Tapagem	146
CONDIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	181

INTRODUÇÃO

*Somos filhas e filhos da cultura em que a palavra tem muitos poderes. Com ela, narramos o mundo que vemos e vivemos. Expomos atrocidades. Mas, por meio dela, somos vozes orquestradas para a mudança. Aprender e ensinar são motores - axés- de luta. E, para você um convite!
Jurema Werneck*

Na Amazônia, os projetos de grandes empresas e as explorações ilegais representam uma ameaça aos grupos que pertencem a esse espaço. A exploração madeireira e mineral, o agronegócio, a implantação de hidrelétricas e outros projetos macroestruturantes têm motivado inúmeros conflitos pela posse da terra entre os proprietários desses empreendimentos e povos originários; obstáculos estes similares e extensivos, portanto, às comunidades remanescentes quilombolas e outros grupos amazônicos.

As comunidades quilombolas amazônicas além de terem seus espaços territoriais ameaçados, enfrentam impasses para regularização de suas terras. As *comunidades remanescentes de quilombos* têm seus direitos assegurados no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “aos *remanescentes de comunidades de quilombos* é reconhecida a propriedade definitiva das áreas por eles ocupadas, assim sendo, é dever do Estado emitir os respectivos títulos”¹. Porém, é o Decreto 4.887 de 2003 que, na prática, articula e regulamenta oficialmente os direitos territoriais dos quilombolas prescritos no artigo 68/ADCT.

Inúmeros obstáculos dificultam a titulação fundiária das *comunidades remanescentes de quilombos*, mas os principais são de interesse financeiro ou mesmo por oposição de órgãos governamentais. Assim, a opção em abordar neste trabalho a questão da regularização da terra nas comunidades quilombolas do Alto Trombetas 1, em Oriximiná², estado do Pará, é também uma tentativa de compreender as ações organizativas de luta e resistência que essas comunidades empreendem em busca da permanência em seus territórios.

¹ Art. 68 da ADCT. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

² O município de Oriximiná, pertence a mesorregião do Baixo Amazonas, limitando-se ao norte com a Guiana Francesa e Suriname, a leste com o município de Óbidos, ao sul, com os municípios de Juruti e Terra Santa e a oeste com o município de Faro e o Estado de Roraima, possui uma extensão territorial de 107.613,838 km², cuja população estimada em 2020 é de 74.016 habitantes. (IBGE, 2020). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/panorama>

Oriximiná é um município do oeste do Pará com extensas áreas de proteção ambiental, terras indígenas³ e quilombolas. Segundo dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI - SP⁴ (2019)

são 38 *comunidades remanescentes de quilombo*, localizadas as margens dos rios Trombetas, Erepecuru, Acapu e Cuminá. Esse município representa um marco na luta e resistência quilombola, visto que foi onde ocorreu a primeira (1ª) titulação coletiva de terra de quilombo, na Comunidade de Boa Vista (1995). Do total de comunidades quilombolas existentes em Oriximiná, 23 são tituladas e as outras 15 ainda aguardam a regularização fundiária. Atualmente, são aproximadamente 10.000 quilombolas, cerca de 1200 famílias que vivem em oito (8) territórios étnicos⁵. A pesquisa por hora apresentada desenvolveu-se no Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas 1, mais especificamente na comunidade Tapagem, que juntamente com Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué formam esse TQ.

O TQ Alto Trombetas1 encontra-se em vias de titulação desde 2003, quando teve uma parte do território, correspondente as comunidades Abuí, Paraná do Abuí e Santo Antônio do Abuizinho, titulada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). As demais comunidades (Sagrado Coração de Jesus, Mãe Cué e Tapagem) encontram-se na área que ainda está em trâmite o processo de regularização fundiária. A não titulação desse território o torna mais vulnerável a projetos econômicos implantados na região e impossibilita o acesso dos quilombolas a políticas e programas públicos que permitam a proteção e gestão dessas áreas. A comunidade Tapagem, *locus* da pesquisa, foi selecionada por ser uma das áreas do território mais afetadas por políticas ambientalistas como a criação de Unidades de Conservação (UCs), implantadas no final dos anos de 1970 e 1980 e também por ser área de interesse da Mineração Rio do Norte (MRN) – mineradora que explora bauxita na região do Rio Trombetas desde a década de 1970.

³ No que se refere a terras de povos indígenas e a terras quilombolas ambas são consideradas como “terras tradicionalmente ocupadas”. Contudo, conforme o artigo 231 da Constituição Federativa de 1988, as terras indígenas são homologadas e não tituladas, ou seja, são definidas como bens da União e destinam-se à posse permanente dos indígenas, evidenciando uma situação de tutela. Já as terras de *comunidades remanescentes de quilombos*, reconhecidas pelo artigo 68/ ADCT da CF/88, se distinguem das terras indígenas por serem tituladas como propriedade definitiva em favor dos quilombolas (ALMEIDA, 2011, p. 112).

⁴ A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não governamental, fundada em 1978 que atua junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia, o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e o combate à discriminação racial. (ANDRADE, 2011). Disponível em: <http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/>

⁵ Conforme Anjo (2007, p. 122) território étnico se configura como “ espaço construído, materializado a partir das referências de identidades e pertencimento territorial, e geralmente, sua população tem um traço de origem comum”. ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In. SANTOS, Renato (Org.). Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.119-122.

A Tapagem é uma das últimas comunidades quilombolas no alto rio Trombetas, fica a 10 ou 12h de viagem em barcos de pequeno porte do município de Oriximiná, Pará. Nessa comunidade vivem aproximadamente 80 famílias, cerca de 650 pessoas, que há 18 anos enfrentam um longo, burocrático e desfavorável processo de titulação fundiária. As comunidades do Alto Trombetas 1 têm lutado para não perderem seus territórios e buscam de diversas formas resistir à “*intrusão*” do capital e àqueles que se contrapõem a regularização fundiária. A resistência dos quilombolas pode ser percebida no repasse da cultura pelos mais velhos (tradição oral), por manifestações culturais (festas, músicas, ritos religiosos, dentre outros), por processos de fortalecimento dos laços de pertença, por protestos, ações de denúncias no Ministério Público ou mesmo pelo fortalecimento dos movimentos político-organizativos em prol aos direitos coletivos.

Por ser natural de Oriximiná, tenho uma motivação pessoal para desenvolver esse trabalho. Cresci vendo meus conterrâneos, meus parentes e até meus familiares fazerem “brincadeirinhas” depreciativas ao se referirem aos “*pretos do Trombetas*”. Inúmeras vezes vi e ouvi as “piadinhas” se repetirem, aquilo me instigava, não conseguia entender como “*os morenos claros*”⁶ iam às feiras em busca dos produtos que diziam ser de boa qualidade (farinha de mandioca, castanha, copaíba, peixe e outros) que os “*pretos do Trombetas ou do Erepecuru*” traziam para vender na cidade e, na maioria das vezes, dirigiam-se aos quilombolas em tom desrespeitoso ou satírico.

Também ficava curiosa para saber onde estudavam “*os pretinhos*”, assim eram apelidadas as crianças e adolescentes que via nas feiras ou em outros locais da cidade, pois nas poucas escolas que existiam, inclusive no educandário em que eu e meus irmãos frequentávamos quase não os víamos. Naquele tempo eu não tinha esclarecimento suficiente para entender o porquê dos olhares diferenciados, o porquê de tantos apelidos, o porquê de meus parentes e vizinhos não gostarem dos ritos, batuques ou cantos vindos das casas dos “*pretos do beiradão*”, eu ainda não compreendia como o racismo e o preconceito estavam estruturados nos diferentes espaços daquela cidade. Mais tarde, na graduação, as histórias e memórias da adolescência ganharam outros sentidos, outros significados e agora, no mestrado tenho uma melhor compreensão dos *porquês* e de tantos outros acontecimentos.

Até os 16 anos morei em Oriximiná e pude conviver com alguns afrodescendentes. Nesse período conheci e comecei a interessar-me pelos relatos sobre o período da escravidão e das fugas, o período em que os quilombolas ocupavam as regiões de cachoeiras, ouvi

⁶ As pessoas, mesmo morando nos “confins do sertão paraense”, absorviam e reproduziam as classificações raciais do Estado, a fim de distanciarem-se das raízes indígenas e/ou afro.

diversas histórias sobre as lutas para o reconhecimento de direitos e acompanhei algumas manifestações festivas no quintal (terreiro) de um casal de vizinhos, Sr. Deonilo e Sra. Geni. Nessa época, o casal criava alguns netos e por terem uma faixa etária parecida com a minha, era comum a reunião de adolescentes na casa dos vizinhos. O casal era uma espécie de liderança para os quilombolas e constantemente havia a presença de muitos descendentes na residência do casal. Rodas de conversas e algumas comemorações aconteciam nesse ambiente, era o período em que as lideranças estavam a se organizar para as primeiras titulações.

Mudei de cidade e carreguei comigo as inquietações e lembranças desse período, inclusive nas duas graduações que cursei (História e Jornalismo) tive vontade de desenvolver como trabalho final algo que envolvesse os quilombolas de Oriximiná, mas não foi possível. As recordações aliadas às questões de luta e resistência que envolvem as comunidades quilombolas serviram-me de motivação para a realização deste trabalho.

No contexto de graduação e mestrado passei a refletir sobre a Amazônia, enquanto objeto de pesquisas, projetos, debates e outros, e como ainda existem muitas histórias que podem e precisam ser contadas, (re)contadas, escritas ou (re)escritas. Por ser um espaço complexo e diversificado há sempre a possibilidade de novas ideias ou olhares serem tecidos sobre a região amazônica. Entendo que nós, amazônidas, podemos participar dessas reflexões e, sobretudo, possibilitar que vozes e vivências invisibilizadas sejam conhecidas, ouvidas ou escritas (SANTOS, 2010). Acredito que o pesquisador também pode desafiar ou desconstruir discursos hegemônicos que negligenciam grupos subalternos, nós, enquanto pesquisadores na Amazônia, podemos oferecer a esses grupos mais espaço em nossas pesquisas e análises (SPIVAK, 2010).

Por muito tempo a ausência de pesquisas sobre a escravidão, a cultura africana e os afrodescendentes na Amazônia se justificou por essa área ser considerada como “uma região marcadamente de cultura indígena” (FUNES, 1995). Esse tipo de pensamento relegou essas temáticas a um segundo plano, a história deixada de lado tanto por órgãos oficiais quanto por não oficiais resultou em prejuízo para a história local, gerou uma lacuna na historiografia regional, e nós, como pesquisadores na e da Amazônia podemos contribuir para uma mudança desse cenário (ALI e BARSAMIAN, 2005).

Hall (2003) assinala que as nossas histórias precisam ser contadas e recontadas por outros prismas, outras perspectivas. Outras observações e reflexões devem surgir para que novas ideias sejam oxigenadas, esses novos olhares podem e devem contemplar o “outro”. Não falar da presença negra, da cultura africana e das lutas e resistências dos

afrodescendentes na Amazônia é um meio de suprimir as vivências desse grupo na região, não escrever sobre essas temáticas é um modo do “*silêncio persistente*” continuar. Abordar a luta dos *quilombolas* pela permanência em seus territórios em Oriximiná é uma forma de “contribuir para o *fim do silêncio*” (SAMPAIO, 2011).

Nas ideias de Said (2005) percebemos que o intelectual, o produtor de reflexões, deve ou deveria combater os estereótipos, as categorias que limitam o pensar humano. As palavras de Said soam como uma sugestão ao pesquisador da Amazônia, um incentivo à libertação das imposições e limites institucionais, dos “*silêncios persistentes*”. O intelectual amazônico deve trazer para o centro dos debates sobre a região as vozes e as experiências silenciadas e, hoje mais do que nunca, é necessário que essas falas encontrem meios de ressoar.

Ao falar do Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas 1, mais especificamente da comunidade Tapagem, objeto da pesquisa, fala-se de luta e resistência contra o Estado e suas políticas, contra megaprojetos e interesses empresariais, que cada vez mais usurpam as “*terras tradicionalmente ocupadas*”. Ao trazer para análise e conhecimento as ações organizativas de mobilização por direitos étnicos-territoriais a ideia é centralizar os debates no homem amazônico, suas vivências, seus espaços e territorialidades. Neste trabalho optou-se por reflexões numa perspectiva interdisciplinar, principalmente nos campos da Antropologia, Geografia, História e Ciências Sociais, isso se deve à complexidade do espaço amazônico e a diversidade dos grupos (conhecimentos, experiências e culturas) que nele habitam.

Essa abordagem interdisciplinar também se fez necessária devido a pesquisa está inserida neste Programa que abrange os mais diversos processos socioculturais na Amazônia. O estudo por abordar questões de titulação territorial ajusta-se a segunda linha de pesquisa: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos, a qual, entre outras temáticas, também se dedica a investigar processos de formação de territórios e desterritorialização envolvendo modos de existência de indivíduos e grupos humanos, considerando-se as suas inter-relações e as relações estabelecidas com o Estado e outras entidades.

Assim, o embasamento teórico teve contribuição de autores diversos, principalmente de pesquisadores que já desenvolveram estudos a respeito de territorialidades e territórios de quilombo, comunidades tradicionais ou comunidades quilombolas na Amazônia, comunidades quilombolas em Oriximiná, dentre outros, como Ianni (1979, 1986), Martins (1980, 1993), Becker (1990, 2004), Acevedo Marin e Castro (1998), Eurípedes Funes (2003, 2015), Almeida (2004, 2006, 2008, 2011), Santos (2004), Hobsbawn (2006), Thompson (1981, 1987), O’dwyer (2002, 2010), Ilka Boaventura Leite (2010), Raquel Mombelli (2005), Wanderley (2008), Corrêa (2016), Ranciaro (2016), Archanjo (2015), dentre outros.

A questão da titulação do TQ Alto Trombetas 1 é obstruída por duas problemáticas: existem duas Unidades de Conservação (UCs) sobrepostas às comunidades e o interesse da Mineração Rio de Norte (MRN) sobre a área. O Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) se opõe a titulação devido a área territorial atingir as UCs e conforme apontam os dados da CPI- SP (2019) a expansão das áreas de atividade minerária da MRN afeta diretamente as terras quilombolas do Alto Trombetas 1 e Alto Trombetas 2, pois as áreas de concessão, liberadas pelo IBAMA e Ministério do Meio Ambiente, incidem em áreas da Floresta Nacional (FLONA) Saracá-Taquera⁷, “que há anos garantem aos quilombolas alimento e fonte de renda. São importantes regiões de extrativismo de produtos não-madeireiros, como o óleo de copaíba” (CPI – SP, 2019)⁸.

Outra questão que não favorece a titulação do TQ Alto Trombetas 1 é o contexto político nacional. As propostas políticas do atual governo apontam para liberação das terras quilombolas para a atividade minerária e energética, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o órgão responsável pelas titulações no âmbito federal, agora é subordinado ao Ministério da Agricultura, liderado por ruralistas, opositores dos direitos das comunidades e povos tradicionais. Assim, caso as titulações ocorram, provavelmente “lacunas” legais serão criadas para facilitar os processos de ocupação, a grilagem, enfim, a usurpação dos *territórios etnicamente configurados*.

Se no passado, em conformidade com Funes (2003), os negros lutavam para romperem com a escravidão, hoje a luta e a resistência continuam, mas no sentido de libertar seus territórios. As fugas, os quilombos, as rebeliões e outras ações eram formas usadas para resistir a escravidão e conquistar a liberdade. Atualmente, mesmo com todas as pressões e ameaças que se apresentam, as comunidades quilombolas do Alto Trombetas 1 permanecem em seus territórios e dão continuidade à sua cultura, lutam e resistem cotidianamente para continuarem livres e terem seus direitos de cidadãos assegurados.

Diante de todas as questões que envolvem a titulação dos territórios quilombolas, especialmente do TQ Alto Trombetas 1 - comunidade Tapagem, entende-se que o desenvolvimento deste trabalho contribui para compreensão do processo e das questões que permeiam a regularização das terras de quilombos nos diferentes âmbitos, assim como torna pública a resistência e luta dos quilombolas pela concretude de um direito conquistado há anos.

7 Unidade de conservação criada em dezembro de 1989 pelo Decreto n° 98.704, com aproximadamente 429.000 hectares incidentes nos municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, no noroeste do estado do Pará.

⁸ Dados disponíveis em: <http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/luta-pela-terra/mineracao/>

Desenvolver este trabalho também explicita como essas áreas da Amazônia são vulneráveis. A ação do interesse econômico, como de mineradoras, madeireiras e agentes do agronegócio pode impedir o acesso das comunidades tradicionais aos seus direitos, pois pelo que foi mencionado acima, a não titulação das terras quilombolas e a transformação dessas em UCs torna-se interessante para os grandes agentes do capital, já que futuramente o Estado pode emitir concessões para exploração dessas áreas de proteção. Conforme Almeida (2011), os títulos coletivos das comunidades quilombolas tornam-se obstáculos às iniciativas de transações comerciais e praticamente inviabiliza a terra enquanto mercadoria.

No TQ Alto Trombetas 1, comunidade Tapagem, este estudo é um dos pioneiros com essa abordagem interdisciplinar. Além da contribuição acadêmica, esta dissertação poderá somar-se a um conjunto de iniciativas a fim de dar visibilidade à luta, à resistência e à carência de políticas públicas vivenciadas por essa comunidade, especialmente diante do cenário político atual, que não apresenta condições favoráveis às demarcações territoriais e mais, aponta para retrocessos no que diz respeito a conquistas e direitos de quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais. A relevância da pesquisa está justamente na oportunidade de conhecer e expor a realidade sociocultural e política que envolve a comunidade quilombola Tapagem, bem como pode contribuir para trabalhos futuros.

A pesquisa assumiu como propósito central “analisar as ações organizativas de luta e resistência engendradas, no período de 2003 a 2018, pela comunidade quilombola Tapagem para titulação do TQ do Alto Trombetas 1. Como objetivos secundários buscou-se: descrever as questões territoriais - ocupação, formação dos territórios, desterritorialização, conflitos e início das titulações – que envolvem as comunidades quilombolas em Oriximiná; apresentar e caracterizar a comunidade Tapagem (origem da comunidade, espaços de vivências, modos de vida, cotidiano, trabalho, laços de pertencimento, ritos e comemorações culturais) e por fim identificar e analisar as ações organizativas de mobilização utilizadas pela comunidade Tapagem como meio de luta e resistência em favor da regularização fundiária.

O estudo foi norteado pelo seguinte questionamento: Quais as ações de luta e resistência elaboradas pela comunidade Tapagem para a regularização fundiária do território TQ Alto Trombetas 1? Com a formatação dos objetivos e da questão norteadora, realizei quatro (4) viagens ao campo de pesquisa, com o intuito de municiar-me de informações e coletar os dados necessários para a escrita da presente dissertação. Os instrumentais utilizados foram a técnica etnográfica de observação direta, a entrevista em profundidade e a pesquisa documental. Os dados referentes a observação direta foram registrados em diário de campo, desde os primeiros contatos com os colaboradores. Já as entrevistas aconteceram em

ambientes escolhidos pelos agentes sociais, a fim de deixá-los mais à vontade e não intervir nos afazeres cotidianos. Todas as informações colhidas por meio desses instrumentos técnicos foram anotadas e gravadas com consentimento e autorização dos colaboradores. Com relação a técnica documental foram utilizados como fonte o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Alto Trombetas 1 (RTID) adquirido junto ao INCRA/SR30, com sede em Santarém e documentos e atas da Associação Mãe Domingas (AMD), coletivo que representa as comunidades do Alto Trombetas 1, acessados a partir do contato com membros da coordenação AMD.

Durante a pesquisa procurou-se seguir as orientações de Bordieu (2008) e estabelecer uma relação amistosa, de respeito e confiança com os comunitários, uma “relação de escuta ativa”, para que os entrevistados pudessem falar sem constrangimentos ou intimidações. Adentrar o universo desses agentes sociais requer um “treinamento do olhar e do ouvir”, um “esquecimento de si”, que possibilite visualizar não apenas o que está ao alcance dos olhos e dos ouvidos, mas também apreender as entrelinhas da realidade acerca do objeto pesquisado.

No primeiro capítulo descreve-se, a partir de dados bibliográficos e narrativas de líderes quilombolas, a ocupação e formação dos territórios quilombolas, bem como aborda-se a chegada do capital (mineradoras), a criação das unidades de conservação (UCs), as perdas territoriais e o início da mobilização do grupo em busca da titulação dos primeiros territórios. Autores como Martins (1980, 1993), Acevedo Marin e Castro (1998), Almeida (1989, 2004, 2006, 2008, 2011), O’dwyer (2002), Treccanni (2006), Haesbaert (2004, 2005, 2017), Paul Little (2002), dentre outros, fundamentam as reflexões sobre territorialidades, “territórios etnicamente configurados”, desterritorialização e direitos étnico-territoriais.

O foco na segunda sessão é o *locus* da pesquisa – comunidade Tapagem- e o percurso metodológico. Destaca-se nesse ponto os caminhos metodológicos e os recursos instrumentais usados no estudo, bem como contextualiza-se a comunidade quilombola, as vivências sociais, os espaços domésticos, de trabalho e de uso coletivo, enfim as relações sociais que estabelecem entre si e com os demais grupos com os quais mantêm contatos. As narrativas dos quilombolas e dados bibliográficos embasam as ponderações sobre a origem da Tapagem, cotidiano, trabalho, casamentos, ritos e festas religiosas, saúde, educação e modos de viver.

O destaque no terceiro capítulo são as áreas da comunidade afetadas pelas Unidades de Conservação (UCs), áreas de interesse da MRN e das Unidades de Manejo Florestal (UMF), bem como os conflitos gerados pela *intrusão* das UCs (RBRT e FNST) e pelas concessões florestais. Nesse ponto, por meio de narrativas, atas da Associação Mãe Domingas

(AMD), RTID do Território Quilombola Alto Trombetas 1 e dados bibliográficos, identifica-se as etapas a serem seguidas para a titulação fundiária, as *terras de trabalho e de moradia* da comunidade Tapagem, que foram cercadas pelas UCs e por projetos empresariais, a trajetória do grupo em busca da regularização fundiária e analisa-se as ações organizativas em prol dos direitos étnico-territoriais, com ênfase no papel do coletivo representativo AMD.

CAPÍTULO I:

COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM ORIXIMINÁ: TERRITÓRIOS CONQUISTADOS, TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA, TERRITÓRIOS INVADIDOS



Comunidade Tapagem, Janeiro, 2019.
Fonte: Acervo Fotográfico da Pesquisa de Campo.

1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM ORIXIMINÁ: TERRITÓRIOS CONQUISTADOS, TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA, TERRITÓRIOS INVADIDOS

*Meus índios, meus africanos, acorda os que tão dormindo
Venham ver essa caminhada, que estamos descobrindo*

Rafael Viana, trecho do Carimbó da Escravidão.

1.1 “ISSO AQUI TAMBÉM É TERRITÓRIO DE PRETO”: TERRITÓRIOS CONQUISTADOS, TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Oriximiná⁹ é um município do oeste do estado Pará, inserido na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Óbidos. Com uma população de cerca de 74 mil habitantes e uma área territorial de aproximadamente 107.614 km², é o segundo maior município em extensão territorial do estado, superado apenas por Altamira, é o quarto em extensão territorial¹⁰ no Brasil e abriga extensas unidades de conservação (UCs), territórios quilombolas (TQ) e terras indígenas (TI)¹¹.

A colonização de Oriximiná por parte dos portugueses teve início com o padre José Nicolino de Souza por volta de 1877, quando este fundou um povoado chamado Uruá ou Murá-Tapera, que deu origem ao município¹². Em 1886 a povoação foi elevada à categoria de freguesia do Santo Antônio do Uruá-Tapera, em 1894 a freguesia tornou-se vila, a qual foi extinta em 1900 para criação dos municípios de Faro e Óbidos, vindo a reconquistar a autonomia em 1934 por intervenção do governador Magalhães Barata (TAVARES, 2008).

⁹Oriximiná limita-se com os municípios de Óbidos, Faro, Terra Santa, Juruti (Pará), Caroebe (Roraima), Nhamundá (Amazonas), Alto Takutu–Alto Essequibo (Guiana), Sipaliwini (Suriname). Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/panorama>

¹⁰ A distância entre Oriximiná e Belém, a capital do estado do Pará, é de 818 km em linha reta. Com relação a Manaus, capital do Amazonas, a distância em linha reta é de 486 km.

¹¹ No município existem 4 unidades de conservação estadual (sendo 1 de proteção integral e 3 de uso sustentável), 2 unidades de conservação federal (sendo 1 de proteção integral e 1 de uso sustentável), 5 Terras Indígenas (TI Trombetas/Mapuera, TI Nhamunda/Mapuera, TI Parque Tumucumaque, TI Rio Paru D’Este, TI Zo’ê e mais a TI Katxuyana-Tunayana que está em processo de regularização) e 8 territórios quilombolas (5 TQ titulados e 3 TQ em processo de titulação). Dados disponíveis em: <https://amazon.org.br/>

¹² Há documentos históricos, do século XIX, que indicam que antes do padre José Nicolino de Sousa fundar, a margem esquerda do Rio Trombetas, o povoamento Uruá ou Mura-Tapera já existia um povoado indígena no local há pelo menos 23 anos. Contudo, o religioso é admirado em Oriximiná por ser considerado um desbravador, a “ideia de que José Nicolino de Sousa, com terçado em punho, desbravou as terras ‘virgens’ que hoje constituem a cidade de Oriximiná constitui o mito de origem do lugar” (HENRIQUE, 2015, p. 50). (Para saber mais consultar: HENRIQUE, M. C. Entre o mito e a história: o padre que nasceu índio e a história de Oriximiná. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 10, N 01, p. 47-64, Jan-Abr. 2015.

Antes da chegada dos europeus os indígenas já habitam o vale do rio Trombetas e conforme Duque (2004, p. 39) devido “a acentuada presença de sítios arqueológicos, verifica-se que a história do povoamento desse rio é muito anterior ao começo do colonialismo europeu na Amazônia”. Nos séculos XVIII e XIX o rio Trombetas e seus afluentes foram alvos de várias expedições com diferentes objetivos como: catequizar e promover os descimentos indígenas, fazer o reconhecimento físico e geográfico para exploração da região e posteriormente destruir mocambos e aprisionar africanos escravizados fugitivos. Os missionários, os naturalistas e os militares “esquadrinharam essa paisagem” e foi por meio dos relatos desses viajantes que se pode visualizar a localização dos mocambeiros nesse espaço (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998).

Nas fugas das expedições de militares e na busca por liberdade os mocambeiros subiram até o alto dos rios, em especial o Trombetas, e constituíram ali seus espaços de vivências. Primeiramente ocuparam uma região mais próxima a nascente do rio, conhecida como “*águas bravas*” por ser cheia de cachoeiras e de difícil acesso até para pequenas embarcações (canoas). Num segundo momento, após cessarem as perseguições militares e antes mesmo da Abolição da Escravatura (1888) os mocambeiros desceram das áreas encachoeiradas e passaram a ocupar as “*águas mansas*”, área de maior extensão do rio, de fácil navegabilidade, mais próximas dos núcleos povoados e onde as condições ambientais para a vivência eram menos difíceis (FUNES, 2015; O’DWYER, 2002).

Durante o processo de fuga e ocupação dessa região, os quilombolas entraram em contato com grupos indígenas, que por vezes se juntavam aos mocambeiros temendo as expedições militares de captura, em outras, os nativos fugiam para áreas mais afastadas e adentravam cada vez mais a floresta. Desse contato se observa “terras de negros sobrepondo territórios indígenas. Momentos de tensões e alianças entre dois segmentos sociais distintos, onde as sociedades nativas tornam-se o Outro frente ao quilombola”. Essa convivência, ora conflituosa, ora de parceria, proporcionou aos grupos étnicos uma troca de saberes, “trocas culturais perceptíveis nos *modus vivendi*, em particular no cotidiano das comunidades afroamazônicas” (FUNES, 2015, p. 18).

O contato e as alianças entre quilombolas e indígenas constantemente fazem parte das narrativas dos moradores das comunidades quilombolas. Essas lembranças para alguns vêm de histórias que os mais antigos contavam, para outros, as terras pretas comprovam que os territórios por eles ocupados foram povoados por indígenas no passado. No Relatório de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado para regularização da comunidade quilombola

Moura junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o senhor José Lopes dos Santos recorda:

[...] o que eu sei dos índios que eram dessa região [...] os que os antigos encontraram aqui foi um povo chamado Konduri. [...] quando os negros encontraram os primeiros [...] índios, e que os índios perceberam que eram negros, eles começaram a quebrar as cerâmicas que era a maior cultura deles, e eles começaram a se lançar embora, subir o rio. O que acontecia é que os índios tinham medo dos negros e os negros tinham medo dos portugueses. Não havia confronto entre eles, o confronto que eles tinham, era o medo de se encontrar devido o que eles já tinham passado com os portugueses (entrevista com José Lopes dos Santos, 13 de julho de 2012)¹³.

Antes da presença dos mocambeiros nessa região, os indígenas eram considerados “senhores desses territórios”, depois dos contatos e das trocas de saberes, depois de muito embrenharem-se nas matas, atravessarem, subirem e descerem rios, corredeiras e cachoeiras, os quilombolas tornaram-se os “*senhores do rio*”, “*filhos do riozão*”, “*filhos do Trombetas*”. Ao descerem das partes mais longínquas e ocuparem as “*águas mansas do rio grande*” - Médio e Alto Trombetas, os quilombolas colocam em prática uma ação estratégica para ter o controle desse território, tanto para segurança do grupo como para o desenvolvimento de atividades agroextrativas. Essa é a área de disputa entre as comunidades quilombolas, as empresas de mineração e órgãos federais (FUNES, 2015).

As comunidades quilombolas existentes em Oriximiná são descendentes dos africanos escravizados que no século XIX fugiam das propriedades e fazendas de Belém, Santarém, Alenquer e Óbidos e se abrigavam ao longo dos rios Erepecuru, Acapu, Cuminá e Trombetas. Nas considerações de Funes (2003, p. 227) falar de comunidades de quilombos no Baixo Amazonas, no Pará, especialmente no rio Trombetas e seus afluentes, “é remeter a uma história marcada por conflitos, resistência de cativos [...]É navegar nas reminiscências vivas que marcam as experiências sociais e vivências dos afro-amazônidas [...]”.

Esse grupo social encontrou na floresta refúgio e liberdade para a construir uma nova vida, baseada na pesca, na caça, no cultivo de roças, no extrativismo vegetal, nas trocas comerciais de produtos da floresta e no uso coletivo da terra. Conforme Almeida (1989, p. 163) “as terras de uso comum são formas de organização social e territorial baseada em laços solidários [...], formadas através de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável”. Esse sistema organizacional garante o acesso livre à terra e funciona também “como fator de identificação, defesa e força”.

¹³ SILVEIRA, Teresa Cristina da. Relatório Antropológico componente do RTID do Alto Trombetas II, INCRA, 2017.

A organização, os instrumentos de trabalho, os espaços e o tempo voltados para as atividades agroextrativistas foram implementados pelo próprio grupo a partir dos conhecimentos adquiridos na relação com a natureza e com a troca de saberes com a cultura indígena, conforme as ponderações de Acevedo Marin e Castro (1998). É um modo doméstico de produzir, onde todos os membros da família são envolvidos em diferentes atividades para garantir a produção, a qual pode ser comercializada ou não. A relação que estabelecem com a natureza é de cumplicidade, afetividade e respeito; regulam suas vidas, suas jornadas e suas atividades pelo tempo da natureza, dela retiram o suficiente para seu sustento e para a cura dos males. Estabelecem uma convivência solidária com o meio natural, para que os recursos naturais possam se estender às gerações futuras (ALMEIDA, 2008).

O sistema organizacional, as formas de consumo, de produção e as trocas garantiram a existência do grupo como unidades autônomas. De acordo com Acevedo Marin e Castro (1998), com o transcorrer do tempo os quilombolas passaram a manter relações quase que contínuas com regatões, marchantes e marreteiros que viajavam pelos rios, também desciam em pequenos grupos até Óbidos e Oriximiná para negociar alguns gêneros cultivados ou extraídos da floresta com comerciantes de sua confiança. Aos poucos esses agentes sociais se engajaram na rede de comercialização do fumo, da castanha, de peles, de peixes, tartarugas e outros.

Por volta de 1900 as autoridades governamentais de Oriximiná e Óbidos passaram a exigir os títulos de legitimação de posse/escrituras de terrenos dessa região e para os quilombolas não terem seus espaços de vivências e trabalho expropriados, resolveram dividir os núcleos familiares e originar novas comunidades para que grandes extensões fossem ocupadas (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998). Essa era uma ação estratégica de resistência a mais uma perseguição e também uma medida para fortalecer os laços de pertencimento e parentesco. Tem-se aí um princípio de usurpação dos territórios quilombolas, pois nesse período muitos posseiros e fazendeiros conseguiram títulos definitivos de extensas áreas, principalmente daquelas onde existiam áreas de coleta de castanha (castanhais, também chamados pelos quilombolas de *pontas de castanha*), atividade que estava em ascensão (WANDERLEY, 2008).

Uma nova geografia é reconfigurada nas margens do rio Trombetas, com a expansão territorial tanto dos negros como dos brancos, confrontando-se, de forma desigual e contraditória, de um lado os descendentes de escravizados vistos como nômades (sem direito a terra) e de outro uma forte presença de comerciantes que detêm um poderio na sociedade local, condicionados pela capacidade de privatização e de apropriação, até mesmo das terras.[...] Durante quase meio século, o sistema sujeitou os quilombolas sobre forma de endividamento, uma vez que não possuíam mais

autonomia alguma sobre o território. Com a decadência da castanha houve a perda do poder [...] desses patrões, o que ocasionou a venda das terras e, até mesmo, a liberação dos castanhais (SILVA, 2016, p. 109-110).

Acevedo Marin e Castro (1998, p. 86) ressaltam que em decorrência dessa privatização “foram retalhados territórios reservados por grupos familiares para organizar atividades econômicas, identificar lugares de manifestações da religiosidade, de cemitérios ou dedicados ao lazer”. Nos últimos anos do século XIX a região do Trombetas e afluentes se tornou palco de uma ocupação polarizada pelos “*patrões da castanha*” (homens brancos) e os quilombolas (descendentes de ex-escravizados). “Os donos de castanhais” representavam um novo grupo social ocupando as terras e tecendo novas relações sociais de poder e trabalho. “No Médio e Alto Trombetas os conflitos e arranjos desses dois grupos étnicos percorrerão um longo período que culminaria na década de 1960, com o rompimento das relações de *patronagem*” (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998, p. 114)

Esse processo de privatização e titulação das terras não teve força o suficiente para desestruturar o uso comum dos territórios, mas apoiado em instrumentos legais deu início a desterritorialização e uma série de conflitos e ameaças contra quilombolas.

A desterritorialização choca-se com as práticas comuns ao grupo e apoia-se num discurso ideológico que faz da atividade extrativa um não-trabalho, pois supõe-se, simplistamente, que se coleta aquilo que cai das árvores, como uma dádiva, minimamente exigindo dispêndio físico, sem implicar em saberes sobre espécies de flora e fauna, usos de recursos [...]. O trabalhador é visto numa posição passiva e receptora, atribuindo-lhe um comportamento preguiçoso, indolente e improdutivo (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998, p. 86).

Ainda sob a orientação das autoras citadas, a divisão do trabalho, as formas de uso da terra, os períodos para consumo dos bens naturais, o manejo de espécies cultiváveis e extrativas, enfim, os modos de organização e produção internos das comunidades de quilombos do Trombetas “encontram-se talvez entre as mais complexas do ponto de vista social e cultural, entre os grupos humanos da floresta amazônica” e revelam a parcialidade que envolve os discursos ideológicos e os interesses implícitos que revestem o processo de desterritorialização (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998, p. 86).

Conforme Haesbaert (2017), de um ponto de vista mais economicistas, a desterritorialização pode ser entendida como a “superação dos entraves locais” para que os projetos de interesses capitalistas (agronegócios, projetos minerários, hidrelétricos e outros) possam se instalar onde bem entenderem, livres dos “constrangimentos locais”. Nas desterritorializações estão imbrincadas dimensões simbólicas – com a destruição de marcos

históricos, símbolos, identidades; e dimensões materiais – destruição de fronteiras político-econômicas. Pode-se dizer que os processos de desterritorialização são táticas do grande capital e do Estado para enfraquecer territórios etnicamente configurados, torná-los acessíveis aos proprietários de megaempreendimentos e ocasionar um “esvaziamento das fronteiras” (HAESBAERT, 2017, p.130 -131).

O processo de desterritorialização iniciado no passado não se impôs a ponto de eliminar modo comum de usufruir a terra pelos quilombolas do Trombetas, contudo, depois de um longo período mantendo esse modo de vida, o grupo teve que enfrentar novas lutas para garantir seus espaços territoriais, não apenas contra posseiros e “patrões da castanha”, mas também contra as políticas econômicas e ambientalistas planejadas pelo Estado para essa região. O sistema de uso comum das “terras tradicionalmente ocupadas” pelos “*filhos do Trombetas*” expõe uma forma específica de se relacionar com a terra e com os recursos naturais e Almeida (2004, p.9) destaca que as “terras tradicionalmente ocupadas sugerem uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza”.

Campos (2011) ressalta que no Brasil desde o princípio, a terra e seus frutos foram usufruídos tanto de modo individual como coletivo, “independente da preocupação com a existência da questão da propriedade” e nos dias atuais, mesmo que as relações capitalistas se sobreponham ao sistema de uso comum da terra, “terras de uso comum, formas coletivas de produção, aproveitamento em comum dos bens naturais, sistemas de entre ajuda, entre outras atividades, são elementos plenamente visíveis em inúmeros lugares, contextos ou situações mundo afora, inclusive no Brasil” (CAMPOS, 2011, p. 26).

Nas relações de produção capitalista o uso da terra se dá de maneira exclusiva por uma única pessoa, grupo ou família, já nas comunidades quilombolas, inclusive nas unidades sociais do Trombetas, mesmo que existam espaços de uso familiar, o uso da terra e dos recursos naturais (os caminhos, os castanhais, os recursos hídricos, a caça, a pesca e a floresta) é decidido de modo comunal (TRECCANI, 2006). A regulação dos recursos básicos e a apropriação dos bens se dá por regras consensuais estabelecidas e acatadas pelas famílias que compõem a unidade social. Essas normas específicas de controle e apropriação dos recursos e bens naturais, firmados sobre uma base física comum, “tanto podem expressar um acesso estável à terra [...] Tanto podem se voltar prioritariamente para a agricultura, quanto para o extrativismo, a pesca ou para o pastoreio realizados de maneira autônoma, sob forma de cooperação simples e com base no trabalho familiar” (ALMEIDA, 2008, p.28-29).

Conforme Funes (2003, p. 227) num primeiro momento os enfrentamentos do grupo nessa região visavam romper com a escravidão e conquistar a liberdade, “hoje a luta se coloca no sentido de libertar a terra para continuarem a ser livres e terem assegurado o direito à cidadania”. O sistema de uso comum das terras ainda permanece nas comunidades quilombolas do Trombetas e funciona como um obstáculo às forças do grande capital e das políticas estatais, que atuam em favor de megaempreendimentos. Monteiro (2013, p. 34) enfatiza que “as modalidades de uso comum” se tornaram estratégias para estreitar vínculos e forjar a coesão dos grupos, assim como um meio de garantir o livre acesso à terra.

1.2 TERRITÓRIOS INVADIDOS: TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS E PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO TROMBETAS

A descoberta de recursos minerais na região do rio Trombetas aconteceu paralela a crise da economia extrativa. Como grileiros e “coronéis da castanha” haviam conseguido títulos de posse de grandes extensões aproveitaram para negociar seus terrenos com as empresas mineradoras que faziam as prospecções na área, o que gerou especulação e sérias ameaças a existência dos quilombolas nesse território. No início da década de 1960 a empresa canadense Alcan Aluminium já realizava pesquisas¹⁴ no subsolo amazônico em busca de recursos minerais, mesmo que ainda não houvesse diretrizes legais para direcionar as explorações das reservas naturais que fossem descobertas.

Com o Golpe de 1964 e a chegada dos militares ao poder os aparatos jurídicos¹⁵ foram criados para implementar as políticas desenvolvimentistas do Estado autoritário, inclusive os que pautavam o percentual de investimentos de empresas transnacionais para a exploração das jazidas minerais. Conforme Leal (1996, p. 10) em 1967 o governo militar já havia providenciado todos os dispositivos legais para facilitar a “expansão do capital na realidade brasileira”.

Isso não significa que antes de 1964 as atividades econômicas da região não estivessem articuladas, em maior ou menor grau, com mercados da própria Amazônia, além do nacional e estrangeiro [...]. Entretanto, era grande o peso da produção para o autoconsumo dos produtores locais, ou a um comércio limitado, local (IANNI, 1986, p. 55-56)

¹⁴ Em 1957 a Petrobrás encomendou pesquisas aerofotogramétricas a United States Air Force – USAF, onde foi detectada a existência de jazidas de bauxita em terras altas entre os rios Trombetas e Nhamundá, extremo noroeste do Pará, na fronteira com o Amazonas (DUQUE, 2004, p. 98).

¹⁵ Trata-se do Código Brasileiro de Mineração, elaborado em 1967, que regulamentava o uso do solo, subsolo e também os investimentos estrangeiros na atividade minerária. Outro dispositivo, o Decreto nº 494, de 1969, regulamenta a aquisição de terras no território nacional por estrangeiros residentes no país (Duque 2004).

Nesse contexto, as forças do capital em expansão ditaram as regras para elaboração da política econômica a ser implementada na região amazônica. O discurso nacionalista e integracionista foram os elementos que nortearam os projetos econômicos, onde “combinam-se e confundem-se o interesse do capital, da burguesia, com as razões da ditadura militar” (IANNI, 1979, p .6). Ao privilegiar a iniciativa privada nacional e estrangeira, as comunidades e grupos tradicionais foram relegados a uma condição de invisibilidade e passaram a ser considerados “entraves locais” ao “progresso”, ou seja, o Estado ignora a existência/presença dos quilombolas, “produz a invisibilidade” em favor de projetos hegemônicos (SANTOS, 2004).

Assim, com o slogan “*Integrar para não entregar*”, que trazia implícito a ideia da Amazônia como um “*espaço vazio*” se comparado às demais regiões do país, a ocupação dessa área se tornou prioridade para os governantes militares e mais, apoiados na questão da segurança nacional lançou-se um plano de modernização nacional que reestruturou radicalmente o espaço geográfico amazônico (BECKER, 1990). Nesse sentido, Martins (1980) destaca que esse *esvaziamento de espaços ocupados* serviu para ocultar a barbárie, a expropriação e toda forma de violência empregada para integrar a região à economia nacional, sem preocupação com os impactos sociais e ambientais decorrentes. No vale do Trombetas, o *esvaziamento* territorial culminou em saques a terras devolutas, camponesas e às tradicionalmente ocupadas.

[...] a Amazônia não é nenhum deserto a ser ocupado. A região já foi ocupada [...] o que temos agora é aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores [...]. Por isso não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros [...] se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios (MARTINS, 1991, p. 63).

De fato, a invasão do espaço amazônico e as consequências mencionadas por Martins se tornaram concretas e visíveis ao longo do tempo. Nesse sentido, Harvey (2005) esclarece que a expansão do capital para novas regiões tende a gerar destruição de modos de vida, violação de direitos, baseados ou não na força e violência. Para que o capital possa expandir suas fronteiras não importa as consequências humanas e ambientais desse processo, o que interessa ao capital são os meios de maximização dos lucros. Nessa mesma lógica, Mészáros (2007, p.318) destaca que a direção *autoexpansiva* do capital “é caracterizada pela *destrutividade autovantajosa*, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso”. Assim, a

natureza e o homem são transformados em vetores de acumulação de lucro na expansão do capital.

Conforme ressalta Gonçalves (2010) até a década de 1960 a organização do espaço amazônico seguia o padrão do espaço *rio-várzea-floresta*, em que as comunidades e povos tradicionais, entre eles os quilombolas do Trombetas, se concentravam em torno dos rios e usufruíam livremente dos recursos naturais. A partir de 1960, a expansão do capital na Amazônia dá início a uma reorganização e ocupação do espaço, a qual o autor chama de *estrada-terra firme-subsolo*. Esse padrão, subsídio do Estado ao capital nacional e internacional, implantou na região grandes obras de infraestrutura, como rodovias, hidrelétricas e telecomunicações, além de atrair elevados investimentos capitais para exploração dos recursos naturais, especialmente as riquezas minerais.

As transformações territoriais na região amazônica, ocasionadas pela criação de órgãos como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e de bancos como o Banco de Crédito da Amazônia (BCA), transformado em Banco da Amazônia S/A (BASA), além da criação de pacotes de medidas como o lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1967, e do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND), formaram o conjunto de instituições e instrumentos legais desenvolvidos pelo Estado brasileiro para garantir a integração e expansão da fronteira Amazônica e o crescimento dos setores agrícolas, pecuários, industriais, minero-metalúrgicos e de povoamento da região (CORRÊA, 2016, p.68 - 69)

As comunidades originárias e tradicionais da Amazônia sofreram violentamente o impacto das políticas e projetos econômicos implantados por esses órgãos. Gonçalves (2010) ressalta que além do plano político-econômico uma *geografia econômica da exclusão e de conflitos* foi instalada, a qual foi nociva e desfavorável às comunidades locais, que tiveram e têm suas vivências invadidas e seus territórios expropriados e ainda foram qualificadas como atrasadas por não pautarem suas vidas nos moldes capitalistas.

Entre 1962 e 1967 a Alcan Aluminium, por meio de sua subsidiária Bauxita Santa Rita (BAUXISA) – coordenada pelo geólogo Igor Mousastichshvily, direcionou as pesquisas em busca das reservas de bauxita para as áreas de serra da região entre o rio Nhamundá e o Trombetas, até então os trabalhos tinham se localizado às margens de rios e lagos e os resultados não eram satisfatórios. Os dados sobre solo, subsolo e vegetação dessa área foram fornecidos pelo Projeto Radar da Amazônia (RADAM)¹⁶ e em 1967 foi identificada a

¹⁶ “Boa parte dessas descobertas foi resultado do projeto RADAM – Brasil, a chave mestra que abriu as portas da Amazônia à exploração racional de minério e madeira, com um sistema de radar que a partir daí passou a ser

existência de enormes jazidas de bauxita distribuídas em diversos platôs no vale do Trombetas, o que resultou na criação de um projeto minerador – Projeto Trombetas. Para executar os planos o Grupo Alcan constituiu no mesmo ano de 1967 a Mineração Rio do Norte (MRN) (DUQUE, 2004; ARCHANJO, 2016).

Um empreendimento dessa natureza precisava de muito planejamento e investimentos. Devido às incertezas quanto aos resultados, o Grupo Alcan [...] não se mostrava seguro para aplicar somente seus capitais, recorrendo ao Governo e a iniciativa privada nacional e internacional. Assim, passaram-se três anos da constituição da MRN até o início dos trabalhos de engenharia, em 1970 (DUQUE, 2004, p. 101)

Em 1971 a MRN apresentou à SUDAM os planos de execução do Projeto Trombetas e em 1972 conseguiu a aprovação, no entanto o governo brasileiro não concordou que a MRN fosse apenas constituída por capital estrangeiro e exigiu da Alcan a participação nacional no projeto. Ainda em 1972 a Alcan entrou em acordo com o governo e retomou o projeto, já com a participação da estatal Companhia Vale do Rio Doce¹⁷ (CVRD), que assumiu o controle do empreendimento. Entre 1973 e 1974 mais capital internacional entra para a composição acionária¹⁸ do investimento, que passa a ter em sua estrutura nove companhias, atuando assim como uma *joint-venture*¹⁹. Mesmo com toda essa composição acionista, a SUDAM concede a MRN a isenção de imposto de renda pelo período de dez anos e outros incentivos fiscais (DUQUE, 2004; MACHADO, 2007).

A MRN contratou em 1976 a construtora Andrade Gutierrez para construir a sede administrativa da mineradora - a *company town*²⁰ de Porto Trombetas - na Serra do Saracá. A vila com escola, hospital, alojamentos, casas para funcionários e suas famílias, supermercado, rede elétrica e de água, sistema de esgoto, enfim, uma infraestrutura toda planejada para manter os operários o mais próximo possível do trabalho sem desperdício de tempo. Toda a manutenção da vila é de responsabilidade da MRN e os funcionários pagam um valor simbólico pelas instalações.

empregado em todo país”. SIQUEIRA, Ozair Pereira. Mineração Rio do Norte: uma empresa que faz e conta. Rio de Janeiro, Laborprint, 2002. p.21.

¹⁷ CVRD foi privatizada em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, tornou-se a multinacional VALE.

¹⁸ A participação acionária da MRN em 1974 ficou assim: 41% CVRD (Brasil), 19% Alcan (Canadá), 10% Companhia Brasileira de Alumínio (Brasil), 5% Mineração Xingu Ltda. (Brasil), 5% Reynolds Alumínio do Brasil Ltda. (Brasil), 5% Norsk Hydro (Noruega), 5% A/S Aardal og Sunndal Verk(Noruega), 5% Instituto Nacional da Indústria (Espanha), Rio Tinto Zinc do Brasil Ltda. (Brasil). (DUQUE, 2004; CORRÊA, 2016).

¹⁹ Empresa formada pela associação de capital nacional, internacional, público e/ou privado.

²⁰ *Company town* é o termo utilizado para denominar cidades ou vilas exclusivas das empresas, são construídas para moradia apenas dos funcionários da empresa e suas prestadoras de serviços (WANDERLEY, 2008, p.19)

Sobre a construção de Porto Trombetas, Archanjo destaca que o terreno onde a vila está localizada era o Sítio Conceição, de propriedade uma senhora conhecida por Isaura, que explorava os castanhais da área, mas morava em Oriximiná. Devido ao declínio da produção de castanha e as propostas vindas de representantes da MRN as terras foram vendidas. Esse sítio era usado pelos quilombolas para caça, pesca, coleta da castanha, extração de copaíba e madeiras, ou seja, era um território de trabalho dos agentes sociais locais, especialmente os da comunidade Boa Vista, que desde então “começa a passar por contínua perda territorial”. (ARCHANJO, 2015, p.38).

Em outras comunidades quilombolas do Trombetas, conforme Wanderley (2008) e Archanjo (2015), também aconteceram investidas sobre os espaços territoriais, como foi o caso do Abuí, Tapagem e do Lago do Jacaré, situadas a montante do rio Trombetas. Em 1976 a empresa paulista Xingu S/A iniciou um processo de grilagem nessa área, onde posteriormente foi demarcada a Reserva Biológica do Trombetas (1979). Um representante da Xingu S/A, conhecido como Gringo, se apresentava como enviado do governo para ajudar as comunidades quilombolas e fazia ofertas irrisórias aos moradores por suas propriedades.

Por meio desse enviado a Xingu conseguiu negociar grandes extensões territoriais com os “donos dos castanhais” e os comunitários do Abuí e Tapagem foram ameaçados, mas não sofreram deslocamentos, já as famílias do Lago do Jacaré, por falta de informação, aceitaram as propostas e foram expulsas de suas terras pelo grileiro, sob fortes ameaças e violência com a apoio da polícia e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), alguns comunitários sequer receberam a indenização prometida (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998).

O processo de desterritorialização como reflexo da apropriação espacial pelo capital também atingiu a comunidade Mãe Cué, localizada à margem direita do rio Trombetas, na área conhecida como Cruz Alta. Na década de 1970, a Mineração Santa Patrícia, do grupo Ludwig/JARI, se instalou nessa área e indenizou com valores irrelevantes as famílias, que posteriormente foram obrigadas a se deslocar à outra margem do rio. Com a criação da REBIO do Trombetas (1979), esses agentes sociais sofreram um segundo deslocamento e como a mineradora Santa Patrícia havia abandonado o espaço por não ter tido êxito em suas pesquisas, as famílias retornaram para a área ocupada anteriormente. Porém, em 1981 o Grupo Ludwig vendeu a área de concessão à ALCOA e novamente os quilombolas de Mãe Cué se viram ameaçados. A nova concessionária não expulsou os comunitários, mas limitou as áreas de uso do território e dos recursos naturais. Em 1991 a ALCOA entrou em acordo

com a CVRD e repassou as terras à MRN e se retirou do local, permitindo novamente aos quilombolas de Mãe Cué o uso do território.

Desde as atividades de pesquisas os quilombolas já começaram a sentir o impacto da *intrusão* do capital mineral nas terras tradicionalmente ocupadas. A população local por conhecer bem a floresta e os rios foi acionada para ajudar nas incursões como guias, mateiros, para abrir trilhas, para carregar volumosos aparelhos tecnológicos para as equipes formadas por geólogos, engenheiros e outros técnicos. Conforme Silva (2016, p. 70) muitos testes e experimentos aconteciam “nos quintais das famílias quilombolas, com grandes equipamentos de sondagens, contrastavam com as casas simples de palhas e as plantações dos moradores locais”.

As recompensas que os agentes sociais recebiam eram medicamentos, mantimentos, roupas e utensílios domésticos de valor não elevado. Nos relatórios de atividades da mineradora não é mencionada a participação do grupo nas atividades iniciais, mas segundo Duque (2004, p.121) “esse aproveitamento do conhecimento local, encontra-se vivo na memória e relato destes, já que de certa forma foram responsáveis pela chegada dos “gringos” até as serras onde estava o minério procurado pelas expedições”.

O governo militar continuou a investir e impulsionar o Projeto Trombetas por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) e as primeiras operações comerciais da MRN aconteceram em 1979. O capital passa a ditar as regras da produção econômica e a interferir cada vez mais no modo de viver das comunidades quilombolas do rio Trombetas. Os territórios são reconfigurados, se modificam as relações sociais, de trabalho, os espaços de uso e consumo dos recursos naturais. A implantação do Projeto Trombetas (1967), a criação da Reserva Biológica do Trombetas (1979), da Floresta Nacional Saracá-Taquera (1989) e a presença dos órgãos ambientais como IBDF²¹, que depois se tornou Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e Instituto Chico Mendes (ICMBio) desarticulou a reprodução do modo de vida das comunidades quilombolas dessa região e representou a expropriação do seu território.

As políticas ambientalistas para “proteger” as florestas e recursos minerais do Trombetas representaram, na prática, estratégias articuladas da MRN para obter concessões de explorações minerais no futuro, o que de fato vem ocorrendo, pois cada vez mais a

²¹ Até 1989 o IBDF era o órgão federal que regulava as normas e leis relacionadas ao meio ambiente. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a reestruturação das políticas sociais e ambientais, o IBDF foi extinto e substituído pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

mineradora amplia suas áreas e cerceia o acesso das comunidades ao seu próprio território. Para enfrentar todas essas situações, os quilombolas (re)iniciaram o processo de

luta e resistência – mas também, naturalmente, apropriação e expropriação. Na realidade, o que vem ocorrendo frequentemente ao longo do tempo é a rápida destruição de estilos específicos de vida e sua transformação em algo novo. A “transformação cultural” é um eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e marginalizadas (HALL, 2003, p. 248).

Os *filhos do Trombetas* precisaram reelaborar estratégias de resistência, tiveram que articular ações para enfrentar a chegada do “*estranho*” e os projetos que ameaçam o grupo (MARTINS, 1991). De acordo com Acevedo Marin e Castro (1998, p. 205), “hoje o desafio significa recriar formas de rebeldia e estratégias de luta, como condição a manter esse território de conquista, face às pretensões de grandes empresas de mineração e do setor elétrico”. Nas ações de resistência e luta, o passado é apropriado e (re)significado pelos quilombolas, as memórias e história dos antepassados (ancestralidade) servem de referência para a luta e resistência do presente.

Diante das constantes ameaças e perdas territoriais, os agentes sociais do Trombetas apreenderam que precisavam lutar para manterem os espaços de vivências que lhes restavam e isso acontece “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10). Para lutar por seus territórios e enfrentar a expropriação, a expulsão e as ameaças, na década de 1980, os quilombolas conseguiram articular parcerias com a Igreja Católica de Oriximiná, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) e a Comissão Pró Índio de São Paulo²² (CPI - SP). Essas instituições passaram a orientá-los com relação a direitos de cidadãos e a defesa das terras tradicionalmente ocupadas.

A Paróquia de Oriximiná, dirigida até o final da década de 1970 pela Congregação Franciscana, já mantinha em algumas comunidades do Trombetas núcleos para missão religiosa, como por exemplo em Cachoeira Porteira, Tapagem, Serrinha e outras, onde já havia pequenas igrejas e barracões comunitários. Em momentos de ritos religiosos importantes os padres iam até esses núcleos para a condução dos eventos. Na década de 1980,

²² A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não governamental fundada em 1978 que atua junto a indígenas e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia, o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e o combate à discriminação racial. (CPI-SP, 2011).

chega a Oriximiná os padres Patrício Brennan, João Mors e Chico Kom da Congregação do Verbo Divino para substituir os Franciscanos e por meio das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) iniciam um trabalho de orientação e conscientização sobre os direitos das comunidades rurais e quilombolas.

Os padres Verbitas²³ seguiam as orientações do Concílio do Vaticano II (1962-1965), da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968) e de documentos da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), que eram baseadas na Teologia da Libertação²⁴, e visavam um “novo jeito de ser igreja”, no sentido de estar próxima e mobilizar forças para ações reais diante da opressão e violência que atingiam as populações pobres da cidade e do campo.

Nas comunidades quilombolas do rio Trombetas, Erepecuru e Cuminá o trabalho de evangelização ficou sob responsabilidade do padre Patrício Brennan. Conforme as narrativas dos agentes sociais, logo em uma das primeiras viagens do missionário ao Alto Trombetas, o mesmo se deparou com o despejo de famílias do lago do Jacaré, ameaças de desapropriação da comunidade do Abuí e o deslocamento dos quilombolas de Mãe Cué. O senhor Carlos Printes, 58 anos, da comunidade do Abuí, um dos primeiros líderes quilombolas, relembra como o padre tomou conhecimento da situação vivenciada pelos agentes sociais dessa região e como deu início ao processo de orientação e organização das comunidades quilombolas.

*[...] O que aconteceu? [...] 25 famílias foram expulsas de lá do lago do Jacaré e nós de lá do Abuí fomos ameaçados de ser expulsos, porque lá os mesmos **donos** daquelas terras do Jacaré diziam ser **donos** lá do Abuí, onde a gente morava, aí nós fomos ameaçados [...]. Foi assim, foi criada a Reserva Biológica e uma pessoa se dizia ser dona tanto do Jacaré quanto do Abuí, [...] e o que ele dizia era que a gente tinha que sair, que aquilo tudo era dele, um fulano de tal que chamavam de doutor Carmo. Aí foi que nós começamos a se organizar. A igreja católica, através do padre Patrício, que fazia parte da Congregação do Verbo Divino, soube da expulsão das famílias, do sofrimento do povo e desejou fazer uma visita e uma reunião lá na Tapagem. Foi que aí que ele chegou lá, viu aquele bocado de gente em peso lá, foi aí que ele perguntou se a gente não queria se organizar, criar uma comunidade [...] aí a gente falou que sim [...] Ele marcou uma visita lá no Abuí para conversar com as famílias para começar a organizar uma comunidade, ele foi orientando que não tinha que sair da terra, que se criasse uma comunidade ia ser*

²³Os padres Verbitas que chegaram à região do Baixo Amazonas, em janeiro de 1980, foram Francisco Kom, José Gross e Patrício Brennan. Em março do mesmo ano vieram os padres João Mors e João Adolfo Barendse para reforçar os trabalhos missionários.

Disponível em: <http://svdcuria.org/public/infonews/provinces/20nn/200n/05mmbra.htm>, acesso em 08 jan. 2020.

²⁴Essa corrente teológica cristã se orienta pela mobilização e luta em favor dos pobres e marginalizados, que enfrentam injustas condições sociais e econômicas. As orientações de teor libertário eram inspiradas em documentos elaborados por ocasião do Concílio Vaticano II (1962-1965) e enfatizadas na Conferência de Medellín (1968) e em Puebla (1979). No Brasil, entre os maiores expoentes dessa corrente estão Leonardo Boff e Frei Betto Para maiores detalhes consultar: BOFF (1986).

mais resistente, ia ter mais força para enfrentar as pessoas que poderiam ir lá e querer expulsar nós [...], aí foi que nós começamos a se organizar em comunidade (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará, [Grifo nosso]).

É diante desse contexto que o padre Brennan passa a mobilizar forças para orientar, apoiar os quilombolas e formar líderes. Os primeiros passos e orientações era para que os agentes sociais não saíssem de suas casas, não abandonassem as terras tradicionalmente ocupadas, que se formassem núcleos comunitários e que escolhem representantes locais. Esses direcionamentos, especialmente aqueles relacionados a permanências nas terras ocupadas, foram fundamentais para que mais perdas territoriais não acontecessem, pois se percebe na narrativa uma referência àqueles que se diziam “donos” e “a ideia de ‘dono’, neste caso, pode estar relacionada ao ‘patrão’ e à apropriação indevida dos castanhais, a uma ‘multinacional’ que reivindica área minerária ou o ‘Estado’ com relação às unidades de conservação restritivas” (FARIAS, 2019, p. 304).

Para orientar as comunidades com relação a direitos territoriais e reforma agrária, o religioso realizava estudos, encontros, seminários e contava com o auxílio da Pastoral da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná. Padre Brennan destaca como iniciou o processo de formação, organização e articulação sociopolítica nas comunidades quilombolas.

Nós fomos fazer uma viagem para Cachoeira Porteira e vimos na Tapagem, um monte de gente lá e as redes armadas embaixo das árvores, com crianças, panelas [...]. Quando voltamos de Cachoeira Porteira, paramos na Tapagem, celebramos uma missa e eu percebi na missa, o povo fazendo preces muito emocionais [...]. Aí comentei [...]tem alguma coisa errada com esse povo. Fomos procurar saber o que estava acontecendo, e aí nos foi relatado que 25 famílias foram expulsas do lago Jacaré onde viviam, num prazo de 24 horas e estavam morando embaixo das árvores. [...] A paróquia começou a fazer estudos, que chamamos de *tríduo*, catequese né? Iniciava quinta-feira e terminava sábado, onde fazíamos estudos sobre terra, família, direitos, sempre dizendo ao povo, que Deus criou a Terra[...] e todos tem direito a viver nessa terra. Deus quer libertar o povo da escravidão, da opressão, [...] a nossa fé tem que nos levar a agir em benefício da comunidade. Em vez do povo ter que sair da sua terra, ele tem que lutar para ficar nela, ele tem direitos não só a terra, a saúde, a educação, essas questões não devem ser separadas da nossa fé. E assim íamos conscientizando o povo a lutar (Padre Patrício Brennan, entrevista concedida a Corrêa (2016) em fevereiro de 2015 em Oriximiná).

A partir dos estudos e orientações, os quilombolas passaram a formar núcleos comunitários, a liderar e articular o movimento organizativo. A principal questão que mobilizava a luta era a permanência e a titulação dos territórios. Os líderes iam em cada unidade comunitária orientando as pessoas a resistirem em seus espaços territoriais, a não assinarem documentos ou papel em branco, a não abandonarem suas casas, a não aceitarem

propostas ou indenizações. Segundo Corrêa (2016, p.123), assim como o senhor Carlos Printes que representava as comunidades do Alto Trombetas nos outros territórios surgiram lideranças como “Daniel Souza no Erepecuru, Altino Guedes na Serrinha, Silvano no Bacabal, Rafael Viana na área Trombetas, Dona Nazira, Dona Zuleide, Rosa Colé, dentre outros”, que se dispuseram a fazer o mesmo trabalho em defesa das terras tradicionalmente ocupadas.

Todos esses agentes sociais se envolveram intensamente no processo de organização política e foram importantes para a consolidação e fortalecimento do coletivo quilombola. Conforme as mobilizações se intensificavam, era perceptível como o trabalho desses líderes surtia efeito e padre Patrício considera a escolha do senhor Carlos Printes como primeiro líder comunitário no Abuí um fato relevante, pois o desempenho dele encorajou os quilombolas de outras comunidades a seguirem o mesmo caminho de luta e resistência. “Na época o mesmo tinha 18 anos e foi escolhido pela própria comunidade, um menino que mal abria a boca, mas ele se desenvolveu muito, com uma capacidade incrível, quando lhe foi dada oportunidade”²⁵

O efeito vindo dos estudos, das orientações dadas pelos apoiadores e do trabalho das lideranças era o grupo cada vez mais consciente de seus direitos, de sua história, um grupo mais unido e mobilizado politicamente. O senhor Carlos Printes explica como funcionava o trabalho dos líderes nas comunidades.

*Como representante de área a gente ia nas comunidades fazia reunião, via os problemas que tinha, para junto tentar resolver, animar as comunidades que estavam fracas, então esse foi um trabalho que eu fiz do Abuí até aí pro lado do Varjão, que é o Arancuã de Baixo. [...] Foi com esse trabalho de representante de área que a gente começou a organizar as comunidades, [...] Foi nesse tempo que foi criada essas comunidades, [...] Depois que foi criada a Reserva Biológica, o IBDF tomou de conta lá da área e era pressão forte para cima das comunidades, **conforme nos tentava se organizar, eles também tentavam desestabilizar** [...] Aí a gente começou a pensar em se organizar cada vez mais e aí foi quando entrou o projeto da hidrelétrica pra Cachoeira Porteira, e com isso foi mais sofrimento pro povo, isso tudo na década de 1980 (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará, [Grifo nosso]).*

É importante notar que além das orientações sobre as desapropriações e ameaças de despejo, as lideranças adotavam uma estratégia de resistência já utilizada pelos antepassados, que era criação de vários núcleos comunitários para garantir as extensões territoriais usadas pelos quilombolas, pois caso não tivessem ocupadas eram consideradas terras devolutas da

²⁵ Padre Patrício Brennan, em entrevista concedida a Corrêa (2016) em fevereiro de 2015 em Oriximiná, Pará (CORRÊA, 2016, p. 123)

União ou do Estado ou apareciam grileiros e se apossavam, o que tornava mais fácil o avanço do capital ou a implantação de projetos ambientalistas.

O líder quilombola destaca que com a criação da REBIO do Trombetas e a chegada dos órgãos fiscalizadores – IBDF/IBAMA, Polícia Federal (PF) - a pressão era mais forte sobre os quilombolas e “conforme nos tentava se organizar, eles também tentavam desestabilizar”. Para desestabilizar o movimento organizativo e fazer com que os quilombolas abandonassem as terras tradicionalmente ocupadas, os agentes fiscalizavam severamente as embarcações e até as moradias, quando encontravam caças, pescados, madeiras ou produção agroextrativa apreendiam ou destruíam. As humilhações e abusos praticados pelos fiscais do IBAMA e da PF eram constantes, e conforme Carlos Printes “*se a gente não fosse resistente, a gente tinha largado a terra*”, porque

no tempo do IBDF, tinha a Polícia Federal, depois mudou de IBDF para IBAMA, aí a PF ficava andando lá no rio, se via uma canoa atravessando de um lado pra outro eles iam de lancha em cima, pra vê se não tavam pescando, pra fiscalizar mesmo, pra vê se não tavam com tartaruga, então a pressão era muito forte. Aí a gente começou a pensar em se organizar cada vez mais (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará).

Diante das ações agressivas e constrangedoras dos agentes do IBAMA e Polícia Federal e dos deslocamentos compulsórios provocados pelos grileiros e empreendimentos capitalistas, os quilombolas passaram a denunciar aos veículos de comunicação as violências sofridas. Mais uma vez a Igreja Católica ofereceu apoio ao coletivo quilombola e foi porta-voz das denúncias por meio da Rádio Rural de Santarém, que fez ecoar pelo Baixo Amazonas as opressões que as comunidades de quilombos do Trombetas sofriam. Como o período era de repressão e imposições militares, os membros da Igreja Católica foram acusados de antiprogressistas, subversivos e de tendência comunista, devido sua atuação em defesa e apoio às comunidades negras rurais da região.

As denúncias dos quilombolas também chegaram ao Judiciário e à Procuradoria da República por intermédio da Comissão Pastoral dos Direitos Humanos Regional de Santarém (Comissão Justiça e Paz), mas conforme as considerações de Wanderley (2008) as acusações das comunidades quilombolas não tinham poder de pressão sobre o Estado, que mantinha relações de interesses e conivências com as corporações instaladas no Trombetas.

As defesas dos movimentos populares não eram firmes, pois a resistência era desmantelada constantemente pela repressão e violência policial do Estado ditatorial, ficando restritas ao âmbito da floresta. Por outro lado, as grandes corporações, por estarem sustentadas por redes de interesses capitalistas transnacionais, conseguiam exercer o poder sobre o território, sobre a população e sobre os recursos [...] com total respaldo e apoio das instituições públicas, as quais, muitas vezes, elas controlam localmente (WANDERLEY, 2008, p. 87).

Mesmo com as repressões do governo militar a fim de enfraquecer o coletivo quilombola, expressas sobretudo pelas ações abusivas e violentas dos agentes ambientais e PF, o grupo se manteve resistente e firme na mobilização político-social e continuou a articulação com a Igreja. Em 1987 com a possibilidade de instalação de uma usina hidrelétrica em Cachoeira Porteira, os quilombolas buscaram informações a respeito das consequências que esse empreendimento traria à comunidade, além das perdas territoriais que já ocorriam,

[...] aí nós começamos a se organizar e criamos uma Comissão dos Atingidos por Barragem do Trombetas, a CABT, e aí me escolheram pra fazer parte dessa Comissão [...] Aí gente entrou lá no meio, começou a se articular dentro dessa Comissão, aí foi feito alguns seminários lá em Oriximiná, isso puxado pela igreja católica e pela CABT, ainda era o padre Patrício [...] que sempre estava com a gente lá (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará).

O projeto da hidrelétrica não teve continuidade o que foi considerado uma vitória para os quilombolas e também deu ânimo para que continuassem a mobilizações. A cada evento que os *filhos do Trombetas* participavam sentiam-se mais fortalecidos e informados a respeito dos seus direitos. Em 1988, a Campanha da Fraternidade abordou as violências e opressões que a comunidade negra enfrentava no Brasil e num estudo relacionado a temática da campanha, realizado pelo Igreja Católica de Oriximiná e pela Prelazia de Óbidos, os quilombolas do Trombetas puderam ter contato e conhecer a história de outros descendentes que moravam no Baixo Amazonas.

De acordo com Corrêa (2016) a articulação e a parceria com a Igreja Católica possibilitaram a realização do I Encontro de Raízes Negras, em 1988, em Alenquer, Pará, que reuniu os descendentes quilombolas do município sede do evento, de Oriximiná, Óbidos, Santarém e entidades de apoio ao movimento organizativo, como o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA).

Em 1988, o tema da campanha da fraternidade falava sobre o negro, era “Houve o clamor desse povo” [...]. Nós, estudando o tema da campanha da fraternidade descobrimos que o negro foi trazido pro Brasil a força e sofria, era morto e jogado [...]. Com isso sempre no mês de janeiro e fevereiro a gente fazia um estudo de três dias pra discutir o tema da campanha da fraternidade, aí foi que a professora

Idaliana, que é da Prelazia de Óbidos e sempre ajudava lá nos encontros em Oriximiná, foi aí que ela planejou um roteiro pra ir até Cachoeira Porteira e conversar com as comunidades, porque o pessoal de Pacoval, eles diziam que no Trombetas eles tinham muitos parentes, que segundo as histórias que [...] os mais idosos contavam pra eles, quando eles fugiram de Santarém das fazendas, uns ficaram em Óbidos, outros foram pra Alenquer e outros subiram e foram pra Oriximiná. Então o sonho deles era que um dia pudessem encontrar com esses negros de Oriximiná. [...] foi aí que também a gente se interessou de conhecer eles [...]. Aí a gente começou a se organizar [...] a Idaliana fez um projeto pra realizar o I Encontro Raízes Negras, que era pra ter o encontro dos negros de Oriximiná, os negros de Óbidos, de Alenquer e de Santarém. Aí foi que aconteceu. Mas antes de acontecer o evento, a gente já participava de algumas reuniões pela Prelazia de Óbidos, organizado pelo bispo e os padres, pra gente organizar alguns documentos pra gente mandar pros deputados pra ter aprovação em defesa dos negros, estavam naquele movimento pra sair a Constituição. Aí aconteceu o Encontro Raízes Negras, no mês de junho de 1988, fomos em cem negros de Oriximiná pro Pacoval, município de Alenquer. Antes de encerrar o encontro foi feito um planejamento de quando poderia acontecer outro encontro, aí ficou marcado pra 1989 o próximo encontro, aí o local colocaram em Oriximiná (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará).

É possível observar nas narrativas desses agentes sociais que o I Encontro Raízes Negras foi um evento muito importante para a conscientização política e étnica do grupo, para dar visibilidade as mobilizações, as lutas e também por fortalecer os vínculos de solidariedade e reconhecer laços de parentescos. O senhor Daniel Souza, da comunidade do Jauari, relata que “o Raízes Negras nos fortaleceu, nos deu uma grande autoestima, através do reconhecimento da nossa história, nós passamos a ser respeitados [...] As pessoas passaram a ver os pretos do mocambo, os quilombolas, com outros olhos”²⁶.

A história, a memória dos antepassados foi ressignificada pelos *filhos do Trombetas* e como diria Maffesoli (2001) serviu de “*cimento social*”, um elemento de coesão para o grupo se autoidentificar como “*pretos do mocambo*”, “*pretos do quilombo*”, “*comunidades quilombolas*” ou “*quilombolas*”. Durante a pesquisa observei que ao se referirem aos seus territórios, os agentes sociais do Trombetas raras vezes utilizam a denominação “*comunidade remanescente de quilombo*”, reconhecida como oficial. O termo mais utilizado para se autoidentificarem é “*quilombola*” e quando se relaciona ao lugar de vivência é usado “*comunidade quilombola*”. Almeida (2011, p.11) considera que nos processos sociais de autodefinição “as pessoas passam a se autodeclarar consoante características intrínsecas e recusam as classificações externas. Ao se autodeclararem o fazem de maneira coletiva, constituindo unidades sociais e novas formas organizativas que compreendem comunidades e povos”.

²⁶ Entrevista concedida a Corrêa (2016) em 10 de junho de 2015, em Oriximiná.

Com base em Maffesoli (2010) pode-se considerar a memória e a história compartilhadas durante o I Encontro Raízes Negras uma fonte comum de emoções, de lembranças, de afetos, de estilos de vida, um catalisador, uma energia e, também, um patrimônio simbólico daqueles que pertencem ao grupo. Em concordância com Acevedo Marin e Castro (1998) ao conhecerem a história e a memória dos antepassados, os *filhos do Trombetas* as ressignificam e estas passam a servir de referência para a luta e resistência do presente. Nessas comunidades quilombolas, conforme Funes (2015, p. 20), “aqueles que detêm a memória histórica, coletiva, são os mais velhos que ouviram as narrativas dos avós, dos pais ou que, movidos pela curiosidade, indagavam sobre o tempo dos mocambos, do cativo, de suas origens”. A transmissão dos saberes, das vivências, das memórias do grupo, normalmente é feita pelos anciãos por meio da tradição oral, não há um rito específico, acontece no dia a dia, nas rodas de conversas, quando estão a compartilhar as lembranças e é uma ação importante para manter o grupo coeso nos enfrentamentos, e de certo modo, foi o que ocorreu a partir do I Encontro Raízes Negras.

É importante destacar que as mobilizações político-sociais dos quilombolas do Trombetas aconteciam em paralelo e no bojo de tantas outras lutas sociais que eclodiam no Brasil. Nesse período a Constituição Federal estava sendo elaborada e uma onda de movimentos sociais se alastra pelo país., conflitos relacionados à questão da terra se estendiam por todos os cantos e regiões, assim como os movimentos de defesa, resistência e reivindicação territorial. No Pará, de 1970 a 1990, as disputas por territórios além de acontecerem em múltiplas áreas eram violentas e envolviam diferentes agentes sociais, como indígenas, fazendeiros, comunidades negras e trabalhadores rurais, posseiros, grileiros, madeireiras, empresas e o Estado com seus megaprojetos (energético, mineração, agropecuária, infraestrutura e outros) para “ocupar e integrar” a Amazônia (PEREIRA, 2013).

O período de exceção e violação dos direitos humanos (1964 -1985) direcionou os grupos marginalizados e menos favorecidos às ruas em busca de direitos sociais e políticos e o ano de retomada da democracia brasileira (1985) é marcado por lutas e reivindicações desses agentes. Nesse período na Amazônia surgiram diversos movimentos sociais e a forma de ação e associação fugiam do controle dos tradicionais sindicatos e partidos políticos. São unidades de mobilização social que apresentam novas estratégias de organização e aglutinam “interesses específicos de grupos sociais diferenciados”, e mesmo com diferenciações e desigualdades entres esses grupos, essas unidades mobilizam-se “objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como território fundamentais à sua identidade e, inclusive, para alguns deles à sua afirmação étnica” (ALMEIDA, 2011, p. 15-16).

É nesse contexto que várias categorias de agentes sociais se organizam em núcleos,

cuja coesão social não se pode duvidar, tanto pela uniformidade de suas práticas, quanto pela força com que se colocam nos enfrentamentos diretos. Logram múltiplas e bem sucedidas mobilizações [...]. Tais mobilizações concorrem para tornar aquelas unidades organismos legítimos de representação, que não mais podem ser descartados da mesa de negociações, quando das tentativas de resolução dos conflitos. [...] Não obstante diferentes níveis de prática e de organização e relações distintas com os aparelhos de poder, tais unidades de mobilização podem ser interpretadas como potencialmente tendendo a se constituir em forças sociais (ALMEIDA, 2011, p. 18).

Ao perceberem a força social que as unidades de mobilização aglutinam, as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas passaram também a organizar-se em núcleos representativos. Não se pode negligenciar que além de ter funcionado como espaço de fortalecimento e compartilhamento de histórias e lutas, o I Encontro Raízes Negras originou outros eventos importantes, possibilitando assim a fundação de organizações representativas significativas no processo reivindicatório de titulação coletiva de terras quilombolas. Em 1989, no II Encontro Raízes Negras, realizado na comunidade quilombola Jauari, Oriximiná/PA, com o apoio da Igreja, CPI e CEDENPA, foram fundadas a Associação Comunitária do Quilombo do Pacoval de Alenquer (ACOMQUIPAL), a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB) e a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná (ARQMO).

[...]começamos a articular e preparar o povo pra esse II Encontro de Raízes Negras [...]Aí nós já fomos pra lá pra esse evento pensando, eu acho que seria bom nós criar uma associação dos remanescentes de quilombos, que aí a gente já tinha informação de como eram as coisas, [...] já no final, reunimos as lideranças das comunidades que estavam presente participando e junto com a igreja católica, padre Patrício e outros padres, o CEDENPA também tava junto na pessoa da Zélia. Foi aí que a gente sentou e começou a articular e criar a ARQMO, aí foi marcado pro dia 25 de julho de 1989 pra gente sentar e escrever o estatuto e criar uma diretoria provisória pra tocar em frente as coisas [...]defendendo os direitos do remanescentes de quilombo e uma das prioridades que a gente pensou, uma bandeira de luta foi a titulação das terras dos remanescentes de quilombos. Depois que a gente teve essa diretoria provisória aprovada e o Daniel [Souza, do Erepecuru] foi escolhido pra ser o coordenador geral, a gente planejou junto. Nesse mesmo evento o negócio da barragem ainda tava forte, tavam querendo fazer a hidrelétrica de Cachoeira Porteira, aí foi chamado a [Comissão] Pró-Índio de São Paulo, que já tinha experiência com atingidos por barragem pra participar, pra dar uma palestra e dizer pro povo as vantagens e desvantagens da hidrelétrica, o negócio do ambiente, isso. Aí eles vieram e participaram lá, aí a gente teve mais um conhecimento com eles. Aí nós e mais a paróquia, que era nossa assessora, convidamos ela, a Lúcia Andrade pra fazer parte, pra ser assessora nossa na ARQMO, daí eles aceitaram e daí pra frente começou nossa parceria e começou trabalhar junto (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará, [Grifo nosso]).

Com a fundação da ARQMO os quilombolas criam novos espaços para se fazer política e lutar por direitos e cidadania, “constituindo-se enquanto atores de seu processo social, são sujeitos de transformações políticas e sociais, construtores de sua própria história” (ARCHANJO, 2015, p. 81). Esses novos espaços criados são formas de resistência, são manifestações de reivindicações, opiniões e ideias desse grupo, que busca meios de tornar suas lutas visíveis e de legitimar seus direitos. A ARQMO, conforme Sader (1988, p. 55), pode ser considerada como sujeito histórico, como “coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades”. Entre as várias ações adotadas pela ARQMO estão a realização de encontros e debates, a valorização da cultura por meio de ritos religiosos, músicas, poesias, danças, festas, manifestações públicas, o incentivo a criação das associações comunitárias representativas de cada território, entre outros.

A fundação da ARQMO além de ser uma estratégia de luta a fim de fortalecer as mobilizações do grupo, visava dar representatividade e visibilidade junto as instâncias municipal, estadual e federal pelo direito à titulação dos seus territórios e pela reprodução de sua cultura. Em 1989, após já terem escolhido a diretoria da ARQMO e por já terem os direitos territoriais reconhecidos por meio do artigo 68 do ADCT da CF de 1988, os líderes quilombolas e seus apoiadores resolveram reivindicar em Brasília os direitos agora garantidos constitucionalmente.

Bom, aí nós pensamos em dezembro de 1989 de ir até Brasília, [...] para pedir apoio para a titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombo. Aí nós fomos, foi eu, o Daniel, o padre Patrício, a Lúcia Andrade, a Leyna (colega da Lúcia), o Joaquim Lima, fomos numa delegação de pessoas lá pra Brasília, lá pelo Congresso para pedir apoio. A paróquia e a CPI-SP conseguiram os recursos pra viagem e nós conseguimos ir. Aí pedimos apoio pra CNBB na luta dos remanescentes de quilombo, nas terras que nós távamos querendo titular, tivemos apoio do Movimento Negro Unificado (MNU), tivemos lá pelo Senado[...] tivemos pela Procuradoria Geral da República, tudo por lá a gente andou pedindo apoio sobre a titulação da terra. A ideia quando a gente foi lá era pedir apoio pra titulação do Alto Trombetas, nesse tempo nós conversamos com o dr. Vagner Gonçalves, aí ele disse pra nós que o quê a gente tava querendo ia ser meio difícil, de começar a luta pela titulação do Alto Trombetas, tinha a UC - a Reserva Biológica, e ia ser difícil pra avançar, então se a gente pudesse escolher outros territórios era bom, até as coisas irem amadurecendo [...], até chegar um dia a gente conseguir a titulação lá, mas ainda não chegamos [...]. Aí foi que voltamos de lá de Brasília, chegamos nas comunidades e fizemos um roteiro de visitas pra gente esclarecer [...] a resposta que nós tivemos lá em Brasília e aí nisso tudo, quando nós chegamos, o Sarney criou a Floresta Nacional [Saracá-Taquera]. [...] de 19 a 22 de dezembro nós estivemos lá por Brasília e quando foi 27 de dezembro de 1989 o Sarney foi em Trombetas e criou a Saracá Taquera. Aí pronto, foi um golpe pra nós, porque ficou mais difícil aquele território pra lá, porque já era duas UC's: a REBIO, que o dr. Vagner já tinha avisado que era difícil, agora mais a FLONA

(CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará, [Grifo nosso]).

É possível perceber na fala de Carlos Printes que a pretensão era iniciar o processo de titulação das terras pelas comunidades do Alto Trombetas, que haviam sido atingidas com perdas territoriais com a criação da REBIO do Trombetas, inclusive a comitiva que foi a Brasília reivindicava apoio para essa ação, contudo com o “golpe sofrido” tiveram que rever seus planos e escolheram, após as orientações do Procurador da República Wagner Gonçalves, outro território e continuaram a reivindicar o título. A criação da FLONA Saracá - Taquera é considerada um “golpe” porque significa mais perdas de espaços e ao invés de representar a salvaguarda dos recursos naturais traz implícito o poder de *lobby* da MRN junto ao Estado. A criação de mais uma unidade de conservação é uma “manobra legal” que torna praticamente inviável a titulação dos territórios quilombolas, porém, garante a expansão do capital e o futuro da atividade minerária em *terras tradicionalmente ocupadas*, dito de outra forma, às comunidades quilombolas o Estado oferece o seu autoritarismo e às empresas seu protecionismo.

Com relação a essa situação, baseada em Santos (2004), considero que com a criação das UCs o Estado desencadeia apoiado em ações jurídicas um processo de *produção da invisibilidade* das comunidades quilombolas, ou seja, sem escrituras de posse ou títulos de legitimação, mesmo que estejam vivendo naquele território o Estado ignora a presença, produz a *não-existência* das famílias quilombolas, que desde tempos pretéritos ali viviam. A produção da não-existência é um recurso utilizado historicamente pelo Estado em benefício das classes hegemônicas e logicamente em desfavor das minorias, que veem suas experiências e vivências invisibilizadas diante de interesses capitalistas.

Conforme Santos (2004, p. 786) esse processo acontece sempre que uma entidade, um grupo étnico, uma comunidade é “desqualificada, tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível”, com o objetivo de mostrar que “o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe”. Se não há elementos que legitimem ou sacralizem juridicamente a existência das comunidades quilombolas do Trombetas no momento da criação das UCs, o Estado se vale disso para determinar a sua *não-existência*.

No passado, por volta de 1900, os afrodescendentes já haviam enfrentados um processo parecido com relação a legitimação jurídica dos territórios e adotaram algumas medidas para não perderem seus espaços. Diante de situações como essa, a ressignificação de acontecimentos, memórias, lutas e enfrentamentos do passado é importante, porque além de

servir como elemento de coesão, “cimento social”, promove o que Hobsbawn (2002) chama de *invenção das tradições*.

Nesse sentido, considero que a ARQMO promove uma verdadeira *invenção* ou *(re)invenção das tradições* ao elaborar “reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória”, compelindo o grupo a visualizar “contrastes entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social” (HOBSBAWN, 2002, p. 10).

Convém destacar que “*inventar as tradições*” não significa que os *filhos do Trombetas* repitam de modo irrefletido, inconsciente ou instintivo determinados comportamentos ou práticas, pelo contrário, está relacionado a processos reais de um grupo social que transforma “dialeticamente suas práticas” (ALMEIDA, 2006). “Trata-se de práticas que vão sendo política e socialmente definidas; transformadas e aperfeiçoadas na própria dinâmica desse processo de criação ou de ‘invenções’, criativamente construídas pelos agentes sociais” (RANCIARO, 2006, p. 16).

As práticas são criadas, “inventadas” ou (re)inventadas diante do que está posto, a partir de situações dadas se projeta ações e atos mobilizatórios em defesa do território e em busca de direitos. A ARQMO, enquanto movimento organizativo institucionalizado, elabora as condições objetivas e políticas de luta, tanto quando tece alianças e parcerias quanto quando produz suas pautas, suas denúncias e reclamações de forma autônoma. Wanderley (2008) destaca que a institucionalização do movimento organizativo deu um novo rumo para as lutas dos quilombolas do Trombetas.

Na década de 1990, a ARQMO, com o apoio da ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI-SP - partiu para ofensiva contra os abusos do órgão ambiental e da Polícia Federal - PF na REBIO, que perduravam por mais de dez anos. Aproveitando-se das novas redes sociais e da democratização política, os negros passaram a utilizar as vias institucionais como meios de lutar. Assim, apresentaram as denúncias junto ao Ministério Público Federal. Como resposta, abriu-se uma Ação Civil Pública contra a PF e realizou-se uma reunião com autoridades do IBAMA em Brasília. Pretendendo uma gestão ambiental menos militarizada e mais humanizada, como propunha a Constituição de 1988 [...], o órgão acenou para a retirada da PF, o abrandamento da repressão e a flexibilização das normas do território (WANDERLEY, 2008, p. 100)

A associação quilombola se fortaleceu e se consolidou politicamente por suas pautas, reivindicações e posicionamentos firmes diante das situações antagônicas que enfrentavam. A ARQMO continuou a articular parcerias regionais, nacionais e internacionais e serviu de

inspiração para a fundação de outras associações representativas. Na Associação das Comunidades Quilombolas do Pará – Malungo e na Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, a ARQMO passou a ocupar uma posição de destaque e mostrar cada vez mais o poder de mobilização dos *filhos do Trombetas*. Em 1990, com assessoria da CPI – SP, os coordenadores da ARQMO conseguiram financiamentos de instituições internacionais e viajaram até Paris, França, e durante uma sessão dedicada à Amazônia Brasileira no Tribunal Permanente dos Povos²⁷ denunciaram os conflitos ambientais e territoriais, a omissão do governo pelo não cumprimento do artigo 68 do ADCT e fizeram um apelo pela titulação de suas terras (TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. Sessão Amazônia Brasileira. Sentença. Paris, 1990).

No ano de 1992, o líder quilombola Carlos Printes representou a ARQMO no II Tribunal Internacional das Águas, em Amsterdã, na Holanda. O fórum debate problemas ambientais causados por empresas, especialmente os casos que afetam os recursos hídricos. Nesse evento o representante quilombola denunciou o projeto de construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, a atuação da MRN e o descaso desta com as comunidades de quilombo, inclusive a poluição do Lago do Batata, onde a mineradora despejou por dez anos consecutivos os rejeitos de bauxita sem nenhum tratamento.

A denúncia teve grande repercussão na imprensa nacional e internacional, inclusive, ainda no ano de 1992, a rede londrina de radiodifusão, *British Broadcasting Corporation* (BBC), enviou uma jornalista à região do Trombetas para conhecer e reportar a situação das comunidades quilombolas. Nesse evento alguns representantes das empresas acionistas da MRN estavam presente e acompanharam as proporções das denúncias, o que resultou numa tentativa de diálogo e aproximação por parte da MRN com as comunidades, principalmente com a comunidade Boa Vista, localizada nas redondezas da vila de Porto de Trombetas (ARCHANJO, 2015).

As ações de denúncia e reivindicação da ARQMO contra a MRN e os órgãos ambientais continuaram e ainda em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO 92, os quilombolas denunciaram as situações antagônicas que enfrentavam. Diante da “*invenção*” de várias ações de luta em defesa dos territórios, Almeida (2011, p. 187) destaca que “os povos e comunidades

²⁷ O Tribunal Permanente dos Povos (TPP) foi fundado em 1979 em Bolonha, na Itália. O TPP é um órgão independente, que surgiu para atender povos, pessoas e organizações da sociedade civil e examina situações de violações de direitos. O TPP de Paris aconteceu de 12 a 16 de outubro de 1990, e segundo o relatório da sentença do evento, a Sessão Amazônia Brasileira foi uma iniciativa de 30 entidades brasileiras, entre elas a Comissão Pró-Índio de São Paulo e a Fundação Lelio Bessa. Disponível em: <http://tpp.cdhal.org/>

tradicionais estão se constituindo numa importante força política de resistência às investidas devastadoras dos grandes interesses econômicos”.

O resultado das mobilizações do coletivo quilombola veio com a titulação da primeira comunidade, Terra ou Território Quilombola (TQ) Boa Vista, em 1995. A decisão de iniciar a regularização das terras pela comunidade Boa Vista se deu depois da orientação do procurador Wagner Gonçalves e também da criação da FLONA Saracá Taquera (1989), o líder quilombola Carlos Printes contou como se deu a decisão de começar o processo de regularização por essa comunidade.

Sentamos e dissemos vamos ver qual território, qual área a gente vai fazer, isso entre nós, em reunião, em conversa. Aí nós pensamos vamos fazer a área do Erepecuru, iniciamos lá no Erepecuru, cortando o pico pra identificar o tamanho da área que as comunidades queriam. Pensamos desde o início [...] em criar uma área coletiva, porque tudo o que tinha lá, área de castanhal, açazal, pertencia pra todos e não só pra uma pessoa, se fosse os lotes, alguns iam ser prejudicados, uns iam ser beneficiados, ia gerar intriga[...] Começamos no Erepecuru e começamos a andar, e de lá nós vimos que nós podia comprar uma briga com a MRN [...] pra titular o território da Boa Vista, até mesmo porque é uma comunidade só e talvez o título saia mais rápido, era menor. Aí foi que nós planejamos [...] fomos lá [na comunidade Boa Vista], falamos pra eles o que a gente tinha pensado, se tavam de acordo ou não. Nesse tempo tinha uma pessoa do Boa Vista, o José dos Santos, que fazia parte da coordenação da ARQMO e com ele a gente articulou e começamos a batalhar pra conseguir a titulação do Boa Vista. Mas a gente pensou que o território que a comunidade ia identificar fosse maior, mas não, eles demarcaram um tamanho bem menor que não atingiu o que a gente queria pra comprar uma briga com a Mineração [...] nós ainda questionamos: não é pequeno pra vocês, pro tamanho da comunidade? E eles, não, esse tamanho dá, aí a gente aceitou a proposta da comunidade (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará, [Grifo nosso]).

É importante notar na narrativa de Carlos Printes que o movimento organizativo priorizou desde o início do processo de titulação áreas coletivas, pois o território “*pertencia pra todos e não só pra uma pessoa*”, passando a ideia de que o território para os quilombolas é uma conquista/herança dos antepassados, não pertence a uma família ou uma pessoa e sim para o grupo, para a coletividade. A percepção dos quilombolas com relação a apropriação de terras é de “uso comum”, acessível ao coletivo, visão esta diferenciada dos princípios da propriedade privada onde uma pessoa ou empresa usufrui individualmente desse bem (ALMEIDA, 2008).

A titulação por lotes individuais se opõe ao uso coletivo e o líder quilombola destaca que “*se fosse os lotes, alguns iam ser prejudicados, uns iam ser beneficiados, ia gerar intriga*”, justamente porque a divisão territorial privilegiaria alguns. Desde as gerações passadas, as formas de manejo e apropriação das áreas e recursos naturais se dão baseadas em normas convencionais de aceitação consensual firmadas pelos agentes sociais, processo

característico de *territorialidades específicas*. Ao lotear o território individualmente e ocasionar desentendimentos nessas unidades sociais, o capital encontraria “brechas” para dividir, enfraquecer o coletivo quilombola e destruir ou alterar drasticamente o modo de vida nos territórios etnicamente configurados.

A expansão capitalista lograria deste modo destruir tais formas convertendo as terras de uso comum à possibilidade de apropriação individual, resgatando-as ao mercado pela desmobilização daqueles fatores, que são vistos como subvertendo, em certa medida, o caráter privado da apropriação (ALMEIDA, 2008, p. 167).

Foram muitos enfretamentos até a titulação do TQ Boa Vista, principalmente porque a Mineração Rio do Norte, tinha interesse que acontecesse uma titulação individual, o que torna as especulações e negociações envolvendo a terra menos difíceis. No período de instalação da MRN no vale do Trombetas, além de comprar as áreas dos “*patrões da castanha*” e remover as famílias que ocupavam tais espaços, a empresa já tinha tentado fazer um acordo com os quilombolas da comunidade Boa Vista, inclusive pagando indenizações irrelevantes, porém alguns comunitários receberam o valor, mas não abandonaram suas casas. Houve por parte da MRN uma tentativa de interferência no processo de titulação da comunidade Boa Vista, inclusive solicitando visitas surpresas dos técnicos do INCRA ao TQ e uma grande pressão para que os títulos atendessem seus interesses (ARCHANJO, 2015).

Há explicitamente um jogo contraditório de interesses e conforme Thompson (1981, p. 190) “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores”, nesse caso fica evidente que os quilombolas defendem seus espaços de vivências, seus direitos étnicos territoriais enquanto que a MRN, ao interferir no processo de titulação, defende a expansão do capital e tenta desarticular o movimento político-organizativo do grupo. É evidente que esse jogo não ameaça apenas a apropriação da terra, ameaça um modo de vida, “o valor do sentimento, da identidade com o meio, do cotidiano, da experiência social” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 55).

Em Almeida (2008, p. 29 - 30) se observa que em situações como essa “um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito”, reforçam politicamente as mobilizações, ou seja, as comunidades quilombolas objetivadas em movimentos político-organizativos constroem socialmente suas ações de resistência para defenderem seus territórios e resistirem a “seus antagonistas e aos aparatos de estado”. A seguir, na fala de Carlos Printes é possível identificar uma das formas de reação das comunidades quilombolas frente ao avanço da MRN, às políticas do estado e para

delimitação das áreas a serem demarcadas. “*Uma das nossas estratégias era cortar o pico, era perguntar das comunidades até onde vocês usam? Aí as comunidades diziam: olha nós usamos até em tal lugar, então vamos cortar o pico até lá naquele lugar onde as pessoas usam, aí a gente fazia isso identificando o território*”²⁸.

“*Cortar o pico*” se refere a delimitar as áreas de manejo das comunidades e ao fazê-lo os quilombolas não permitem que o outro delimite seu espaço, não toleram que “*o estranho*” demarque suas áreas de reprodução física e social, estes sabem que “*os de fora*” não consideram os vínculos afetivos ou étnicos existentes nas terras de pertencimento coletivo, os agentes externos são coniventes com as políticas do estado e do capital. Quando as “*comunidades dizem usamos até em tal lugar*” revela-se as regras consensuais de apropriação e uso comum do território, em outras palavras, as “normas específicas” são estabelecidas socialmente e respeitadas pelos componentes das unidades sociais, cada comunidade reconhece os limites do território.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão responsável pela titulação no TQ Boa Vista, pretendia fazê-la em lotes individuais, pois além da pressão da MRN, até então juridicamente assim eram feitas as titulações. O líder quilombola Daniel Souza relembra os embates e a resistência dos quilombolas para que essa comunidade conseguisse o título coletivo, baseado no artigo 68 do ADCT da Constituição Federativa (1988).

O INCRA pensou que ia titular individual e veio fazer a reunião, mas o Boa Vista foi quilombo pra valer nesse momento, quando reuniu o INCRA e disse, não, não e não [...]. Nós queremos a titulação coletiva! E o INCRA dizia que não tinha, e nós dizia como não tem? O que diz o artigo? Vocês já viram quilombo morar um lá na caixa preta e outro pra li? Vocês sempre viram quilombo junto. Aí o INCRA saiu da reunião e foi embora. O Boa Vista não abriu mão, isso eu adorei demais. Zé do Melo, os irmãos, primos dele, o pai do Manduca, não aceitaram a titulação individual, ninguém nunca viveu assim, individual. Nós resistimos para não abrir mão do coletivo²⁹.

Na fala do líder quilombola Daniel Souza é interessante observar que diante de ações que poderiam destruir ou alterar os processos de territorialização das *terras tradicionalmente ocupadas* “o Boa Vista foi quilombo pra valer”, “nós resistimos para não abrir mão do coletivo”, pois “ninguém nunca viveu assim, individual”. Na narrativa também se pode perceber como a coesão social e a solidariedade do grupo fortalecem o coletivo quilombola diante de situações conflitantes. O fato de a comunidade não aceitar a titulação individual e

²⁸ Carlos Printes, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018, em Oriximiná, Pará.

²⁹ Entrevista concedida a Corrêa (2016) em 10 de junho de 2015, em Oriximiná, Pará.

manter uma posição uníssona diante de tal situação mostra a força, o poder de mobilização e o amadurecimento político-organizacional desses agentes históricos.

As considerações de Touraine (2006) indicam que em situações de conflito os agentes sociais tendem a se mobilizar, organizar e lutar. As identidades convergem para interesses comuns e propiciam a formação de alianças e a consolidação de organizações político-organizativas. Os indivíduos se empenham para a luta por questões coletivas, se reconfiguram como agentes sociais politizados, as funções e relações sociais são redefinidas. Os *filhos do Trombetas* se mobilizam em defesa de sua territorialidade e resistem aos ataques de seus antagonistas.

Daniel Souza ressalta que o processo de titulação coletiva do TQ Boa Vista norteou as ações da ARQMO nas regularizações fundiárias posteriores e conforme o líder “*o INCRA aprendeu com a gente [sobre] a titulação coletiva e com um longo debate. A mensagem do coletivo, propriedade definitiva coletiva, isso só se discutia só para o índio, não para os quilombolas*”³⁰, fato que revela a força política, a firmeza das reivindicações e evidencia como os quilombolas passam a ser os “senhores de sua própria história, senhores de seus próprios territórios”.

Cabe destacar que Daniel Souza mora na comunidade Jauari, no TQ Erepecuru, e não em Boa Vista, mas se refere a comunidade como se morasse/fizesse parte da mesma, o que dá a entender que as várias unidades comunitárias formam um mesmo “*quilombo*”, nas palavras do senhor Daniel, “*um quilombo de verdade*”. Há um “cimento social” que une essas comunidades, há um sentimento de pertencimento não a um lugar de morada, mas ao território como um todo formado pelas unidades quilombolas, há elementos identitários, étnicos e formas específicas de territorialização que tendem para união do grupo e consolidação da territorialidade.

O território quilombola é uma herança das gerações passadas, mesmo com algumas adaptações das gerações atuais e com perdas nos tempos mais recentes por conta de processos de usurpação territorial e de políticas ambientalistas, as comunidades quilombolas do Trombetas conservam elementos culturais que as identificam como pertencentes a uma “*territorialidade específica*”. Almeida (2008, p. 29) assinala que as “*territorialidades específicas*” podem ser entendidas como “resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território” e é

³⁰ Entrevista concedida a Archanjo (2015) em 05 de novembro de 2013, em Oriximiná, Pará, [Grifo nosso].

onde realizam sua maneira de ser e asseguram sua reprodução física e social. Em outras palavras pode-se dizer que cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonistas diferenciados, e tal construção implica também numa relação diferenciada com recursos hídricos e florestais (ALMEIDA, 2008, p. 72).

A relação específica que as comunidades quilombolas estabelecem com o território tem como característica o uso comum da terra e manejo coletivo dos recursos naturais, e conforme O'dwyer (2010) essa relação além de contrariar a lógica individual e comercial capitalista cristaliza suas territorialidades. A forma de usufruir, o manejo e as práticas sociais das comunidades tradicionais se traduzem em territorialidades e qualificam o território. Nesse sentido, Haesbaert (2005) ressalta que a territorialidade está ligada ao modo como os agentes sociais consomem o território, diz respeito a organização, as relações sociais e ao significado que dão aos lugares, ao espaço geográfico.

Conforme as orientações de Almeida (2008a) ao falarmos de comunidades tradicionalmente ocupadas, como é o caso das comunidades quilombolas, devemos pensar em processos sociais de territorialização, pois estes implicam um fazer social e “evidenciam os agentes sociais como sujeitos que estão mobilizados pelo reconhecimento de seus direitos de livre acesso aos recursos naturais” (ALMEIDA, 2008b, p. 85). Esses processos de territorialização resultam em *territorialidades específicas*. Assim, deve-se considerar que “a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força” (ALMEIDA, 2008a, p. 39).

Devido o foco deste estudo ser as ações organizativas do coletivo quilombola do Alto Trombetas 1, aqui convém pensarmos na categoria territorialidade. Nas considerações de Paul Little (2002, p. 3) territorialidade é “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’. Dito de outro modo, os agentes sociais se “territorializam” ao apropriarem-se de um determinado território, a partir de então, passam a agir, desfrutar, organizar, significar esse espaço geográfico, manifestar elementos identitários, relações sociais e de poder se revelam, se concretizam e convergem para a construção do território. Conforme Corrêa (2016) é assim que os indivíduos exercem sua territorialização e de forma dinâmica, contraditória e complexa constroem sua territorialidade.

Ranciaro (2016, p. 75-76) destaca que nesses processos de territorialização “há uma integração entre a terra (lugar de convivência) e o território (espaço de luta e resistência)”. A terra (materialidade, dimensão geográfica) é o espaço de ação, é onde os agentes sociais atuam/trabalham conforme a necessidade de cada unidade familiar, já o território é palco para

a materialização das relações sociais, de poder, de conflitos e de resistência (HAESBAERT, 2004). Em se tratando das comunidades quilombolas, o território é mais que uma extensão geográfica ou um limite físico, é espaço de cultura, de religião, de identidade, de história, de memórias e vivências. Acevedo Marin e Castro (1998) destacam que o espaço físico-geográfico das comunidades quilombolas é construído por meio de relações sociais de homens e mulheres, que mantêm estreitas ligações entre recursos naturais e elementos materiais e imateriais.

À terra, produto do trabalho humano, incorporam-se conceitos que a qualificam semanticamente. Sob a ótica de sua extensão geográfica se tem a designação de *território*; por outro lado, como elemento que funda a organização de grupos e seu ordenamento político, o *espaço terra* converte-se em “territorialidade específica”, dotada de coesão e conflitos sociais (RANCIARO, 2016, p. 71, [Grifo do Autor]).

Nessa perspectiva, o território quilombola traz imbricado elementos de identidade social, o sentimento de pertença e a construção de uma “territorialidade específica”, que se constitui dinamicamente em face de movimentos de mobilização organizativa e política, para garantir livre acesso à terra e aos recursos naturais. Conforme Haesbaert (2005) essa maneira própria dos quilombolas de construir o território e de se relacionar com o espaço geográfico, demonstra que o território tem, desde sua origem, uma conotação material e simbólica, e mais

[...] etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2005, p. 674)

As considerações de Haesbaert descrevem indiretamente as situações de conflito enfrentadas pelas comunidades quilombolas do Trombetas. O capital e o Estado desejam o controle jurídico-político da terra e os quilombolas se sentem “alijados” desta, dos seus direitos e impedidos de usufruir do “*territorium*”. Assim, o território é “um universo de fatores complexos e contraditórios dotados de relações de poder e resistência” (RANCIARO, 2016, p. 71). Os conflitos territoriais não envolvem apenas disputa por terra, por um lugar para morar, a luta das comunidades quilombolas é para manter viva sua cultura, suas lembranças, a história de um grupo étnico. Conforme Almeida (2011), as lutas territoriais, são também lutas culturais e estas são inseparáveis das lutas econômicas.

Na atualidade, essa luta [cultural] é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas (HALL, 2003, p. 255, [Grifo nosso]).

Nesse sentido, é possível dizer que o “campo de batalha” ainda permanece nos territórios do Trombetas, mesmo tendo garantido constitucionalmente os direitos territoriais, por meio do artigo 68 do ADCT, as titulações só se efetivaram diante de pressões e mobilizações políticas estratégicas. Vale lembrar da luta, dos enfrentamentos narrados por Carlos Printes e Daniel Souza a respeito do primeiro título coletivo nas comunidades quilombolas do Trombetas. Depois de conseguir a primeira vitória na comunidade de Boa Vista, a luta pela efetivação dos direitos territoriais prosseguiu em outras comunidades. A titulação do TQ Boa Vista (1995) delineou nos anos seguintes a regularização dos demais territórios, conforme as informações contidas no Quadro 1:

QUADRO 1: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS TITULADOS EM ORIXIMINÁ - PA

TERRITÓRIO	COMUNIDADES	ANO	ÓRGÃO	DIMENSÃO TITULADA
BOA VISTA	Boa Vista	1995	INCRA	1.125,043 hectares
ÁGUA FRIA	Água Fria	1996	INCRA	557,1355 hectares
TROMBETAS	Mussurá, Bacabal, Arancuan de Cima, Arancuan do Meio, Arancuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II e Jarauacá.	1997	INCRA/TERPA	231.610,2939 hectares.
EREPECURU	Poço Fundo, Acapú, Jarauacá, Varre Vento Erepecurú, Boa Vista Cuminá, Monte dos Oliveiras, Santa Rita, Jauari, Araçá, Espírito Santo, São Joaquim e Pancada.	1998/2000	INCRA/ITERPA	80.887,0941 hectares
CACHOEIRA PORTEIRA	Vila Nova de Cachoeira Porteira	2018	ITERPA	225.289,5222 hectares

Fonte: CPI-SP; Organização dos dados: Ana Caroline A. Soares (2020).

Conforme dados da CPI- SP (2019) há territórios que estão com processos de titulação em andamento, como é o caso do TQ Alto Trombetas 1, TQ Alto Trombetas 2 e TQ Ariramba. O TQ Ariramba, formado pela comunidade Nova Jerusalém, foi titulado parcialmente no ano de 2018 pelo Instituto de Terras do Estado do Pará – ITERPA. O TQ Alto Trombetas 1, que abrange as comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Tapagem, Sagrado Coração e Mãe Cué, também se encontra em situação de título parcial emitido pelo ITERPA. No ano de 2003 as comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho foram tituladas por estarem situadas em terras estaduais, as demais comunidades encontram-se em áreas federais, como a REBIO do Trombetas e FLONA Saracá-Taquera, e cabe o INCRA a regularização fundiária (Vide Quadro 2).

As informações contidas no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do TQ Alto Trombetas 1 revelam que desde novembro de 2003 a ARQMO solicitou por meio de ofício enviado ao INCRA/SR30, sediado em Santarém, a instauração de processo administrativo para a regularização de três (3) terras de quilombo no alto Rio Trombetas, Oriximiná, sendo umas delas o Alto Trombetas 1 (RTID ALTO TROMBETAS 1, volume 1, p. 3; 19).

QUADRO 2: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS PARCIALMENTE TITULADOS OU EM VIAS DE TITULAÇÃO – ORIXIMINÁ - PA

TERRITÓRIO	COMUNIDADES	SITUAÇÃO/ANO	ÓRGÃO	DIMENSÃO TITULADA	DIMENSÃO EM VIAS DE TITULAÇÃO
ALTO TROMBETAS 1	Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Sagrado Coração de Jesus, Mãe Cué e Tapagem.	Parcialmente titulado 2003/2010	ITERPA/ INCRA	79.095,5912 hectares.	161.719,4276 hectares
ARIRAMBA	Nova Jerusalém	Parcialmente titulado 2018	ITERPA/ INCRA	10.454, 5619 hectares	12.496,2941 hectares
ALTO TROMBETAS 2	Juquirizinho, Juquiri Grande, Jamari, Curuçá, Palhal, Último Quilombo do Erepecú, Nova Esperança e Moura	Em processo de titulação desde 2014	INCRA	189.657,8147 hectares	189.657,8147 hectares

Fonte: CPI-SP; Organização dos dados: Ana Caroline A. Soares (2020).

Os dados da CPI – SP indicam (Vide Quadro 3 e Mapa 1) que em Oriximiná os quilombolas estão distribuídos em 38 comunidades as margens dos rios Trombetas, Erepecuru, Acapu e Cuminá. Atualmente, são aproximadamente 10.000 quilombolas, cerca de 1200 famílias que vivem em oito territórios étnicos³¹. Mesmo com o processo de desterritorialização iniciado no passado (Vide Figura 1), os quilombolas conseguiram resistir e manter boa parte de seus territórios, contudo, cerca de 16 comunidades quilombolas ainda aguardam titulação, ou seja, a luta e resistência pela titulação das terras continuam.

³¹ Dados disponíveis no site da CPI <http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/>.

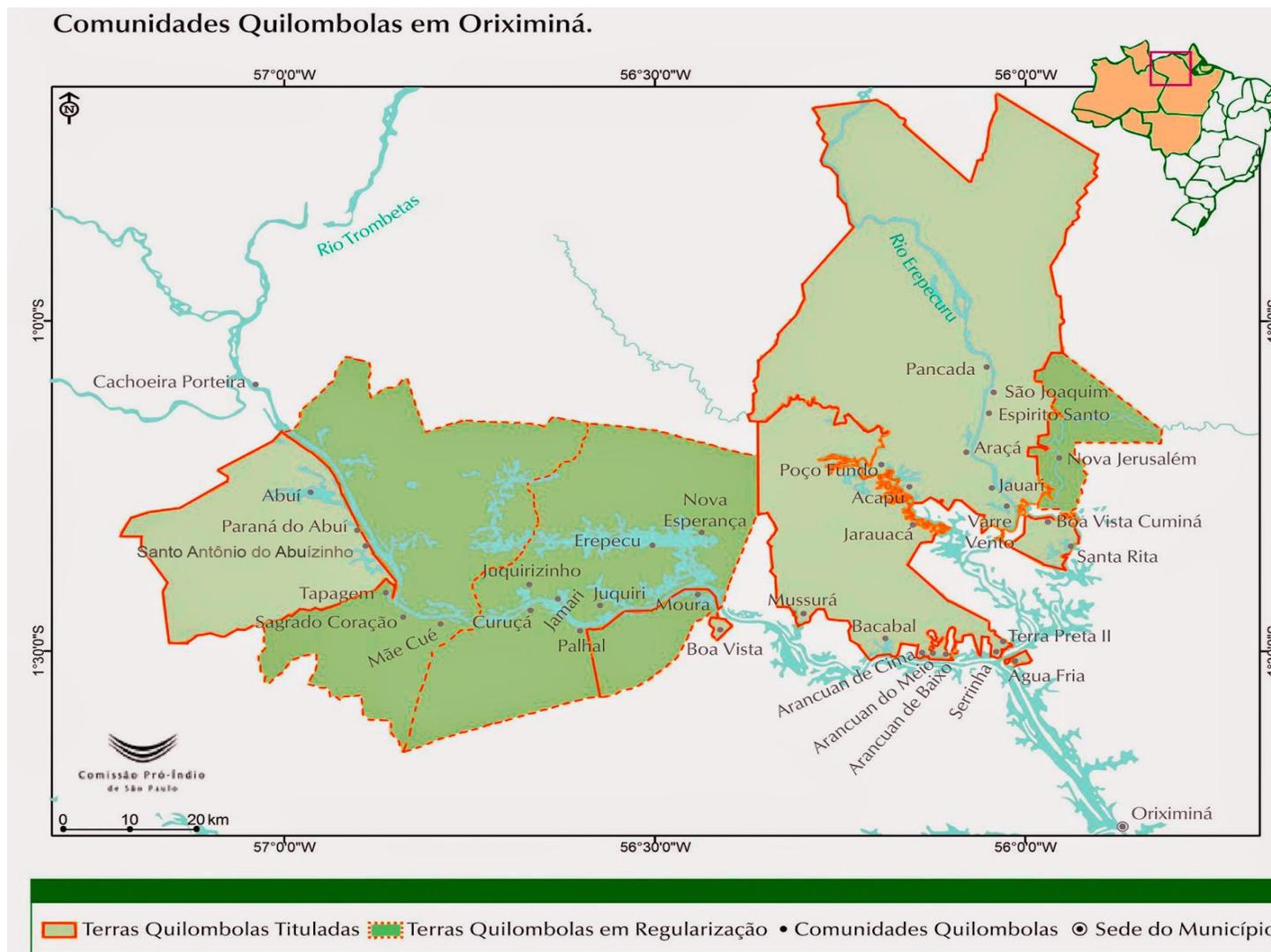
QUADRO 3: COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ - PA

COMUNIDADES	TERRITÓRIO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO
Boa Vista	BOA VISTA	TITULADO	INCRA
Água Fria	ÁGUA FRIA	TITULADO	INCRA
Mussurá, Bacabal, Arancuan de Cima, Arancuan do Meio, Arancuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II e Jarauacá.	TROMBETAS	TITULADO	INCRA/TERPA
Poço Fundo, Acapú, Jarauacá, Varre Vento Erepecurú, Boa Vista Cuminá, Monte Dos Oliveiras, Santa Rita, Jauari, Araçá, Espírito Santo, São Joaquim e Pancada	EREPECURU	TITULADO	INCRA/ITERPA
Vila Nova de Cachoeira Porteira	CACHOEIRA PORTEIRA	TITULADO	ITERPA
Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Sagrado Coração de Jesus, Mãe Cué e Tapagem ³²	ALTO TROMBETAS 1	PARCIALMENTE TITULADO	ITERPA/INCRA
Nova Jerusalém	ARIRAMBA	PARCIALMENTE TITULADO	ITERPA
Juquirizinho, Juquiri Grande, Jamari, Curuçá, Palhal, Último Quilombo do Erepecú, Nova Esperança e Moura	ALTO TROMBETAS 2	EM PROCESSO DE TITULAÇÃO	INCRA

Fonte: CPI-SP; Organização dos dados: Ana Caroline A. Soares (2020).

³²No TQ Alto Trombetas 1, as comunidades Abuí, Paraná do Abuí e Santo Antônio do Abuizinho foram tituladas em 2003 pelo ITERPA e em 2010 esse título foi retificado pelo mesmo órgão. As comunidades do Sagrado Coração de Jesus, Mãe Cué e Tapagem encontram-se em vias de titulação pelo INCRA.

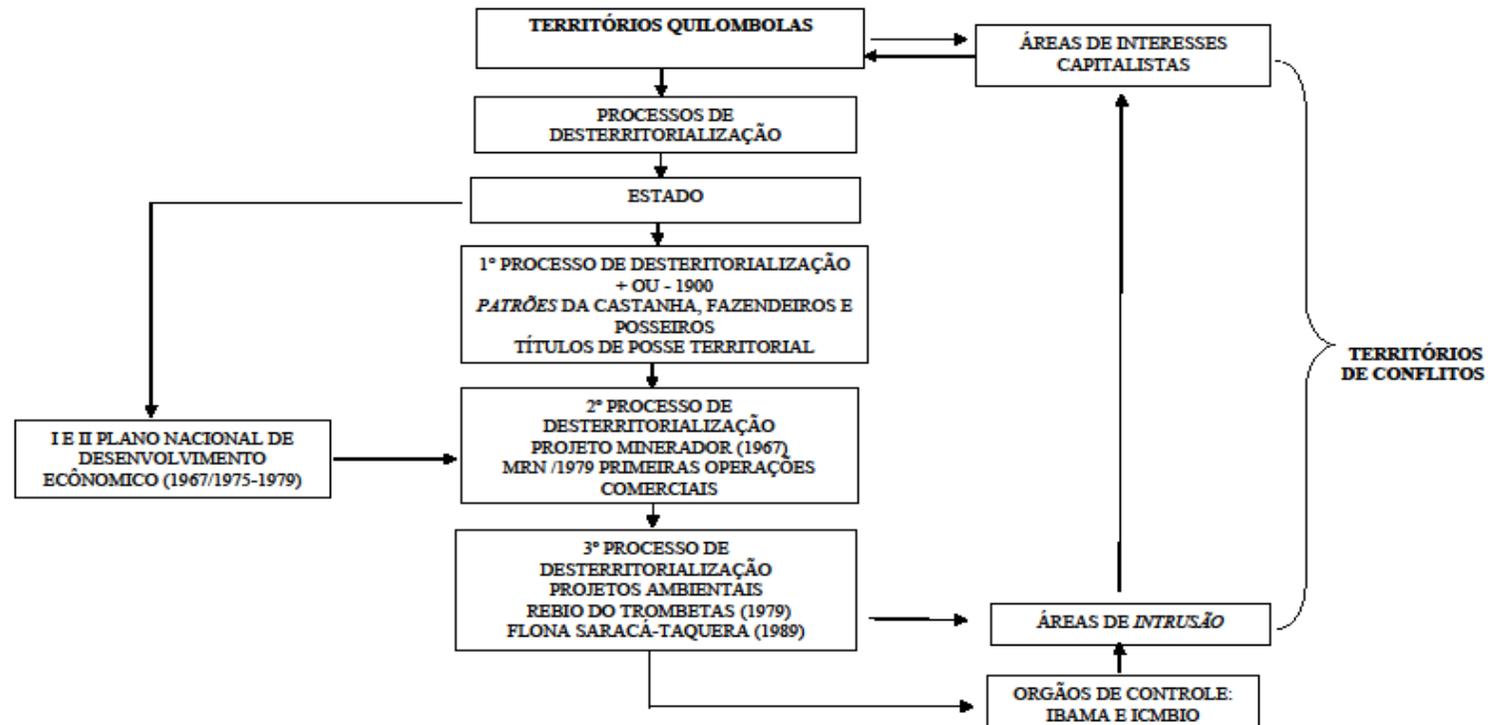
MAPA 1: COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM ORIXIMINÁ – PA



Fonte: CPI-SP, com adapta es de Ana C. A Soares (2020).

FIGURA 1: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, DESTERRITORIZAÇÃO E TERRITÓRIOS DE CONFLITOS

FLUXOGRAMA 1: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, DESTERRITORIZAÇÃO E TERRITÓRIOS DE CONFLITOS



Fonte: Elaboração de Ana Caroline A. Soares, a partir de dados levantados na pesquisa (2020).

As comunidades quilombolas de Oriximiná têm suas histórias vinculadas aos territórios, esses espaços têm um valor incalculável, valor cultural, espiritual, são espaços onde se desenvolvem formas de manejo e uso coletivo da terra, mas para além de limitações físicas e geográficas, são *terras de preto*, “territórios de memórias”, lugares que guardam e contam sobre vivências, experiências, saberes e práticas dos *filhos do Trombetas*.

A história das comunidades quilombolas de Oriximiná é marcada por lutas, conflitos e tensões em torno de questões territoriais. O grupo tem defendido seus direitos intensamente para não ter seus territórios expropriados pelo Estado e pelo grande capital. As estratégias e ações de resistência precisam ser reelaboradas e recriadas constantemente, principalmente nas comunidades que ainda aguardam a titulação e estão sobrepostas em UCs ou em área de interesses dos capitalistas. Sem as titulações, as comunidades quilombolas vivem ameaçadas por madeireiros, grileiros, pescadores profissionais, projetos minerários, hidrelétricos e outros. Além das pressões e ameaças, os agentes sociais não têm acesso a determinadas áreas, que antes eram destinadas aos cultivos e as atividades de coleta, que agora são controladas por fiscais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Passadas três décadas da publicação do artigo 68 do ADCT, as comunidades quilombolas do Trombetas ainda permanecem em busca da efetivação dos direitos adquiridos e o fato de ainda não terem conseguido, de não terem seus territórios titulados, não faz com que estes deixem de existir. As práticas e ações de resistência podem até girar em torno dessas normas e dispositivos legais, mas não são esses aparatos que determinam a dinâmica da vida social (ALMEIDA, 2011). Esse grupo social continua à mercê de situações aviltantes, perigosas, que põem em risco a reprodução física e social do grupo, isso gera uma necessidade de resistência e luta no dia a dia.

Conforme Castro (2017, p.19), as pressões e conflitos por territórios, que as comunidades tradicionais estão vivenciando, resultam “de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas”. As políticas governamentais para a Amazônia priorizam empreendimentos voltados para os mercados de *commodities*, como mineração, pecuária, exploração madeireira, agricultura mecanizada e projetos de grandes obras de infraestrutura como hidrelétricas, rodovias, gasodutos e outros, não respeitando as relações que os grupos sociais e étnicos da região mantém com os territórios.

Os dispositivos legais garantidos pelo Estado como o Código de Mineração, o Código Florestal, as privatizações de recursos naturais (rios e floresta) e outros instrumentos, flexibilizam direitos sociais e étnicos de quilombolas, indígenas, seringueiros e outras

comunidades tradicionais. “Imensas áreas de terras foram esvaziadas de critérios e controles, colocadas à venda, expostas à grilagem, à internacionalização por empresas ou outros agentes de bandeiras e culturas diferentes” (CASTRO, 2017, p.36).

As terras tradicionalmente ocupadas têm sido motivo de conflitos, articulações e ameaças, situações estas que ocorrem na maioria das vezes com o aval do poder institucionalizado. As pressões dos projetos macroestruturantes que atravessam as comunidades quilombolas do Trombetas tendem a crescer e encontrar meios de se apropriar das terras e recursos; para garantir a integridade de seus territórios e de identidade, os quilombolas precisam reforçar ou recriar ações de resistência.

CAPÍTULO 2:
CAMINHOS E TERRITÓRIO DA PESQUISA:
COMUNIDADE TAPAGEM



Comunidade Tapagem, Janeiro, 2019.
Fonte: Acervo Fotográfico da Pesquisa de Campo.

2 CAMINHOS E TERRITÓRIO DE PESQUISA: COMUNIDADE TAPAGEM

2.1 O LUGAR DA PESQUISA E O PERCURSO METODOLÓGICO

“O Alto Trombetas é distante, a Tapagem é longe”; “hoje não, mas antes pra chegar pra lá era dois ou três dias remando”, esses foram os primeiros comentários que ouvi em conversas informais, em julho de 2018, com os líderes quilombolas Daniel Souza³³ e Carlos Printes³⁴, conselheiros da Associação de Remanescentes de Quilombo de Oriximiná (ARQMO). Não chegava a ser uma informação nova, pois sendo natural de Oriximiná, tendo feito algumas leituras e conversado anteriormente com alguns quilombolas tinha uma prenoção sobre a região. Contudo, os comentários dos senhores Daniel e Carlos soavam com uma indagação: Tem certeza que deseja fazer pesquisa nesse território, nessa comunidade?

E a resposta vinha justamente das narrativas de ambos, quando falavam das lembranças dos antepassados que “*corridos da escravidão*” viveram verdadeiras aventuras em busca da “*tão sonhada liberdade*”. Muitos se embrenhavam na floresta e com ela aprendiam que ser livre era possível, ela ensinou como uma “mãe” os caminhos, por isso são conhecidos como “*filhos do Trombetas ou filhos das matas*”. Daniel e Carlos são enfáticos ao dizerem que é nesse passado de fuga, resistência e luta que encontram forças para a (re)existência do presente.

A verdade é que eu tinha mesmo uma prenoção, somente após a primeira ida a campo, pude ter a noção da distância que estava do objeto da pesquisa, não apenas em quilômetros ou em horas de viagem, mas do “novo mundo” de informações que se apresentava a mim e eu precisava apreender. Naquele momento foi possível conjecturar as leituras e as lutas por liberdade, territorialidades e direitos, foi na ida a campo que pude começar a refletir sobre aquele lugar, as pessoas, as vivências e muitos outros aspectos. E então percebi que eu precisaria “remar” muito para chegar à Tapagem, não apenas dois ou três dias, seria preciso bem mais, precisaria me “embrenhar nas matas” para entender aquele “mundo” e as “*gentes de lá*”. Penso já ter iniciado a “*remação*”, “*os filhos do Trombetas*” estão a me ensinar os caminhos e já entendi que precisarei subir e descer o rio por diversas vezes e ainda assim não aprenderei tudo, é muita vivência, é muita luta, é muita história, que o período do mestrado se tornou curto demais para tantos “achados”.

³³ Daniel de Souza, é um líder quilombola do Trombetas, da comunidade Jauari – TQ Erepecuru, atualmente é um membro do Conselho Diretor da ARQMO, Coordenador do Conselho Diretor da MALUNGU, suplente da Diretoria da Coordenação Nacional (CONAQ).

³⁴ Carlos Printes, é um líder quilombola do Alto Trombetas, da comunidade Abuí – TQ Alto Trombetas 1, atualmente é um membro do Conselho Diretor da ARQMO.

A cada subida ou descida sempre se aprende algo sobre as *paragens* ou sobre as “*gentes do Trombetas*”, a cada conversa com os quilombolas novas informações são reveladas, lembranças são revividas e foi após longas conversas, especialmente com os líderes Carlos Printes e Daniel Souza, que delimitar a comunidade Tapagem para realizar a pesquisa.

No ano de 2017 quando fiz a seleção para ingresso no PPGSCA, no projeto inicial a intenção era pesquisar duas comunidades do TQ Alto Trombetas 1, Mãe Cué e Tapagem, devido estas terem sido bastante atingidas com a instalação do projeto minerário da MRN e a criação das UCs – REBIO do Trombetas (1979) e FLONA Saracá-Taquera (1989). A prenoção mencionada anteriormente não se relacionava apenas às distâncias e a falta de conhecimento do objeto da pesquisa, mas também ao tempo e aos recursos financeiros e pessoal (colaboradores de pesquisa) que iria necessitar durante os trabalhos de campo.

No período de 30 de julho a 05 de agosto de 2018 estive na cidade de Oriximiná para iniciar a coleta de informações das pretensas comunidades onde a pesquisa iria se realizar. Na ocasião reuni com representantes quilombolas na sede da ARQMO para apresentar o projeto de pesquisa, receber o *feedback* e orientações de como proceder para conseguir autorização para realizar a prática de campo, visto que o TQ Alto Trombetas 1 é atingido por duas UCs federais, onde não é permitido o acesso de pessoas que não sejam comunitários e no caso de pesquisadores, a entrada é consentida desde que com a devida autorização do coletivo quilombola, do ICMBIO ou IBAMA.

Assim, após a primeira viagem para reconhecimento de campo, munida de inúmeras informações sobre deslocamento às comunidades, hospedagem e permanência no campo de estudo, redimensionei o *lôcus* de pesquisa apenas para uma comunidade. Essa redefinição se fez necessária, porque em meu entendimento os deslocamentos e as pesquisas de campo demandariam períodos longos, despesas elevadas e os prazos para a realização da pesquisa e a conclusão do mestrado talvez se tornassem curtos demais. Assim, o estudo limitou-se a comunidade Tapagem, por esta ser uma das mais afetadas pelas políticas ambientalistas que levaram a perda de áreas de manejo e obrigaram parte da população a deslocar-se para outras localidades, devido a criação da REBIO do Trombetas³⁵ e da FLONA Saracá-Taquera, fato

³⁵ A reserva foi criada para a proteção e recuperação de espécies, como a tartaruga-da-amazônia, que estava sob o risco de extinção na bacia do rio Trombetas. A criação da REBIO impede o acesso dos quilombolas a muitas áreas que antes eram de uso comum para caça, pesca e coleta da castanha. Conforme Fonseca (2015) os tabuleiros de desova do rio Trombetas já foram considerados a maior concentração dessa espécie, mas a exploração predatória (caça de adulto e ovos), possíveis alterações nas condições ambientais, como aumento do tráfego de embarcações, sobretudo de navios cargueiros que transportam minério, poluição, dragagens e manejo inadequado quase levaram a extinção da espécie. FONSECA, Aroldo Corrêa. Unidades de Conservação e Comunidades Remanescentes de Quilombo no Alto Trombetas: A Busca de Soluções para Conflitos Territoriais.

que gerou descontentamentos aos agentes sociais e deu início ao processo de luta pela titulação do território. O recorte temporal da pesquisa (2003 – 2018) - se justifica por ser o período pelo qual se estende o processo de titulação.

Na ocasião em que estive na ARQMO, os senhores Carlos Printes e Daniel Souza foram os representantes que prestaram os primeiros esclarecimentos sobre as condições materiais da comunidade e sobre a receptividade/disponibilidade dos comunitários em colaborar com a pesquisa. Devo destacar que ambos os líderes foram muito solícitos, especialmente o senhor Carlos, da comunidade Abuí - TQ Alto Trombetas¹, que contribuiu com orientações muito valiosas, pois além de uma liderança muito respeitada entre os quilombolas, o mesmo conhece minuciosamente a região, os moradores da Tapagem e o desenrolar do processo de titulação da área, inclusive indicou os moradores mais antigos que poderiam favorecer a compreensão sobre a história da comunidade e a questão da regularização fundiária no território.

Esse primeiro contato foi muito relevante para os passos seguintes da pesquisa e entendo assim como Santos (2010, p. 9) que “toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, [...] não há [...] conhecimento sem prática e actores sociais”, e as experiências “não existem senão no interior das relações sociais”. Além de uma experiência social, a pesquisa científica é uma atividade intelectual feita de indagações, de busca constante, de descobertas. É um processo de construção, é a aventura do conhecer, “ao lado da procura do sentido [...] caminham respostas provisórias e prováveis”. Assim como as respostas podem ser incompletas e contestáveis, pode haver um ou mais caminhos para se chegar a elas, a pesquisa científica sofre movimentos oscilatórios, onde ora se responde pergunta ora se elabora novas perguntas (ALMEIDA, 2002, p 42).

Assim, depois de cursar as disciplinas exigidas pelo programa e minuda de informações coletadas na fase inicial do trabalho de campo, reelaborei o projeto de pesquisa para o exame de qualificação e para dar andamento a prática de campo. Assumi-se como objetivo principal “analisar as ações de luta e resistência engendradas, no período de 2003 a 2018, pela comunidade quilombola Tapagem para titulação do TQ do Alto Trombetas 1”. Como objetivos secundários pretendeu-se: descrever as questões territoriais - ocupação, formação dos territórios, desterritorialização, conflitos e início das titulações – que envolvem as comunidades quilombolas em Oriximiná; apresentar e caracterizar a comunidade Tapagem (origem da comunidade, espaços de vivências, modos de vida, cotidiano, trabalho, laços de

Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, 2015.

pertencimento, ritos e comemorações culturais) e por fim identificar e analisar as ações organizativas de mobilização utilizadas pela comunidade Tapagem como meio de luta e resistência em favor da regularização fundiária.

O conhecimento teórico aliado as narrativas dos líderes levaram-me a refletir como as *terras tradicionalmente ocupadas* apresentam-se suscetíveis a pressões e ameaças de expropriadores, de projetos empresariais e/ou políticas estatais, como as aéreas ocupadas por indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais são alijadas de políticas de gestão, apoio e proteção. Para tentar compreender esse processo em que as comunidades de quilombos estão envolvidas, a pesquisa foi norteada pela seguinte questão: Quais ações organizativas de resistência e luta elaboradas pela comunidade Tapagem para a regularização fundiária do território TQ Alto Trombetas 1?

Por entender a partir das considerações de Morin (2009) que é possível um conhecimento científico não isolacionista, não fragmentado, que há a possibilidade de diálogo entre os conhecimentos acadêmicos-científicos e aqueles saberes vindos das comunidades tradicionais, num movimento dinâmico de ir e vir, um movimento de construção do conhecimento, segui um caminho sem “fronteiras metodológicas rígidas”, de “espírito livre”, que pôde ser revisto, adaptado e readaptado para uma melhor apreensão do objeto estudado.

Ao decidir trilhar esse rumo como pesquisadora, sabia que precisaria estar disposta a rever conceitos e concepções, estabelecer uma interconexão com as diversas perspectivas que cercam o fenômeno estudado e utilizar técnicas instrumentais prudentes a fim de obter êxito na pesquisa. Assim, por ser uma pesquisa de cunho qualitativo, transitou-se numa dimensão interdisciplinar, com o suporte de autores como: Almeida (1989, 2004, 2006, 2008, 2011), Acevedo Marin e Castro (1998), Funes (2003, 2015), Santos (2004, 2010), Haesbaert (2004, 2005, 2017), Martins (1981), O’Dwyer (2002), dentre outros, que se fizeram relevantes para o entendimento das questões sobre direitos étnicos-territoriais, ações e processos de mobilização, luta e resistência em comunidades quilombolas.

Os dados adquiridos na pesquisa de campo foram coletados por meio da técnica etnográfica de observação direta, da entrevista em profundidade e da análise documental. As informações referentes a observação direta foram anotadas em diário de campo, desde os primeiros contatos com os colaboradores da pesquisa. Convém esclarecer que as anotações do caderno de campo, especificamente aquelas colhidas em conversas informais, foram feitas com consentimento dos colaboradores. As entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos informantes, que assinaram espontaneamente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) licenciando a identificação, o uso de imagens e informações

prestadas, com isso decidiu-se usar nomes reais e não fictícios, assim como também resolveu-se manter as narrativas em sua forma original e grafá-las em itálico no corpo do texto.

As entrevistas aconteceram em ambientes escolhidos pelos colaboradores, como casa, roça, igreja, barcos, barracão comunitário e outros, com a intenção de deixá-los mais à vontade, não interferir nas atividades cotidianas e estabelecer uma relação amistosa, de confiança e respeito com o colaborador, uma “relação de escuta ativa”, para que o entrevistado pudesse falar sem constrangimentos ou intimidações, conforme as orientações de Bordieu (2008). Adentrar o universo desses agentes sociais requer um “treinamento do olhar e do ouvir”, um “esquecimento de si”, que possibilite visualizar não apenas o que está ao alcance dos olhos e dos ouvidos, mas também apreender as entrelinhas da realidade acerca do objeto pesquisado. Com relação a técnica documental foram utilizados como fonte o RTID do TQ Alto Trombetas 1 adquirido junto ao INCRA/SR30, com sede em Santarém – PA, e documentos e atas da Associação Mãe Domingas (AMD), coletivo que representa as comunidades do Alto Trombetas 1, acessados a partir do contato com membros da coordenação AMD.

No período de 05 a 09 de novembro de 2018 estive novamente em Oriximiná e realizei o segundo trabalho de campo. Mais uma vez contei com a ajuda do senhor Carlos Printes, que na ocasião me concedeu uma longa entrevista e articulou meu primeiro contato com as lideranças do Alto Trombetas 1, quando foi possível acertar minha primeira ida à comunidade e a autorização por meio de documento para entrada e permanência no território. Nesse mesmo momento recebi da AMD um Termo de Anuência, em que a associação permite o desenvolvimento da pesquisa e informa a disponibilidade dos comunitários em colaborar com o estudo.

Na terceira prática de campo ocorreu minha primeira viagem à comunidade da Tapagem, no período de 07 a 22 de janeiro de 2019. Durante a viagem de Oriximiná até a comunidade conversei rapidamente com alguns moradores, que foram me apresentando a outros e isso ajudou-me a contatá-los posteriormente e fazer visitas rápidas para conhecer a comunidade e delinear meu olhar e meu ouvir naquele “novo mundo” que estava diante de mim. No primeiro dia apresentei-me aos comunitários e falei brevemente, para não atrapalhar as atividades do dia a dia, do objetivo da pesquisa. Nos dias seguintes continuei a prática de campo com anotações no diário de campo e à medida que realizava as entrevistas, os interlocutores já indicavam outros possíveis entrevistados e uma espécie de mapa ou caminho a ser percorrido ia se desenhando. Após subidas e descidas ao longo do Rio e dos lagos, retornei da comunidade com entrevistas de 13 colaboradores.

Esse primeiro campo na comunidade foi muito importante, tanto para ganhar a confiança dos comunitários como para a reflexão e o aprofundamento de questões que se impuseram a esse grupo social. Eu precisava compreender como aqueles homens e mulheres se tornaram invisíveis ao Estado e a sociedade, a ponto de terem suas áreas de manejo e trabalho, seus espaços de vivências usurpados, seus direitos jurídicos e constitucionais desrespeitados, enfim, faltava-me compreensão de como aquela situação de invisibilidade foi construída, arquitetada pelos operadores do capital e como aqueles agentes históricos reagiam e organizavam-se para resistir e lutar diante de tal situação.

A partir dessa prática de campo pude fazer inúmeras reflexões e no retorno dessa atividade, por falta de transporte direto da comunidade para Oriximiná, segui até a vila de Porto Trombetas para pegar outra condução. Nessa viagem percebi como atos preconceituosos, que há anos mesmo sem tantos esclarecimentos eu já visualizava, ainda continuam a acontecer com aqueles agentes. O preconceito ainda permanece, as pessoas continuam a descarregar seus conceitos negativos a respeito dos “*pretos dos Trombetas*”. Ao chegar em Porto Trombetas e trocar de embarcação para seguir para Oriximiná, um tripulante se dirigiu a mim e esclareceu que o barco fazia transporte de funcionários da MRN e moradores de Porto Trombetas, e no caso eu e os quilombolas que me acompanhavam não poderíamos seguir viagem. Tive que explicar que apenas eu seguiria até Oriximiná, tive que apresentar as autorizações de pesquisa e de locomoção para poder resolver a situação. No decorrer da viagem conversei com outros membros da tripulação, com passageiros e percebi que todos tentavam justificar o fato ocorrido dizendo-me que não era um ato discriminatório ou preconceituoso, que os quilombolas têm embarcações “apropriadas” e “preferem” se locomover até a cidade nos “barcos de beiradão”, naquele momento entendi o porquê da preferência.

No período de 10 a 22 de dezembro de 2019 realizei a quarta e última prática de campo e a segunda viagem à Tapagem. Na ocasião, a comunidade estava bastante agitada por conta da presença de uma equipe do INCRA no território Alto Trombetas 1, a fim de realizar cadastramento para um projeto de auxílio para melhorias nas residências e investimentos diversos. Nesse mesmo período a comunidade recebeu ações do Projeto Quilombo, voltado para a área da saúde, promovido pela MRN e Prefeitura Municipal de Oriximiná. Mesmo com todas as ações que aconteciam na comunidade, as quais fiz questão de acompanhar para melhor um entendimento da realidade cotidiana, a pesquisa aconteceu de forma satisfatória, visualizei questões que anteriormente não havia atentado, realizei as entrevistas programadas e repeti algumas com os colaboradores abordados na primeira prática de campo.

2.2 NOS CAMINHOS DA TAPAGEM



Imagem 1 e 2: Comunidade Tapagem – Comuniários em atividades cotidianas.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

A comunidade quilombola Tapagem é uma das seis comunidades que compõem o TQ Alto Trombetas 1. O território possui título parcial emitido pelo ITERPA, que abrange uma área de 79.095,5912 hectares, equivalente a três comunidades situadas em áreas estaduais (Abuí, Paraná do Abuí e Santo Antônio do Abuzinho). As demais comunidades, Sagrado Coração, Mãe Cué e Tapagem, totalizam 161.719,4276 hectares e por estarem em áreas federais que atingem duas UC's (REBIO do Trombetas e FLONA Saracá-Taquera) encontram-se ainda em vias de titulação junto ao INCRA, processo nº 54100.002.189/2004-16. Convém ressaltar que o título parcial dá direito de posse e uso do território para todas as comunidades do TQ Alto Trombetas 1, todos os comunitários podem usar a terra e realizar atividades agroextrativas em qualquer parte do território, desde que sejam respeitadas as normas do grupo.

Durante as práticas de campo na Tapagem observei que os quilombolas das três comunidades não tituladas frequentam e usam as áreas regularizadas e vice-versa, existe um sentimento de pertencimento ao território do Alto Trombetas 1 como um todo e não apenas a uma comunidade e sempre quando se referem as áreas, quer sejam tituladas ou não, se referem ao território como um bem coletivo, *“isso aqui é nosso, é de todos, a terra é coletiva”* (Aluízio Silveiro, 70 anos, natural da Tapagem, ex-coordenador da Associação Mãe Domingas, Diário de Campo, Tapagem, dezembro/2019).



Imagem 3: Comunidade Tapagem – Barcos dos comunitários ancorados no porto do centro comunitário.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

A comunidade Tapagem fica a margem direita do rio Trombetas e é uma das últimas comunidades quilombolas do TQ Alto Trombetas 1. Conforme os viajantes naturalistas e os relatos dos próprios quilombolas, a Tapagem é uma das comunidades mais antiga do Trombetas e um ponto de referência no território para reuniões do coletivo representativo ou para receber projetos e ações da Prefeitura ou da MRN. Conforme informações da AMD e dados cadastrais da agente de saúde, na Tapagem vivem em média 80 famílias, aproximadamente 650 pessoas, que dispõem de uma área chamada centro comunitário, uma espécie de sede da comunidade e onde estão localizadas uma igreja católica, um pequeno templo evangélico, um barracão (salão) e uma cozinha comunitários, um campo de futebol e uma escola municipal de ensino fundamental.



Imagem 4 e 5 : Igreja Católica de São Sebastião e Salão (sede) Comunitária.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

A escola Raimundo Vieira, nome em homenagem a um líder quilombola conhecido como Dico Vieira, atende pela manhã as turmas de 1º a 5º ano e a tarde de 6º a 9º do ensino fundamental. São aproximadamente 200 alunos, uma (1) turma de cada série, com média de 20 a 25 alunos por sala, com exceção do 8º e 9º anos que dividem a mesma sala (classe multisseriada). Essa mesma escola municipal recebe os alunos das comunidades Sagrado Coração e Mãe Cué, que chegam até o educandário por meio de barcos de comunitários que a Prefeitura contrata para fazerem o transporte escolar. São dois barcos, um para cada turno de aula. Os alunos se concentram em pontos combinados com os condutores das embarcações, no turno matutino são apanhados por volta das 6h30 e retornam as 12h, horário que o transporte para o turno vespertino já se encaminha para pegar os alunos desse turno, com retorno por volta das 17h30.



Imagem 6 : Barco usado para o transporte escolar.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.



Imagem 7: Escola Municipal Raimundo Vieira.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

A estrutura física do educandário, após passar por reformas e melhorias, é toda em alvenaria com 5 salas de aula com ventiladores, secretaria, sala de professores, cozinha/despensa, banheiros e um área coberta (tipo pátio) onde tem duas mesas grandes, usada como refeitório. As condições de ensino são precárias, não se dispõe de recursos didáticos e não há projetos ou incentivo para que os alunos deem continuidade aos estudos. Os jovens quilombolas quando concluem o ensino fundamental não prosseguem a vida escolar por não haver ensino médio na comunidade e o núcleo escolar que oferece essa modalidade de ensino localiza-se na comunidade Abuí e se torna distante para os alunos. Quando as famílias têm parentes que moram em Oriximiná e/ou quando dispõem de algum recurso financeiro enviam os estudantes a cidade a fim de cursarem o ensino médio e, por vezes, o nível superior. Nasuti *et al.* destacam que as famílias quilombolas do Trombetas e afluentes experimentam várias estratégias para acessar os serviços de educação na cidade:

Na primeira, as crianças são enviadas sozinhas para a cidade, por vezes, muito jovens, graças a mobilidade das redes locais de conhecimento ou parentesco. Nos outros casos, até agora menos observados, as mães de família lançam mão de estratégias de acompanhar os filhos, prevenindo-se dessa maneira, contra a evasão escolar. Elas alugam (ou mesmo adquirem) uma casa na cidade, encontram um emprego e permanecem o tempo de escolarização, voltando para a comunidade de origem durante as férias escolares [...]. Em outras situações, meninas são enviadas sozinhas para a cidade [instalam-se em ‘casas de famílias conhecidas’ e em troca da estadia realizam serviços domésticos] durante o dia e, à noite frequentam a escola [...] além da carga de trabalho, estas jovens são frequentemente expostas a violência e humilhações diversas, inclusive sexuais (NASUTI *et al.* 2015, p. 214).

Diante das dificuldades de acesso à educação, muitos quilombolas concluem o ensino fundamental e continuam na comunidade, como eles mesmos dizem: “a levar nossa vida comum, caçando, pescando, no nosso sossego”. Pude perceber durante as práticas de campo que “as gentes dessa paragem” levam uma vida bem simples, baseada em atividades agroextrativas, coletoras e também na pesca e caça. As gerações passadas não tinham acesso à educação e outros direitos básicos, tanto que os moradores mais idosos, em sua maioria, não são alfabetizados, quando muito sabem assinar seus nomes.

Os quilombolas da Tapagem vivem em moradias modestas, quase sempre feitas de madeiras retiradas da floresta ou de taipa, são raras as residências de alvenaria. São espaços pequenos divididos em sala, quartos e cozinha, por sinal este último cômodo quase sempre é o maior da casa e é onde costuma-se receber as visitas. Além desses ambientes, é comum anexarem às cozinhas os chamados “puxadinhos ou casinhas” com fogões à lenha, onde as refeições são preparadas. Constantemente cozinham nesses fogões a fim de guardarem o gás de cozinha para uso noturno, para os dias chuvosos ou mesmo para pouparem gastos, pois os preços dos botijões são bem elevados.



Imagem 8 e 9: Residências na comunidade Tapagem (madeira e taipa).

Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.



Imagem 10: Residência de alvenaria na comunidade Tapagem.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

Quando não se dispõe das “casinhas” são construídos pequenos barracões próximos as residências, onde fabricam artesanalmente fornos para torrefação de farinha e feitura de *beijus*. Normalmente, além de trabalharem nesses ambientes, os quilombolas reúnem-se para conversações, para contar *causos* e histórias, ou seja, servem também como espaço de sociabilização.



Imagem 11 e 12: Barracões para torrefação de farinha e fabricação de beijos.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

O campo de futebol é o principal espaço de lazer cotidiano da comunidade para homens, mulheres, adultos, jovens ou crianças. Nos fins de tarde quando voltam da escola, dos roçados ou de qualquer outra atividade laboral, os comunitários dirigem-se ao centro comunitário para a prática esportiva. É no campo, localizado ao lado direito da escola, que acontecem os campeonatos e torneios, principalmente em ocasiões comemorativas ou em reuniões do coletivo, quando as demais comunidades do TQ Alto Trombetas 1 se juntam.



Imagem 13 e 14: Campo de futebol – jogo no fim de tarde pós atividades laborais.

Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

Na Tapagem não se tem acesso à energia elétrica, apenas usufruem desse serviço as casas que têm gerador de luz a combustível ou aqueles que moram na área do centro comunitário. Na sede comunitária há um gerador de energia que atende durante o dia e a noite a escola, a igreja, o salão e cozinha comunitários, os moradores que nesse espaço residem desfrutam das dependências comunitárias e automaticamente da energia. As demais residências normalmente usam seus geradores durante a noite, num intervalo que vai das 18 às 22h. Não é regra, mas quase sempre quem tem “motor de luz” possui televisão, antena parabólica, geladeira ou freezer, aparelhos de sons e outros equipamentos eletrônicos. Frequentemente, as famílias por dividirem os terrenos e serem vizinhas compartilham também o equipamento gerador de energia.



Imagem 15: Sr. Cabecinha e seu neto fazendo manutenção do gerador de energia da família - Comunidade Tapagem.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

Na maioria das vezes, os comunitários que usam geradores de energia têm água encanada, pois usam bombas elétricas para puxar água do rio e encher caixas d'água. Aqueles que não possuem esses bens, utilizam para beber e nas atividades diárias água coletada no rio e muitas vezes lavam as louças e roupas nas pontes feitas diretamente sobre o rio. As dependências comunitárias são atendidas com água de um poço artesiano construído pela Prefeitura, o qual também serve para os moradores do centro comunitário apanharem água para uso doméstico.



Imagem 16: Dona Luzia a lavar louças na comunidade Tapagem.
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa de campo 2019.

Os comunitários da Tapagem enfrentam inúmeras dificuldades para ter acesso à educação, saúde, água, energia elétrica e outros direitos, inclui-se nessa lista transporte/locomoção. Por ser distante da cidade, os moradores da Tapagem deparam-se com limitações para se mobilizarem, partindo de Oriximiná em barcos de pequenos ou médio porte, barcos de linha ou recreio como chamam os comunitários, a viagem demora em média entre 10 e 12h. A outra opção é viajar até Porto Trombetas e pegar outra embarcação até a comunidade, o que torna a viagem um pouco mais longa e trabalhosa, devido a troca de embarcação.

Em minha primeira ida a Tapagem preferi viajar em barco de linha que tem como destino final a comunidade, mas existem outros barcos que fazem linha/viagem até a comunidade quilombola de Cachoeira Porteira (última comunidade quilombola subindo o rio Trombetas) e param rapidamente para deixar passageiros nas outras comunidades ao longo do trajeto. O barco saiu de Oriximiná por volta das 17h, fez uma breve parada em Porto Trombetas entre 23 e 24h, e chegou a comunidade da Tapagem às 05h. Por ter sido a noite a viagem não pude contemplar as belezas naturais da região e nem identificar as demais comunidades ao longo do percurso, nem as bases fluviais do IBAMA e ICMBio, responsáveis

pela fiscalização da REBIO e FLONA. A opção por esse tipo de viagem foi justamente para aproximar-me dos quilombolas antes de chegar a comunidade e assim aconteceu. No trajeto conheci moradores da Tapagem que me concederam informações sobre várias situações como a história e o cotidiano da comunidade, as perdas territoriais, a organização do coletivo, a luta por titulação e outros.

No retorno dessa primeira viagem, não havia transporte direto à Oriximiná, optei em seguir até a vila de Porto Trombetas e pegar uma embarcação para cidade. A viagem da Tapagem até a vila aconteceu durante o dia e então pude contemplar as belezas naturais da região e identificar com a ajuda dos quilombolas as demais comunidades ao longo do rio. Foram 6h de viagem (saímos por volta de 10h da Tapagem e chegamos a Porto Trombetas em torno de 16h), por horas se enxerga apenas rio e floresta, a impressão é que as árvores de tão altas e frondosas chegam até o céu. Por vezes se avista no meio da densa floresta algumas casas e logo se faz a tentativa de nomear a comunidade, o lugar e identificar o morador. Na verdade, sentia-me perdida em meio àquela grandiosidade, depois de dias sem sinal de telefonia, sem conexão com internet, a imensidão azul, a exuberância de verde, o emaranhado de rio, lagos, furos, “bocas e braços” de rio davam-me a sensação de impossibilidade de localização, mas logo me via envolvida em lembranças ou histórias contadas por algum quilombola e enfim podia demarcar em minha memória onde eu estava e o que me levou até ali.

De Porto Trombetas até Oriximiná foram mais ou menos 5h de viagem em barco, saímos da vila às 17h e chegamos à cidade em torno das 22h. Por ter sido a primeira viagem à comunidade, criei muitas expectativas, muitas delas foram sanadas nessa prática de campo produtiva. Fui surpreendida não apenas pela densa floresta e pelo volume das águas, a maior surpresa veio das experiências sociais, das vivências de luta e resistência dos quilombolas da Tapagem, que assim como seus antepassados, têm a cachoeira como protetora (mãe), a floresta e o rio como fonte de alimentos. Além da luta social pela manutenção de seus espaços étnico-territoriais, a comunidade quilombola continua a vivenciar a discriminação, a exclusão social e a pressão de agentes externos.

Na segunda viagem à Tapagem fui e voltei no barco de linha de Cachoeira Porteira e a viagem foi tranquila e proveitosa. Antes de embarcar mantive contato com os líderes comunitários, estes orientaram-me a viajar na companhia de comunitários que se encontravam na cidade para fazerem compras de alimentos e suplementos em geral. Segui as orientações por já conhecer muitos comunitários e também por entender que seria mais uma oportunidade de fortalecer a confiança estabelecida anteriormente. No barco reencontrei vários

comunitários e colaboradores da primeira prática de campo, muitos quilombolas sentiam-se mais à vontade para abordar durante as conversas informais, e posteriormente nas entrevistas, assuntos considerados conflitantes. O barco saiu de Oriximiná às 17h, mesmo com diversas paradas nas comunidades no decorrer do trajeto, chegou à Tapagem por volta das 5h. Durante a viagem observei muitas famílias da Tapagem, inclusive o barco estava bem lotado, indaguei o motivo e explicaram-me que uma equipe do INCRA estaria no dia seguinte na comunidade do Sagrado Coração para fazer cadastros em um projeto de melhorias nas residências e investimentos diversos para famílias residentes no TQ Alto Trombetas 1.

Durante a pesquisa de campo, todas as vezes que estive na comunidade, fui acolhida pela família do senhor Genivaldo Cordeiro do Carmo, conhecido como Paranã, e a senhora Rosineide Silvério, chamada de Neide pelos entes e vizinhos. A família de dona Neide abrigou-me a pedido de sua irmã Adriene Santos, uma das coordenadoras da AMD. Nos dias de pesquisa dona Neide cedeu uma pequena embarcação (rabetá) para a minha locomoção e suas filhas, Jovana e Gerlane Silvério, conduziam-me até as casas dos comunitários e demais localidades, como igreja, escola, centro comunitário. O deslocamento por meio de embarcação se faz necessário porque as casas são dispostas sequencialmente às ribanceiras do rio, dificilmente se vai de uma casa a outra caminhando, com exceção do núcleo comunitário onde se localiza uma sequência de residências em volta da igreja, da escola, do salão e da cozinha comunitários, não se desloca de um ponto a outro se não pelo rio, lagos ou lagoas.

Quando o deslocamento por terra é possível se chega no máximo a 4 ou 5 casas e quase sempre de uma mesma unidade familiar, pois os pais vão cedendo espaço para filhos, netos e tataranetos constroem suas casas umas próximas as outras, inclusive é assim que a comunidade Tapagem se origina. *“As famílias iam deixando os terrenos para os herdeiros, os primeiros moradores, aqueles que vieram no tempo dos escravos, foram passando para os filhos e esses também foram repassando até chegar em nós e isso foi aumentando”* (DOMETÍLIO XAVIER, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2019, na comunidade da Tapagem).

As narrativas dos mais antigos indicam que esse modo de ocupação dos espaços por famílias e suas linhagens de descendências fez com que aumentasse significativamente a população do lugar, fato que deu origem a uma outra comunidade, a do Sagrado Coração. O senhor Rui Brasil, 75 anos, natural de Oriximiná, morador da comunidade Tapagem desde os 15 anos, casou-se com a sra. Rosa Silvério, neta de uma das primeiras moradoras. Rui Brasil é um personagem muito importante para o movimento organizativo na Tapagem, pois foi um dos primeiros a tomar conhecimento sobre a Constituição Federativa e o artigo 68 do ADCT.

A partir de então, passou a explicar aos comunitários sobre os direitos étnicos-territoriais dos autoidentificados como *remanescentes de quilombos* e posteriormente ajudou a fundar a associação representativa do Alto Trombetas 1.

O senhor Rui conta que desde sua chegada ao povoado tinha curiosidade e interesse em saber sobre os primeiros moradores e o passado dos afrodescendentes, indagava os mais velhos nas rodas de conversas e com isso ouviu muitas histórias. No presente o indagado é ele, as recordações partilhadas por Rui Brasil nutrem a memória coletiva e, de certo modo, servem como elo entre as gerações. O interlocutor explicou sobre as origens da comunidade Tapagem e os primeiros moradores,

primeiro que aqui não era quilombo, era mocambo [...]. Quando eles mocambeiros sabiam que ia chegar gente, como é distante demorava uns quinze dias, [...] eles faziam farinha, roçavam o resto da roça, metiam fogo e fugiam [...]. Assim foi que uma tal Maria do Espírito Santo, que era casada com o primo dela, o Sebastião Vieira, [...] vieram morar aqui. Depois ele morreu, a Maria do Espírito Santo foi embora, mas ficou a filha, a Popó dos Santos, que era casada com o Jesuíno Silvério [...]. Logo depois da Maria do Espírito Santo e do Sebastião Vieira, veio a família Xavier, não lembro bem os nomes, mas eram os pais dos Xavier, depois vieram o seu Manoel Felipe Xavier, mais conhecido como Felipe Xavier, e dona Tereza Cordeiro, que era casada com ele, viveram quase no mesmo tempo da dona Popó. A Tapagem é uma comunidade que é formada nessa família Xavier, que não aparece como Xavier e sim como Cordeiro [...] por causa de registro, [...] não era registrado como era chamado [...] então a comunidade da Tapagem é formada em cima deles [...], por que a família é maior e foi crescendo cada vez mais, eram mais filhos, tanto que [...] depois foi deixado para os filhos deles, Felipe Xavier Filho (o Xavierzinho), Lerzão Xavier, Duí, Raimundo e outros mais. Tinha também nesse mesmo tempo o Odorico Cordeiro com a mulher Marcolina Xavier e assim vai (RUI BRASIL, entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019 na comunidade Tapagem).

O relato de Rui Brasil é significativo para o entendimento da origem e formação da comunidade Tapagem, a narrativa apresenta um emaranhado de lembranças do interlocutor e, rapidamente, formou-se em minha cabeça um labirinto, para o qual precisava encontrar uma saída. Após ouvir outros moradores da Tapagem e entrecruzar informações, identifiquei que Maria do Espírito Santo e Sebastião Vieira foram os primeiros a chegarem a Tapagem, vindos de Cachoeira Porteira, logo após a Abolição de 1888. Algum tempo depois a família Xavier também veio morar na localidade. O casal Xavier deixou como herdeiros João, Domingos, Marcolina e Manuel Felipe Xavier, que depois constituíram famílias e repassaram a terra herdada a seus filhos. “Identificar cada geração e seus laços familiares” é relevante para entender a formação das unidades familiares, suas predominâncias e como o aumento das linhagens de descendência amplia as áreas de ocupação do território. A identificação

genealógica revela a ancianidade do grupo, o período e as gerações que antecederam as atuais, as práticas culturais e vivências (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004, p. 45).

Comecei a desvendar o labirinto ao observar que no período da chegada dos primeiros moradores, dois núcleos familiares se formaram nesse local: um proveniente do casal Maria do Espírito Santo e Sebastião Vieira, que deixou como herdeira a senhora Popó dos Santos, que se casou com Jesuíno Silvério e foram pais de Rosa Silvério, Cabecinha Silvério e Aluízio Silvério; o outro núcleo formado pelos Xavier – cujos herdeiros foram Manuel Felipe, Marcolina, João e Domingos). Foi possível identificar a linhagem familiar do senhor Manuel Felipe Xavier (Felipão), casado com Tereza Cordeiro, que deixaram como herdeiros Felipe Xavier Filho (Xavierzinho), Manoel Francisco Cordeiro Xavier (sr. Duí), Santana Cordeiro, Lerízio Xavier, Raimundo Xavier (Quinhó), Rosa Cordeiro e Clarice Xavier (Tia Quilá). Ainda na família Xavier, a senhora Marcolina Xavier, casou-se com Odório Cordeiro (Dorico) e tiveram como filhos Dometílio Xavier e Manoel Xavier. Dos demais, João e Domingos Xavier, não foi possível identificar descendentes e vínculos familiares. Contudo, notadamente há uma predominância das famílias Xavier e Cordeiro por estas terem herdeiros em maior número, que ao constituírem família ampliam as linhagens de sucessão no território.

É interessante retomar a narrativa do colaborador Rui Brasil e perceber como este resgata lembranças individuais sobre um passado histórico, recordações estas comuns a outros comunitários da Tapagem. Assim como Pollak (1992, p. 201) entende-se “a memória [...] como um fenômeno coletivo e social”, logo, essas reminiscências, essas vivências narradas por homens e mulheres são componentes da memória coletiva da comunidade e apontam como “mito de origem” do lugar a chegada do casal Maria do Espírito Santo e Sebastião Vieira. É a memória coletiva que, simbolicamente, afiança o casal de quilombolas como primeiros moradores do lugar, assim como é a memória coletiva que atribui ao casal e às famílias Xavier e Cordeiro a formação do povoado e garante o território como herança para os descendentes, além de embasar a luta pela legalização jurídico-fundiária dos herdeiros.

Pollak (1992) adverte que a memória, individual ou coletiva, pode sofrer mudanças, flutuações, mas “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”, nesse caso, pode-se dizer que a chegada do casal de quilombolas e a formação da comunidade são marcos nas recordações dos moradores Tapagem, tanto dos mais antigos quanto das gerações mais recentes. São recorrentes as narrativas com lembranças dos antepassados, histórias do primeiro casal de moradores, recordações das famílias Xavier e

Cordeiro, da ocupação do território e isso, segundo Pollak (1992), explica-se devido a memória ser constituída por acontecimentos, personagens/pessoas e lugares.

Nas recordações narradas por Rui Brasil, este faz questão de ressaltar que no momento da chegada do casal de mocambeiros à Tapagem *“aqui não era quilombo, era mocambo”* e para o interlocutor é importante demarcar esses pontos referenciais, mesmo que ele não tenha vivido naquele tempo. Pollak (1992) destaca que há momentos ou acontecimentos que podem não terem sido vividos pessoalmente, mas vividos “por tabela”,

ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não [...]. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Ao ouvir as narrativas minuciosas de homens e mulheres sobre a história do grupo percebe-se como esses agentes identificam-se tão fortemente com o passado. Suas memórias são inundadas de incontáveis recordações sobre os tempos idos, algumas delas são lembranças sombrias das histórias que ouviam sobre a escravidão, mas a “memória herdada” pelos quilombolas da Tapagem é de liberdade e luta, essa é a memória que ancora o coletivo na busca por direitos, “o processo de organização [...] tem como referência a memória coletiva que baliza e sustenta as reivindicações no que concerne o direito ao território” (RANCIARO, 2016, p. 38)

Conforme as narrativas dos quilombolas, a Tapagem foi uma das primeiras áreas ocupadas pelas gerações de quilombolas que desceram da região encachoeirada, é uma das comunidades mais antigas do alto rio Trombetas. Rui Brasil destaca que *“nas minhas indagações eu descobri que “já tinha gente morando aqui [Tapagem] há muito tempo, o pessoal tá aqui desde 1866, isso aqui é do tempo dos escravos. Para quem conhece é uma das comunidades mais antigas, depois daqui só tinha a Serrinha lá em baixo”* (RUI BRASIL, entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019, comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

Com relação a ocupação dessa área que hoje é a comunidade, o senhor Dometílio Xavier, 74 anos, natural da Tapagem, acrescenta informações relevantes quando conta que seus pais e tios relatavam que os primeiros habitantes do local foram os indígenas,

até hoje a gente ainda acha aquelas caretas deixadas pelos índios nessas terras pretas. Depois um velho chamado de Silva se apossou daqui dessa área [Tapagem] e depois os meus tios João e Domingo Xavier, quer dizer foi o pai deles que comprou e eles ficaram como herdeiros disso aqui, eles vieram para cá no tempo dos escravos e se localizaram por aqui, assim dizia minha mãe e o pessoal daquele tempo (DOMETÍLIO XAVIER, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2019 na comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

As informações de Dometílio Xavier entrecruzam-se com a narrativa de Rui Brasil, especialmente quando destaca a antiguidade da comunidade e como as terras iam passando de pai para filho. Os territórios quilombolas se formam a partir de fortes vínculos familiares, afetivos e de relações de compadrio e conforme Acevedo Marin e Castro (1998, p. 121) “Os domínios de parentesco constituem o epicentro das relações sociais no Trombetas [...]. Compõem elementos básicos para a formação de alianças, do processo de funcionamento e da constituição da autoridade no interior do grupo”.

Essas relações de parentesco ficam bem explícitas na fala do senhor Aluízio Silvério quando este destaca: *“aqui, praticamente, todo mundo é parente, é um tio aqui, um primo ali. Agora que os jovens já casam com gente de fora do quilombo, mas antes era só entre nós [...]. Eu aconselho quem vem de fora a não puxar confusão com ninguém daqui, porque vai surgir parente de todo lado [...].”* (ALUÍZIO SILVÉRIO. Informações retiradas do diário de campo, dezembro de 2019, comunidade Tapagem).

Com relação aos casamentos, é comum os membros de uma comunidade casarem-se entre si e/ou com quilombolas de outras comunidades. Conforme os moradores mais antigos esse costume começou a se alterar nos últimos anos devido os jovens saírem da comunidade para estudar e/ou trabalhar, assim não é raro voltarem casados com pessoas de fora do quilombo. Aluízio Silvério e a sra. Cleuta Valério, 57 anos, natural da Tapagem, explicaram sobre essas relações matrimoniais com não-quilombolas o seguinte:

Quando se casa com alguém de fora, seja homem ou mulher, quando vem morar aqui [Tapagem] tem que sentar com a comunidade, vê como a pessoa se comporta, quais são os planos, não tem esse negócio de chegar aqui e escolher onde quer ficar, tem que ficar na área da família do marido ou da esposa (CLEUTA VALÉRIO, entrevista concedida em 12 de dezembro de 2019 na comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

Olha é preciso ter um acerto nisso, sempre quando se casam com alguém de fora tem que passar para a comunidade: - olha minha filha arranhou um fulano de tal, ele tá aqui em casa. Aí a pessoa passa a ser observada pela comunidade, no caso essa pessoa não pode fazer nenhum tipo de cadastro como quilombola, porque isso dá problema com o INCRA[...]. Quem vem de fora tá sempre em observação, casou com a minha filha, mas o cadastro é dela, se ele deixa ela, ele vai embora e não tem direito a casa, nada que foi construído aqui [Tapagem]. Hoje tá acontecendo muito dos jovens arranjam marido ou mulher de fora e tem gente que vem querendo se aproveitar. Um exemplo é um fulano de tal que veio lá de Goiás, ele se arranhou

com uma moça [...]. Mas esse cara tá fazendo um inferno aí, tem que ter muito cuidado com ele, ele é de fora, ele não tem a convivência igual do quilombola, esse de fora tá sempre olhando as coisas pra ele tirar proveito e parece que ele é sócio de um madeireiro (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

Os significados e as relações estabelecidas pelos quilombolas com o território são diferentes daquelas nutridas por pessoas não pertencentes ao grupo étnico. “*Esse de fora tá sempre olhando as coisas pra ele tirar proveito*”, a prioridade são as recompensas materiais lucrativas, não há por parte do “*estranho*” nenhum vínculo afetivo e/ou identitário com o lugar, com as pessoas. Há por parte dos agentes sociais da Tapagem certa desconfiança com “os de fora”, principalmente por temerem que usurpadores invadam e se apossam de seus territórios e por esse motivo valorizam tanto as relações afetivas e de parentesco/compadrio. As conexões entre compadres e parentes fortalece os laços de pertencimento à comunidade, ao território e ao grupo étnico, favorecem a coesão do coletivo representativo.

A antropóloga Júlia Otero, responsável técnica pelo relatório antropológico que compõe o RTID do Alto Trombetas 1, apresenta explicações relevantes sobre a relação dos quilombolas com a comunidade e com o território como um todo.

Em cada comunidade quilombola há uma família predominante, as quais sempre se relacionaram entre si, seja por meio dos casamentos, das relações afetivas e ou de troca. Apesar da importância e do sentimento que os quilombolas têm com sua comunidade, o pertencimento ao grupo, na maioria dos contextos, se dá em relação ao território como um todo e não somente à comunidade (Informações retiradas do Relatório Antropológico do Alto Trombetas, RTID ALTO TROMBETAS 1, volume 1, p. 137).

Não se trata aqui de diminuir a importância do sentimento relativo à comunidade, mas apontar que os quilombolas quando se referem aos seus locais de nascimento, tempo de chegada ou permanência nas localidades o ponto referencial é o território que engloba a comunidade. Isso foi perceptível, principalmente, quando os agentes sociais foram perguntados sobre seus locais de nascimento e respondiam: “*nasci aqui, sou filho natural daqui*”, ao usarem essas expressões observei que não se referiam a Tapagem e sim ao território Alto Trombetas. O “*nasci aqui*” e “*sou filho natural daqui*” evidencia a importância de ser quilombola no Trombetas, de ter nascido no território Alto Trombetas, de ser filho natural do rio e da floresta, de pertencer a um território conquistado pelos antepassados e ressignificado cotidianamente a cada geração, aqui se compreende a diferença entre o quilombola e o não-quilombola

Retomando a questão da antiguidade da Tapagem, os viajantes naturalistas que passaram pelo alto Trombetas no período mencionado pelos colaboradores como “*tempo da escravidão*” já faziam referência à comunidade Tapagem entre os núcleos povoados, inclusive Adolpho Ducke no relatório “Explorações Científicas no Estado do Pará” descreve que no rio Trombetas “os últimos moradores são os da Colônia, ao pé da Cachoeira Porteira [...] mais em baixo, no Arrozal e na Tapaginha, existem espalhados outros destes descendentes do antigo ‘mucambo’ [...]” (FUNES apud DUCKE, 1909, p. 159-160).

Os quilombolas da Tapagem explicam que o nome da comunidade faz referência há dois lagos que existem nessa região: um lago menor, Tapaginha, e outro maior, Tapagem. Segundo as histórias que os mais antigos contavam o motivo para os lagos e a comunidade se chamarem Tapagem, teria sido por causa dos brancos que vinham capturar os escravizados fugidos. Ao chegarem a esse local que hoje é a comunidade se deparavam com grande fartura de peixes e caças e como forma de apropriarem-se das riquezas naturais obrigavam os capturados a mergulharem no rio para a construção de uma espécie de cerca (tapume) de madeira na entrada do lago grande. Há outra versão, contada também pelos mais idosos, que os próprios descendentes num ato de defesa/proteção para o grupo teriam construído a tapagem/cerca que impedia a entrada no lago. O senhor Manoel Francisco Cordeiro Xavier, conhecido como Duí, 85 anos, natural da Tapagem, um dos moradores mais antigos da comunidade narra uma das versões.

Naquele tempo ainda existia a escravidão, os negos desciam daí da Cachoeira [Porteira]. Meus avôs vieram da Cachoeira, eles se escondiam dos que faziam eles de escravos pra lá, com o tempo vieram baixando e se colocando por aqui por essas localidades, eu já nasci aqui na Tapagem [...]. Eu sei porque meu pai me contava, quando ele ainda tava vivo. Tinha aquelas gentes mais entendida, os brancos, que faziam do nego escravo, faziam o que eles queriam, o que eles quisessem o nego tinha que fazer. Quando eles tavam andando e chegaram aqui nesse lago, era tudo muito farto, dava pirarucu, dava tudo. Aí [...] eles pegaram os negos para mergulhar aí na boca do lago pra fazer uma tapagem, pra prender os peixes e tudo que tinha no lago. [...] caía aquele monte de nego pra fazer essa tal tapagem, mas tinha um bicho aí perigoso, algo encantado, quando eles caíam n’água boiavam poucos, alguns não voltavam mais, ficavam lá pro fundo, aí foi, foi, até que eles não conseguiram, aí deixaram de mão, não conseguiram fazer a tapagem, mas o nome ficou, [...] foi por isso que foi botado o nome Tapagem [...] (DUÍ XAVIER, entrevistas concedidas em 10 de janeiro e 12 de dezembro de 2019, comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

No sentido etimológico, tapagem significa tapume ou barreira de varas ou madeiras construídas para represar rio ou reter peixes, assim, as explicações dadas pelos dos moradores têm certa lógica com o significado. As narrativas dos “*tapageiros*”, como se chamam entre si os moradores da Tapagem, mantêm uma coerência entre elas a respeito da origem do nome da

comunidade, inclusive todos recorrem a comentários como “*é verdade porquê meus avôs contavam, os mais antigos contavam, então é verdade e por isso eu falo*”, como fica evidente na fala de dona Francisca Cordeiro do Carmo, 74 anos, natural da Tapagem, conhecida como Chica.

[...] olha, eles falavam, os mais velhos que eu vi, eles falavam que [...]foi uns homens que vieram fazer uma cerca aqui na Tapagem, na boca da Tapagem, [...] diz que caía um monte homens pra fazer essa cerca, aí quando boiava era dois, três, não se sabia pra onde os outros iam. Isso é no tempo da escravidão. [...] eu não sei o que eles queriam tapar o lago, isso eu não sei lhe dizer [...]. Lá onde faziam isso, vai/entra pro lago da Tapagem grande (CHICA CORDEIRO DO CARMO, entrevista concedida em 15 de dezembro de 2019, comunidade Tapagem).

A recorrência às falas dos mais antigos ou ao tempo da escravidão pode ser entendida como um modo de validar como verdadeira a história que se está contando, mas além disso é também uma forma de ressignificar o sofrimento e as lutas dos antepassados, ou seja, a cada vez que a origem do nome da comunidade é compartilhada, as vivências e lutas dos “*tempos dos escravos*” são lembradas e inspiram as ações do grupo no presente. Outra colaboradora que compartilhou lembranças a respeito do nome Tapagem e seguiu nessa mesma linha narrativa foi a senhora Luzia Ferreira, 74 anos, natural de Oriximiná, que mora na Tapagem há mais de quarenta anos e é considerada pelos comunitários uma verdadeira “*tapageira*”.

Eu já ouvi isso dos mais antigos, eles que contavam, falavam porque diz que era fechado aí a boca sabe, [...] aí eu mesma não sei dizer, diz que era um bocado de toco/pau aí que eles colocavam, [...]aqueles que caíam não voltavam mais, assim eles contam, [...] aí foi, foi, aí pronto, colocaram o nome Tapagem, tapado. Assim os moradores antigos sempre me contavam isso [...] mas eu mesma não sei se era pra prender os peixes e os negos pra cá ou se era os negos que faziam esse tapado pra ter uma proteção desses que perseguiam pra fazer eles de escravo, isso eu não sei, mas quem sabe, né? [...] (LUZIA FERREIRA, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2019, na comunidade Tapagem).

A narrativa de dona Luzia Ferreira evidencia a versão da construção da tapagem como proteção para os quilombolas. Na fala, a ideia que os próprios afrodescendentes teriam feito a cerca como barreira de defesa aparece não como uma afirmação e sim como uma possibilidade, o que também faz sentido, pois os quilombolas elaboravam muitas estratégias para viverem livres e não serem capturados como escravizados. Dona Luzia é incisiva em ressaltar que as lembranças partilhadas foram contadas pelos mais antigos e conforme as considerações de Maffesoli (2001) pode-se dizer que ao elaborar as narrações dona Luzia, assim como os demais colaboradores, busca expressar sua subjetividade e conseqüentemente compartilhar suas vivências. As lembranças narradas, as memórias compartilhadas e as

vivências, coletadas em forma de entrevistas e anotações do diário de campo que lançam mão no decorrer deste trabalho, relacionam-se com a memória social do grupo. As histórias contadas pelos mais antigos para as gerações posteriores servem de “*cimento social*”, servem como elo, como elemento de coesão e transmissão da história dos quilombolas da Tapagem (MAFFESOLI, 2001).

Na comunidade Tapagem “aqueles que detêm a memória histórica, coletiva, são os mais velhos que ouviram as narrativas dos avós, dos pais ou que, movidos pela curiosidade, indagavam sobre o tempo dos mocambos, do cativoiro, de suas origens”. A transmissão dos saberes, das vivências, das memórias do grupo, normalmente é feita pelos anciãos, por meio da tradição oral, não há um rito específico, acontece no dia a dia, quando estão a plantar roças, nas pescas, nos almoços em famílias, nas rodas de conversas, nas festas coletivas, dentre outros e é uma ação importante para manter o grupo coeso nos enfrentamentos e lutas (FUNES, 2015, p. 20).



Imagem 17: Roda de conversa no barracão da sra. Neide Cordeiro.
Fonte: Pesquisa de Campo, Comunidade Tapagem, 2019.

Assim como apropriação das memórias coletivas é importante para a coesão do grupo frente a luta por direitos, a formação política também se tornou fundamental. Inicialmente, a contribuição dos missionários da Igreja Católica foi relevante para que os quilombolas conhecessem seus direitos e se posicionassem mais ativamente em busca destes. Carlos Printes destaca que no período de ocupação do território “*não existiam comunidades quilombolas, existiam localidades ou povoados rurais formados por descendentes dos antigos mocambeiros da região do Trombetas e afluentes*”. Conforme o interlocutor, a chegada de religiosos na região influenciou no formato que os povoados tomaram especialmente a partir da década de 1960, quando se inicia a fundação de comunidades católicas no Alto Trombetas, é nesse período que os povoados passaram a ser chamados de comunidade (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará). Um dos líderes da comunidade Tapagem, Aluízio Silvério corrobora com as informações de Printes e descreve:

Eu nasci em [19]49 aqui [Tapagem], nesse tempo não existia comunidade era um povoado quilombola onde eles faziam uma festa religiosa, que é a do nosso padroeiro São Sebastião. [...] eu não tenho bem em cabeça o ano que foi criada a comunidade, mas eu era um jovem, ainda não era um adulto, mas a gente estudava catecismo com uma freira chamada irmã Calixto, era no tempo dos franciscanos, a gente e se dedicava muito à igreja e com isso a gente veio trazendo um amor naquilo que a gente construiu (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019, [Grifo nosso]).

A fala de Aluízio Silvério releva que a configuração de comunidade quilombola que se conhece atualmente foi formatada, sobretudo, após a chegada de religiosos católicos, os quais passaram a ministrar cursos sobre fundamentos da religião católica (catecismo), a construir igrejas e associar aos povoados santos padroeiros. Em certo ponto, a descrição feita por Silvério encaixa-se no modelo de organização espacial das comunidades amazônicas observado por Charles Wagley. Segundo este autor, esse formato “é fruto da herança jesuíta na região, cujo plano estrutural tem na edificação da Igreja seu principal símbolo, sendo geralmente realizada na área central da comunidade e de frente para o rio” (WAGLEY, 1988, p. 125).

Ainda na interlocução de Silvério observa-se o destaque dado ao padroeiro São Sebastião e a festa em honra ao santo protetor realizada pela comunidade, comemoração que já acontecia antes da chegada dos religiosos ao povoado. A construção pelos comunitários de uma pequena igreja e de um centro comunitário num terreno cedido pelo senhor Domingos Xavier aconteceu a partir da presença dos Franciscanos e demonstra, de certo modo, como os

moradores passaram a se empenhar nas atividades da Igreja e como o espaço comunitário e a vida religiosa dos moradores foram reorganizados. Até o final da década de 1970 a Paróquia de Oriximiná mantinha núcleos para missão religiosa em Cachoeira Porteira, Tapagem e Serrinha e foi nesse período que a formação religiosa e política daqueles que futuramente seriam os líderes do movimento organizativo quilombola foi iniciada.

Aluízio Silvério ressalta que *“a gente veio trazendo um amor naquilo que a gente construiu”* e esse amor ao que foi construído pode ser relacionado não a bens materiais, mas às vivências cotidianas e práticas sociais do grupo. O apego entre os moradores e a afeição destes aos espaços considerados “lugares de memória” mantiveram-se, mesmo com todo empenho às atividades religiosas e com as modificações espaciais. As relações sociais harmoniosas nutridas a partir da convivência foram preservadas, os laços de reciprocidade, respeito mútuo e a solidariedade entre os quilombolas da Tapagem permaneceram e para os mais idosos somente após as modificações espaciais é que o povoado passou a ser considerado comunidade. Conforme as informações de Rui Brasil,

foi fundado é uma maneira de dizer, porque o pessoal considera comunidade se tem uma igreja. Daí o nome comunidade porque é ligado a uma igreja, tem o movimento da igreja. Mas na verdade eles já existiam [...] anos e anos só que não era reconhecido como comunidade. Já existiam há muito tempo só que eles eram considerados como Tapagem (RUI BRASIL, Informações retiradas do Relatório Antropológico do Alto Trombetas, RTID ALTO TROMBETAS 1, volume 1, p. 135).

Quando Brasil destaca que a Tapagem já existia há muito tempo a referência é ao povoado rural de descendentes de quilombos e para os mais antigos há uma diferença, quando era povoado as pessoas viviam numa espécie de irmandade e seguiam os costumes aprendidos com os antepassados, a vivência em comunidade traz interferência dos *“de fora”* e, por vezes, isso altera o cotidiano e gera conflito. Pelos relatos dos mais velhos, o povoado quilombola assemelhava-se com as observações relacionadas a comunidade feitas por Wagley (1988, p. 124).

Um lugar onde os indivíduos vivem em grupos, de acordo com os preceitos de sua cultura, expresso através de suas crenças, seus mitos, seus símbolos, seus saberes e códigos, desenvolvem suas relações sociais, aprendem, partilham e reproduzem de forma dinâmica sua identidade sociocultural.

O termo comunidade é associado pelos mais antigos à fundação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na região, logo, onde se constituía uma CEB os quilombolas passavam a chamar de comunidade. A Tapagem é uma das primeiras comunidades católicas

desse tipo no Alto Trombetas e, principalmente na década de 1980 as CEBs tiveram um papel relevante na orientação política e na efetivação da luta por direitos nas comunidades rurais e quilombolas, inclusive fiz abordagens sobre esse tema no capítulo anterior.

A interferência “*de fora*” mencionada pelos interlocutores significa não somente intervenções nos espaços físicos e práticas religiosas, mas também na atuação política dos agentes sociais que passaram a se posicionar e agir criticamente frente a inúmeros acontecimentos e conflitos que afetavam e ainda afetam os direitos das populações locais. Maués (2010, p.32) ressalta que nas comunidades amazônicas com a implantação das CEBs instaura-se também “[...]‘um novo modo de ser igreja’ que se transforma, ao mesmo tempo, em um novo modo de atuar política e religiosamente (sem, no entanto, abandonar por completo suas tradições, nem sua atitude crítica em relação ao que vem de fora) ”.

A vivência em comunidade, conforme Wagley (1988), envolve nas relações sociais aprendizados, reprodução e partilhas. O contato com os agentes pastorais das CEBs ocasionou esses processos e, conseqüentemente, uma transformação na postura política do povoado quilombola. Segundo Rui Brasil é nesse momento que “se inventa a comunidade, o povoado de descendentes de quilombo já existia, então aí se inventa a ‘comunidade quilombola’, antes mesmo de existir na Constituição” (RUI BRASIL, diário de campo, dezembro/2019).

A *invenção* da comunidade se dá a partir do vivido, a partir de situações reais advindas das relações sociais com outros grupos, como a instalação da MRN, a criação das UCs e a chegada da Igreja. A comunidade, enquanto movimento organizativo, é uma inovação, um recurso ou estratégia que se cria ou se *inventa* em busca de não perder seus espaços e continuar a existir como grupo. A perda de áreas do território e a ameaça de deslocamento impele os quilombolas da Tapagem à resistência e conforme Carlos Printes, “foi o padre Patrício que viu a situação do nosso povo e orientou nós a resistir e formar uma comunidade, fundando uma comunidade seria mais difícil tirar nós da nossa terra e nós estamos aqui até hoje” (CARLOS PRINTES, Informações retiradas do diário de campo, 2018, Oriximiná, Pará)

Esse processo de “*invenção*” da comunidade é um indício importante sobre o contexto conflituoso que envolve a Tapagem e as demais comunidades quilombolas locais no fim dos anos de 1970 e início da década de 1980. A comunidade “*inventada*” é organizada dinâmica e politicamente em face dos conflitos e demonstra a capacidade criativa de adaptação a situações adversas infligidas pelas relações sociais com “*os de fora*”. Os quilombolas da Tapagem viram seus espaços de vivências serem ocupados pela MRN, viram suas práticas coletivas interrompidas com a criação das UCs e com isso a continuidade do grupo ameaçada.

O sentimento de pertença ao território, baseado em laços de solidariedade e expresso na memória coletiva derivada do “mito de origem” ancorado nas memórias da chegada do primeiro casal de moradores, passa a incrementar a luta ideológica.

A exemplo de uma teia, a memória vai sendo tecida e se projeta como elemento da atualidade e a constrói dinamicamente com perspectiva de um futuro de *tradições inventadas* por força da capacidade criativa dos agentes sociais. [...] Para além de projetar uma adaptação de tradições passadas, a memória engendra processos construídos pelos quais os quilombolas criam e recriam suas condições de vida real (RANCIARO, 2016, p. 51).

A capacidade de criação, inovação ou *invenção* dos agentes sociais da Tapagem dá origem ao que Hobsbawn (2002) nomeia de “*tradições inventadas*” e “pode-se dizer que as tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios” (HOBSBAWN, 2002, p. 20). Essas “*invenções*” também indicam que a memória coletiva além de demonstrar a força social e a adaptabilidade à realidade vivida, fomentam o processo de construção política e ideológica do grupo.

As práticas “*inventadas*” “vão sendo política e socialmente definidas; transformadas e aperfeiçoadas na própria dinâmica desse processo de criação ou de ‘invenções’, criativamente construídas pelos agentes sociais” (RANCIARO, 2016, p. 53). A luta organizativa por garantia de direitos é um processo dinâmico e em permanente construção, as conquistas alcançadas pelo coletivo delineiam o processo de “*invenção*” e sugerem os caminhos das futuras reivindicações do grupo.

O relato dos mais antigos sobre a interferência dos “de fora” no povoado quilombola faz todo sentido, pois a própria fundação da comunidade se dá em consequência do surgimento de conflitos pelo território e interrupções de atividades coletivas e cotidianas. “Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta” (HOBSBAWN, 2006, p. 12-13). São as transformações (conflitos e ameaças) “*vindas de fora*” que, ao atingirem o povoado quilombola, exigem medidas de resistência coletiva e isso direciona os quilombolas para uma mobilização política reivindicatória.

Não se pode negar que vem “de fora” a influência e a formação do movimento político-organizativo, mas isso não faz com que os quilombolas deixem de balizar as fronteiras entre “*os de dentro, os daqui, os filhos naturais ou nós*” e “*os de fora ou externos*” e de acordo com Cardoso de Oliveira (2000, p. 6) “a terra ou território é o primeiro desses

operadores, onde o *nós*, os filhos da terra, e os *outros* são os recém-chegados”. Aqui se faz relevante esclarecer que se toma o território como “operador de fronteiras” a partir das ideias de Ilka Boaventura Leite e Raquel Mombelli (2005, p. 52), logo,

quando [...] falamos em território, estamos fazendo referência a um espaço vivido e de amplas significações para a existência e sustentabilidade de um grupo de parentes próximos e distantes que se reconhecem como um todo por terem vivido ali por várias gerações e por terem feito deste espaço um lugar, com um nome, com uma forte referência no imaginário do grupo, compondo as noções de pertencimento e de auto-adscrição. Trata-se, portanto, de um espaço conquistado pela permanência, pela convivência e que vem sendo identificado por todos como seu, ou seja, pelos de dentro e pelos de fora, de tal modo que o próprio sujeito só se reconhece através da projeção nesse espaço - lugar marcado e demarcado, domesticado pela nomeação e pelo amplo reconhecimento - ganha a importância de uma tradicionalidade ao servir de suporte para um grupo de pessoas aparentadas pela afinidade e consanguinidade ou até mesmo por afiliação cosmológica.³⁶

Ao falar do “*nós, filhos naturais, os de dentro*”, os quilombolas da Tapagem estão a falar de vivências comuns, práticas culturais e sociais compartilhadas por um grupo de pessoas que vive em várias comunidades, mas que pertence a um mesmo território, onde todos são “*filhos do rio ou filhos do Trombetas*”. “*Nós, os filhos naturais*” é um modo de identificar-se como quilombola, como pertencente a um grupo étnico, é usado para demarcar as fronteiras num contexto mais amplo, entre o quilombola e “*os de fora, o externo*” ou o não-quilombola. O sentimento de pertença à uma comunidade específica aparece mais no contexto local, entre os próprios quilombolas, como por exemplo ao autoidentificarem-se como “*Cleuta é tapageira*”, “*Maria Elza é do Sagrado*”, “*Carlos é do Abuí*” e assim com cada integrante do grupo.

O contexto vivenciado e a influência “*de fora*” move os quilombolas da Tapagem a “*inventarem*” um novo modo de atuar política e religiosamente e, segundo Maués (2010), isso não ocasionou o abandono de suas tradições culturais. Além de preservarem muitas de suas práticas sociais coletivas, muitos conservaram posições críticas a ideias “*externas*”, o que permite perceber contradições internas. A comunidade “*inventada*” não é isenta de tensões e divergências, mesmo que a *invenção* da mesma simbolize coesão e adaptabilidade do grupo, não se pode e nem se deve entendê-la como uníssona. Como em qualquer grupo social houve “*resistência às inovações por parte das pessoas*” (HOBSBAWN, 2006, p. 11), nem todos assimilaram o processo do mesmo modo, muitos não entendiam as situações vividas, havia aqueles que tinham receio que práticas culturais e ritos religiosos se perdessem ou fossem

³⁶ NUER. Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas - Vol. 2, N° 2. Florianópolis, NUER/ UFSC, 2005. p. 45 – 58.

substituídos e outros percebiam dissonâncias, “o discurso religioso costuma ser ambíguo, como também o discurso político. Há nele muitas contradições e paradoxos”, isso gerou muitas especulações nos agentes sociais da Tapagem. Os líderes quilombolas, à época o senhor Carlos Printes estava à frente da ARQMO, fizeram um trabalho minucioso e extensivo para unir e orientar os membros da comunidade em prol de direitos (MAUÉS, 2010, p. 29).

Em suas contribuições E. P. Thompson (1987) destaca que as classes tomam forma ao longo do tempo e dos processos, entendo que o mesmo também acontece com a Tapagem, a comunidade enquanto grupo étnico é forjada no bojo das experiências vividas e compartilhadas, enquanto seus agentes são acionados, nos momentos de ação e escolha (ou não escolha), nas expressões e formas culturais. Fazer parte do grupo (classe) é identificar-se com seus pares, nutrir laços de solidariedade e ter a consciência da partilha de tradições, costumes, valores e interesses comuns.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos [...] semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p.10).

Embora os membros do grupo ajam baseados em códigos herdados socialmente, não há uma camisa-de-força para controlá-los, existe a possibilidade de contradições e conflitos, pois a consciência da comunidade, como coletivo ou classe, se forma a partir do real vivido. São essas experiências reais que possibilitam reflexões e ações a partir de necessidades ou interesses. Em seus estudos sobre comunidade Gusfield (1975, p. XVI) já recomendava que esta devia ser caracterizada a partir das relações sociais estabelecidas no contexto comunitário e não por aspectos geográficos ou de localização. Por essas questões relacionais percebe-se que a Tapagem estabelece contatos com outros grupos sociais, apresenta dissonâncias e dinamicamente se constrói como espaço de socialização, “é marcada por características peculiares e/ou conflituosas de alguns relacionamentos humanos e por isso mesmo não deve ser concebida como grupo limitado e definido”. Convém esclarecer que o termo comunidade, enfaticamente utilizado no decorrer da narrativa, deve ser entendido “como sentimentos comuns de sociabilidade dos quilombolas em face de objetivos inerentes à construção das

suas relações sociais, e como arena de enfrentamentos em cujo espaço, impregnados de contradições sociais, perpassam relações de conflito”, ou seja, é o espaço comum de sociabilidade onde, cotidianamente, os quilombolas constroem conexões sociais e afetivas, assim como acessam conflitos e contradições inerentes a qualquer realidade social (RANCIARO, 2016, p. 42).

Diante de todas as situações vividas pela comunidade Tapagem, a maioria das práticas culturais foram preservadas, especialmente as festas culturais, ritos religiosos, as atividades coletivas de manejo/produção, os laços de união e solidariedade. De acordo com os relatos dos mais antigos, o catolicismo era seguido por grande parte dos primeiros moradores, fato que não impedia a prática de outras crenças, seitas ou religiões. Desde o início da comunidade adotava-se como santo protetor ou padroeiro o São Sebastião e conforme informações do senhor Duí, a devoção a esse santo é uma herança dos antepassados, “*essa festa já existia aqui desde quando isso era só um povoado, antes dos padres chegarem*”.

Antes do meu pai já tinha um que fazia a festa, era meu avô [Manuel Francisco Xavier], antes desse meu avô tinha outro que deixou para ele, aí ele repassou antes de morrer pro meu pai, aí meu pai pegou a gerência dessa festa e também por causa de uma promessa que ele fez por causa do Lerízio. Ele [Lerízio] era doentio, adoeceu muito que quase morria, meu pai fez a promessa: durante ele ser vivo e o menino [Lerízio] todos os anos iam fazer, só não fazia no ano que não pudesse mesmo fazer, quando não tinha condição. Eles faziam, depois de eu me formar mais entendido, eu já entrei no trabalho dessa festa. Nesse tempo tinha o círio, a ladainha, [...] tinha vez que a gente passava nove noites nessa festa. Quando era a noite tinha a reza e aí gente dava umas dançadinhas, aí parava. Assim ia até chegar mesmo o dia da festa, aí se fazia a entrada do santo, tinha mastro, aí derrubava o mastro, rezava a ladainha, até hoje é assim. Depois é a festa dançante. A música era de pau e corda, muitos já morreram e quase não tem mais quem toque, até eu tocava, tocava violinha, depois inventaram uma sanfona, eu comprei [...] eu mesmo tocava e fazia a festa. Essa festa era aqui onde hoje é o centro comunitário [...]. Na entrada do santo eu era sempre o segundo, porque o [Pedro] Barulho era o primeiro, ele que passou pra mim, eu aprendi com ele a ladainha (DUI XAVIER, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2019 na comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

Conforme o interlocutor, a festa de São Sebastião além de uma tradição deixada pelos antepassados era também uma promessa de Manuel Felipe Xavier (Felipão), que ao morrer passou para os filhos a responsabilidade de continuar a festividade. Os festejos se estendiam durante nove noites, primeiramente acontecia o rito religioso com círio fluvial, procissão, ladainha e derrubada do mastro e num segundo momento, após festejos religiosos, acontecia a festa dançante com lundum, valsa, quadrilha, *desfiteira*³⁷ e músicas tocadas por membros da

³⁷ A *desfiteira* é uma dança de ritmo animado e acelerado, parecido com o carimbó. Os casais vão dançando em forma de círculo e passam em frente ao banda musical Se desenrola como se fosse um desafio entre a dama e o

comunidade e muitas comidas e iguarias para os quilombolas. Depois do falecimento do devoto Felipão Xavier, tanto os festejos religiosos quanto as apresentações culturais passaram a ser organizadas por um mestre da festa, escolhido no ano anterior na hora da derrubada do mastro. A senhora Clarice Xavier, 70 anos, filha de Felipão Xavier e conhecida como Tia Quilá, compartilhou um pouco de suas lembranças sobre essa festividade.

[...]antes o papai era um dos festeiros [...] nessa época ele reunia muitas pessoas. Ele fazia a festa do santo [...] depois os padres vinham, faziam o batizado, faziam casamento, aí iam embora. Aí de 1960 pra cá começou a vim os padres pra fundar a comunidade. [...] quando começou essa festa aí eu nem existia. [...] pra fazer essa festa na época eles faziam promessa com os santos. Cada um tem um padroeiro, e aí ele fez promessa com esse santo através do meu irmão [...] ele tava pequeno aí apareceu uma doença nele, ele ficou todo cheio de chagas, ferida, muito [...] e esse santo era de um tio do meu pai que festejava [...] na época assim de janeiro festejavam ele, de julho festejavam uma outra santa. Em cada grupo de pessoas eles tinham um santo, um padroeiro, aqui [Tapagem], no Abuí, na Cachoeira. [...] aqui era tudo católico [...]aí ele fez essa promessa pra esse santo pro filho dele ficar bom, e ficou. [...] aí ele começou a fazer ladainha, [...] aí depois ele fazia a festa, [...] o pessoal ajudava bastante. Faziam muita união, não era nada vendido e não comprava nada também. Só ele comprava [...] negócio de querosene, essas coisas pra iluminar, farol, lamparina [...]. O salão [...] ele fazia a terra bem batidinha, assim ficava parece um cimento, ele arrumava bem. E aí foi fazendo a festa, depois ele morreu, aí ficou pros filhos dele, que agora já tão tudo velho. [Antigamente] eles dançavam quadrilha, lundum, a valsa, [...] a mazuca, a desfeiteira [...] essa festa era animada porque tinha tudo isso. [...] de um tempo pra cá faz as barquinhas, solta no rio, o meu irmão que canta as folias [...] tem uma caixinha, tem a pessoa que carrega a bandeira, a bandeira do São Sebastião é na cor da roupa do santo, é vermelha, branca e rosa [...] aí eles enfeitam tudo desse jeito. Eles fazem meia lua no rio, cantando, batendo a caixinha e cantando e vai pra um lado e vai pra outro abanando a bandeira. [...] antigamente era no remo e agora eles não querem mais no remo, eles já querem motor [...] mas agora já é organizado pela coordenação da comunidade, não é mais [...] pelos antigos ou por uma família, [...] é a coordenação. O qual entra na coordenação é aquele que vai administrar, mas tudo é de acordo com o povo (CLARICE XAVIER, entrevista concedida em 18 de janeiro de 2019, na comunidade da Tapagem, [Grifo nosso]).

Conforme o relato dos interlocutores a Festa de São Sebastião se faz em dois momentos: os ritos religiosos e festa dançante ou cultural. Vários momentos do festejo, principalmente os ritos religiosos foram destacados por Clarice e Duí Xavier (irmãos). “A Tapagem é o lugar das festas” destacou Funes (2000, p. 24) em seu estudo “Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas” e condiz exatamente com o relato de Dometílio Xavier, sobrinho de Felipão Xavier, sobre a festa cultural. Dometílio relatou alguns pontos relevantes sobre o desenrolar dos festejos e os hábitos comportamentais na época dos antigos:

cavalheiro, ambos vão até o centro do salão dançando, uma dança envolvente e de muitos balanços rodados e olhares, no centro o homem tira um verso desafiador e provocante à parceira, a qual responde o verso e já desafia outro casal, assim vai até todos os casais se desafiarem (CLARICE XAVIER, entrevista concedida em 18 de janeiro de 2019, na comunidade Tapagem).

As danças quando eu me entendi era assim, crianças e jovens pra um lado e adultos era pro outro[...]. Agora já dança tudo misturado, até as minhas [filhas] vão pelo meio. As mulheres ficavam sentadas num banco grande, homem nenhum podia tocar nelas, quando era na hora da dança, os homens iam até o meio do barracão, se chamava para isso ramada. Os músicos era só mesmo de violinha, banjo, pau e corda. Então pra puxar uma dama pra dançar chegava até o meio e acenava, aí ela vinha e a gente se atracava para dançar, aí podia rodar o salão inteiro, mas não podia ficar conversando muito, tinha que falar alguma coisinha no ouvido dela, isso bem rapidinho num descuido dos mestres-salas, que ficavam rondando no salão, eram dois. Qualquer coisinha a mais que isso, eles consideravam falta de respeito e você era retirado do salão, não podia mais puxar dama pra dançar. Em todas as festas era assim, aqui, no Abuí, na Serrinha, tudo por aí. Quando as damas queriam ir ao banheiro [...]tinha uma mestre-sala, era uma senhora de idade já, que acompanhava elas. Aí elas traziam de volta e entregavam pros mestres-salas do salão, aí eles comandavam e vigiavam. Fora isso, tinha uns velhos que ficavam rodeando ali pela beira do mato com lanterna vigiando [...]. Não podia tocar nas jovens, se mexesse ia casar de qualquer jeito, não tinha pra onde correr [...]. As festas naquele tempo não era que nem agora, quer fazer uma festa corre com o prefeito pra ganhar alguma coisa, não era assim. Se quisesse dá uma festa nós ia trabalhar, por exemplo, a festa vai ser em janeiro, a gente trabalhava pra perto a gente já tá prevenido, era muito beiju, era capado, porco grande, a gente tava com tudo pronto só pra matar no dia da festa, mas era tanta coisa, porque um trazia uma coisa, outro já trazia outra, no dia era aquela fartura, não dependia de prefeito, de Mineração, de ninguém. A festa dançante era depois da reza da ladainha. Primeiro tinha a reza, depois o pessoal ia comer, ia tomar um banho, trocar a roupa, aí vinham pro salão, tudo era iluminado com lamparina, em cada esteio tinha uma amarrada. Os mais antigos era que tocavam, o Pedro Barulho tocava banjo, o Cabecinha tocava banjo, o Duí tocava várias coisas (sanfona, violinha, acordeom, banjo), eu [Dometílio] também tocava banjo, o Bacaba tocava até bateria, o Santana também tocava. Tinha uma pistola, também chamavam de ronqueira, que levava pólvora, farinha, um tiro daquilo dava pra ouvir longe, [...] aí todo mundo já ficava alegre, todo mundo já ia trocar a roupa, era um sinal que a festa dançante já ia começar. Primeiro quem ia dançar era os antigos, as mulheres idosas com seus pares, com os idosos, chamavam eles de mordomo, dançavam valsa, quadrilha, mesmo quando não era junho, dançava lundum. Primeiro dançavam esses mais velhos, depois o povo. Não tinha bebida alcoólica, só se fosse escondido, os mais velhos escondiam nas maletas e levavam. Tinha umas velhas que não deixavam ninguém dormir, eram duas noites de festa direto, e elas pegavam umas banhas fedorentas, fritavam e passavam com aquilo fumaçando aonde a gente tava dormindo, mas era na hora que a gente pulava, tomava banho e voltava pro salão. A gente não dormia, se fosse duas noites de festa, duas noites sem dormir. Tinha os procuradores, que davam falta dos outros e procuravam até trazer pro salão da festa. Mas naquele tempo a gente vivia até cem anos, agora não, tanto jovem morre, por meio de bebida, por meio até de droga (DOMETÍLIO XAVIER, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2019 na comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

Com o passar do tempo e com algumas mudanças no cotidiano, a festa do santo padroeiro teve adaptações. Antes as festividades aconteciam ao longo de nove (9) dias, conforme contou o senhor Duí Xavier, atualmente a festa acontece em dois (2) dias, num final de semana próximo ao dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião. No primeiro dia acontece a festa religiosa com círio fluvial com barquinhas e barcos ornamentados, ladainha, seguida de missa, pagamentos de promessas e derrubada de mastro. Depois dos ritos religiosos acontece a festa dançante no centro comunitário com bingos, leilões, danças e aparelhagens eletrônicas vindas de Oriximiná. As bebidas e comidas são vendidas para arrecadar fundos para

manutenção da igreja e do centro comunitário no decorrer do ano. No segundo dia acontece um torneio de futebol, que reúne equipes representantes de outras comunidades e apresentação de bandas musicais durante a competição. As adaptações nas tradições culturais são consequências da perda de seus territórios de manejo e a busca por novas formas de trabalho para garantir o sustento das famílias, conforme explica Carlos Printes,

na Tapagem é a festa do São Sebastião, é uma festa com folia, com ladainha. É uma festa diferente das demais, tem um rito específico [...] tinha até ladainha em latim. Acontece no dia 20 de janeiro ou num final de semana bem próximo dessa data. Antes quando a gente era meio moleque, jovem, se dia 20 fosse segunda ou terça-feira num tinha isso, saía a festa, agora não, foi mudando, porque muitos trabalham fora, aí tão ocupado e aí escolhem o final de semana pra poder mais pessoas participarem. Tem um volume grande de pessoas entre barqueiros, serventes, professores, se fizer dia de semana, eles não vão participar. Eles precisam dos seus trabalhos, mas também querem fazer parte dessa tradição, então isso teve que ser ajustado, antes não, dava pra viver da castanha, mas isso nos perdemos (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018 em Oriximiná, Pará).

Além de alterar o período da festividade, conforme as informações dos comunitários não há mais como distribuir bebidas e comidas gratuitamente para todos os participantes da festa, como era feito no passado. O número de quilombolas na Tapagem aumentou muito e também há a participação de diversos visitantes de outras comunidades, por ser um festejo bastante conhecido e afamado. Segundo Clarice Xavier, mesmo que a festa seja organizada pela coordenação da comunidade e realizada com ajuda financeira da Prefeitura de Oriximiná e também da MRN, não são recursos tão elevados. Os comunitários participam ativamente das ornamentações da igreja, da confecção de barquinhas e bandeirolas, da feitura do mastro e dos ritos religiosos, mas contribuições financeiras da parte dos comunitários são quase inexistentes, o que ocorre com maior frequência são doações (galinha, porco, pato, jabuti, frutas, verduras e outros) para o preparo de comidas para serem vendidas em leilão ou bingo durante a festa.

“A festa mudou muito, mas continua porque é promessa, é tradição, um compromisso nosso com os mais antigos”, essa fala de Clarice Xavier revela o significado e o simbolismo da festividade de São Sebastião para os quilombolas da Tapagem. A festividade se modifica porque é feita pelo povo, é expressão do catolicismo popular e à medida que as gerações se renovam a festa passa por mudanças, alguns ritos são adaptados, outros acrescentados e uns são abandonados. Galvão (1976) destaca que a religiosidade das comunidades amazônicas é marcada pela devoção aos santos e expressa nessas festas realizadas anualmente. “A devoção individual ou na comunidade se faz sentir sobre os santos, ou mais explicitamente sobre as

imagens destes santos. Como símbolos de culto religiosos essas imagens [...] têm lugar de maior preeminência que a cruz” (GALVÃO, 1976, p. 29).

Conforme Maués (1995) enquanto a festa do santo significa para a igreja um simples momento de evangelização, onde se promove práticas sacramentais e se procura conseguir fiéis seguidores do catolicismo tradicional, para os devotos a festa é o momento de súplica ou gratidão, de renovação de promessas e alianças com os antepassados, momento de união e confraternização com familiares, compadres e comadres (encontro de gerações), a festa é alegria e comemoração, é momento de lazer comunitário e um significativo momento de celebração da vida. Para a comunidade a festa é momento de estreitamentos dos vínculos sociais, é encontro e reencontro de gerações, reavivamento das promessas e tradições e conforme Maffesolli (1994, p. 25) a festa de santo não é apenas um ritual religioso, para a comunidade a festividade serve também para reafirmar a permanência e sentimento de comunhão do grupo, fortalece o que autor chama de “*sentimento de si mesma*”, a identidade do grupo.

Além das expressões de fé e devoção ligadas ao catolicismo popular, preservaram-se na Tapagem as práticas de reza, ritos de cura e *benção*, estas chamadas por Pacheco (2009) de práticas *afroíndigenas*³⁸. Em consonância com este autor, na Amazônia o intercâmbio cultural/religioso entre indígenas e africanos compõe as manifestações religiosas e constitui um panteão *afroindígena*, onde estão vinculados religiosidade e natureza, territórios e entidades. “Esses agentes históricos recriaram saberes nativos, trocando entre si compreensões de mundo, afetos e criativas energias vitais” (ALBUQUERQUE; PACHECO, 2016, p.58).

Ao falar das práticas religiosas dos quilombolas, Daniel Souza enfatiza que

no quilombo tem que ter isso, benzedor, curador, encantado, todas essas coisas fazem parte da nossa cultura. Nós temos um pé no quilombo e um pé na aldeia, essa mistura, tudo é herança dos nossos antepassados e dos nossos irmãos indígenas. Nós somos um povo muito ligado a natureza, é dela que vem nossas ervas de cura, nela mora nossos encantos, dela vem nosso sustento, por isso nós temos um apreço e um respeito muito grande pela mãe natureza (DANIEL SOUZA, Informações retiradas do caderno de campo, Oriximiná, 02 de agosto de 2018).

O interlocutor ainda destaca que no tempo dos mais antigos, as rezas, as cerimônias de cura e *benção* eram mal vistas por membros dirigentes da Igreja Católica de Oriximiná.

³⁸ “[...] tornou-se possível cunhar a expressão *afroindígena* para evidenciar como na Amazônia [...] é quase impossível discutir a presença africana descolada de relações, interações e redes de sociabilidade tecidas com grupos nativos da região (PACHECO, 2009, p. 90).

Essas práticas eram consideradas pela doutrina católica como feitiçarias ou superstições e os sacerdotes eram enviados às mais diversas comunidades para orientar os quilombolas a abandonarem tais expressões religiosas. Conforme Daniel Souza (2018) não adiantou muita coisa, “os negros e os índios são espertos, cantavam e rezavam primeiro na linguagem que os padres queriam, depois na que eles não entendiam. Aí os padres iam embora e eles voltavam a tocar tambor, rezar, benzer, curar”.

No veio das cosmologias que sustentam os modos de vida dessas populações [...] está a interação e o respeito aos recursos naturais. Na contramão da lógica capitalista e globalizada que fragmentou o homem, a natureza e o campo espiritual, mergulhar no mundo das encantarias afroindígenas é reencontrar-se com concepções de ser cujo centro é a vida humana em simbiose com o cosmo em todas as suas dimensões (PACHECO, 2010, p. 105)

Assim como os ritos e práticas *afroindígenas* não foram abandonadas no passado, no presente eles são praticados e tem sua relevância, pois muitos quilombolas recorrem aos curadores(as), benzedores(as) e puxadores(as) para a cura de doenças, infortúnios ou situações/acontecimentos anormais, como revela o senhor Cabecinha:

Meu médico é Deus e minha fé é nas ervas, no remédio caseiro, a vida vem da natureza e a cura também. A minha mãe me ensinou costurar rasgadura, fiquei com aquilo na cabeça, mas não praticava, eu bebia muito e não seguia aquilo. Aí uma vez vi uma mulher que não levantava a cabeça, andava curvada, aí eu disse vou costurar essa rasgadura, deite ali na rede, rezei, rezei, depois ela foi embora. Com cinco (5) dias a mulher voltou para me agradecer, ficou boa. Pra mim isso é um dom [...] (CABECINHA SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 16 de dezembro de 2019).

Há entre os quilombolas a crença na cura por *benzições*, rezas, puxações e remédios naturais de fabricação caseira, especialmente para a cura dos males físicos, psíquicos e doenças como *mau-olhado*, *quebranto*, *panema*, entre outros. Mesmo que se encontre na comunidade pessoas com o “dom de curar”, os quilombolas compreendem que existem enfermidades que precisam de tratamento médico-hospitalar. Essa necessidade torna evidente a quase inexistente assistência institucionalizada a saúde na Tapagem, onde não se dispõe sequer de posto ou Unidade Básica de Saúde (UBS), há apenas uma (1) agente de saúde contratada pela PMO para prestar orientações básicas sobre primeiros socorros, pré-natal, remédios controlados, higiene pessoal e cuidados com a água.

Conforme Maria Rivonilde Souza, conhecida como Rivoca, 43 anos, natural da Tapagem, agente de saúde, na comunidade são aproximadamente 650 pessoas, num total de 80 famílias, com média de 8 (oito) membros por unidade familiar. A assistência à saúde chega

a esses comunitários uma vez por mês por meio do Projeto Quilombo³⁹, resultante da parceria entre a MRN e Prefeitura, quando são oferecidas 14 fichas para atendimento médico e também encaminhamentos à especialistas, acompanhamento de pré-natal, vacinação, distribuição de medicamentos e palestras preventivas de cuidados com a higiene pessoal e meio ambiente.

A agente de saúde faz o acompanhamento na Tapagem desde 1998 e conta que a partir do seu trabalho e da execução do projeto Quilombo um grande número de quilombolas diabéticos, hipertensos e com outras complicações foi diagnosticado e passou a receber assistência na própria comunidade. Dona Rivonilde esclarece que

o trabalho de agente de saúde é a partir da prevenção. Então como nós sabemos tem vários tipos de doença [...] que provém da falta de higiene [...]. Então o meu trabalho na comunidade desde quando eu comecei em 1998[...] é influenciar a comunidade né, o conhecimento, o cuidado da saúde, [...] principalmente assim de mulheres quando engravidavam não tinha aquele hábito de fazer o pré-natal. [...] A vacinação da mesma forma. E tinha hipertensos, diabéticos e não tinha como a gente saber que tinha essas pessoas na comunidade, aí através de conhecimento, dos cursos que eu faço, foi que eu aprendi a fazer verificação de pressão arterial e também de glicemia. [...]a primeira vez que o projeto Quilombo da Fundação Esperança veio pra cá, [...] teve toda essa descoberta. Então foi em 2004, aí eles ficaram com a gente aqui até 2017. Aí quando foi em 2017 eles foram embora, aí quando foi agora em 2019, 2018 veio a nova equipe que é o projeto Quilombo também, mas eles trazem toda medicação, eles fazem acompanhamento dos hipertensos, igualmente dos diabéticos, é assim que funciona (RIVONILDE SOUZA, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em dezembro de 2019).

O Projeto Quilombo atende além da Tapagem mais 17 comunidades quilombolas no rio Trombetas, entre estas todas as comunidades do Alto Trombetas 1. Nesse território se concentram 2 (dois) polos de atendimentos: um na Tapagem – que assiste a essa comunidade, ao Sagrado Coração e Mãe Cué; outro polo se concentra na comunidade do Abuí e atende também as comunidades de Paraná do Abuí e Santo Antônio do Abuizinho. A equipe do projeto, formada por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, realiza mensalmente 14 consultas médicas por comunidade, as quais acontecem nos barracões comunitários, nos prédios das escolas e/ou no barco do projeto, no caso da Tapagem, a escola é cedida nos dias de atendimento.

³⁹ O Projeto Quilombo foi criado no ano 2000 para melhoria da saúde e qualidade de vida da população quilombola do oeste do Pará. Em Oriximiná, o projeto funciona por meio de uma parceria da Fundação Esperança, MRN e Prefeitura Municipal, atende 18 comunidades localizadas ao longo do rio Trombetas, que recebem mensalmente o barco Barão Mar com uma equipe de 15 profissionais (médicos, enfermeiros e técnicos). Para saber sobre o Projeto Quilombo recomenda-se acessar: <<http://www.mrn.com.br/paginas/pt/sustentabilidade/relacoes-com-comunidade/saude-e-seguranca/projeto-quilombo.html>>.



Imagem 18 e 19: Palestras sobre Saúde da Mulher e Higiene Bucal nas salas da escola.

Fonte: Pesquisa de Campo, comunidade Tapagem, dezembro de 2019.

O senhor Florêncio Ferreira, 69 anos, membro da coordenação da AMD no período de 2014 a 2016, destacou que os atendimentos começaram a acontecer nas comunidades quilombolas do Alto Trombetas 1 especialmente depois de 2004, quando o coletivo representativo começou a pressionar a MRN por melhorias,

nós começamos a pressionar ela [MRN], porque [a comunidade] era mal atendida principalmente a saúde, aí nós começamos a pressionar, foi aí que apareceu [...] uma entidade chamada Fundação Esperança, trabalhou parece que 10 anos [...] com atendimento, eles facilitaram isso. Agora ficou esse projeto Quilombo da MRN e da prefeitura (FLORÊNCIO FERREIRA, entrevista concedida em 09 de janeiro de 2019 na comunidade Tapagem, [Grifo nosso])

Mesmo com todas pressões por parte do coletivo quilombola em favor da assistência à saúde, os atendimentos realizados pelo Projeto não são suficientes para a demanda populacional. O número de consultas médicas se torna paliativo às comunidades e leva os quilombolas da Tapagem e de outras comunidades, mesmo sem condições financeiras, a se deslocarem até Oriximiná em busca de tratamento médico-hospitalar. Sobre a atuação do projeto Quilombo, Aluizio Silvério ressalta:

Não ajudam a gente nem na educação e nem na saúde, os dois aqui são péssimos. Antes vinha um barco da Fundação Esperança, atendia 150 pessoas dentro da Tapagem, o projeto era só pra Tapagem, mas a gente tem isso de ser coletivo, aí a gente estendeu pra outras comunidades, nesse tempo até 200 pessoas eles atendiam. Hoje vem daí da empresa, mas tem uma regra de 14 fichas pra cada comunidade, tem gente que tá passando mal às vezes, mas é excluído [...] (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

Assim como as práticas culturais e religiosas são preservadas, *inventadas* ou *reinventadas* diante de situações impostas pela realidade social, o mesmo acontece com as práticas de cura. Os comunitários desprovidos de recursos para deslocarem-se até a cidade em busca de tratamentos de saúde recorrem aos ritos tradicionais de cura, reza, *benção* e aos remédios naturais na própria comunidade. Aqui convém destacar que o hospital da MRN em Porto Trombetas realiza apenas atendimentos de urgência e emergência, especialmente a gestantes em trabalho de parto ou pacientes com complicações graves, desde que estes estejam devidamente cadastrados nas barreiras portuárias da vila como remanescentes quilombolas.

Além das festas culturais, dos ritos religiosos e das práticas de cura terem sido preservadas, os laços de solidariedade e respeito mútuo se mantiveram entre os quilombolas e mesmo com as perdas territoriais e a redução das áreas para plantio, as técnicas de manejo/produção e uso da terra também foram mantidas. Os espaços de trabalho (roça) ou mesmo as áreas para construção de residências são decididos por meio de conversas e acertos entre os comunitários e conforme Aluízio Silvério, o respeito entre os pares é fundamental para a união e preservação dos laços solidários no grupo.

Quando a gente trabalha coletivamente tem uma coisa que é o amor [...] isso tem entre nós irmãos quilombolas [...] Je tem também o respeito, e a gente se respeita, a gente ainda tem isso aqui. Por exemplo eu moro aqui e do outro lado mora o coordenador que é o Rosemí, de repente se o Rosemí que acha que desse lado é bom pro filho dele fazer uma casa, aí ele vai vim falar comigo e a gente vai ceder, porque não tem limite esse nosso companheirismo, só tem no estatuto que nós temos que respeitar as áreas de capoeira de cada um. Se eu trabalho aqui e deixo uma capoeira, pra preservar o meio ambiente a gente deixa a capoeira crescer pra depois fazer a roça no mesmo lugar. A gente deixa de repouso e depois volta lá, porque se for plantar uma mandioca ali não presta, porque tem uma camada chamada húmus que é delicado pro plantio. A gente pensa em tudo isso, pensa em como reflorestar, isso eu queria que fosse ensinado na escola por alunos aprenderem, hoje eles não sabem. A embaúba ninguém planta numa roça e nem o curumim, mas eles são os primeiros que nascem lá e tomam conta se você não arranca, eles são responsáveis por essa camada húmus, quando a capoeira já está meio alta você pisa ali ela afunda, tá fofo, aquilo vai virar um estrumo, aí mistura com a terra e quando ela já tá alta pode derrubar ela que vem um roçado que você gosta de ver, isso a gente aprendeu com a natureza (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019)..

As perdas territoriais e as situações conflitantes vividas pela comunidade Tapagem não afetaram a união e os vínculos afetivos/solidários do grupo. Nas atividades cotidianas de caça, pesca, cultivos de roça e coletas de frutos silvestres prevalece entre os membros da comunidade gestos de cooperação e ajuda mútua. Há uma divisão equitativa de alimentos e outros itens, principalmente no período do inverno amazônico, quando as populações que

vivem as ribanceiras são afetadas pelas cheias dos rios e pela escassez de peixes, caças e outros mantimentos. No período de verão, quando as colheitas, as pescarias e as caçadas são fartas, as partilhas também acontecem, sobretudo para que não haja desperdícios e/ou as famílias mais numerosas passem necessidades. Evans-Pritchard (1999, p. 98) lembra-nos que

[...] esse hábito de partilhar, e, da mesma forma a partilha, é facilmente compreensiva dentro de uma comunidade onde é provável que todos se encontrem em dificuldades de tempos em tempos, pois é a escassez e não a abundância que torna as pessoas generosas, uma vez que todos ficam, assim, garantidos contra a fome.

O inverno amazônico é o “*tempo da cheia*”, é também o “*tempo da castanha*”- dezembro a maio, período que homens e mulheres deixam suas casas e dirigem-se aos castanhais para a coleta do fruto, a fim de garantirem uma renda extra. Muitas vezes deixam os filhos sozinhos e justamente nesse momento os gestos solidários e as partilhas são comuns entre vizinhos, parentes e compadres. Por ser período de férias escolares, há casos em que famílias inteiras dedicam-se a “*tirar castanha*”, vão no início da semana, armam seus acampamentos e retornam aos sábados ou domingos para averiguarem suas residências, plantações ou os filhos, quando estes não são levados aos castanhais.

A coleta da castanha foi uma das atividades agroextrativas mais afetada pela criação da REBIO do Trombetas. As áreas de coletas tornaram-se muito reduzidas devido os grandes castanhais frequentados pelos quilombolas da Tapagem localizarem-se dentro da área protegida, situação que obriga os “*tapageiros*” a procurarem outras formas de trabalho e sustento. Dona Rosineide Silvério, 39 anos, natural da Tapagem, relatou sobre as questões de trabalho e como se dão as atitudes de solidariedade na comunidade.

Depois dessa MRN dificilmente você encontra nas famílias homem e mulher em casa. Sempre os maridos arranjam algo lá [Porto Trombetas], algum emprego, têm também as bases fluviais do IBAMA e do ICMBio, que sempre as empresas terceirizadas pegam, contratam pra trabalhar. O meu marido trabalha lá na base com eles, na do IBAMA. Mas eu não me confio só nesse ganho dele, eu ponho roça, nem que seja mandioca pra fazer farinha, mas eu pesco, faço beiju, eu faço doce, eu me viro. Porque ele passa 15 dias lá e 15 aqui, e nós temos que comer, com o ganho dele nós vamos à cidade e trazemos um bom rancho, mas se a gente for comer só o rancho acaba logo e nós vamos fazer o quê? Tem que ir pra roça e tem que ir pescar. Além do que, a gente tem que vestir, tem que calçar, se não a gente trabalha só pra comer. Mas aqui a gente ainda pode contar com ajuda de um vizinho, de um parente, a gente se ajuda um ao outro, é um peixe, um punhado de farinha, um pedaço de caça, uma fruta, um pacote de café, de feijão, e assim a gente vai vivendo por aqui. Às vezes vai chegando mais pro fim do mês, vai ficando difícil, aí vem a sogra que sempre dá uma ajuda, tem o papai aqui perto, tem os compadres e assim quando eles também tão precisando se a gente tiver com o quê ajudar a gente ajuda, um conta com o outro (ROSINEIDE SILVÉRIO, 39 anos, entrevista concedida em 12 de dezembro de 2019, comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

É possível perceber no relato de dona Rosineide que as perdas territoriais influenciam diretamente nas atividades de produção, trabalho e na convivência cotidiana da comunidade. No passado, mas especificamente antes da chegada da MRN e da criação das UCs, a coleta da castanha era uma prática livre e intensa, que garantia o sustento de muitas famílias, não era atividade de ganhos extras, era a principal atividade extrativa e rentável da comunidade e amparou por décadas as gerações passadas. As limitações nas áreas de extração da castanha levam muitos quilombolas a submeterem-se a exploração trabalhista, pois por não terem níveis de estudos elevados e nem especializações ocupam os cargos que exigem poucas qualificações e de salários muito baixos. Por conhecerem muito bem as áreas que pertencem às UCs trabalham como assistentes dos fiscais nas bases do IBAMA e ICMBio, como é o caso do esposo da interlocutora, ou seja, ajudam a fiscalizar o território que tradicionalmente pertence aos quilombolas.

CAPÍTULO 3

TERRITORIALIDADE, CONFLITOS E MOBILIZAÇÃO COLETIVA NO TQ ALTO TROMBETAS 1



Comunidade Tapagem, Janeiro, 2019.
Fonte: Acervo Fotográfico da Pesquisa de Campo

3 TERRITORIALIDADE, CONFLITOS E MOBILIZAÇÃO COLETIVA NO TQ ALTO TROMBETAS 1

“Não estamos dispostos a deixar nada e nem ninguém tirar nosso território, nossa liberdade”

Adriene Silvério (Drica) - Coordenadora da Associação Mãe Domingas (Oriximiná, janeiro de 2019)

3.1 CAMINHOS PARA UMA TITULAÇÃO

No Brasil, o reconhecimento e titulação de territórios quilombolas são regidos com base nos seguintes instrumentos legais: o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988 e o Decreto 4.887/2003. Conforme Müller (2010, p. 89) “ter a segurança na posse de um território para determinados grupos étnicos é a certeza de assegurar a manutenção de sua identidade e preservar um tipo de história que não se encontra escrita em livros”.

É o Artigo 68 do ADCT/CF-88 que prevê o reconhecimento legal das *comunidades de quilombolas*, pois “aos *remanescentes de comunidades de quilombos* é reconhecida a propriedade definitiva das áreas por eles ocupadas, assim sendo, é dever do Estado emitir os respectivos títulos”⁴⁰. Na prática, é o Decreto 4.887 de 2003 que articula e regulamenta os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas estabelecidos no artigo 68/ADCT.

O decreto 4.887, fundamentado na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – da qual o Brasil é signatário – adota o critério da autoatribuição como fundamental para a identificação dos remanescentes das comunidades de quilombos. Segundo a convenção 169/OIT é a consciência da identidade que deve ser considerada como primordial para a definição dos grupos, ou seja, a autoidentificação indígena ou tribal é critério subjetivo e não cabe a nenhum Estado ou grupo social o direito de negar a identidade a um povo indígena ou grupo étnico-racial que se reconheça como tal. Em consonância com Leite (2010, p. 24),

⁴⁰ Art. 68 do ADCT. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

O Decreto 4887 decorre, sem dúvida, de novas reflexividades e proposições advindas de setores menos conservadores da sociedade. Do ponto de vista dos direitos humanos ele é inovador porque repõe a estes grupos marginalizados um direito que é antes de tudo, um direito à voz. Além de estabelecer a possibilidade de um contato entre o mundo oral e o da escrita, é inequívoco quando atribui aos próprios grupos a sua autoatribuição, pois parte do pressuposto de que não cabe ao poder público, nem a nenhum pesquisador, imputar identidades sociais. [...] O Decreto 4887 é inovador porque recupera para o mundo letrado, um conjunto de situações que estão fora dele, e cuja condição jurídica subalterna de uma das partes, no caso a dos quilombos, quando não considerada, acentua e adia a resolução dos conflitos. Ao contrário do que afirmam os opositores do Decreto, ele é um dispositivo que propicia a instauração de processos de regularização das terras ao mesmo tempo em que traz para a ordem jurídica a parte até então tida como inexistente.

Os dispositivos legais mencionados abrem a possibilidade de inclusão no ordenamento jurídico desse grupo étnico até então ignorado. O fato de os reconhecer como sujeitos de direitos, “propicia [...] não propriamente a garantia, mas a possibilidade, de entrada na ordem jurídica que os excluiu ou ignorou” (LEITE, 2010, p. 25). Esses instrumentos legais são importantes conquistas, frutos da pressão e das reivindicações do movimento social negro, articuladas com a sociedade civil, associações quilombolas, pesquisadores, representantes do poder público, juristas, dentre outros. “É importante considerar que isto não acontece por uma dádiva do poder público, mas para atender às forças sociais em movimento, por uma insurgência persistente, que extrapola e alarga a concepção de direito, desde suas bordas” (LEITE, 2010, p. 25)

Conforme o Decreto 4.887, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão do governo federal responsável pela aplicação do Art. 68. Por meio de regulamentos e instruções normativas, o INCRA direciona os processos administrativos de titulação de territórios quilombolas que incidem em terras públicas federais ou áreas particulares. Além do INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) também pode expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às comunidades localizadas na área de gestão dessa Secretaria. Os estados e municípios, por meio de órgãos reguladores, também podem expedir títulos territoriais às comunidades de quilombos localizadas em terras de domínio estaduais e municipais. Estados como Pará, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina dispõem de leis específicas para regularização fundiária e titulação de territórios quilombolas. No caso do Pará, estado onde localiza-se a comunidade pesquisada, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) é o órgão estadual responsável pelas titulações das terras quilombolas (INCRA, 2017).

A titulação de territórios quilombolas segue alguns passos: Primeiramente, os processos de regularização fundiária podem ser iniciados a pedido das comunidades quilombolas nas Superintendências Regionais do INCRA (SR/INCRA) ou por iniciativa do próprio órgão federal. Para dar seguimento ao processo, a comunidade deve obter junto à Fundação Cultural Palmares⁴¹ a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos. O passo seguinte é a SR/INCRA nomear um Grupo Técnico Interdisciplinar (GTI) formado por antropólogo, cartógrafo, agrônomo, técnico de cadastro e servidores com habilitações diversas para a realização de trabalhos técnicos que resultarão no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

O RTID aborda informações antropológicas, históricas, socioeconômicas, cartográficas, agronômicas, ecológicas, geográficas e fundiárias, obtidas em trabalho de campo e junto a instituições públicas ou privadas. A comunidade tem o direito de participar da elaboração do RTID, cujo o objetivo principal é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado. O Relatório é composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; planta e memorial descritivo do território com mapa das áreas e ocupações de todo o entorno; cadastramento das famílias quilombolas; relatório agroambiental com características e possibilidades do território; detalhamento da situação fundiária e de sobreposição de outros interesses estatais no território pleiteado; pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica.

Após a conclusão do RTID publica-se edital (resumo) com informações gerais do processo, inclusive localização/delimitação do território e matrículas de registro de imóveis incidentes. O edital deve ser publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, por duas vezes, e afixado na sede da prefeitura municipal onde está situado o território identificado. A SR/INCRA é responsável pela publicação do edital e pela notificação de ocupantes e vizinhos do território quilombola, que terão 90 dias para contestação. O RTID também deve ser encaminhado pela SR/INCRA para a Fundação Cultural Palmares (FCP),

⁴¹ O Decreto 4.887 determina à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência de emitir a certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. A certificação é feita respeitando os critérios de autodefinição recomendados pela Convenção 169 da OIT, ou seja, são certificadas aquelas comunidades de quilombos que assim se autodeclararam. É a Portaria FCP nº 98/2007 que direciona as certificações e cadastramentos e exige das requerentes: Ata de reunião específica com o tema autodeclaração, se a comunidade possuir associação constituída apresenta-se a Ata de assembleia com as assinaturas de seus membros; Relato histórico com as origens da comunidade, identificação dos troncos familiares, atividades produtivas e manifestações religiosas e socioculturais; e Requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP. Junto a documentação exigida pode ser adicionado, a critério das comunidades solicitantes, fotos, títulos de propriedade ou posse, registros de nascimento e óbito, reportagens, pesquisas, entre outros (CERTIFICAÇÃO QUILOMBOLA, FCP, Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/>>).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e seu correspondente na Administração Estadual; Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e seu correspondente na Administração Estadual; e Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para que se manifestem em até 30 dias.

Se algum órgão manifestar alguma restrição, o INCRA terá 30 dias para tomar as medidas cabíveis. Em caso de sobreposição⁴² ou interesse no território identificado por parte de algum desses órgãos, será aberto processo na Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal da Advocacia Geral da União (CCAF), conforme as determinações do Decreto 4.887/2003. Caso o processo não seja solucionado na CCAF da AGU, a Instrução Normativa (IN) do INCRA nº 57/2009, Artigo 16, orienta que a Casa Civil da Presidência da República coordene as negociações quando houver controvérsias. Com base na IN do INCRA somente após a solução definitiva das restrições é que pode ocorrer a outorga do título do território em favor da associação representativa do território requerente. O encerramento do processo de titulação se dá com o registro do título no cartório da Comarca onde se localiza o território.

Conforme Müller (2010) os conflitos entre órgãos do governo e grupos étnicos que vivem em áreas que passam por processos de territorialização têm se tornado cada vez mais grave, pois além do governo conduzir os procedimentos para a titulação ou tombamento dessas extensões, as comunidades são pressionadas a concordar ou celebrar acordos sobre a utilização de seus territórios ou perímetros de suas áreas, como são os casos do Território Quilombola de Alcântara, no Maranhão e da Comunidade Quilombola de Ilha Marambaia, no Rio de Janeiro.

[...] no Brasil, o governo instituiu processos de territorialização com a intenção de titular o território de tais grupos. Estes processos administrativos são norteados por regras que configuram uma trama de controle objetivo que incide sobre o procedimento e os grupos étnicos (MÜLLER, 2010, p. 89).

⁴² Se o território quilombola incidir em unidade de conservação, o INCRA e o ICMBIO deverão trabalhar juntos para garantir os direitos quilombolas. Se houver sobreposição com áreas de segurança nacional e faixa de fronteira, a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional será ouvida. No caso de sobreposição com terras indígenas, o Incra consultará a FUNAI. Caso o território quilombola incidir em ilhas, várzea ou praias, o processo será encaminhado à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que emitirá o título para a comunidade, em casos em que o território quilombola incidir em terras do Estado, o processo será encaminhado para o órgão competente da instância estadual para que proceda a titulação.

Ao apontar o regramento jurídico como “trama de controle objetivo”, Müller (2010) chama a atenção para os mecanismos usados pelo governo para solucionar “harmoniosamente” os conflitos pela posse da terra e pelos recursos naturais. As conciliações de conflitos entre os órgãos governamentais e as comunidades quilombolas são norteadas pelo Decreto 4.887, que determina a garantia da sustentabilidade aos territórios e dos interesses do Estado. “A ‘conciliação’ tem sido evocada como um mecanismo de harmonização que suplanta o conflito em nome da composição de posições ente os atores (MÜLLER, 2010, p. 91).

Para Nader (1994) a conciliação sob a ideologia da harmonia é uma técnica de pacificação muito utilizada no contexto internacional para abrandar conflitos socioambientais e controlar ou limitar ações mais enérgicas de grupos étnicos ou comunidades.

A história da substituição dos modelos antagônicos por modelos de harmonia não significa que a ideologia da harmonia seja benigna. Pelo contrário, a harmonia coerciva das três últimas décadas foi uma forma de controle poderoso, exatamente devido à aceitação geral da harmonia como benigna. A história das condições que determinam as preferências na solução das disputas são "compromissos móveis" geralmente envolvendo desequilíbrios no poder. [...] as ideologias de solução de disputas são um mecanismo usado há muito tempo para se realizar a transmissão de ideias hegemônicas. Os processos de disputa não podem ser explicados como um reflexo de algum conjunto pré-determinado de condições sociais. Eles refletem, mais exatamente, os processos de construção cultural que podem ser uma resposta à necessidade, um produto dos interesses preponderantes ou um resultado do conflito de classes (NADER, 1994, p. 9).

No Brasil, as conciliações que enfatizam a perspectiva da harmonia e o consenso, com a ilusória ideia de que esse tipo de negociação é mais “civilizada”, mais “madura” em detrimento ao conflito, acabam servindo como instrumento hegemônico “[...] que estabelece uma arena privilegiada para a imposição de valores de interesse estatal sobre os interesses das comunidades quilombolas. Relevante saber se as comunidades serão compensadas pelo impacto que a manutenção dos ‘interesses de Estado’ lhes imporá” (MÜLLER, 2010, p.100).

Nas disputas que envolvem áreas de sobreposição pertencentes a órgãos públicos e que abarcam tanto os interesses do Estado quanto a garantia de sustentabilidade das comunidades, o consenso deve ser buscado durante todo o processo de titulação dos territórios, como orienta a IN 57/2009 do INCRA, pois sem conciliação consensual, os conflitos, as contendas administrativas e judiciais tornam-se obstáculos à regularização dos territórios. O procedimento de titulação e reconhecimento de territórios quilombolas ocorre na esfera do

poder executivo e apenas em algumas situações o poder judiciário deve ser acionado ao longo do processo⁴³ (MÜLLER, 2010).

Ainda que as situações conciliatórias priorizem o consenso e a harmonia, segundo Farias Júnior (2008) nas últimas décadas os conflitos pela posse dos territórios e controle dos recursos naturais têm aumentado e agravado as disputas entre órgãos públicos e quilombolas, indígenas e outras identidades coletivas. Além disso, tem sido recorrente o acionamento do judiciário para solucionar esse tipo de situação, e claramente, os quilombolas e outros grupos étnicos, mesmo com direitos constituídos, encontram-se “em posição de poder discrepante em relação aos outros atores envolvidos na disputa e de quem dependem para ter seus direitos concretizados” (MÜLLER, 2010, p. 98).

No contexto latino-americano, o Brasil é um dos países que mais recorre aos tribunais para solucionar conflitos sociais, principalmente os que envolvem posse de territórios e uso/controlado dos recursos naturais, ou seja, a “judicialização” com relação a esse tipo de controvérsia é uma espécie de tradição no país. Conforme Santos (2008), uma pluralidade de situações conflituosas têm sido “judicializadas” e como exemplo de tal situação temos a demarcação do território indígena Raposa Serra do Sol, o reconhecimento de territórios quilombolas, as políticas afirmativas, como as chamadas de cotas, dentre outros.

Há judicialização da política sempre que os conflitos jurídicos, mesmo que titulados por indivíduos, são emergências recorrentes de conflitos sociais subjacentes que o sistema político em sentido estrito (Congresso e governo) não quer ou não pode resolver. Os tribunais são, assim, chamados a decidir questões que têm um impacto significativo na recomposição política de interesses conflitantes em jogo (SANTOS, 2008, p. A3).

Ainda que os casos mencionados guardem diferenças entre si, eles têm em comum a origem na contradição social, “que atravessa o país desde o tempo colonial: uma sociedade cuja prosperidade foi construída à base da usurpação violenta dos territórios originários dos povos indígenas e com recurso à sobre-exploração dos escravizados que para aqui foram trazidos” (SANTOS, 2008, p. A3).

A intensificação da judicialização dos conflitos e das tensões socioambientais pode ser explicada, de acordo com Almeida (2007), por duas vertentes de argumentos, que apontam aspectos contraditórios nas estratégias governamentais e empresariais:

⁴³ O Decreto 4.887/2003 prevê um momento específico para a retirada de proprietários particulares do perímetro do território reconhecido aos quilombolas. Nesse caso, o judiciário é acionado para conduzir o processo sobre o valor da desapropriação.

A primeira vertente considera que a elevação geral dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, propiciando um ritmo forte de crescimento dos agronegócios, tem provocado um aumento da demanda por terra tanto para fins de extração de minério de ferro, bauxita, caulim e ouro, quanto para a implementação de grandes plantações homogêneas com fins industriais (pinus, eucalipto, cana-de-açúcar, soja, algodão, mamona, dendê).

A segunda vertente aponta para modalidades de intervenção na questão ambiental por parte de órgãos governamentais, agências de financiamento e grandes empreendimentos bancários [...]. Para incentivar esta prática conservacionista, estariam sendo criados inúmeros incentivos para manter as florestas intactas (ALMEIDA, 2007, p. 34)

Essas duas vertentes acabam por formar uma frente de coalizão com interesses comuns, composta por grandes agentes do capital, empresários, lobistas, políticos conservadores, dentre outros. Os integrantes dessa frente objetivam “limitar os direitos territoriais reconhecidos a povos e comunidades tradicionais” e para isso as ações dessa coalizão levam a uma “judicialização dos conflitos”, onde uma das estratégias é impetrar ações judiciais em desfavor das identidades coletivas (ALMEIDA, 2007, p. 35).

Conforme esse autor, estamos diante de uma “campanha de desterritorialização”, a qual não se restringe a luta por terra, mas cerceia o acesso dos grupos étnicos e comunidades tradicionais à florestas e recursos naturais e a um conjunto de direitos garantidos juridicamente (ALMEIDA, 2007). Para exemplificar as ações estratégicas da frente de interesses tem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o Decreto 4.887, o anteprojeto de lei que previa a revogação do Decreto 4.887, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, o Projeto de Lei (PL) 490/2007, os inúmeros PL que estabelecem o marco temporal como parâmetro para demarcações territoriais indígenas e quilombolas que ficariam a cargo do Congresso, a regulamentação da exploração de recursos naturais e minerais em Terras Indígenas (TIs) e TQs, dentre outros.

Anterior a essas estratégias, mais especificamente a partir da década de 1980, as políticas ambientais, revestidas de interesses preservacionistas, avançaram sobre os *territórios tradicionalmente ocupados* e ocasionaram muitas situações conflituosas e deslocamentos compulsórios (FARIAS JÚNIOR, 2008). Aqui interessa-nos perceber como a criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas (RBRT ou REBIO do Trombetas) e da Floresta Nacional Saracá-Taquera (FNST ou FLONA) afetou diretamente o TQ Alto Trombetas 1 e conseqüentemente a comunidade Tapagem, foco deste estudo.

3.2 “COM ESSA REBIO E COM ESSA FLONA, NÓS FICAMOS AQUI TUDO ESPREMIDO”: TERRAS DE QUILOMBO, ÁREAS DE INTRUSÃO, ÁREAS DE INTERESSE MINERÁRIO E CONFLITOS

Entre 1970 e 1980 uma série de políticas econômicas e ambientais atingiram as *terras tradicionalmente ocupadas* do vale do Trombetas. Nesse período, com a criação da RBRT (1979) e da FNST (1989) pelo menos 12 (doze) comunidades de quilombos dos TQs Alto Trombetas 1 e 2 tiveram suas terras *intrusadas* por essas unidades de conservação, seus espaços socioculturais e afetivos usurpados, *terras de trabalho e de moradia* cercadas e os agentes locais impedidos de acessar tais áreas e praticar suas atividades diárias.

A insatisfação dos quilombolas com a perda territorial, em consequência da exploração minerária e da implantação dessas unidades de conservação, resultou num movimento organizativo e reivindicatório e na fundação em 1989 da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná – ARQMO (FARIAS, 2010). A ARQMO, embasada no Artigo 68/ADCT, passou a reivindicar nas instâncias estadual e federal a titulação dos territórios e segundo o líder quilombola Carlos Printes (2018), coordenador da associação a época desses acontecimentos, “*a ideia [...] era pedir apoio primeiro para titulação do Alto Trombetas*”, devido grandes extensões desse território terem sido cercadas pela RBRT e pela FNST.

A RBRT, no município de Oriximiná, foi criada pelo Decreto 84.018 de 21 de setembro de 1979, logo após o início do funcionamento do projeto minerador da MRN (1976). A Reserva Biológica do Rio Trombetas atinge uma área de aproximadamente 385 mil hectares, o que equivale a 3, 6% da área do município. Conforme o decreto de criação,

Artigo 3º - A Reserva Biológica do Rio Trombetas tem por finalidade precípua, proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, no local existentes [...]. Parágrafo Único - fica proibida qualquer alteração do meio ambiente, inclusive a caça e a pesca na área, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas (BRASIL, DECRETO Nº. 84.018, 1979).

Conforme consta no Plano de Manejo da RBRT (2004) a indicação da criação da REBIO se deu a partir de estudos do Projeto RADAM, aprovada pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais (POLOAMAZÔNIA) e integrada à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A princípio, a Reserva seria para proteger os

tabuleiros de tartarugas do Trombetas⁴⁴, mas o ato ensejou a conservação/preservação de toda fauna, flora e os recursos naturais da região (FONSECA, 2015).

A implantação da REBIO do Trombetas fazia parte das políticas do governo militar para a Amazônia e assim como outros projetos implementados nesse período, não levou em consideração os povos e comunidades que ocupavam o território, pois considerava-se a área amazônica como um espaço grandioso e vazio, que precisava ser ocupado e “integrado de forma produtiva ao Brasil”. A criação de áreas/unidades de conservação ambiental foi uma estratégia política e econômica usada pelo capital mineral, no caso do vale do Trombetas pela empresa MRN, a fim de explorar as jazidas minerais e controlar o entorno das áreas de exploração, sem limitações ou ameaças aos investimentos.

No contexto em que RBRT foi criada prevaleceu o *lobby* dos políticos em favor dos interesses “preservacionistas” da MRN, fato que resguardou, blindou de ocupações por migrantes⁴⁵ as áreas próximas ao polo de extração de bauxita e atingiu de forma desastrosa o território das comunidades quilombolas locais, principalmente os TQs Alto Trombetas 1 e Alto Trombetas 2. Em consonância com Wanderley (2008, p. 7- 8),

[...]as empresas identificaram e tentaram controlar ou expulsar os povos tradicionais [...] seus crescimentos e mobilidades, que poderiam se tornar futuros focos de pressões ao projeto e de instabilidades sociais, representando uma ameaça ao capital investido. Por outro lado, as mineradoras procuraram estratégias para proteger os recursos minerais, tendo em vista dificultar a instalação de companhias concorrentes e facilitar futuros planos de expansão do capital.

As empresas pretendiam e pretendem a proteção e o controle do entorno, utilizando-se das políticas de preservação ambiental e de responsabilidade social. Os empresários aproveitam seu poder de influência para desenvolver ações e interações junto ao Poder Público, como criar e consolidar territórios.

A criação da REBIO e a incidência dessa sobre os TQs dificultou o andamento do processo de regularização fundiária. Por ser uma unidade de conservação ambiental de proteção integral, não permite a interferência humana direta e nem alterações ambientais, conseqüentemente, as atividades de manejo e laborais foram proibidas no interior da UC, fato que prejudicou diretamente as comunidades quilombolas que dependiam economicamente dos recursos naturais. O cercamento dos castanhais, lagos e áreas de manejo de recursos comuns impeliu os agentes sociais à condição de ilegalidade ao pescar, ao caçar e/ou realizar suas

⁴⁴ “O rio Trombetas alguns quilômetros antes das cachoeiras forma durante a vazante inúmeras praias de areia grossa, conhecidas como tabuleiros, que são usadas pelas tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*) como área de desova” (FONSECA, Aroldo Correa. Unidades de Conservação e Comunidades Remanescentes de Quilombo no Alto Trombetas: A Busca de Soluções para Conflitos Territoriais. Dissertação (Mestrado). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia INPA, Manaus, 2015).

⁴⁵ Essas áreas (vilas) ocupadas por pessoas vindas de outras áreas do estado ou até mesmo de outros estados do país ficaram conhecidas como *beiradões* (WANDERLEY, 2008).

práticas extrativas/coletoras e favoreceu os conflitos com os órgãos fiscalizadores (PLANO DE MANEJO DA RBRT, 2004; FONSECA, 2015, p. 20).

Os quilombolas da Tapagem, comunidade localizada na margem direita do Rio Trombetas, reivindicam a utilização das *terras de trabalho*, áreas de uso comum, que estão na margem esquerda do Rio e foram *intrusadas* pela REBIO. É comum nas comunidades, os quilombolas fixarem residência num local e “*perambularem*” pelos rios, lagos, igarapés e floresta em busca de caça, pesca, castanha, palhas, madeiras, frutos, espaços para as roças e outros recursos naturais, pois entendem o território como algo comum ao grupo étnico. Os comunitários da Tapagem atravessavam para a margem esquerda, área que corresponde atualmente a REBIO e que denomino aqui de *terras de trabalho*, em busca de alimentos ou recursos para o sustento das famílias, com a instalação da UC foram impedidos de frequentar e usar tal área.

A maioria das residências da comunidade Tapagem localiza-se a margem direita do Rio Trombetas, mas a época da implantação da REBIO cerca de 25 famílias moravam do outro lado do rio, mais precisamente numa área de vastos castanhais chamada de Lago do Jacaré. Essas famílias foram deslocadas compulsoriamente, desterritorializadas, não receberam recompensa ou indenização, além de perderem suas *terras de moradia* e *terras de trabalho*, sofrem uma desestruturação das referências culturais, sociais, econômicas e espaciais (HAESBAERT, 2004).

Os conflitos entre quilombolas e os agentes fiscalizadores da REBIO tornaram-se frequentes, principalmente depois do deslocamento das famílias do Lago do Jacaré e com as restrições aos demais comunitários, que se viram impedidos de frequentar e manejar os castanhais, as áreas de extrativismo, de caça, pesca, os sítios históricos (cemitérios, cachoeiras, outros) e trilhas. “As trilhas sejam as na floresta em ‘em terra’ ou na água – ‘os furos’ – representam um grande fator para a integração dos quilombolas, compartilhada por todos, eles as conhecem com grande perícia, e a época que podem ser utilizadas” (FARIAS, 2010, p. 120). Na Tapagem, durante a cheia dos rios, esses furos ou “atalhos” facilitam o acesso e encurtam os percursos até outras comunidades, até os castanhais, às casas de vizinhos, parentes e/ou compadres e até os roçados ou *terras de trabalho*.

As áreas de uso comum, os recursos naturais, as práticas culturais e religiosas estão intimamente relacionadas com o território e para os quilombolas além de “lugar de trabalho”, “lugar de moradia”, o território é fonte de sustento, fonte de vida. Com a REBIO uma nova territorialidade se configura, novas regras são estabelecidas, há uma interferência externa que

altera normas de convivência, atividades cotidianas e de sustento e prejudica a reprodução cultural dos quilombolas.

A pretensão da ARQMO em iniciar as titulações fundiárias pelas comunidades do Alto Trombetas 1 era justamente por conta dos acontecimentos que estavam a ocorrer na comunidade Tapagem. As situações conflituosas em torno da área de *intrusão* da RBRT tornaram-se intensas, por vezes violentas, que chegou a resultar em morte. Os comunitários da Tapagem não entendiam o que estava a ocorrer, não tomaram conhecimento e nem foram consultados sobre a instalação da REBIO, somente quando passaram a ter seus espaços expropriados e suas atividades restringidas é que foram atentar para a “nova realidade”.

[...] quando a gente espantou criaram a Rebio, foi um susto pra nós. Teve um conflito com o pessoal que pescava, que vivia na beira do rio, a PF entrou aqui, [...] pegaram um bocado de gente, bateram, prenderam [...], mataram uma criança [...]. Meteram a lancha por cima de uma criança que tinha caído no rio na hora do sufoco, a criança acabou morrendo. Nós tivemos muito desperdício, mas a gente começou a se organizar. [...] Teve o pessoal que morava no Jacaré, parece que vinte e poucas famílias, eles foram jogados fora de lá, “baldeado” pra esse lado. Não indenizaram ninguém, não pagaram nada, inclusive aconteceu uma história muito triste [...], eles levavam um papel em branco e dizia assina aqui, o cara assinava, eles levavam e preparavam tudo pra retirada deles, era isso que eles assinavam, aí jogaram todo mundo de lá, isso foi uma tristeza. Nesse tempo só existia a comunidade do Abuí e a Tapagem, eles começaram a se espalhar, um pouco veio pra cá, uns velhos morreram no deslocamento. Ali onde é a base do ICMBio, era naquele tempo IBDF, tiraram um velho de lá, que tinha cafezal, diversas coisas, que ele era trabalhador, ele logo morreu, diziam até que de desgosto. Lá eles viviam como eu vivo aqui, tenho minha plantação, minha roça, minha família, imagina de repente eu ser deslocado daqui sem direito a nada, é muito triste essa situação. Mas foi uma luta muito assim sem regra, uma luta triste pra essas famílias que foram deslocadas. Nessa época eu já era mais entendido, eu via as coisas como um abuso de poder por parte dos órgãos, se fosse hoje não aconteceria isso (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

A fala do comunitário esclarece muitos pontos sobre os conflitos ocasionados pela criação da REBIO, e mais, denuncia o abuso de poder por parte dos agentes fiscalizadores, num primeiro momento eram servidores do IBDF, depois da Polícia Federal e IBAMA e num período mais recente, pós 2007, a gestão e fiscalização dessa UC passa a ser feita por agentes do ICMBio. As situações conflitantes ocorriam principalmente porque os quilombolas continuavam a caçar, pescar, coletar e praticar o extrativismo na área da REBIO, e passaram a ser considerados infratores, intrusos, “*de donos da terra, passamos a ser bandidos, invasores. Eles entravam nas casas, jogavam as comidas das panelas, levavam pescado, as caças, só de maldade mesmo, era aquele sufoco, aquela confusão, nem no rio e nos lagos se podia andar, era tudo vigiado*” (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em

15 de dezembro de 2019). Essas operações de fiscalização resultaram na morte de uma criança quilombola entre as comunidades Mãe Cué e Tapagem, pela qual ninguém foi responsabilizado ou punido, além disso ocorreram muitas detenções e prisões, ações violentas e aviltantes, inúmeras perdas materiais, pois não apenas os recursos naturais eram desperdiçados, mas as canoas, os *rabetas*, utensílios domésticos, de caça e pesca, dentre outros instrumentos de trabalhos eram destruídos ou apreendidos.

Assim como o senhor Aluízio, diversos comunitários da Tapagem lembram desse episódio triste e revoltante que foi o deslocamento das famílias da área demarcada como REBIO. Dona Cleuta e o senhor Santana Cordeiro narraram as lembranças sobre tal fato e colaboram para a compreensão acerca do ocorrido:

Nesse tempo eu nem era casada, mas esse que é meu marido e a mãe dele moravam lá dentro do lago do Jacaré [REBIO], assim como muitas famílias. Todos de lá foram retirados, uns vieram pra cá [Tapagem], outros foram pro Abuí, outros pro Paranã, assim eles foram se agasalhando. Eles nunca receberam nada, nunca foram indenizados, porque foi assim: primeiro chegou praí [REBIO] o IBDF que depois virou IBAMA, eles traziam um papel pra eles assinarem e diziam que iam ser indenizados e como ninguém sabia de nada, começaram a assinar. Mas eles [IBDF] nem espantaram nada, nem ninguém, que quando o pessoal viu eles chegaram pra desocupar a terra, que não podia mais ter gente lá, ninguém podia ficar lá, e o pessoal foi se retirando. Uns ainda queriam permanecer lá, coitados, não tinham pra onde ir, aí eles pegavam esses e despejavam de lá. Aí esse pessoal, eles andavam aí pelas beiradas, fazendo casinha de plástico pra não pegarem chuva e pra agasalhar suas famílias, era homem, velho, mulher, criança, tudo aí nessa beirada. Eu lhe conto assim, mas isso não foi nada amigável, eles chegavam tirando as pessoas das casas, desocupando a área e rápido, eu não me lembro bem, mas aqueles que teimaram em ficar lá, parece que a polícia foi chamada pra tirar eles. Isso foi muito triste, triste mesmo ver a nossa gente jogada aí e eles não queriam sair porque não tinham pra onde ir, foi aí que o padre Patrício veio e ajudou eles (CLEUTA VALÉRIO, entrevista concedida em 12 de dezembro de 2019 na comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

Tinha um povo que morava lá no Jacaré [...]Ali eles começaram a fazer roça, tinha uma vida até boa lá, eles lá permaneceram um bom tempo. Lá eu tinha irmão, sobrinho, vários parentes morando lá no Jacaré. E quando foi um tempo aí apareceu um senhor que vendeu as terras e um dia o IBAMA, que era IBDF, chegou aí querendo as terras [...]. Aí tinham que desapropriar o pessoal pra entregar as terras limpas pro IBAMA. Aí vieram pra desapropriar, assina aqui, assina ali, pra uns davam um dinheirinho pra deixarem toda a plantação, mas era muito pouco o dinheiro. A verdade é que eles foram mesmo é jogado de lá, aí eles vinham parando por aqui pelas beiradas, pela Tapagem, ali mais pra baixo, uns foram até pra Oriximiná, uns foram logo morrendo de tristeza, eles tavam acostumado com a vida lá. Aconteceu esses problemas, o padre achou injusto e começou a falar da reforma agrária, [...] o pessoal começou a conhecer seus direitos, porque naquele tempo não tinha nada, ninguém fazendo esse trabalho, a gente não sabia de nada, cada um tinha que se defender como podia, mas a gente não sabia o que vinha, [...] acabou que nós ficamos foi sem a nossa terra (SANTANA CORDEIRO, entrevista concedida em 16 de janeiro de 2019, comunidade Tapagem).

Ao ouvir os relatos dos comunitários sobre esse episódio de deslocamento, expropriação e impedimento de acesso à área que se tornou a REBIO pude observar certa constância de um tom emocionado, tristonho, mas/e também um tom de revolta. A partir dessas narrativas, compreendo que o maior dano para os quilombolas foi a perda territorial, mas não por se tratar de um bem material com valor de troca e sim por ser um espaço simbólico com valor sentimental, é chão de lutas dos antepassados, é lugar de vivências, memórias, histórias, personagens e sítios históricos. A empatia com parentes e vizinhos, a solidariedade com o sofrimento dos deslocados, a revolta com a situação e as instruções sobre direitos que receberam do membro da igreja foram decisivos para os quilombolas se unirem e enfrentarem esse momento de dificuldade e conflito.

Quando o senhor Alúzio diz “*imagina de repente eu ser deslocado daqui sem direito a nada, é muito triste essa situação*”, entendo que há uma referência do colaborador não a terra reservada para as atividades produtivas e sim ao pedaço de chão com significância e sentimentos, por isso é *território etnicamente configurado*, é território de permanência, construído e cultivado coletivamente a partir de experiências, convivência, pertencimento e até “afiliação cosmológica” (ALMEIDA, 2011; LEITE & MOMBELLI, 2005, RTID, 2017). A perda do território significa a impossibilidade de reprodução da cultura, significa subtração do modo de vida, tanto que muitos comunitários morreram de desgosto e tristeza, como mencionou o sr. Santana Cordeiro em momento anterior.

Para a criação da RBRT acredito que houve um processo orquestrado pela MRN junto aos órgãos governamentais para usurpar o território. Os comunitários, sem informações ou conhecimentos dos seus direitos, foram ludibriados e retirados, “*baldeados*”, deslocados compulsoriamente dos seus espaços, sem receber nenhuma indenização ou recompensa, como mencionaram os comunitários Cleuta Valério, Santana Cordeiro e Alúzio Silvério. Essa situação de não ressarcimento apontada pelos comunitários já havia sido enfatizada por Acevedo Marin e Castro (1998) e é também destacada por Wanderley (2008):

Os remanescentes sofreram com o processo de grilagem promovido pela empresa paulista Xingu S/A, para posterior demarcação da Reserva Biológica do Trombetas. Em 1976, um senhor conhecido como Gringo subiu o rio querendo comprar a terra dos [quilombolas]. Dizia-se ter vindo, em nome do governo, para ajudar os pobres que tinham fome, comprando a terra, a roça e a casa. Muitos moradores aceitaram a proposta, sendo, posteriormente, expulsos de suas terras, que passaram a integrar a Reserva, por meio de ações de forte violência e ameaças do grileiro com o apoio da polícia e do IBDF. A Xingu S/A havia comprado as terras dos descendentes do antigo ‘dono’ dos castanhais Raimundo Costa Lima – adquiridas de maneira duvidosa no princípio do século XX, ignorando qualquer presença dos [quilombolas] na área – sendo, em seguida, ressarcida pelo Governo Federal, pela demarcação da REBIO. Todavia, consta que as mais de cinquenta famílias

desterritorializadas [...] nunca receberam as indenizações prometidas pelo empresário [...] (WANDERLEY, 2008, p. 40 [Grifo nosso]).

Ao indenizar apenas o empresário como proprietário das terras no ato de criação da REBIO, o Estado produz o que Santos (2004) chama de *invisibilidade* ou *não-existência* do grupo. Esse processo é fundamental para a deslegitimação da posse, primeiro porque ignora a presença e o modo de viver das famílias quilombolas ali existentes e depois ao exigir escrituras de posses ou certidões de legitimação para uma indenização pelo território, mesmo ao saber que as famílias não possuem, o Estado sacraliza juridicamente a *não-existência* dos comunitários. De certo modo, a fala a seguir resume bem esse processo de grilagem e deslegitimação: “o pessoal lá do lago do Jacaré foi tirado na marra, [...]pois eles pegaram o pessoal de lá e fizeram eles assinar, eles assinaram, [...]já quando viram veio a lei jogar eles daí. Eles não ganharam nada até hoje [...]” (CABECINHA SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 16 de dezembro de 2019).

Essas estratégias adotadas pelo Estado deixam aparente o processo orquestrado para deslegitimar a posse territorial, para não reconhecer os quilombolas como verdadeiros “donos” das *terras tradicionalmente ocupadas*. Conforme Wanderley (2008, p. 40), na prática, o que ocorreu foi que a empresa mineradora tentou comprar ou encontrar intermediários para a compra de propriedades e promoveu junto ao Estado o *lobby* para transformar as áreas adquiridas em unidades de conservação. Com essa manobra a MRN consegue “exercer o controle territorial, sem ser proprietária, impedir a especulação de terra e transferir o debate da questão fundiária para a questão ambiental”, assim a mineradora deslegitima o direito à propriedade dos povos tradicionais e “ambientaliza” o conflito.

Desde tempos pretéritos as comunidades quilombolas já ocupavam o vale do Trombetas e faziam o manejo coletivo consensual dessas terras, e assim como Farias (2019), considero que há uma *intrusão*⁴⁶ do Estado no espaço de convívio do grupo. Logo, não são os territórios quilombolas que estão sobrepostos à Reserva, pelo contrário, a REBIO é que incide nos TQs. É a institucionalização das áreas florestais que interfere no modo de viver dos quilombolas e não o contrário, tanto que é a prosperidade e a preservação da biodiversidade local que levam o Estado a tomar a área como de conservação ou reserva de valor. O ecossistema preservado não é resultado exclusivo da “natureza intocada” como diria Diegues

⁴⁶ Utilizo o termo *intrusão* para nomear a implantação da RBRT e da FNST, porque “penso não se tratar de mero jogo de definições, [a intenção é] expor o processo violento [...] de usurpação territorial (FARIAS, 2019, p. 29, [Grifo nosso]).

(1996), é fruto “de uma etno-bio-diversidade, construída na relação histórica dos povos tradicionais com a natureza”⁴⁷ (WANDERLEY, 2008, p.48).

A preferência pelo termo *intrusão* não se dá apenas por questões lexicais e sim porque compreendo que, no caso da comunidade Tapagem e das demais comunidades quilombolas do Trombetas, tratar esse processo como *sobreposição* oculta a violência empregada para a usurpação territorial. Nesse contexto, utilizo *intrusão* como sinônimo de “invasão” e faço uso desse termo como referência ao processo de ocupação ilegal dos territórios quilombolas por parte do Estado (RBRT e FNST) e da MRN (FARIAS, 2019).

Conforme as narrativas dos comunitários, diante dos processos de grilagem, da *intrusão* da REBIO, dos deslocamentos humilhantes e violentos e de toda perda territorial, os quilombolas começaram a se organizar e fundaram a ARQMO, no ano de 1989, com a finalidade de defender os territórios e reivindicar seus direitos. Primeiramente contaram com a ajuda de padre Patrício, mencionado diversas vezes nas falas dos moradores de Tapagem e dos líderes comunitários, depois com auxílio da Organização não governamental (ONG) CPI/SP.

Por estarem a par de toda situação vivenciada no lago do Jacaré, comunidade Tapagem, e demais áreas do Alto Trombetas, os representantes da ARQMO e os parceiros de luta passaram a pressionar, já baseados no artigo 68 do ADCT da Constituição Federativa de 1988, as instâncias estaduais e federais a iniciarem por tais áreas o processo de titulação fundiária. As reivindicações não surtiram efeito e ainda ano de 1989 foi decretada, nos últimos dias de mandato do então presidente José Sarney, a criação da Floresta Nacional Saracá-Taquera. O senhor Carlos Printes contou como se deu a criação da FNST, o qual considera um “golpe” para os quilombolas:

[...] nós pensamos em dezembro de 1989 de ir até Brasília, [...] para pedir apoio para a titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombo. Aí nós fomos, foi eu, o Daniel, o padre Patrício, a Lúcia Andrade, a Leyna (colega da Lúcia), o Joaquim Lima, fomos numa delegação de pessoas lá pra Brasília, lá pelo Congresso para pedir apoio. [...] A ideia quando a gente foi lá era pedir apoio pra titulação do Alto Trombetas, nesse tempo nós conversamos com o dr. Vagner Gonçalves, aí ele disse pra nós que o quê a gente tava querendo ia ser meio difícil, de começar a luta pela titulação do Alto Trombetas, tinha a UC - a Reserva Biológica, e ia ser difícil pra avançar [...] Aí foi que voltamos de lá de Brasília, chegamos nas comunidades e fizemos um roteiro de visitas pra gente esclarecer [...] a resposta que nós tivemos lá em Brasília e aí nisso tudo, quando nós chegamos, o Sarney criou a Floresta Nacional [Saracá-Taquera]. [...] de 19 a 22 de dezembro nós estivemos lá por Brasília e quando foi 27 de dezembro de 1989 o Sarney foi em Trombetas e criou a Saracá-Taquera. Aí pronto, foi um golpe pra nós, porque ficou

⁴⁷ Estudos arqueológicos relacionam a grande incidência de espécies extrativas nas áreas de terra firme no Vale do Trombetas à presença de povos pré-coloniais e ao uso que faziam do espaço (WANDERLEY, 2008, p. 48)

mais difícil aquele território pra lá, porque já era duas UC's: a REBIO [...] agora mais a FLONA (CARLOS PRINTES, comunidade Abuí, entrevista concedida em 06 de novembro de 2018, em Oriximiná, Pará, [Grifo nosso]).

A implantação de mais uma unidade de conservação ambiental representou para os quilombolas um “golpe”, porque trouxe mais perdas territoriais e de espaços simbólicos-culturais, efetivou um controle maior do Estado sobre as *terras tradicionalmente ocupadas* em favor de interesses minerários e significou o impedimento da demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Em consonância com Wanderley (2008, p. 50) a criação da FLONA aconteceu por pressão da MRN, tanto que nenhum estudo prévio fora apresentado e não foi feita consulta pública aos moradores das comunidades e mais, as áreas de propriedade da empresa que incidem sobre a unidade de preservação não foram inseridas na demarcação da FLONA, “representando uma proteção mais efetiva que isola o território usado pela empresa”.

A estratégia de criar a FNST em proteção aos interesses da mineradora reforça-se ainda mais, quando dias antes de assinar o decreto de criação da FLONA, mais precisamente no dia 22 de dezembro de 1989, o presidente José Sarney, em visita às instalações da MRN, anunciou em discurso um projeto de adequação ambiental da empresa. Tal adaptação não ocorreu por preocupação com o meio ambiente, mas como ação mitigatória por ter despejado rejeitos de minério por uma década (1979 – 1989) no lago do Batata, próximo a comunidade Boa Vista, e por outros impactos ambientais que renderam duras críticas e fortes pressões internacionais ao governo e a MRN (NEPOMUCENO, 2017; WANDERLEY, 2008).

Hoje eu estou em Trombetas, no Pará, aonde cheguei ontem. Vim aqui inaugurar o maior projeto de proteção ambiental do mundo, onde gastamos 85 milhões de dólares. Este projeto é da Companhia Mineradora Rio do Norte e se destina à preservação da natureza amazônica, para que a grande exploração de bauxita que aqui se realiza não contamine os nossos rios. Assim, o Brasil demonstra, com fatos, que deve e sabe preservar a Amazônia, seu ecossistema, sem necessitar dos críticos internacionais que criticam, mas não ajudam. Nós mostramos com fatos a nossa posição e a nossa determinação de preservar a Amazônia (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23 dez. 1989).

Ioris (2014, p. 191) aponta a criação de FLONAs na Amazônia como parte das políticas militares e econômicas para a região e num contexto mais amplo, tratava-se da execução do Programa Nossa Natureza (PNN), estabelecido pelo Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988. Foi por meio desse projeto que o governo Sarney reestruturou vários órgãos governamentais voltados para questão ambiental, inclusive substituiu o IBDF pelo IBAMA e deu início a reestruturação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Entre

1988 e 1990, o PNN decretou a criação de 21 florestas nacionais na região amazônica e, sistematicamente, representou um dispositivo de blindagem aos interesses da indústria de mineração e de neutralização às reivindicações indígenas e quilombolas, demandas estas garantidas na então promulgada CF/1988. A conversão de terras de uso comum em florestas nacionais foi um recurso ambivalente utilizado pelo Estado, as “áreas protegidas” eram “reservadas” mais atender a interesses particulares futuros que para fins de preservação do meio ambiente (IORIS, 2014).

Foi o Decreto nº 98.704/1989 que converteu uma área de 429.600 hectares, nos municípios de Oriximiná, Faro e Terras Santa, a margem direita do rio Trombetas em Floresta Nacional Saracá-Taquera. Conforme consta no Plano de Manejo da FNST (2002) essa unidade de conservação é de “grande potencial de recursos naturais renováveis (madeira e outros produtos não madeiráveis), além de outros não renováveis (bauxita) e importância ecológica significativa”. A FNST se encaixa na categoria de unidade de uso sustentável e visa compatibilizar o uso racional dos recursos florestais, pesquisas científicas e a preservação dos ecossistemas. Nesse grupo de UC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) admite a permanência de comunidades tradicionais que habitam a área no ato de criação da unidade e garante os meios necessários a reprodução social e a exploração natural, restringem-se novos moradores e não há permissão para o uso dos recursos naturais por agentes externos à área demarcada (SNUC, 2000; p.10-14).

É importante destacar que as diretrizes do SNUC passaram a vigorar nos anos 2000, o Plano de Manejo da FNST foi publicado em 2002 e a criação da FLONA ocorreu em 1989. Por mais de uma década as *comunidades tradicionais* atingidas por esse projeto “experimentaram os esforços legais e ilegais” do Estado para retirá-las de suas terras, fato que gerou forte reação e mobilização nos comunitários. Compreendo que na prática, os procedimentos adotados pelo Estado são transgressões a “legibilidade” por ele mesmo instituída, as regras legais e administrativas são infringidas ou burladas por seus agentes para que haja um efetivo controle jurídico e territorial, ainda que recheado de ações contraditórias. “Não se trata de investigar legalidades ou ilegalidades, mas de apreender como o Estado, a partir de suas práticas – que incluem eventualmente aquelas desprovidas de ‘legibilidade’ – [concretiza seu poder]” (NEPOMUCENO, 2017, p. 11)

“Eu me pergunto pra quê eles criaram essa FLONA? Pra proteger a floresta? Pra que eles criaram essa REBIO? Pra “disque” proteger as espécies? Nós sempre vivemos aqui, desde a época dos nossos bisavôs, nossos avôs já viviam aqui, e nunca nenhuma geração nossa destruiu a floresta. Se ela ainda tá de pé é porque nós protege ela, assim como nós protege os bichos, as águas, a natureza. Nós

dependemos disso tudo pra viver. Nós somos filhos dessa floresta, e filho tem mais é que cuidar da mãe. Esse negócio de “reserva de proteção” trouxe foi muito sofrimento pro nosso povo. Então é proteção pra quem, se a floresta eles entregam pra exploração? Eles queriam mesmo era jogar nós daqui e entregar tudo pros grandes empresários, pra mineração, isso é que dá lucro pra eles, mas aí tivemos que resistir, se organizar e lutar por esse lugar que é nosso, por nossa cultura, por esse nosso jeito de viver, por essa terra que é nossa (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

A narrativa de Aluízio Silvério é instigante no que diz respeito ao modo de pensar as “áreas protegidas”. “*É proteção pra quem?*”, o próprio colaborador explica a criação das UC’s com o propósito de atender interesses empresariais/capitalista, aos quilombolas trouxe sofrimento, conflitos, ameaças e à floresta causou destruição, devastação. A fala explicita dois modos diferenciados de se relacionar com a floresta, há a relação dos quilombolas para com o território (natureza) – *relação filho-mãe*, que contrasta claramente com a de “exploração” – *bem material/valor financeiro*. O agente chama a atenção para a ancianidade do grupo, para os direitos étnico-territoriais, como forma de justificar a permanência no território, e clarifica ainda mais o contraste existente entre os que cultivam vínculos simbólicos-afetivos “*por essa terra que é nossa*” e aqueles que pensam, autoritariamente, a “proteção/exploração” das florestas.

De certo modo, a indagação “*é proteção pra quem?*” - conduziu-me a refletir que, assim como muitos, eu tinha uma tendência ingênua a conceber essas áreas de proteção ambiental de modo simpático, apenas como espaços protegidos da intervenção humana, destinados a pesquisa científica e para a conservação da natureza. Talvez por não conhecer a realidade vivida pelas comunidades ou mesmo por desconhecimento acadêmico, não imaginava o quanto as “áreas protegidas” podem atingir comunidades, grupos étnicos e ocasionar conflitos tão abrangentes e violentos, “foi marcante perceber a extensão dos conflitos sociais que podem ter sido originados da implantação de reservas ambientais na região amazônica” (IORIS, 2014, p. 41).

“*Eles queriam mesmo era jogar nós daqui e entregar tudo pros grandes empresários, pra mineração*”, essa fala do colaborador revela a gravidade e a extensão dos conflitos com a instalação das unidades de conservação. Quando menciono o autoritarismo na implantação da FNST, trato dos deslocamentos forçados, das abordagens humilhantes e violentas por parte dos órgãos ambientais, das restrições de acesso à floresta e aos seus recursos, fontes de sustento e modos de vida. Além do senhor Aluízio, vários comunitários da Tapagem narraram o empenho dos agentes estatais em justificar a criação da FNST, as restrições aos recursos naturais como forma de “proteger a floresta e os recursos” (IORIS, 2014). De início, a

ARQMO articulou e orientou as pessoas das comunidades a não saírem de suas terras, a lutarem pela permanência no território e pela manutenção do acesso e controle dos recursos naturais necessários ao sustento do grupo. Essa estratégia da ARQMO, e das demais associações representativas que surgiram posteriormente, era justamente para demarcar as áreas pleiteadas como de uso exclusivo das comunidades quilombolas.

Para Wanderley (2008) a criação da FNST acontece

como forma de conter as pressões externas que rondavam o projeto [MRN] após o escândalo referente à poluição do lago Batata, a FLONA exerceria a função de fiscalizar a exploração mineral. Contudo, as razões que levaram à consolidação da FLONA estavam, sobretudo, vinculadas ao crescimento populacional decorrente da atratividade regional do empreendimento minerador, ou seja, a formação de beiradões. Para conter o aumento populacional e as ocupações [...] que pressionavam o projeto e os recursos naturais, normatizaram-se, via UC, o uso e o ingresso da área do entorno mineral (WANDERLEY, 2008, p. 51 [Grifo nosso]).

Essa normatização para uso e acesso à FLONA impediu os quilombolas de caçarem, plantarem roças nas áreas mais ao centro da floresta e de retirarem madeiras e outros. Não atinge diretamente as *terras de moradia*, mas afeta os espaços voltados às atividades cotidianas e produtivas do grupo. A partir da criação da FNST, “novas regras” são geradas e o uso das terras coletivas e dos recursos naturais passa a ser concebido como infração e constantemente opõe os funcionários dos órgãos gestores (IBAMA, ICMBio) e os quilombolas. Os comunitários da Tapagem afetados diretamente por essas novas regras (Vide Mapa 2), reclamam que o território se tornou

uma área de conflito, porque de um lado é a REBIO e de outro é a área nacional da [FLONA] Saracá-Taquera e nós [Tapagem] no meio disso, nós tá concentrado entre a mineração [MRN] e a REBIO. As vezes eu durmo na [FLONA] Saracá-Taquera e minha canoa fica na REBIO, é uma situação muito difícil (ALUÍZIO SILVÉRIO, 2019, [Grifo nosso]).

Shiva (2006) destaca que “se hoje tribos e natureza se empobreceram, [...] é porque forças comerciais externas se apropriaram dessa riqueza”. De certo modo, foi o que ocorreu com a Tapagem e tantas outras *comunidades tradicionais* do vale do Trombetas que foram atingidas pelo projeto de mineração e pela implantação das unidades de proteção. A “*situação difícil*” descrita pelo comunitário é gerada pelas sanções e normas de controle chegadas com as UCs. A Tapagem já estava a sofrer limitações com a criação da RBRT, com a instalação da FLONA mais restrições e perseguições aconteceram.

MAPA 2: TERRITÓRIO ALTO TROMBETAS, COMUNIDADE TAPAGEM E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Terras Quilombolas e Unidades de Conservação em Oriximiná



Fonte: CPI –SP; Adaptações: Ana Caroline A. Soares, 2020.⁴⁸

⁴⁸ O território quilombola de Cachaieira Porteira que aparece no Mapa 2 como em processo de regularização encontra-se titulado desde 2018, conforme mencionado no Quadro 1: Territórios Quilombolas Titulados em Oriximiná – PA, p. 56.

Ao dizer que estão “*no meio disso*” o narrador expõe um sentimento de perda e insatisfação com as limitações, por não poder usufruir do território herdado dos antepassados. De certo modo, os comunitários da Tapagem são unânimes em dizer que “*não era pra gente tá nessa disputa, porque pra nós a terra já era nossa*”, eles afirmam que foram colocados nessa situação de conflito pela terra, mas já ocupavam o território antes da chegada do Estado com seus projetos econômicos e ambientais, mesmo que o Estado não os reconheça como legítimos “donos” da terra e, reiteradamente, promova e incentive a expropriação do território quilombola, a CF/88 assegura-lhes o direito de posse sobre a terra que ocupam. “*Antes não tinha essa de até tal lugar é REBIO, daqui pra ali é FLONA, só pode andar até tal lugar, só pode entrar de canoa ou barco em tal paragem. Isso é nosso, não adianta quererem proibir nós, nós domina outros caminhos que eles não sabem e a gente não conta*” (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

Conforme o sr. Aluizio, o domínio do território vem como herança dos antepassados e é um aprendizado contínuo. As longas distâncias percorridas não servem apenas para buscar alimentos e recursos, ajudam a conhecer detalhadamente e dominar os espaços territoriais. Os quilombolas são exímios conhecedores dos caminhos, tanto nas águas como na floresta (terra), as andanças ou travessias são encaradas como distração, como explicou o sr. Dometílio Xavier: “*nosso lazer é assim, viver andando. Quando a gente entra aí num mato desse, a gente fica muito satisfeito, alegre. Porque facilita muita coisa, as caças, os peixes*” (RTID, 2017, vol 1, p. 184).

Convém destacar aqui que a principal referência de localização para os quilombolas é o Rio Trombetas ou *rio grande* como costumam chamar e quando o senhor Aluizio diz: de um lado é a REBIO, está a se referir a margem esquerda do Trombetas e quando se reporta a FLONA como o outro lado, refere-se a margem direita. Para um melhor entendimento da situação, o mapa a seguir (Vide Mapa 3) traduz o que o colaborador descreve como “*área de conflito*”, onde o território da comunidade Tapagem ficou posicionado entre as unidades protegidas e próxima aos platôs de minério de interesse da MRN, que são áreas demarcadas como FLONA.

MAPA 3: COMUNIDADE TAPAGEM, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MRN



Fonte: www.apublica.org; Arte: Caco Bressane, 2016.

Para esses agentes acostumados a *perambular* livremente pelo território e usar de modo consensual os recursos naturais, é difícil não poder acessar, controlar e utilizar os espaços de onde tiram o sustento alimentar e sentimental. Há também uma dificuldade em dizer quais são os limites de cada comunidade, pois apreendem o território como um todo orgânico, que antes de ser *lócus* das atividades produtivas, é espaço simbólico que carrega valor sentimental, memórias e significados histórico-culturais. É como o sr. Rui Brasil explicou: “*Não tem limite. Porque a gente vai tirando a castanha daqui até encontrar com o pessoal [...] lá do Erepecu. A gente vai e fica entrosado ali. Vai, por exemplo, daqui pra lá, eles [os quilombolas das outras comunidades] vêm de lá pra cá*” (RTID, 2017, vol. 1, p. 184, [Grifo do autor]).

O território para este grupo é uma constante construção e mesmo que percorram longas distâncias em busca de recursos, ainda há lugares no interior do território que não foram explorados ou que, como afirmam os quilombolas, serão cultivados pelas gerações futuras. Não se trata de pensar territórios com extensões infinitas, porque na convivência com as gerações passadas aprenderam que há uma finitude nos territórios e explicam com maestria, inclusive as crianças: “*até aqui é nosso chão, de lá pra lá é terra dos índios*”, mesmo que não haja marcos territoriais fixos. Ainda existem partes do território que não são de total domínio dos quilombolas, mas com o crescente aumento populacional o grupo projeta que essas áreas serão de domínio das próximas gerações.

Na Tapagem, conforme mencionei em momento anterior, as casas, o centro e cozinha comunitários, a escola, a igreja e demais construções localizam-se na calha principal do Rio Trombetas, à margem direita, que é o mesmo lado onde está posicionada a FLONA. A área da FNST além de “*terra de moradia*” é também “*terra de trabalho*”, de onde extraem copaíba, palha para cobrir casas e barracões, madeira para as embarcações e construções (louro, aroeira, itaúba, jangada, dentre outras), breu para vedar frestas nas embarcações e frutas (açai, uxi, patuá, bacaba, buriti, ingás e outros). Para os comunitários a FLONA é melhor que a REBIO para caçar, já para a coleta da castanha e pesca, os lagos da reserva biológica são mais fartos e com uma enorme diversidade de peixes (RTID, vol 1, 2017).

Assim como conhecem minuciosamente o território e os espaços onde cada recurso natural é extraído em maior abundância, os quilombolas da Tapagem sabem muito bem a temporada de fartura de cada espécie, quer seja frutífera, madeireira, caça ou pesca. Os comunitários seguem uma espécie de calendário sazonal de trabalho, baseado nos movimentos do nível do rio ao longo do ano. Conforme as explicações dos moradores da Tapagem, o período de *cheia* dos rios - o de maior incidência de chuvas (inverno) - é a *fartura*

da castanha (janeiro a maio) e o tempo das *caças gordas* (março, abril, maio); já o verão - período de vazante do rio (seca) - é tempo de *fazer roçado* (junho a agosto) e época de abundância nos lagos, sobretudo nos meses de setembro e outubro.

Na Tapagem, os moradores usam preferencialmente as áreas da REBIO para a coleta da castanha e pesca, mas também é possível coletar frutíferas, cipó titica e ambé⁴⁹, copaíba e breu; as redondezas da FLONA são usadas para roça, caça, extração de madeiras e outros recursos. Não significa que essas atividades sejam realizadas exclusiva e definitivamente nos espaços referenciados, pode ser que ocorram tanto em um quanto no outro, mas a partir da instalação das unidades de conservação todas essas atividades produtivas seguem normas determinadas pelo IBAMA e pelo ICMBio.

Os espaços de preferência para os roçados são os ambientes de capoeira e próximos aos cursos d'água, por não serem muito distantes de suas moradias. Os quilombolas costumam respeitar as regras consensuais comunitárias⁵⁰, porém estes não têm mais liberdade para fazerem suas roças do tamanho que quiserem, por força das normas de uso da FLONA. Os moradores da Tapagem reclamam que diante das restrições são obrigados a fazer o plantio da roça num mesmo espaço 2 ou 3 vezes, depois deixam o terreno em repouso e fazem roçado em outro lugar. A época da elaboração do RTID do Alto Trombetas, em 2008, já havia relatos sobre essa situação, desse período até o momento em que a pesquisa foi realizada as sanções tornaram-se ainda mais rígidas, conforme as narrativas dos colaboradores. “O mais comum é os quilombolas plantarem uma vez na mesma área, mas os moradores da Tapagem têm plantado duas vezes no mesmo *terreiro* (área do plantio) porque têm enfrentado problemas com o Ibama” (RTID, vol1, 2017, p. 178).

Além dos deslocamentos violentos, as sanções e restrições aos espaços e aos recursos foi mais uma estratégia para tentar retirar os comunitários do território. Ao promover uma política autoritária de controle, a pretensão do Estado era que os quilombolas ao se verem

⁴⁹ São cipós muito usados pelos quilombolas para a fabricação de utensílios como cestos, paneiros, abanadores, vassouras, para a amarração de coberturas (telhados) e também na construção de fornos de barro e outras aplicações domésticas (Diário de Campo, pesquisa realizada na comunidade Tapagem, janeiro e dezembro de 2019).

⁵⁰ O Estatuto da Associação Mãe Domingas, coletivo que representa o TQ Alto Trombetas, em seu Capítulo II – Dos sócios, artigo 7º - parágrafos 1º, 2º e 3º, apresenta orientações a respeito do uso do território, onde “Todos os associados e seus herdeiros tem igualdade de direitos sobre as terras de propriedade da Mãe Domingas”, bem como “todos os sócios tem direito de praticar as atividades de agricultura, caça, pesca e coleta desde que de forma não predatória” e mais “as áreas de moradia e de roçado de cada associado serão respeitadas mesmo em caso de sua ausência” (Estatuto da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo, Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Mãe Cué - Mãe Domingas/AMD, 2001, p.2).

cercados pelas unidades de conservação e sem condições de manter seus modos de vida, migrassem “por conta própria” para outros lugares, como é possível observar na fala seguinte:

Veio a REBIO, veio a FLONA e agora nós estamos aqui tudo espremido, porque o título só vale do Igarapé das Almas até a Zibeira. Veio o IBAMA e foi proibindo tudo, a gente não pode tirar madeira, não pode caçar, não pode pescar, a gente não pode nada, nada mais é livre, tudo é vigiado, nada é mais como naquele tempo dos antigos que tudo era fartura. Nós ficamos nessa lida de plantar mandioca, banana, macaxeira, cará, essas coisas, mas é só pro nosso alimento. Depois de uns tempos, depois de muita luta nossa, eles liberaram pra nós umas áreas, eles viram que nós não ia embora daqui e que nós não tinha nenhum recurso pra gente se sustentar, pra se manter, aí já era outro gerente aí nesse IBAMA, entraram em acordo com nós e liberaram pra gente voltar a coletar castanha, como bem no Jacaré. Antes de tudo isso, a castanha era o que mais o pessoal tirava pra vender, tiravam também cipó, breu, tiravam jangada [madeira], mas o IBAMA proibiu tudo, principalmente as madeiras (CLEUTA VALÉRIO, entrevista concedida em 12 de dezembro de 2019 na comunidade Tapagem).

No decorrer da pesquisa pude perceber que assim como a sra. Cleuta, muitos comunitários sentem-se “espremidos” pelas unidades de conservação, pelos órgãos ambientais e pela empresa mineradora MRN. O Mapa 3 permite visualizar o cercamento da comunidade, a REBIO de um lado, a FLONA do outro, as áreas da mineradora mais ao sul e os moradores da Tapagem sem espaço para qualquer atividade ou movimentação. Em meu entendimento, as perdas territoriais, as restrições ao uso dos espaços, as pressões para abandonar o território, as violações e humilhações que os moradores sofreram desde a implantação da REBIO e da FLONA, e mais recentemente, o avanço da exploração minerária e as concessões florestais para exploração madeireira em áreas próximas a comunidade Tapagem são investidas do estado e da MRN com o propósito de provocar o “sufocamento” dos comunitários e o abandono das terras.

A RBRT e a FNST podem ser consideradas dispositivos de controle que o Estado utiliza para dominar o território e o grupo étnico. Na narrativa da sra. Cleuta, especialmente no trecho “*Veio o IBAMA e foi proibindo tudo, a gente não pode tirar madeira, não pode caçar, não pode pescar, a gente não pode nada, nada mais é livre, tudo é vigiado*”, é perceptível que há um controle efetivo sobre as ações e atividades produtivas dos comunitários da Tapagem e mais, ao dizer que são vigiados para não realizar práticas que outrora eram livres, a colaboradora externa um “disciplinamento dos corpos”, uma adequação comportamental forçada às normas e restrições das UCs.

Conforme O’dwyer (2002, p. 269) os dispositivos de controle funcionam a base da disciplina, do comportamento-padrão e “o paradigma da preservação ambiental, ao estabelecer – padrão que deve ser seguido, torna as condutas que dele se afastam como

sujeitas à normalização”. Ou seja, a busca por recursos naturais e o uso dos espaços no interior da RBRT e FNST passa a ser considerada violação as regras, as atividades produtivas são criminalizadas e os quilombolas são “transformados” em infratores, passíveis de punições. As sanções e fiscalizações do órgão gestor das unidades de preservação gerou uma situação de desobediência civil, já que sem alternativas para o sustento das famílias, os quilombolas passaram a fazer usos dos recursos de forma clandestina (FARIAS JÚNIOR, 2010, SCARAMUZZI, 2016).

Para o sr. Cabecinha Silvério *“não adianta privarem nada [...] nós não respeitamos, isso aqui é nosso. Quando a gente não sabia do nosso direito aguentava calado, mas depois a gente passou a avisar eles em reunião que não adianta proibirem nós de nada, nós vamos usufruir do que é nosso”* (CABECINHA SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 16 de dezembro de 2019). De certo modo, essa “insubordinação” além de contrastar com o “comportamento-padrão” foi fundamental à resistência do grupo, pois por estarem ligados por extensas redes de parentesco, o que atingia um indiretamente alcançava a outros tantos, que se uniam e apoiavam-se mutuamente para não abandonar as terras, mesmo no auge das restrições. Há que se destacar o quanto a solidariedade e ajuda mútua entre os comunitários fez a diferença para enfrentar esse processo de usurpação territorial, quer seja na divisão de alimentos, quer seja num agasalho oferecido àqueles que foram despejados, ou na disponibilidade em ajudar um conhecido ou compadre plantar uma roça e outros tantos gestos afetivos que fortaleceram a luta pela permanência no território.

Em minhas considerações aponto a RBRT e a FNST como dispositivos de controle e de efetivação do poder estatal, porque padronizam o cotidiano, uniformizam os modos de usar/viver os espaços e com isso forçam o deslocamento dos comunitários do território. A noção de dispositivo aqui adotada refere-se a “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas” (FOCAULT, 2008, p. 244). Ainda que cada unidade de conservação pertença a uma categoria, ambas dispõem de regimentos que estabelecem formas de controle e vigilância, expressos em resoluções, decretos, regulamentos, portarias, instruções normativas, cadastros, resoluções, plano de manejo, termos de compromisso, dentre outras ferramentas de legitimação de poder (FARIAS JÚNIOR, 2019).

Na narrativa da sra. Cleuta há menção a um desses dispositivos disciplinadores, o qual ela nomeia de “acordo”, *“depois de muita luta nossa, eles liberaram pra nós umas áreas, eles viram que nós não ia embora daqui e que nós não tinha nenhum recurso pra gente se*

sustentar, [...] aí já era outro gerente aí nesse IBAMA, entraram em acordo com nós e liberaram pra gente voltar a coletar castanha, como bem no Jacaré”. A colaboradora destaca que o órgão gestor da RBRT entrou em acordo com os quilombolas e liberou o uso dos castanhais. Uma reflexão mais atenta permite perceber a “mão do Estado” a controlar o uso do território e disciplinar o comportamento dos quilombolas, é o IBAMA que libera as áreas que podem ser frequentadas e estabelece o que os moradores podem ou não fazer.

Desde o início dos anos 2000, conforme informaram os comunitários, as sanções e fiscalizações têm sido menos violentas, mas não deixaram de existir. Com a troca de gestores das UCs, os mais recentes têm buscado firmar acordos e termos de compromisso com os quilombolas a fim de regulamentar o uso das áreas de *intrusão*. As medidas repressivas podem até ter se tornado mais brandas, mas o controle do território se efetiva com a instalação de postos fluviais do IBAMA e ICMBio, onde permanecem fiscais desses órgãos e policiais militares que controlam a circulação de pessoas e embarcações, fazem revistas a cargas e/ou outros produtos transportados, ou seja, para controlar o território e as áreas das UCs há uma vigilância “militarizada” e as multas, prisões e apreensões ainda são usadas para coibir o uso dos recursos pelos quilombolas (WANDERLEY, 2008).

Um exemplo dessa regulação é a coleta de castanha que ocorre nas áreas da RBRT, onde quem determina as regras de uso e o período de coleta é o ICMBio. Conforme Scaramuzzi (2016), antes do início da safra da castanha, normalmente no fim de cada ano, são feitas reuniões para definir as cláusulas do Termo de Compromisso (TC) da Castanha e as normas, principalmente a respeito do manejo da flora e fauna. Para coletar castanha é permitida a entrada dos quilombolas nas áreas da REBIO de janeiro a maio, desde que façam um cadastro prévio no ICMBio e recebam uma carteira identificando-os como coletores. Conforme as informações dos “*tapageiros*”, após a fase de cadastramento/identificação recebem também um documento chamado *papeleta* – o qual devem preencher com dados pessoais, informações a respeito do castanhal (local), a quantidade de caixas de castanha coletada, compradores e outros. É obrigatório circular com o documento de identificação (Imagem 20) e com a *papeleta* (Imagens 19 e 20), pois na entrada e na saída da REBIO ambos devem ser apresentados.

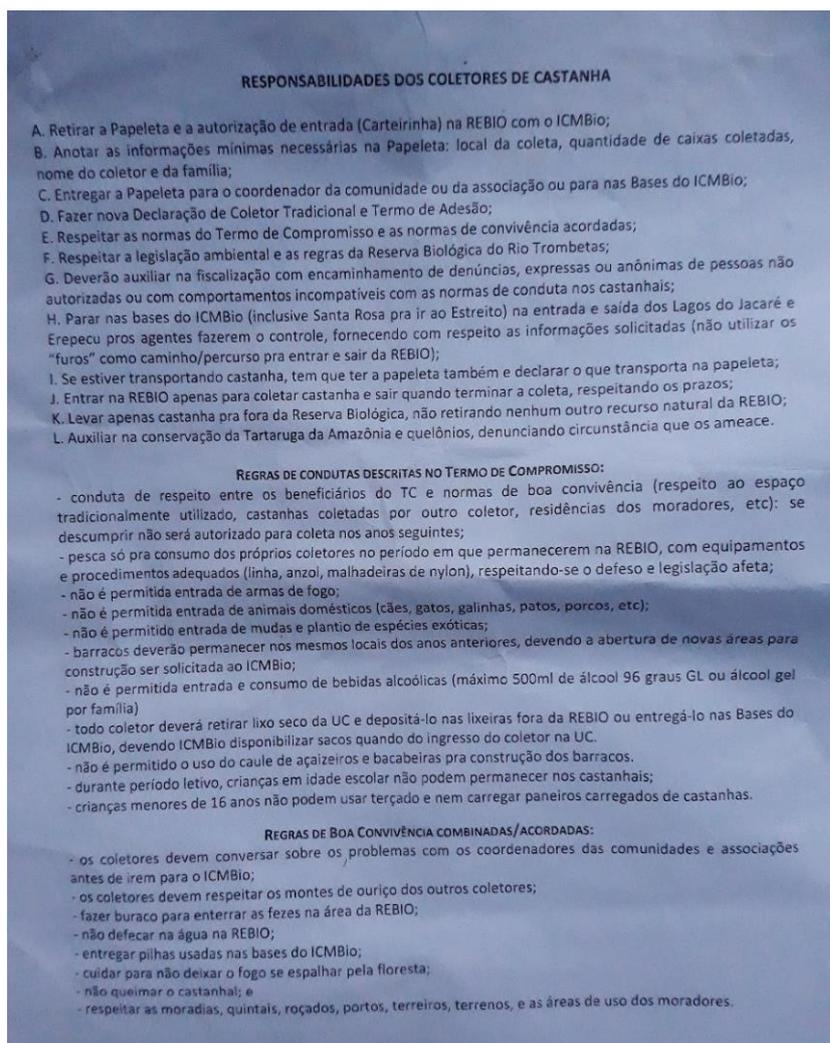


Imagem 23: Lista de responsabilidade e regras para a coleta de castanha na RBRT.

Fonte: Pesquisa de Campo, Comunidade Tapagem, 2019.

Muitos moradores da Tapagem se mostram insatisfeitos com a liberação para adentrar a REBIO somente para a coleta da castanha e em período determinado, porque como destacaram em diversos momentos, a RBRT é mais farta de recursos naturais extrativos que a FNST, então entendem que a temporada de acesso deveria ser maior e estendida a outros produtos. A insatisfação dos “tapageiros” é sempre externada nos momentos de reunião com o ICMBio, INCRA e outras instituições, mas há certo otimismo por parte dos quilombolas de que haja, enquanto aguardam a titulação, uma conciliação entres os envolvidos e seja firmado um Termo de Compromisso múltiplo, onde o manejo de outros recursos e demais atividades extrativas realizadas nas áreas dessa unidade sejam permitidas.

As áreas da FNST também são usadas pelos moradores a base de acordos e termos de compromisso firmados com o órgão gestor. Os comunitários da Tapagem entendem que houve um avanço nos acordos e negociações, mas ainda há desconfiança e muitas

reclamações, principalmente com relação à forma desigual com que o ICMBio define os princípios para uso das UCs e também pela liberação de mais áreas no interior da FNST para a exploração minerária e, mais recente, para Unidades de Manejo Florestal (UMF). Há que se destacar que mesmo que a FNST não seja tão abundante em áreas de castanhais e outros recursos extrativos como é a REBIO, é na FNST que se encontram as jazidas de bauxita para exploração (Vide Mapa 4 e 5) e também uma variedade de madeiras valiosas, motivo pelo qual as concessões florestais para a indústria madeireira têm avançado sobre os territórios quilombolas e de comunidades tradicionais (Vide Mapa 6).

É um processo de difícil entendimento e cheio de contradições, uma fala representativa da situação é do sr. Dometílio: *“Titular a terra para nós não pode, mas tirar madeira e bauxita, pode? A gente aqui não entende isso. Nós, que somos donos, não podemos tirar madeira na FLONA, só com permissão do ICMBio, mas eles podem, o ICMBio deixa. Como que é isso?”* (DOMETÍLIO XAVIER, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2019, na comunidade da Tapagem). Para os moradores da Tapagem é revoltante ter cada vez mais o território controlado pelos órgãos estatais, acompanhar a liberação de concessões para exploração da floresta e ter que pedir autorização para qualquer atividade no interior das unidades de conservação, inclusive para a retirada de madeiras para a construção de suas casas, barracões, canoas e outros, mesmo tendo os direitos sobre o território garantidos pela legislação.

Por conta da insatisfação dos quilombolas com a longa espera pela titulação fundiária e também pelas concessões liberadas no interior da FLONA, no ano de 2017 foi iniciado um processo de conciliação com a participação do Associação Mãe Domingas, ICMBio, INCRA, FCP, SFB e MMA, que culminou em uma reunião na comunidade Tapagem, em 16 dezembro de 2017, onde foi decidido que o ICMBio apresentaria sugestão conciliatória com vista a compatibilizar a existência das unidades de conservação e a consolidação do território quilombola. O ICMBio deu seguimento as tratativas e em fevereiro de 2018 apresentou Proposta de Acordo. Segundo a Nota Técnica do INCRA (Nº197/2018)⁵¹ o Acordo não trouxe nenhuma inovação técnica ou legal, pois as soluções oferecidas são previstas em regras normativas do SNUC (Lei nº 9.985/2000 e Decreto 4.340/2002).

⁵¹ NOTA TÉCNICA Nº 197/2018/DFQ-1/DFQ/DF/SEDE/INCRA, processo Nº 54000000324201561, publicada em 06/04/2018. Fonte: Acervo Documental da AMD. Disponível em: <<http://cpisp.org.br>>.

- Para a área do Território Quilombola Alto Trombetas 1 sobreposta à REBIO Trombetas:

Celebração de Termo de Compromisso de longo prazo com a Associação Mãe Domingas para regulamentação do uso de recursos naturais necessários à subsistência das comunidades do Território Quilombola Alto Trombetas 1, renovável até que seja encontrada uma solução fundiária definitiva (curto prazo);

Realização de estudos técnicos e de avaliação participativa que apontem uma solução fundiária definitiva para a questão (curto prazo).

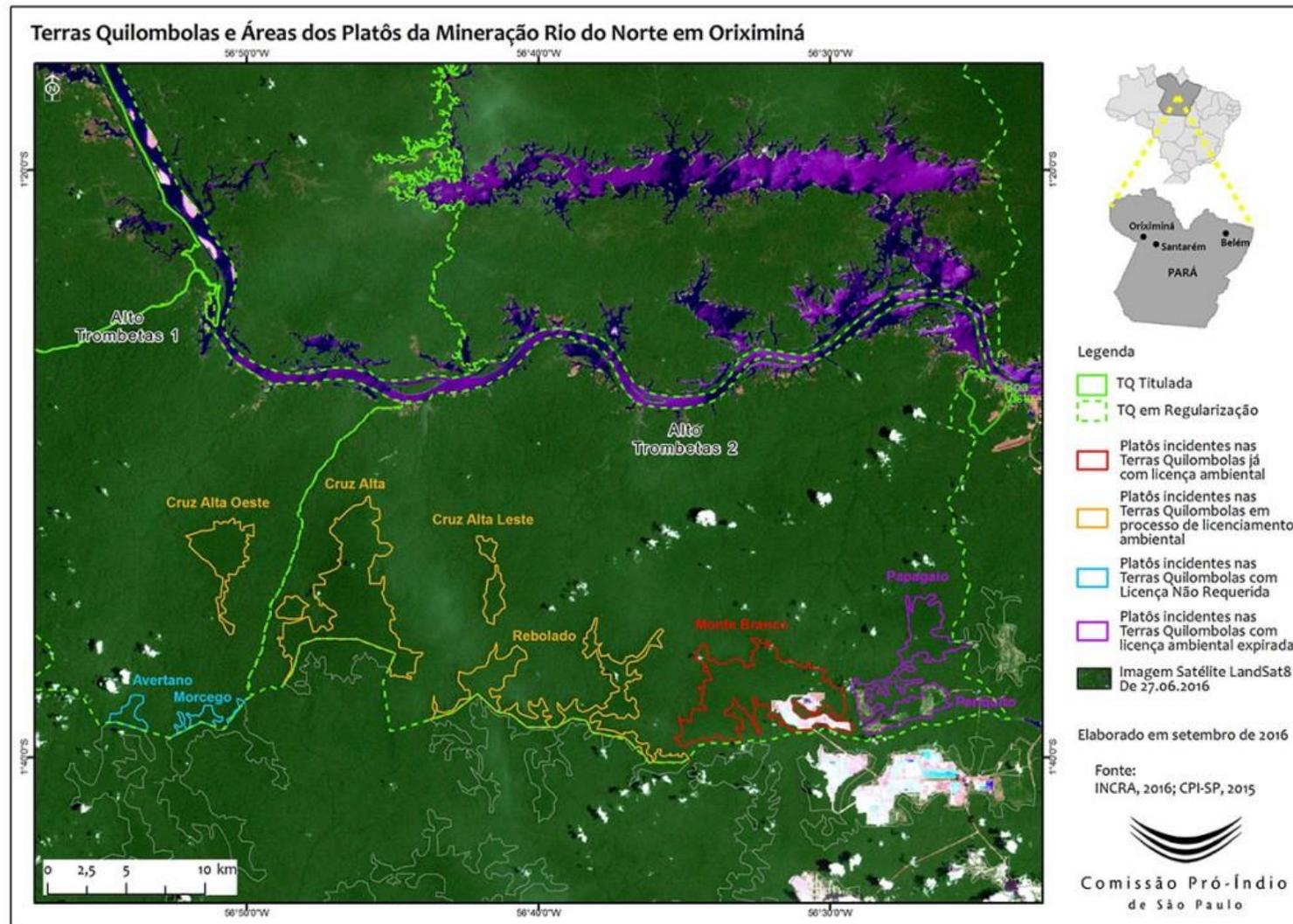
- Para a área do Território Quilombola Alto Trombetas 1 sobreposta à FLONA Saracá-Taquera:

Celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), em nome da Associação Mãe Domingas, para reconhecimento e destinação plena, imediata e por prazo indeterminado, do direito exclusivo de uso dessa área pelas comunidades do Território Quilombola Alto Trombetas 1, o que não representa renúncia ao seu pleito de titulação definitiva, com prazo estabelecido em conjunto pelas partes para o envio de Projeto de Lei ao Congresso Nacional para a desafetação da Unidade de Conservação (curto e médio prazo);

Atuação conjunta do ICMBio, INCRA e FCP na tentativa de viabilizar o recebimento, pelas comunidades quilombolas, de eventuais indenizações e percepções financeiras advindas da atividade minerária, de acordo com os ditames da Convenção 169 da OIT (curto prazo); [...] (INCRA, 2018, p. 13).

É importante destacar que a sugestão de CCDRU é o que o regramento legal do SNUC permite, por ser uma UC que admite a permanência de populações tradicionais que a habitavam na data de sua criação. No caso da REBIO, por se tratar de uma unidade de conservação de proteção integral, onde a intervenção humana é vedada, a legislação não admite a emissão de CCDRU às populações tradicionais, assim a proposta de emissão de CCDRU contempla somente a área da FLONA. Diante do contexto contraditório e conflituoso que a Tapagem e demais comunidades do Alto Trombetas 1 vivem, o CCDRU é um importante instrumento jurídico, por meio do qual os quilombolas poderão requerer eventuais indenizações e percepções financeiras advindas das atividades desenvolvidas no território (mineração e exploração madeireira), pois conforme o artigo 15 da Convenção da OIT, “os povos interessados deverão participar, sempre que for possível, dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades”.

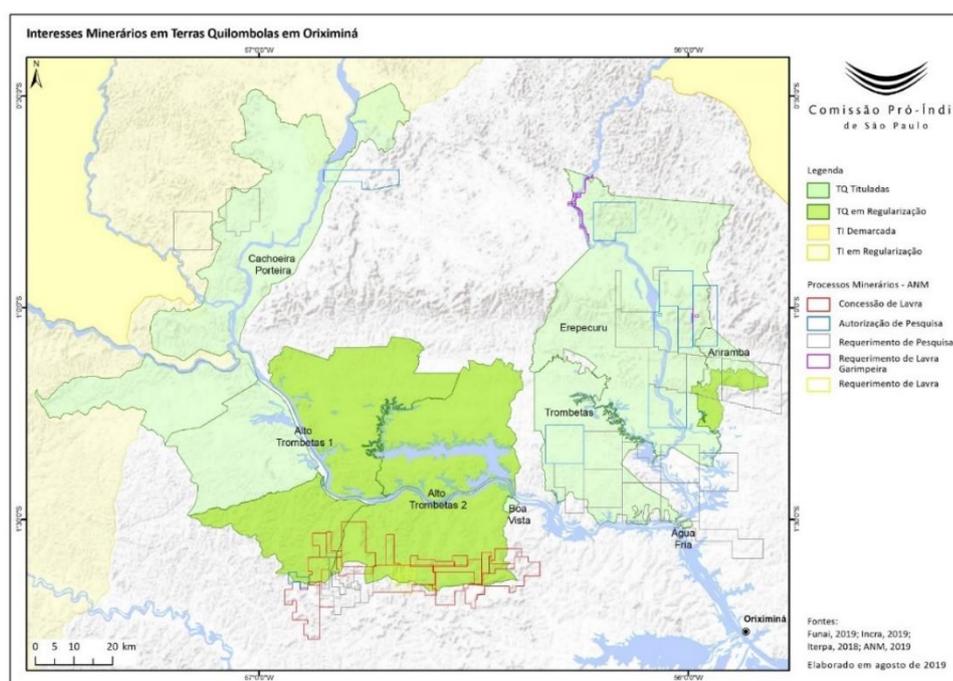
MAPA 4: PLATÔS DE EXPLORAÇÃO MINERÁRIA EM TERRAS QUILOMBOLAS



Fonte: CPI- SP, 2016.

Por meio dos mapas 4 e 5 é possível visualizar a ampliação das áreas de mineração sobre os territórios quilombolas, assim como é presumível entender as indagações do colaborador Dometílio Xavier sobre as atividades que podem ser executadas na FNST. Conforme Nota Técnica da Fundação Cultural Palmares (Nº 6/2018, p. 7)⁵² a MRN atua há 40 anos no interior da FNST e as atividades de exploração acontecem em 2 frentes : a Zona Leste com 06 platôs (Monte Branco, Teófilo, Cipó, Aramã, Bela Cruz, Aviso e Greigh), que já possuem requisição de licença de operação, renovação de licença de operação ou requisição de licença de instalação; a outra é composta pelas Zonas Central e Oeste (ZCO), que possuem 05 platôs (Cruz Alta, Peixinho, Escalante, Rebolado e Cruz Alta Leste), “ainda em fase inicial de licenciamento, em que se verifica sua viabilidade locacional e socioambiental”. Os platôs da Zona Leste afetam diretamente o TQ Alto Trombetas 2 e os platôs da ZCO atingiram o TQ AT1 e 2. As estimativas da empresa mineradora é que as minas das Zonas Central e Oeste tenham uma vida útil de 20 anos e que contenham 414.158 milhões de toneladas, o que traria um incremento significativo às rendas da MRN (MRN, 2017). O projeto de exploração de novas zonas de mineração tem licença ambiental do IBAMA e é acompanhado pelo ICMBio, INCRA, FCP e também pela Associação Mãe Domingas.

MAPA 5: JAZIDAS DE EXPLORAÇÃO MINERÁRIA EM TERRAS QUILOMBOLAS



Fonte: CPI- SP, 2016.

⁵² NOTA TÉCNICA Nº 6/2018/COPAB/DPA/PR. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. PROCESSO Nº 01420.013143/2016-79, publicada em 04/05/2018. Acervo Documental AMD. Disponível em: <<http://cpisp.org.br>>.

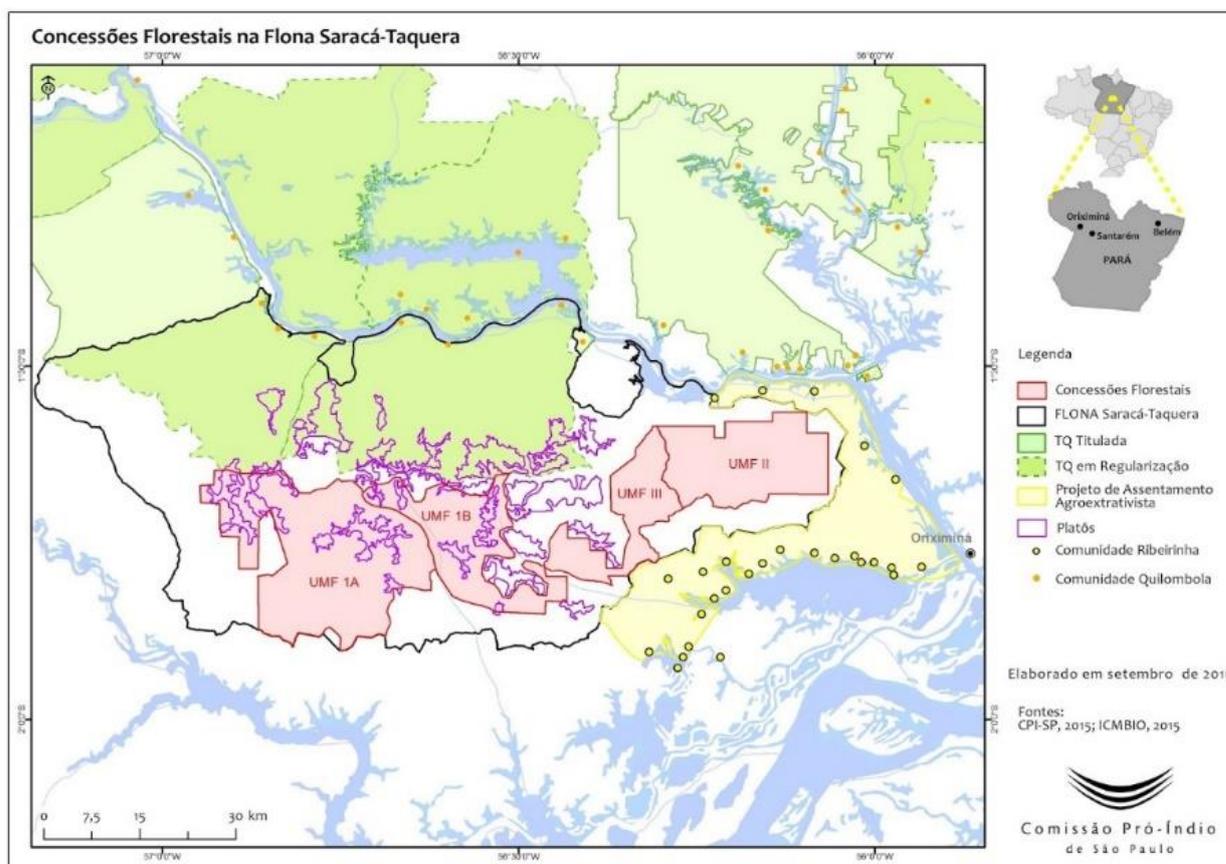
O avanço da atividade minerária em áreas próximas as comunidades quilombolas vai acarretar mais restrições aos recursos naturais na área *intrusada* pela FLONA, pois a extração da bauxita prescinde de supressão vegetal e toda uma infraestrutura para transporte do minério, carregamento dos navios, alojamentos de funcionários e outros. Os platôs da ZCO que afetarão diretamente as comunidades do TQ Alto Trombetas 1 são o Peixinho e Cruz Alta, com previsão de início das obras em 2022 e de operação em 2025 (MRN, 2017). Descrito todo esse contexto, o ideal seria que se firmasse o CCDRU⁵³ e o Termo de Compromisso da REBIO o mais breve possível, para amenizar outros impactos no modo de vida dos quilombolas. Para o sr. Aluízio Silvério a titulação do território é o objetivo principal de qualquer reunião ou ação conciliatória, celebrar esses acordos com o ICMBio,

não é o que gente quer, a gente aceita pra amenizar o sofrimento do povo, pra manter um diálogo com eles, uma boa negociação. Mas isso pra gente é como se servissem um mingau pra nós enquanto a gente espera a janta, a gente até toma, mas não desiste da comida principal, que pra nós é o que interessa. Então esse negócio de termo, de acordo, pra nós não é interessante, porque não assegura a posse da nossa terra, a gente assina porque dá uma melhorada nas coisas, mas não faz a gente desistir do nosso objetivo maior que é a titulação (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

Não é excesso dizer que a FNST tem Qservido mais para embaraçar o processo de titulação fundiária das comunidades quilombolas, para acelerar a exploração em escala industrial dos recursos naturais e menos à preservação ambiental. O próprio Estado coordena o avanço de empreendimentos no interior da FLONA, paralelo a ampliação da mineração para novos platôs de bauxita acontece a concessão de extensas áreas da floresta para a extração de madeiras (Vide Mapa 6). As concessões no interior da FNST são amparadas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas ou Lei 11.284/2006, que permite, mediante licitação, a concessão para exploração de porções de florestas públicas a pessoas jurídicas por períodos de até 40 anos (BRASIL, 2006).

⁵³ “Destaca-se que o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso não é um contrato de adesão, ou seja, as cláusulas serão previamente discutidas e estabelecidas entre as partes antes de sua assinatura. Dessa forma, poderá se alcançar um consenso entre os envolvidos para a melhor forma de uso e gestão da área. É de extrema relevância que, a partir da concessão do CCDRU, as Comunidades Quilombolas do Alto Trombetas passem a usufruir de uma maior autonomia na gestão de seu território. Assim, faz-se necessário que o ICMBio esclareça e detalhe os direitos e deveres sobre o uso da área decorrentes dessa na conjuntura” (NOTA TÉCNICA Nº 197/2018/DFQ-1/DFQ/DF/SEDE/INCRA,2018).

MAPA 6: ÁREAS DE ATIVIDADE MINERÁRIA E UNIDADES DE MANEJO FLORESTAL NA FNST



Fonte: CPI – SP, 2016.

No ano de 2009, foram licitados 48,8 mil hectares da FNST e as empresas Ebata – Produtos Florestais Ltda (30 mil ha) e Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda (18,8 mil ha) passaram a extrair madeira, resinas, óleos, sementes e outros produtos da FLONA. Conforme Farias Júnior (2010), mais uma vez os direitos das comunidades quilombolas, garantidos pelo Art. 68 do ADCT da CF/88 e por outros instrumentos jurídicos nacionais e internacionais⁵⁴, não foram respeitados e os comunitários, representados pela ARQMO, tiveram que enfrentar mais conflitos, agora com o SFB. Isso porque no início do processo de concessão florestal não foram respeitados o Artigo 6º da LGFP⁵⁵ e o Artigo 6º da Convenção 169 da OIT⁵⁶, ou seja, os quilombolas não foram consultados e nem seus direitos territoriais foram resguardados.

⁵⁴ Decreto 4.887/2003, Artigos 215 e 216 da CF/88, Convenção 169 da OIT, Decreto 6.040/2007.

⁵⁵ Resguarda os direitos territoriais de *comunidades tradicionais* ocupantes de florestas públicas e prevê que “antes da realização das concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais serão identificadas para a destinação, pelos órgãos competentes” (BRASIL, 2006).

⁵⁶ Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam

O processo de concessão foi conturbado, e no mesmo ano de 2009, o MPF ajuizou uma Ação Civil Pública (1516-09.2009.4.01.3902/PA), na tentativa de suspender o processo licitatório até que os trâmites legais fossem atendidos pelos órgãos competentes. Momentaneamente, os quilombolas conseguiram defender seu território e o SFB teve que recuar as UMFs e guardar uma distância de pelo menos 23 km das sedes das comunidades. Contudo, até dezembro de 2016, dos 441,152 hectares da FNST 135.000 já haviam sido licitados e distribuídos em quatro UMF: UMF1A, UMF1B, UMF II, UMF III (FARIAS JÚNIOR, 2010; NEPOMUCENO (2017).

O fato é que a exploração em escala industrial (minerária, madeireira, agronegócios, dentre outros) continua a avançar sobre as florestas e territórios de quilombolas, indígenas e outros grupos amazônicos. As *terras tradicionalmente ocupadas* pelos quilombolas no Alto Trombetas 1 viraram objeto de disputa entre atores sociais com visões de mundo e objetivos diferentes para o território e os recursos naturais nele disponíveis. As *terras de quilombo* ou *território etnicamente configurado*, como a comunidade Tapagem e demais comunidades do TQAT1, tornaram-se “terras de mineração, áreas de *intrusão*, terras de conflitos” e há décadas sofrem ameaças e investidas do Estado ou de projetos econômicos por ele apoiado.

Baseado nas considerações de Fuks (2001), compreendo que disputas por território envolvendo conflitos ambientais podem ser compreendidas como problemas sociais, pois são sentidos, vividos, materializados e exteriorizados por sujeitos ou grupos sociais, que têm seus modos de vida ou práticas socioculturais atingidas. No caso da Tapagem, e das demais comunidades quilombolas, a natureza serve de suporte para os conflitos sociais e a questão ambiental é um meio discursivo usado para “ambientalizar” problemas de outra ordem, a preservação do meio ambiente é um subterfúgio que o Estado utiliza para impor, para legitimar a gestão e o controle territorial (LEITE LOPES, 2006).

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004: p. 26).

No contexto estudado, as situações conflituosas envolvendo órgãos estatais, empreendimentos empresariais (minerário ou madeireiro) e comunidades quilombolas, entre elas a comunidade Tapagem, são disputas por um mesmo território, mas não por um mesmo recurso. O IBAMA e o ICMBio se dizem a favor da “preservação” e do “uso consciente” dos recursos ambientais, a MRN tem interesse no valor comercial da bauxita, as UMFs visam os lucros vindos da exploração florestal, todos estão incluídos na lógica capitalista e centrados na reprodução do capital. A Tapagem, assim como as outras comunidades, tem interesse no espaço simbólico-afetivo, no território histórico-cultural, onde os recursos naturais estão territorializados e são importantes para o uso e reprodução social (WANDERLEY, 2008), mas não se sobrepõe a significância desse *chão de vivências*. As ideias e interesses dos grupos em conflitos são diversos e antagônicos, envolvem várias dimensões (sociais, culturais, históricas e econômicas), e não se pode negar que o centro da disputa é o território, controlá-lo significa mais que usar os recursos disponíveis, resulta no controle de bens, indivíduos e limites geográficos, significa sobretudo inculcar relações de poder no espaço territorial.

3.3 “NÃO ESTAMOS DISPOSTOS A DEIXAR NADA, NEM NINGUÉM TIRAR NOSSO TERRITÓRIO, NOSSA LIBERDADE, A LUTA É ESSA”: MOBILIZAÇÃO ORGANIZATIVA E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE TAPAGEM

O TQ Alto Trombetas 1 encontra-se em vias de titulação fundiária desde 2003⁵⁷, quando o processo foi iniciado pela ARQMO junto ao INCRA/PA - sede Belém, e já se prolonga por quase duas décadas. As comunidades do Alto Trombetas 1 (Abuí, Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Sagrado Coração, Mãe Cué e Tapagem) após sofrerem com perdas territoriais em decorrência da implantação do projeto de mineração e a *intrusão* de duas unidades de conservação em seu território, mobilizaram-se e, com o apoio da ARQMO, fundaram a Associação Mãe Domingas (AMD) para representar o território, lutar pela regularização fundiária e administrar as terras das cinco (5) comunidades integrantes do TQ Alto Trombetas 1.

Conforme os colaboradores da pesquisa, a iniciativa de fundar uma entidade coletiva para representar os quilombolas veio de alguns comunitários da Tapagem, como os senhores Rui Brasil, Santana Cordeiro, dentre outros, e também de moradores das demais comunidades do TQAT1, que já estavam engajados na ARQMO e tinham algum conhecimento sobre os

⁵⁷ Conforme Requerimento anexado no RTID, 2017, vol. 1, p. 3.

direitos constitucionais ou que participavam de movimentos pastorais da igreja. Os líderes da ARQMO, dentre eles Carlos Printes, Daniel Souza, Domingos Printes, assim como a CPI-SP ajudaram no início do processo e na elaboração do Estatuto da AMD, *“porque o título não podia sair em nome da ARQMO, tinha que ter a associação do nosso território e foi aí que nós criamos essa Mãe Domingas, a ARQMO ajudou porque sabia os caminhos e a Lúcia do CPI orientou no estatuto”* (RUI BRASIL, entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019 na comunidade Tapagem).

A AMD foi fundada no dia 03 de setembro de 2000⁵⁸ e a estrutura organizativa definida no Estatuto⁵⁹ é composta por:

- Coordenação - formada por cinco (5) coordenadores com funções distintas, sendo o Coordenador de Programas Comunitários o responsável em dar andamento nas documentações e situações que envolvem a regularização fundiária do território e ainda convocar e presidir reuniões e assembleias (quer seja da Coordenação com conselho ou Assembleias Geras);
- Conselho – formado por 10 moradores, sendo dois (2) de cada comunidade integrante da associação, com a finalidade auxiliar a coordenação a zelar pelo patrimônio e terras da AMD, fiscalizar as ações e políticas institucionais da associação e conciliar conflitos entre associados e coordenação, dentre outros;
- Assembleia Geral – é o poder soberano da Mãe Domingas e pode ser convocada pela Coordenação, pelo Conselho ou pelos associados (moradores). As reuniões da Assembleia Geral devem ser convocadas por meio de editais afixados nos centros comunitários de cada comunidade com 10 dias de antecedência e podem ser para: eleição de coordenação e conselho, modificar o estatuto, aprovar contas da AMD ou deliberar qualquer assunto de interesse dos comunitários, inclusive a entrada de novos moradores nas terras da AMD.

A coordenação e o conselho são eleitos em assembleias gerais e podem ser ocupados por moradores de qualquer uma das comunidades integrantes da entidade por um mandato de dois (2) anos e podem ser reeleitos por um período igual. Conforme documentos cartoriais foi registrado, no dia 03 de agosto de 2001, o Estatuto Integral da AMD e a primeira coordenação eleita:

⁵⁸ Certidão Cartorial de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Protocolo 902, as folhas 119, do Livro nº 1 – A, do Livro de Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica, em 30.11.2000 (Fonte: Acervo Documental da AMD e RTID, 2017, p.6).

⁵⁹ Certidão Cartorial de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Protocolo 1109, as folhas 249, do Livro nº 1 – A, do Livro de Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica, em 03.08.2001 (Fonte: Acervo Documental da AMD e RTID, 2017, p. 12)

Após a aprovação do estatuto, passou-se à eleição do conselho e da coordenação, tendo sido eleitos os sócios indicados abaixo: Conselho: 1. Ediogênio Nunes Cordeiro. 2. João Paulo Cordeiro. 3. Augusto Carlos Printes. 4. Albenize Printes. 5. Raimundo Edimar Oliveria dos Santos. 6. Rosemí Silvério. 7. Ornélio Pires. 8. Ivanildo Pires. 9. Ida Carmo dos Santos. 10. Raimundo Pinto Souza. Coordenação: Coordenador de Programas Comunitários - Santana Cordeiro. Coordenador de Secretaria - Manoel Maria Andrade dos Santos. Coordenador de Financeiro - Raimundo Printes do Carmo. Coordenador de Patrimônio - Sílvio dos Santos Rocha. Coordenador de Articulação - Sotero Cordeiro (Certidão Cartorial de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, 2001, Protocolo 1109, as folhas 249, do Livro nº 1 – A, do Livro de Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica).

O sr. Rui Brasil conta que todas as associações quilombolas surgidas depois da ARQMO eram identificadas por siglas relacionadas as áreas territoriais ou com abreviatura da comunidade, mas nesse território *“havia um desejo meu e dos demais companheiros que devíamos homenagear nossos antepassados e aí nós fizemos isso, colocamos Mãe Domingas”* (RUI BRASIL, entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019 na comunidade Tapagem). Conforme os colaboradores da pesquisa, a escolha desse nome tem relação com as primeiras lideranças quilombolas que chegaram nessa região do Alto Trombetas, inclusive contam que a *Mãe Domingas* tem descendentes espalhados em várias comunidades quilombolas do Trombetas.

As cinco comunidades sentaram, [...] aí nós fizemos o estatuto da Mãe Domingas e houve uma discussão como vai ser a sigla da associação, aí os mais velhos alertaram: põe Domingas. A Domingas era uma velha que tinha a mão encarangada de tanto segurar a candeia pros brancos lê e lá no quilombo Maravilha só chamavam Mãe Domingas pra ela, porque ela era muito guerreira, ela era mulher do Atanásio. Essa história do Filipão, Basílio, Atanásio e a Mãe Dominga, eles eram as lideranças das pessoas que tinham fugido pra cá. Uma vez eles tinham vindo pra Cachoeira Porteira e não sabiam que os brancos tavam lá, aí viram eles e disseram, olha o nego Basílio pega ele, aí os antigos diziam que ele pegou um tacho de cobre e botou na cabeça e disse: Valei-me meu São João, morto sim, mas preso não. Aí botou [...] na costa dele, pulou na água e foi boiar do outro lado. Só que naquele tempo, as carabinas tinha que tacar fogo [...]aí até que aquilo disparasse ele já tinha saltado do outro lado, aí fugiu o nego Basílio. Eles tinham uma história muito sofrida, sentida, eles faziam compra em Santarém, lá tinha uns brancos que gostavam deles, mas quando as coisas tava muito ruim pra eles passarem em Óbidos, eles atravessavam em Alenquer pegavam o Curuá, subiam o rio Cuminá, pegava o rio dos Peixes e varava pro Paru d'Oeste no Erepecuru, pegavam o Marapi e depois o Panamã, do Marapi pro Panamã não dava um dia de viagem. Passavam todos os bagulhos pra outra beira e baixavam o Trombetas. Em [19]73 eu fiz uma expedição [...] porque eu queria conhecer. Eu queria saber o sacrifício que eles passavam e esse nome é pra homenagear os mais antigos (ALUÍZIO SILVÉRIO, 2019)

O colaborador considera que assim como os antepassados tiveram uma história de sofrimento e luta, mas conseguiram resistir e permanecer nesse território, no presente os quilombolas também têm uma postura combativa e de resistência, tanto que após todas as

perseguições, deslocamentos forçados e ameaças conseguiram se organizar e fundar a AMD para defender e buscar a titulação do território. “*A Tapagem sempre foi uma comunidade participativa e de luta, tanto que o primeiro coordenador dessa Mãe Domingas saiu daqui. Nossos antepassados lutaram por esse lugar, não podemos abandonar assim*”, tal posicionamento comunitário toma a etnicidade como um instrumento coletivo que embasa a luta pela terra e por direitos constitucionais (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019). Assim como O’dwyer (2002, p.1) compreendo que na Tapagem se estabelece “uma relação associativa para a ação política comum, com base nas lembranças da procedência histórica dos quilombos, que construíram igualmente comunidades políticas no passado” e mais, percebo que a organização em prol de um objetivo comum é também resultado das ações de conscientização promovidas pela ARQMO.

As situações de conflitos, de ameaças, a identificação de interesses comuns, as experiências vivenciadas pelos quilombolas da Tapagem ou acontecimentos “vividos por tabela” (fatos que atingiram outras comunidades) formam a consciência social do grupo e o dispõe, impele a agir de modo organizado contra aqueles com objetivos diferentes ou opostos aos seus (THOMPSON, 1987). Todo o contexto conflituoso com perdas territoriais, deslocamentos forçados, a *intrusão* das UCs, perseguições e controle territorial vividos e experimentados pelos quilombolas da Tapagem dá-lhes a percepção da realidade social em que estão inseridos, primeiro de forma individual, depois como parte de um grupo social e a tendência é unificar ou direcionar as ações a partir de necessidades ou interesses e foi o que ocorreu com a fundação da AMD.

No ano de 2003, logo nos primeiros anos de atividade e luta da Mãe Domingas, a associação conseguiu a titulação de 61.211.96 hectares do TQAT1. Segundo dados do RTID (2017, p. 117, vol. 1) essa área demarcada corresponde a 31% do território, equivalente as comunidades Abuí, Paraná do Abuí e Santo Antônio do Abuizinho⁶⁰ e por abranger terras do governo estadual teve o título fundiário emitido pelo ITERPA. Os comunitários explicam que a demarcação⁶¹ vai do Igarapé Saco das Almas também chamado de Igarapé das Almas ou Igarapé Tapagem até a Lagoa da Zibeira ou Algibeira, ou seja, “*da Tapagem pra lá, da*

⁶⁰ Conforme informações dos moradores da Tapagem, em 2003 existia duas comunidades na área titulada pelo ITERPA, Abuí e Paraná do Abuí. A comunidade Santo Antônio do Abuizinho surgiu num período mais recente por desavenças familiares e uma cisão religiosa entre católicos e evangélicos (Diário de Campo, comunidade Tapagem, janeiro e dezembro de 2019).

⁶¹ O Igarapé das Almas é usado por todos os moradores do Território Alto Trombetas 1 e não apenas por aqueles da área titulada. Nesse igarapé os quilombolas pescam, extraem madeira e plantam roças. A Lagoa da Zibeira é mais utilizada para pesca (Diário de Campo, comunidade Tapagem, janeiro e dezembro de 2019).

Tapagem pra cá continua sem título”⁶². O Igarapé das Almas é onde inicia a porção titulada, é o limite com a comunidade Tapagem e a Zibeira é onde se encerra a demarcação, é fronteira/início do território da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira.

O primeiro coordenador de Programas Comunitários da AMD, sr. Santana Cordeiro, contou que a demarcação dessa parte do território não saiu do modo que os “*tapageiros*” esperavam, pois havia a expectativa que a Tapagem fosse titulada nesse mesmo processo, mas não foi possível porque as terras da comunidade, conforme já mencionei anteriormente, foram *intrusadas* RBRT e FNST e são terras de domínio federal, nesse caso cabe ao INCRA a demarcação e regularização fundiária.

Eu fui em Belém a convite do governador Jatene, ele que era na época, fomos na cidade de Acará assinar o título e receber, mas era o título do Abuí, que vai do igarapé das Almas até a Zibeira[...].Essa parte demarcada foi demarcada pelo ITERPA, mas o serviço deles não é igual do INCRA, eles não atendiam nossos pedidos. O nosso pedido era que aonde a gente usasse, a terra que a gente usasse pra caçar ou tirar castanha, aonde tivesse o sinal da gente trabalhando até lá chegasse a demarcação, eles demarcavam mais pela beira do que pelo centrão, o certo que demarcou só a parte do Abuí, a nossa eles só querem permitir a concessão de uso, mas não querem dá o título definitivo (SANTANA CORDEIRO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 16 de janeiro de 2019).

O colaborador aponta a demarcação feita pelo ITERPA como diferente daquelas feitas pelo INCRA, essa contestação baseia-se nos trabalhos realizados pelo órgão federal em outras comunidades quilombolas da região, onde o reconhecimento das áreas de uso foi feito a partir de documentos pré-existentes, de observações e indicações dos comunitários. Na Tapagem havia por parte dos moradores a expectativa que o ITERPA fosse utilizar como guia para demarcação os mapas e relatórios⁶³ produzidos em 1999 pela CPI-SP e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)-Amazônia Oriental em parceria com a ARQMO, pois estes haviam sido anexados junto ao requerimento que pedia a instauração do processo de titulação junto ao INCRA/PA.

⁶² Ao dizer que “*da Tapagem pra cá continua sem título*” o sr. Santana Cordeiro explica que, além da Tapagem, as comunidades Sagrado Coração e Mãe Cué, localizadas a margem direita do Rio Trombetas, em áreas afetadas pela RBRT e/ou pela FNST ainda aguardam titulação ((SANTANA CORDEIRO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 16 de janeiro de 2019).

⁶³ Para a construção dos mapas e relatórios os comunitários de todas as comunidades do Alto Trombetas 1 e comunidades adjacentes foram ouvidos pela CPI/SP e EMBRAPA. Os mapas foram confeccionados a partir de discussões e contribuições dos moradores, que apontavam as áreas de uso no território. Além de terem sido anexados no requerimento de solicitação de titulação fundiária, em 2008, os mapas e relatórios foram usados para nortear os trabalhos da equipe do INCRA responsável pela elaboração do RTID e depois foram anexados como parte desse relatório, páginas 21 a 74 (RTID, 2017, vol.1).

Conforme o memorando N° 679/2004⁶⁴, somente em dezembro de 2004, quase um ano após a solicitação da ARQMO, aconteceu a instauração do processo de demarcação e titulação do TQAT1, sob o N° 54100.002189/2004-16 no INCRA/PA. Após encaminhamento inicial, anexação de documentos e protocolos exigidos pelo Coordenação de Regularização de Territórios Quilombolas – INCRA-Brasília, entre idas e vindas de Brasília, o processo ficou estagnado e somente em 2006 foi direcionado⁶⁵ ao INCRA – Superintendência Regional de Santarém (SR30), visto que as terras do Alto Trombetas 1 se encontram sob jurisdição dessa SR.

Em 2007 a SR30 deu as providencias necessárias para continuidade do procedimento, inclusive encaminhou ofícios⁶⁶ ao ICMBio, solicitando autorização para equipe do INCRA/SR30 adentrar a RBRT e a FNST e “executar atividades de reconhecimento e identificação de populações tradicionais quilombolas (Alto Trombetas)” (RTID, 2017, p. 89, vol. 1). Ainda em 2007, o ICMBio recorreu a AGU e solicitou a abertura de câmara de conciliação, Processo n°. 00400.007270/2007-13, para solução de sobreposição de unidades de conservação em territórios quilombolas no Alto Trombetas 1, Jamari/Último Quilombo e Moura. A solicitação da autarquia foi acatada pela AGU e foram iniciadas as discussões e negociações⁶⁷ apenas com instituições governamentais (ICMBio, MMA, MDA, FCP, SPPIR, INCRA e AGU). As associações representativas de uma das partes interessadas, ARQMO e AMD, não foram notificadas e nem incluídas nos debates conciliatórios. Em um trecho de comunicação via e-mail entre autarquias, INCRA-DF comunica e solicita os documentos do processo do TQAT1 ao INCRA/SR30:

O Instituto Chico Mendes, solicitou a AGU a constituição de cinco câmaras de conciliação mediadas pela AGU para discutir a sobreposição de áreas de territórios quilombolas e unidades de conservação federais. E, uma das cinco áreas com sobreposições relacionada pelo Chico Mendes para tratar é Rebio do Rio Trombetas, que está sobreposta aos territórios de quilombos do Alto Trombetas, do

⁶⁴MEMO/ INCRA/PA/ SALADACIDADANIA/N° 679/2004, anexado a página 2 do RTID, 2017, vol. 1.

⁶⁵ MEMO/INCRA/DFQ/N°132/2007; DESPACHO/INCRA/DF/DFQ/N° 33/2007, anexos no RTID, 2017, vol.1, p. 76-77.

⁶⁶OFÍCIO N°946/2007/INCRA/SR30/GAB; OFÍCIO N°176/2008/INCRA/SR30/GAB; ORDEM DE SERVIÇO N°14/2008/INCRA/SR30/GAB, anexos no RTID, 2017, vol.1, p. 89, 91, 93.

⁶⁷ No OFÍCIO N° 117/2007/GP/ICMBIO, anexo ao RTID, 2007, p. 85, além da conciliação envolvendo a RBRT foram abertos no mesmo Processo n° 00400.007270/2007-13 outros procedimentos conciliatórios envolvendo territórios em situação de sobreposição para discussão em conjunto: Parque Nacional Cabo Orange com Quilombo Cunani (AP); Reserva Biológica da Mata Escura com Quilombo Mumbuca (MG); Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral com Quilombo de São Roque (RS/SC); Parque Nacional da Serra da Bocaina com comunidade quilombola Cambury; Reserva Biológica Guaporé com a comunidade quilombola Santo Antônio (RO) e Parque Nacional do Jaú com a comunidade quilombola Tambor (AM). Todos os processos de conciliação mediados pela CCAF da AGU foram encerrados sem consenso em 2015 e os territórios continuam sem titulação.

Jamari/Último Quilombo, e salvo engano, parte do território do quilombo Moura também incide nesta Rebio. Então, a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, enviou um ofício ao nosso Procurador Geral, Dr. Valdez Farias, solicitando cópias dos processos de regularização destes territórios e um parecer jurídico sobre cada área desta nos deram um prazo de 20 dias para responder e encaminhar as cópias de todos os processos. Por esta razão solicitamos com urgência, os processos de regularização dos territórios quilombolas que estão com sobreposição com a Rebio Rio Trombetas (TRECHO DE E-MAIL ANEXADO NO RTID, 2017, p. 78, VOL. 1).

O INCRA/SR30 encaminhou os documentos solicitados pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) e depois de várias reuniões, as tratativas não avançaram porque uma das exigências para que se chegasse a um consenso era a certificação de autodefinição como “*remanescentes de quilombo*” expedida pela FCP⁶⁸ e a conclusão do RTID. Com relação ao RTID e conforme ata⁶⁹ da Mãe Domingas, depois de várias visitas e discussões para elaboração do relatório, no dia 22 de março de 2008 em reunião na comunidade Tapagem foram apresentados pela equipe interdisciplinar do INCRA/SR30 e aprovados pelos quilombolas os mapas com limites e demarcações do TQAT1 que compõem o RTID.

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e oito reuniram-se às dez horas na comunidade Tapagem, representante da Superintendência Regional do INCRA em Santarém: Engenheiro Agrônomo e Coordenador do Grupo Técnico e trabalho de campo Martfran Albuquerque de Souza e Danilo Hoodson Barbosa Farias Técnico Agrícola; representante da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná, ARQMO; representante da Associação Mãe Domingas: Ornélio Pires; coordenador de programas comunitários Santana Cordeiro; representante das comunidades Abuí e Paraná do Abuí: Domingos Printes; coordenador da comunidade Sagrado Coração (representante): Ornélio Pires; coordenador da comunidade Tapagem: Raimundo Valério Cordeiro; coordenador da comunidade Mãe Cué: Manoel Raimundo Pereira dos Santos. O senhor Ornélio Pires representante da Associação Mãe Domingas fez a abertura da reunião passando em seguida a palavra para o Engenheiro Martfran Albuquerque de Souza que deu continuidade a reunião com os demais participantes [...]. Após discorrer as delimitações da área proferiu-se alguns esclarecimentos e informações da área reivindicada e os procedimentos para a titulação do Território em questão. Em seguida, levou-se o mapa a apreciação de todos os comunitários presentes e notação. Assim sendo não havendo nenhum questionamento ou mudança nos limites encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata [...] (TRECHO DE ATA DE REUNIÃO DE 22 DE MARÇO DE 2008, AMD).

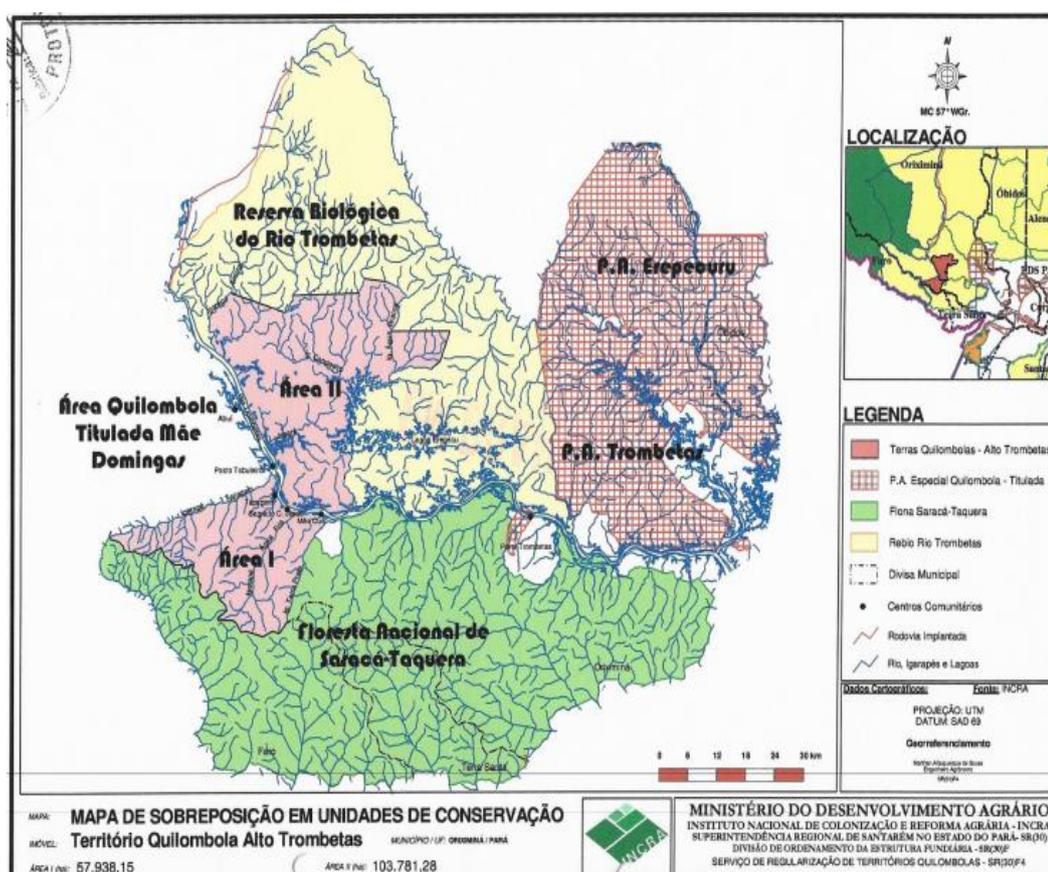
O RTID foi dado como concluído em 19 de setembro de 2008 e a equipe interdisciplinar do INCRA/SR30 reconheceu como de domínio quilombola as terras do Alto Trombetas 1, inclusive as áreas *intrusadas* pela RBRT e pela FNST (Vide Mapa 7). O parecer

⁶⁸ O artigo 7º da IN 16/2004 e o artigo 4º da IN 20/2005, ambas do INCRA, autorizavam a continuidade do processo de demarcação e titulação de territórios quilombolas sem a certificação da Fundação Cultural Palmares.

⁶⁹ Ata disponível no acervo da AMD e anexada a p. 94 do RTID, 2017, vol. 1.

conclusivo do RTID recomenda a titulação das terras em favor da Associação Mãe Domingas, assim como sugere que seja feita pelo ICMBio a dupla desafetação do território. A recomendação para que as áreas *intrusadas* pela RBRT e pela FNST fossem desafetadas não foram aceitas pelo ICMBio, MMA e MDA. No entanto, a redução de limites territoriais de unidades de conservação é permitida desde que seja feita por lei específica aprovada no Congresso Nacional, conforme determina o Decreto 4.887/2003.

MAPA 7: TERRITÓRIO QUILOMBOLA ALTO TROMBETAS 1



Fonte: INCRA/SR30 (RTID, 2017)⁷⁰.

Nesse mesmo documento conclusivo que compõe o RTID sugeriu-se que o ITERPA revisasse os limites territoriais do título emitido em 2003 (parte que aparece no Mapa 7 identificada como Área Quilombola Titulada Mãe Domingas) “para a consolidação do território Alto Trombetas com um todo” e também para que as delimitações e pedidos dos

⁷⁰As áreas I e II, de cor roxa no mapa, integram o TQAT1 conforme o RTID produzido pelo INCRA/SR30. A divisão em áreas foi feita apenas para fins técnicos e didáticos, sendo que a Área II, conhecida atualmente como RBRT, foi reconhecida pelo INCRA como território quilombola.

quilombolas fossem respeitados. As orientações foram acatadas e no ano de 2010 a retificação do título⁷¹ foi feita pelo ITERPA.

O Relatório Antropológico recomendou também que o presente estudo não deve contemplar a área já titulada pelo Governo Estadual, mas sugere que os limites apontados no título emitido pelo Governo do Estado do Pará, através do ITERPA, à Associação Mãe Domingas, sejam revistos, por não ter sido respeitada a indicação dada pela comunidade. [...]. O presente processo administrativo reflete a densidade de um caso de reivindicação territorial na Amazônia em que comunidades quilombolas tradicionais habitam um território estabelecido dezenas de anos antes de sua decretação como Unidade de Conservação Ambiental. Ainda assim, as comunidades quilombolas em questão estabeleceram historicamente um tipo de aproveitamento sustentável da natureza e seu entorno, através de usos, costumes e formas tradicionais de acesso aos recursos naturais que não se contrapõem aos projetos de conservação e preservação do meio ambiente. O processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural das comunidades quilombolas do Alto Trombetas está intrinsecamente ligado à sua vivência na região de floresta e às relações ambientais equilibradas que sustenta. Assim, a proposta de território a ser titulado considera a necessidade de preservação ambiental além, obviamente, da própria necessidade de reprodução física e social das atuais e futuras gerações daquelas comunidades quilombolas (RTID, 2017, VOL. 5, p. 8 - 9).

Mesmo com a conclusão do RTID e a certificação de reconhecimento⁷² expedida pela FCP como comunidades *remanescentes de quilombo*, o processo para titulação e as negociações conciliatórias não avançaram. As propostas de solução não agradavam a todos envolvidos, quando atendia os critérios ambientais não contemplava os direitos fundiários e vice-versa, esses impasses fizeram as negociações estagnarem. Nesse período os representantes da AMD não participavam das reuniões da CCAF, apenas os representantes dos órgãos governamentais, para os quilombolas da AMD foi fundamental a relação cordial mantida com a equipe INCRA/SR30, que além de disponibilizar informações sobre o processo, durante as conciliações rejeitou todas as propostas que não solucionavam a questão fundiária do território, especialmente aquelas que envolviam remoção ou deslocamento populacional.

[...] pra estar na frente de uma associação como a Mãe Domingas a gente não pode resolver tudo na marra, na ignorância, tem que saber negociar com as pessoas, nisso nós fizemos uma boa parceria com o INCRA, o serviço deles pra nós foi melhor que do ITERPA, na demarcação das áreas, na hora de cortar o pico, eles

⁷¹Retificação do Título emitido pelo ITERPA disponível em: <https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2019/03/T_AltoTrombetas2010Iterpa.pdf>.

⁷² Em 13 de março de 2013 foram reconhecidas, a partir de declaração de autodefinição, como comunidades remanescentes de quilombo as comunidades Abuí e paraná do Abuí. Em 08 de abril do mesmo ano FCP certificou as comunidades de Mãe Cué, Sagrado Coração e Tapagem (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Nº 49, seção 1, p.16 de 13. 04.2013; Nº 66, seção 1, p. 21 de 08.04 de 2013, ISSN 1677-7042). Fonte: Acervo Digital AMD. Disponível: < <https://cpisp.org.br/>>.

ouviam nós, iam conferir e depois faziam as anotações deles, mas sempre consultando nós, nativos daqui [...] teve um tempo, logo nos primeiros anos dessa nossa luta, antes de sair o RTID, que nós ficamos nas mãos do INCRA de Santarém, qualquer canetada deles nós podia ter perdido nossa terra. Tinha coisa que a gente não sabia muito bem, coisa de lei, dos nossos direitos mesmos, aí foi que nós contamos muito com a ajuda deles e da Lúcia da CPI. Hoje a gente sabe que eles não tavam fazendo um favor pra nós, é nosso direito, tá na Constituição, mas se eles tivessem contra nós e a favor do ICMBio, tinham deslocado nós daqui [...] (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

O art. 11 do Decreto 4.887/2003 trata justamente da conciliação entre os interesses do Estado e das comunidades quilombolas, no caso do TQAT1, as reuniões conciliatórias foram sigilosas e os quilombolas não puderam participar nem como audiência, mesmo podendo ter a vida e reprodução cultural do grupo afetadas por decisões que saíssem dali. Com base nas considerações de Nader (1994), as conciliações relativas a esse território funcionaram como uma “ferramenta hegemônica” onde o Estado claramente impôs seu poder, uma espécie de arena onde os interesses estatais se sobrepuseram aos dos quilombolas, algo semelhante ao que ocorreu quando se decretou a criação das unidades de conservação em terras quilombolas.

Desde a conclusão do relatório técnico em 2008, o processo ficou quase cinco (5) anos paralisado, sem publicação do RTID por parte do INCRA/SR30, sem acordos na CCAF. Inclusive, na reunião conciliatória do dia 28 de março de 2013, o diretor da CCAF, Francisco Orlando Muniz, recomendou o arquivamento do processo envolvendo o TQAT1 por ausência de resolução, no entanto os representantes do ICMBio e INCRA se comprometeram mais uma vez solucionar a controvérsia, mas novamente não se chegou a uma conciliação definitiva. Para Leite (2010, p. 31):

As intensas mobilizações quilombolas e a lentidão dos processos de titulação das terras instauram um estado de incerteza[...]. Os passos percorridos de tramitação dos processos se rendem e se submetem à cultura cartorial, que foi montada pelos donatários e para atender a seus interesses. O percurso é incerto, é definido não somente pela legislação, mas pelo jogo de forças e poderes há muito solidamente institucionalizados. Não há nenhuma garantia de que os atuais procedimentos administrativos consigam transpor as armadilhas instituídas pela máquina cartorial em seus trâmites “regulares”.

A inércia e a burocracia estatal, em meu entendimento, acabam se tornando estratégias hegemônicas para cansar os comunitários, gerar desavenças entre os representantes e o grupo e até mesmo enfraquecê-los coletivamente. As controvérsias ICMBio x INCRA e a lentidão do processo geraram sobre os representantes da Mãe Domingas cobranças constantes por parte das comunidades, que não entendiam o porquê de tanta demora para a regularização do

território. Por conta do prolongamento do processo a própria organização da AMD teve contratempos, pois a cada dois (2) anos precisa eleger/reeleger representantes e estes muitas vezes demandam tempo para ficar a par de toda a situação e conhecer os pormenores, o que ocasiona certo atraso nas ações e tomadas de decisões. O fato é que várias coordenações foram eleitas e não se conseguiu êxito e nem consenso entre os órgãos para a publicação do RTID e continuidade da regularização.

A pressão do povo era grande em cima de nós da Mãe Domingas, principalmente daqui da Tapagem, por que a gente mora aqui e conhecesse todo mundo. Eles queriam saber do título e a gente com ajuda dos parceiros ia pra Santarém, pra Belém, pra Brasília, em busca do título ou de informação pra dá pra eles, porque nós precisamos retomar nossas terras pra gente viver em paz, pescando, caçando, fazendo roçado, como era antes de toda essa questão de título. A gente viajava e quando voltava tinha que dá uma resposta, uma definição, aí fazia reunião, assembleia, mas isso em parte foi bom pra nossa comunidade, a gente se fortalecia e seguia unida nessa luta (SANTANA CORDEIRO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 16 de janeiro de 2019).

Assim como Wanderley (2008) entendo que os laços locais de solidariedade são esteios nas lutas sociais e nas conquistas coletivas e a coordenação da Mãe Domingas conseguiu solidificar uma base comunitária e buscou constantemente informações relacionadas a regularização do território. Assim como as mudanças de gestão na AMD retardaram algumas ações, as alterações nos contextos políticos (municipal, estadual e federal) também influenciam diretamente no andamento do processo de titulação. O cenário nacional é o que mais interfere nos procedimentos que envolvem conflitos em áreas federais, pois a depender da política interna de cada governo pode haver progressos ou não. Com relação ao TQAT1 foi nos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), principalmente em decorrência do Decreto 4.887/2003, que pequenos avanços foram possíveis no processo de regularização fundiária. Já nas esferas local e estadual as interferências são sentidas na falta de investimentos públicos e apoio nas ações em busca da titulação.

Sem a publicação do RTID e sem acordos na CCAF, especialmente no período de 2008 a 2013 em que não houve nenhuma alteração no processo, a AMD procurou com a assessoria da CPI-SP dar encaminhamentos por via jurídica. Como resultado das ações da AMD, em dezembro de 2013, o Ministério Público Federal (MPF) para resguardar os territórios quilombolas do avanço das atividades minerárias, das concessões florestais e pôr

fim aos conflitos com órgãos governamentais, ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP), Nº 4405-91.2013.4.01.3902⁷³, contra o INCRA, ICMBio, FCP e União,

em que requer a concessão de medida liminar que antecipe os efeitos da tutela para: a) determinar a publicação no prazo de até 30 (trinta) dias do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) pela Superintendência Regional do INCRA em Santarém, nos termos do arts. 7º e 8º do Decreto 4887/03 e IN nº 57 do INCRA; b) determinar ao INCRA e à União a obrigação de dar continuidade e conclusão à regularização da terra quilombola do Alto Trombetas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00; c) imputar obrigação de fazer à União para que desafete a área necessária à titulação do território quilombola; d) determinar que a Câmara de Conciliação composta pelo INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, ICMBio, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Cultural Palmares, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e AGU conclua seus trabalhos em no máximo 90 (noventa) dias (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, MPF, 2013).

Antes de sair a primeira decisão judicial, os órgãos envolvidos no processo começaram a dar andamento às solicitações da ACP. O RTID foi aprovado para publicação no Comitê de Decisão Regional (CDR/SR30) em 29 de outubro de 2014⁷⁴ e a AGU deu prosseguimento as tratativas da CCAF em busca da solução do conflito e ainda realizou mais duas (2) reuniões. Em fevereiro de 2015, a decisão em primeira instância foi por condenar o INCRA a concluir, no prazo de 24 meses, o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas do Alto Trombetas 1. A Procuradoria Federal Especializada (PFE) – INCRA entrou com recurso de apelação e enquanto a decisão da justiça era aguardada, a CCAF foi encerrada pela AGU, em 21 de dezembro de 2015, sem solução ou acordos⁷⁵.

Ainda em 2015, os representantes da Mãe Domingas, à época o sr. Aluizio Silvério estava à frente da coordenação, participaram do Seminário Quilombola, em Alter-do-Chão, Pará. Ao término do evento, as entidades participantes produziram uma carta reivindicatória que fora distribuída para os veículos de comunicação locais e regionais e ao MPF, dentre as principais exigências estavam: a retomada das conciliações entre INCRA e ICMBio, a conclusão dos procedimentos administrativos para a regularização e titulação dos territórios, a inserção dos quilombolas na resolução dos conflitos por sobreposição conforme prevê a Convenção 169 da OIT e a implementação de políticas públicas (educação, saúde e energia) independente de regularização fundiária.

⁷³ Processo nº 4405-91.2013.4.01.3902. Justiça Federal de 1ª Instância Seção Judiciária do Pará- Subseção de Santarém - 2ª Vara. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf/download>>.

⁷⁴ ATA DE REUNIÃO DO CDR/SR30 (anexo no RTID, 2017, VOL. 5, p. 86)

⁷⁵ NOTA Nº 0012112015/CCAF/CGU/AGU, referente ao PROCESSO Nº 00400.007270/2007-13 (anexo no RTID, 2017, VOL. 6, p. 47)

É importante destacar a postura combativa da AMD e o empenho em buscar conhecimento para fortalecer a organização coletiva e instruir os comunitários sobre seus direitos enquanto cidadãos. Essa posição da associação foi essencial para ganhar credibilidade junto às comunidades e promover, com base nesse apoio comunitário, suas próprias ações reivindicatórias. Desde 2012, quando os representantes da Mãe Domingas firmaram com os indígenas Katxuyana/Tunayana⁷⁶ a Aliança Indígena-Quilombola, com apoio da CPI-SP e do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), as reivindicações pela garantia dos direitos étnicos-territoriais tornaram-se mais incisivas e constantes. Em 02 de outubro de 2013, ao participarem do Fórum Amazônia Sustentável, em Belém, 15 lideranças indígenas (Katxuyana, Tunayana e Wai Wai) e 18 quilombolas integrantes da Aliança, realizaram um ato público em frente a Faculdade da Amazônia, local onde o evento acontecia, para chamar a atenção das instituições responsáveis em demarcar e titular os respectivos territórios.

Em abril de 2016 a AMD e CPI-SP organizaram um protesto reivindicando que a sentença judicial proferida em 2015 fosse cumprida e o TQAT1 fosse titulado. A manifestação ocorreu em Santarém, Pará, onde estão localizadas a Superintendência Regional do INCRA -SR/30 e o escritório regional do ICMBio. Conforme publicação da CPI-SP, na ocasião “[...] cerca de 160 quilombolas e lideranças indígenas de Oriximiná realizaram uma manifestação em frente à sede do ICMBio e do Incra em Santarém, Pará. O grupo entregou carta com as reivindicações aos representantes dos órgãos” (CPI-SP, 2016)⁷⁷.



Imagem 24 e 25: Manifestação de quilombolas em Santarém, Pará, em favor da titulação dos TQAT 1 e 2, abril de 2016. **Fotos:** Carlos Penteadó. **Fonte:** CPI-SP.

⁷⁶ Em 20.09. 2018 foi publicado no D.O.U a demarcação da TI Katxuyana-Tunayana, Portaria nº 1.510/2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos>>.

⁷⁷ A matéria completa: “Quilombolas de Oriximiná protestaram em frente ao ICMBio e INCRA contra a demora na titulação de suas terras” está disponível em: <<http://www.cpis.org.br>>.

O senhor Aluízio Silvério, que em 2016 integrava a coordenação da AMD, participou ativamente da manifestação em Santarém e contou como se deu a organização, como as mobilizações coletivas geraram certa pressão nos órgãos governamentais e produziram efeitos no andamento dos procedimentos.

[...]já fizemos muitas ações, muita coisa a gente faz em segredo por causa da MRN, a gente planeja num grupo, faz a nossa estratégia, porque se vazar pro seu adversário ele se prepara. Fizemos vários protestos, a última manifestação foi em Santarém tinha que ser lá, porque lá é que é a sede do INCRA, do ICMBio, mas as pessoas têm medo de ser atiradas com bala de borracha ou essas coisas, mas tem a manifestação pacífica. Essa manifestação de Santarém foi muito boa, o chefe do ICMBio quis correr, mas nós botamos ele na roda e entregamos uma carta pra ele, fomos pro INCRA a mesma coisa. Então pra publicar o RTID dependia desses órgãos do governo federal, aí depois disso mandaram publicar. Depois disso o pessoal de Brasília veio aqui na Tapagem e nós conseguimos, apresentamos nossa estratégia já querendo a publicação da portaria. A demarcação tem um caminho longo e vagaroso, eu fiquei dois mandatos na AMD e nós conseguimos chegar no último passo que é a portaria, daí só falta receber o título. Agora tá parado, o governo vai empurrando com a barriga e com esse governo do Bolsonaro eu não tenho muita fé, eu fico com o pé atrás, outro dia mesmo colocou na Palmares um negro que diz que a escravidão foi boa pro negro, como que pode isso numa fundação que foi criada pra dá assistência pros quilombolas? (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

Conforme as narrativas dos comunitários da Tapagem, as mobilizações promovidas pela AMD surtiram efeito e as instituições envolvidas deram seguimento ao processo de regularização do território. O ICMBio e INCRA publicaram portaria conjunta e criaram um Grupo de Trabalho Interinstitucional para resolver a questão da *intrusão* das UCs, com auxílio do MMA e FCP. Logo em seguida, após apelações, defesas, petições e liminares, o TRF – 1ª Região, em 31 de maio de 2016, reconheceu a demora dos órgãos competentes em solucionar os conflitos e manteve a sentença anterior para a conclusão do processo de titulação fundiária do TQAT1, porém a contar da data do julgamento, alterando o prazo final para maio de 2018.

A partir da decisão judicial, o RTID foi publicado no D.O.U. em 14 de fevereiro de 2017 e deu início a uma nova fase de negociações entre instituições e os quilombolas. O ICMBio e o INCRA em mais uma tentativa de solucionar o conflito começaram, entre maio e agosto desse mesmo ano, uma série de reuniões e debates em Brasília com a participação dos representantes da AMD, da CPI-SP, MMA, FCP, de membros do MPF, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM).

Como já mencionei em outro ponto, no RTID as terras reivindicadas como domínio dos quilombolas foram reconhecidas e mesmo com esse parecer técnico, o ICMBio continuou a insistir em não concordar com reconhecimento e titulação definitiva do território por

envolver áreas de conservação ambiental. O órgão manteve a posição de não abrir mãos das áreas e que somente seria possível a expedição de título definitivo após a desafetação das unidades de conservação com lei aprovada pelo Congresso Nacional. Os quilombolas insistem no título definitivo conforme os dispositivos legais nacionais e internacionais asseguram, ou seja, as negociações tornaram-se um “cabo de guerra”, onde os representantes da AMD

[...] não podiam bobear, qualquer vacilo nosso podia botar tudo a perder, podia colocar nosso povo numa situação difícil e a gente perdia o apoio da comunidade. Então, depois de muita discussão nós recuamos, mas nós só fizemos isso depois que o ICMBio aceitou a publicação da Portaria de Reconhecimento, eles também tiveram que ceder, mas quase ainda passam uma rasteira em nós. Eles ficaram de apresentar uma proposta pra nós com as nossas exigências atendidas e quando veio a proposta veio sem nossos pedidos, aí nós fomos pra cima de novo e essa proposta tá rolando ainda[...]. Pra gente que já passou pela coordenação da Mãe Domingas, a gente sabe que tem hora que é preciso dá um passo atrás pra depois seguir avançando, se não, não tem diálogo com nenhum órgão desse [...] mas a gente não pode abrir mão dos nossos direitos, a gente sabe da nossa força e tem hora que se a gente não falar firme mesmo eles acabam impondo as regras deles, aí é prejuízo pra nossa gente (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

Em processos de conciliação como esse em questão é comum ou inevitável que as partes envolvidas em algum momento cedam ou como o colaborador relatou “*é preciso dá um passo atrás pra depois seguir avançando*”. A partir dessa fala percebo que ceder é uma estratégia do coletivo quilombola para conseguir progressos no futuro, não significa abrir mão da titulação definitiva e sim encontrar alternativas temporárias, já que as opções não resolvem de modo permanente a questão fundiária, uma das principais causas do conflito. Müller (2010) salienta que nesses instrumentos legais de conciliação é perceptível a pressão para que as comunidades ou representantes celebrem acordos ou convênios sobre a utilização de seus territórios, mas nesse caso em específico isso não ocorreu por conta do nível de instrução e seriedade dos membros da AMD e pelas orientações das assessorias. Contudo, não se pode criar a ilusão que nesses espaços de discussão as relações sejam totalmente igualitárias. Ainda que os líderes tenham o direito de fala nas discussões, emitam pareceres e firmem acordos, esses ambientes podem servir como uma espécie de “ferramenta hegemônica” (NADER, 1994) e podem revelar ou ocultar os objetivos reais do Estado ou as relações de poder por trás dos discursos, como aconteceu quando o ICMBio não cumpriu algo o acertado e “*quase ainda passam uma rasteira em nós. Eles ficaram de apresentar uma proposta pra nós com as nossas exigências atendidas e quando veio a proposta veio sem nossos pedidos, aí nós fomos pra cima de novo e essa proposta tá rolando ainda[...]*”.

Conforme o sr. Aluizio Silvério (2019) o cumprimento das propostas é fundamental para que as negociações continuem e o conflito seja solucionado, *"mas se uma das partes não segue o combinado, fica difícil até de manter um bom diálogo, porque a gente já não confia na palavra deles e pior, ferra com a gente, porque o povo cobra e a gente vai dizer o quê? Nós vamos atrás deles pra cobrar"*. E foi com intuito de esclarecer a real situação das negociações para a publicação da Portaria de Reconhecimento dos limites territoriais que a AMD solicitou junto GTI ICMBio/INCRA que os comunitários fossem informados sobre as alternativas de solução. Conforme consta em Ata da AMD e em Nota Técnica do INCRA e da FCP a reunião informativa aconteceu na comunidade Tapagem, no dia 16 de dezembro de 2017, *"[...]nessa ocasião, o ICMBio se comprometeu a formalizar as propostas de acordo para o TQAT1 no início de 2018 e a Fundação Palmares e o INCRA farão a análise das propostas junto com a coordenação da Mãe Domingas para auxiliar a decisão das comunidades"* (ATA DE REUNIÃO DA AMD, 16.12.2017).

Para a continuidade das conciliações os representantes da Mãe Domingas, do MMA, do SFB, do INCRA, da FCP e lideranças do TQAT2 participaram de reunião na sede do ICMBio em Brasília, em 08 de fevereiro de 2018, onde *"a autarquia ambiental submeteu uma Proposta de Acordo para cada um dos referidos territórios [TQAT1 e 2], sobretudo, porque há peculiaridades na ocupação das duas áreas e por se tratar de grupos sociais distintos"* (NOTA TÉCNICA INCRA Nº 197/2018, [Grifo nosso]). Para o TQAT1 o ICMBio apresentou proposta de Termo de Compromisso para a área da REBIO e CCDRU para a área da FLONA e mesmo contemplando em parte as exigências dos quilombolas, a alternativa não agradou aos comunitários, porque não trouxe solução viável relacionada a desafetação, principalmente da RBRT. A coordenação da AMD expôs o descontentamento do grupo por meio de carta (Imagem 26) e exigiu a publicação da Portaria de Reconhecimento como forma de garantir legalmente os direitos sobre o território.



Imagem 26: Print Screen da Carta da Associação Mãe Domingas de 15.03.2018 em resposta a Proposta de Acordo do ICMBio apresentada em 08.02.2018.
Fonte: Acervo da AMD.

Como resposta às reivindicações contidas na carta da Associação, o GTI ICMBio/INCRA realizou um novo encontro com os representantes das demais instituições envolvidas e as lideranças quilombolas. Nessa reunião de 13 de junho de 2018, ocorrida em Brasília, o ICMBio que até então não concordava com a publicação da portaria cedeu à pressão dos quilombolas e inclusive se dispôs a analisar a possibilidade de recategorização da RBRT. Os líderes da AMD também acenaram para um acordo com o ICMBio, pois houve o entendimento por parte do grupo que naquele momento o contexto político nacional não era favorável para iniciar o processo de desafetação. Conforme os relatos dos líderes quilombolas, havia o risco de perda das terras, porque a portaria que reconhece os limites territoriais ainda não havia sido publicada e caso as áreas fossem *desintrusadas*, deixariam de ser unidades de proteção, logo ficariam sem o monitoramento e supervisão do ICMBio e com manobras

políticas poderiam ser concedidas à exploração “sustentável” ou até mesmo invadida por grileiros, madeireiros, caçadores e outros. Aqui retomo a fala do sr. Aluísio Silvério quando afirma que os representantes da AMD “*não podiam bobear, qualquer vacilo nosso podia botar tudo a perder, podia colocar nosso povo numa situação difícil*” e percebo que a mesma guarda relação com as negociações do processo de desafetação e mais, revela como as ações dos líderes precisam ser objetivas e cautelosas para não minar os acordos e nem perder o apoio dos comunitários.



Imagem 27: Reunião em Brasília com representantes da Associação Mãe Domingas, do INCRA, ICMBio, MMA, da UFOPA, da CPI-SP e representantes do TQAT2.
Fonte: <<http://www.incraoestedopara.wordpress.com/tag/oriximina>>.

De certo modo, a estratégia da AMD de ceder e aceitar as soluções temporárias teve êxito, já que o ICMBio entrou em consenso para publicar a Portaria de Reconhecimento. Na conciliação com o órgão ambiental a AMD aceitou a proposta de CCDRU para a área *intrusada* pela FNST e com relação a REBIO decidiu-se pela continuação do Termo de Compromisso da Castanha firmado desde 2011, até se chegar a um consenso sobre um Termo de Compromisso múltiplo que possa abranger as demais atividades agroextrativas. O reconhecimento territorial não foi publicado de imediato como havia sido acordado e gerou certa desconfiança nos quilombolas, que logo solicitaram das instituições envolvidas o prosseguimento dos diálogos para solucionar o imbróglio envolvendo a REBIO, como é possível observar no trecho a seguir:

Prezados Senhores,

A Associação Mãe Domingas da Terra Quilombola Alto Trombetas 1 vem, através desse ofício, formalizar sua solicitação para que os órgãos de governo incluam nos termos do acordo do processo de diálogo com os quilombolas de Oriximiná buscar formas de viabilizar CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO na área da REBIO RIO TROMBETAS identificada como território tradicional de uso dos quilombolas do Alto Trombetas 1.

Como foi apontado na reunião que tivemos com os órgãos no dia 13 de junho de 2018 no ICMBio em Brasília, essa seria uma forma CONCILIADA de acatar a decisão judicial que determinou a REGUARIZAÇÃO de nossas terras e viabilizar a DUPLA DESAFETAÇÃO de forma segura para ambos os lados e de maneira mais duradoura.

Solicitamos que cada órgão (ICMBIO, INCRA, MMA, FCP e MPF) de forma conjunta ou individualmente nos responda formalmente por escrito num prazo de 20 dias úteis sobre essa nossa demanda [...] (Ofício da Associação Mãe Domingas de 18.06.2018)⁷⁸.

Nesse período, o sr. Arí Carlos, morador da comunidade Abuí, estava a coordenar a AMD e junto com os demais membros do coletivo quilombola decidiram continuar, mesmo depois de firmado acordo, a pressão sobre as instituições governamentais para a solução das questões pendentes e assim conseguir a titulação definitiva do território. Essa decisão estratégica dos líderes se deu por entenderem que havia possibilidade de avanços no processo, já que tinham conquistados progressos importantes com as ações reivindicatórias e também já prevendo mudanças nas forças políticas nacionais e estaduais que poderiam paralisar os trâmites, como de fato aconteceu.

Depois de muitos debates e reuniões, controvérsias e insatisfações, a Portaria de Reconhecimento foi publicada pelo INCRA/SR30 em 19 de julho de 2018 e é considerada pelos quilombolas um grande passo para titulação das terras. *“Essa portaria é mais uma garantia legal de que vamos ter a posse das nossas terras, mas a luta continua”* (SANTANA CORDEIRO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 16 de janeiro de 2019). Desde então o processo não progrediu, mas as negociações relacionadas as áreas *intrusadas* pelas unidades de conservação continuam. O CCDRU e o Termo de Compromisso mais abrangente ainda não foram finalizados e muitos pontos continuam em discussão, principalmente porque os dois (2) dispositivos são previstos legalmente como garantia de sustentabilidade às comunidades tradicionais, mas não são soluções para a questão fundiária

⁷⁸ O regramento legal do SNUC permite a assinatura de CCDRU apenas em UC que admite a permanência de populações tradicionais, ou seja, comunidades que já habitavam a área na data de criação da unidade. No caso da RBRT, por se tratar de uma unidade de conservação de proteção integral, onde a intervenção humana é vedada, a legislação não admite a emissão de CCDRU às populações tradicionais, assim a proposta de emissão de CCDRU contempla somente a área da FNST.

do território, ou seja, como o colaborador acima destacou a luta pela titulação e posse das terras continua.

Esse longo processo em busca da titulação definitiva do TQ Alto Trombetas 1 deixa visível que mesmo com avanços nos instrumentos jurídicos e com a criação de órgãos públicos para tratar a questão dos direitos quilombolas, a burocracia estatal e os entraves políticos procrastinam demasiadamente a concretude dos direitos reivindicados. Sem uma reforma estatal alinhada às disposições legais, a operacionalização relacionada à questão ficou a cargo da estrutura estatal já existente (ALMEIDA, 2011) e com isso o Estado mantém a posição centralizadora de concessão de direitos aos quilombolas e envolve os procedimentos administrativos da regularização fundiária no “jogo de forças e poderes há muito solidamente institucionalizados” (LEITE, 2010, p. 31).

A luta dos quilombolas do TQAT1 é atingida diretamente por esse jogo de forças, interesses e poderes, contudo, é inegável a relevância da mobilização coletiva para enfrentar esse e outros obstáculos no decorrer do percurso. A Associação Mãe Domingas, uma organização formada por indivíduos construtores de sua história e de seu processo social, que almejam ter seus direitos respeitados, tem uma atuação decisiva para as conquistas e avanços no processo de titulação territorial. As reivindicações da associação vão além da questão fundiária, são demandas como reconhecimento cultural, acesso aos serviços básicos e aos recursos naturais. A AMD é um espaço criado pelos quilombolas do Alto Trombetas 1 para se fazer política, lutar por direitos, manifestar opiniões, ideias e reivindicações. Ao examinar o contexto de luta dos quilombolas, no período delimitado na pesquisa, entendo que a AMD é uma forma e um instrumento de resistência, onde se organizam práticas em que sujeitos políticos demandam o direito à cidadania, a justiça social e ambiental, lutam para defender seus interesses, transpor as estruturas e as relações desiguais de poder (SADER, 1988).

Os entraves e a lentidão nos trâmites processuais provocam descrença e frustrações nos próprios líderes da mobilização coletiva, que chegam a duvidar da eficiência das instituições e dos instrumentos legais. Ao mesmo tempo gera dissidências e desgastes dentro do próprio movimento associativo, pela diversidade de situações e pelas idiossincrasias reveladas no decorrer da trajetória, “que são, em parte, próprias do processo político em que se inserem esses movimentos sociais” (LEITE, 2010, p. 23). Mesmo inerentes ao processo, tais situações fragmentam o apoio vindo das bases comunitárias e resultam em desconfianças, ambiguidades e divisões no grupo.

Para Ranciaro (2016, p.138) “cessar os impasses internos para fortalecer a luta coletiva no embate às esferas de poder não é uma tarefa fácil”, principalmente quando envolve laços

de parentesco e compadrio, como é o caso do TQAT1. Os comunitários tendem a tomar partido levando em conta esses vínculos afetivos e queira ou não resulta em desavenças, brigas familiares difíceis de serem contornadas. A solução de tais situações consome tempo, demanda estratégias de intervenção, envolve diálogos, negociações e, momentaneamente, o foco da mobilização é desviado e compromete o andamento das ações coletivas em favor dos direitos étnico-territoriais. Posso apontar que nesse contexto, a burocracia estatal e os entraves políticos funcionam como mecanismos para minar a confiança nos líderes da associação representativa e enfraquecer a luta coletiva.

Nas narrativas dos comunitários da Tapagem puder notar que cisões na AMD se tornaram mais perceptíveis, a partir de outubro de 2018, com a eleição de uma nova equipe de coordenação. Nesse período, criou-se principalmente por parte de ex-coordenadores uma espécie de oposição a nova gestão e isso dificulta o agenciamento e a votação de pautas. Consta em Ata da Associação Mãe Domingas que:

Aos vinte do Mês de Outubro de Dois Mil e Dezoito, ao Meio Dia na Comunidade Sagrado Coração de Jesus deu-se início a uma Assembleia para troca de Membros da Associação Mãe Domingas, participando da mesma as Comunidades Abuí Grande, Paraná, Santo Antônio, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué [...] fizeram a leitura dos integrantes de cada chapa que iriam concorrer a Associação, após leitura deu-se início a votação ao final conferiu-se os votos na frente dos presentes e a chapa eleita foi a chapa II que foi eleita democraticamente e tem como Coordenador(a) de Relações Comunitárias a senhorita Adriene Silvério dos Santos [...] Coordenador (a) de Articulação a senhora Marinete Silvério dos Santos [...] Coordenador de Finanças o senhor Hélio Sebastião [...] Coordenador de Patrimônio o senhor o Edivan dos Santos [...] Coordenador de Mulheres a senhora Rosevana Vieira [...] Coordenador de Secretaria o senhor Ari Carlos Printes [...], para Conselheiros Edielson Adão [...]; Silvanete Xavier Pires [...]; Oziane Mendes [...]; Rosinaldo Vieira [...]; Maria de Nazaré Colé [...]; Aluizio dos Santos [...]; Clauzemil Silvério [...]; Domingos dos Santos [...] João Marcos [...] Raimundo Campos de Oliveira [...] Alcilene Printes [...] a mesma foi eleita com 83 votos tendo posse as 19:30 horas do dia 20 de Outubro de 2018, seu Domingos chamou a frente todos membros eleitos para proferirem seus discursos, após o agradecimento de todos encerrou-se a Assembleia [...] (TRECHO DE ATA DE REUNIÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 2018, AMD).

Com a escolha dessa nova coordenação, pela primeira vez em 20 anos, duas mulheres chegaram à posição de líderes do coletivo quilombola, o que significa uma quebra na hegemonia masculina à frente da associação, fato que gerou certo descontentamento para um grupo de comunitários. Destaco que as mulheres quilombolas sempre estiverem presente nas lutas e mobilizações da AMD, até chegaram a exercer papel de conselheiras, mas ainda não tinham ocupado funções com poder de decisão. Carneiro (2003) já havia relatado que dilemas como esse sempre aconteceram dentro dos coletivos representativos, inclusive entre as décadas de 1970 e 1980, época do surgimento do Movimento Negro Unificado situações

semelhantes aconteciam dentro da organização, onde as mulheres eram designadas apenas para afazeres tido como domésticos, como varrer, fazer café, limpar o ambiente e outros, como se estas não tivessem capacidade de liderar ou conduzir os debates e lutas.

No decorrer da pesquisa pude observar uma espécie de insatisfação velada por parte de pequeno grupo de comunitários com a nova coordenação, o que resulta em fofocas, desunião e até brigas. Percebi que a contrariedade manifestada sutilmente, principalmente por ex-coordenadores e pessoas próximas a esses, não se dá por motivações políticas e sim por não acreditarem que mulheres quilombolas possam liderar de forma competente a associação representativa. O grupo de descontentes, autointitulado de oposição, aflorou posicionamentos diversos no território, divide os comunitários entre os que apoiam as ações da coordenação e os contrários. De certo modo, tal situação esvazia as reuniões e assembleias, e consequentemente enfraquece a mobilização coletiva.

A Tapagem, por ser a comunidade com maior número de moradores do TQAT1, é também uma das mais participativas nas questões relacionadas aos direitos étnico-territoriais e nas situações que envolvem a coordenação do coletivo. Por várias vezes a comunidade conseguiu indicar moradores como membro da coordenação da AMD, como é o caso dos senhores Santana Cordeiro - primeiro coordenador, Aluizio Silvério, Florêncio Ferreira, a atual coordenadora de Relações Comunitárias, Adriene Silvério, dentre outros.

Para Adriene Silvério, 28 anos, professora, ativista das causas étnico-territoriais e feminista, é difícil lidar com as divergências, mas o trabalho da associação não pode ser focado apenas nas conciliações internas, principalmente porque a luta é em prol do coletivo. A colaboradora reconhece que as mulheres ainda enfrentam muitos obstáculos para ocuparem posições de lideranças, devido as relações patriarcais serem muito consistentes nas comunidades. Assim como em outras comunidades rurais da Amazônia, nas comunidades quilombolas a base familiar é estabelecida a partir da figura masculina, ou seja, a dominação patriarcal⁷⁹ permeia os valores morais e as relações sociais: trabalho, lazer, família, entre outras (MONTEIRO, 2013). O imaginário social e cultural tornou natural associar o papel da mulher ao ambiente privado (casa) e aos serviços domésticos e o homem ao ambiente público, fora do espaço doméstico. Na Tapagem e nas demais comunidades do TQA1 ainda é comum essa divisão, onde o homem é tido como o provedor da família nas relações externas ao lar e a

⁷⁹ O patriarcalismo relaciona-se com a supremacia do ser masculino nas relações sociais, é a relação de um grupo dominante (Homem) considerado superior com um grupo dominado (Mulher, filhos, família) considerado inferior. Nas relações patriarcais, a mulher (inferior) é subordinada em troca de proteção e apoio financeiro dados pelo homem (superior). Faz-se conveniente sobre este tema verificar MIGUEL, Luis Felipe. Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências. 2015. Opinião Pública. Vol. 21, nº3. Campinas e BOURDIER (2012).

mulher é responsável pelo lar, pelos afazeres e pela família, atividades que, muitas vezes, a impedem de acessar a educação escolar, as reuniões/manifestações comunitárias e outras ações que se realizem além do espaço privado (SILVA 2016). Para a atual coordenadora da AMD, essa situação é muito delicada, pois

as mulheres sempre participavam, mas não tinham o poder de decisão, até porque o machismo melhorou, mas antigamente era muito nas nossas comunidades. Os homens achavam que as mulheres só eram pra tá, como eles diziam, na beira do fogão fazendo a comida [...]. As mulheres eram praticamente pra cuidar do marido, achavam que as mulheres eram como uma empregada do marido e quando estavam nas reuniões era pra auxiliar os homens, mesmo que mostrassem capacidade para solucionar questões sempre ocupavam papéis secundários [...] [...] pelo fato de ser mulher, jovem, ainda há muita preocupação, não é tanto dos homens mais novos, mas dos mais antigos. Eu tô sofrendo na pele isso [...] estão preocupados com o rumo da associação, será que ela vai dar conta? Será que ela vai entregar isso aqui pros madeireiros? [...] mas eu acredito que o povo quer mudança, pelo fato de me colocarem pra representar um território que não é pequeno, isso já é uma confiança muito grande, e eu tenho capacidade de mudar, porque eu admiro muito nossos baluartes [...] mas eles já lutaram muito[...] se eles não prepararem esses jovens pra luta, nós vamos sofrer as consequências, porque lidar com o governo lá fora não é fácil, ainda mais com esse governo aí, que não é favorável ao quilombola (Adriene Silvério, entrevista concedida em maio de 2019, em Oriximiná, Pará).

A questão da AMD ser coordenada por mulheres perpassa por questões de poder (FOCAULT, 2009) e as relações humanas são relações de poder que se consolidam por meio do discurso. Ao se falar de discurso, a referência não é um emaranhado de palavras ou frases com significados, mas sim algo que estrutura o imaginário social e que envolve controle. Assim, percebo que o discurso não apenas traduz as dominações e as lutas, mas também pode ser o que motiva as pelejas e conflitos. Assim como em outros coletivos representativos há na AMD uma disputa pela manutenção de diversos discursos, sejam eles étnico-territoriais, culturais, políticos, religiosos ou econômicos, e nesse caso a supremacia do discurso masculino vê-se ameaçada. Ao assumir a posição de líderes, as mulheres demarcam “seus lugares de fala” e passam a protagonizar as lutas políticas e sociais. Conforme Ribeiro (2019) ao fazerem ecoar suas falas, ao emitirem suas opiniões e ideias, principalmente sobre as questões étnico-territoriais, as mulheres quilombolas desestabilizam o discurso da supremacia masculina e fortalecem a luta por direitos e cidadania. Ribeiro (2019) enfatiza que não romper o silêncio, não transcender o discurso paternalista, é legitimar o discurso hegemônico, é aceitar a posição de subalterno e silenciado. Numa tentativa de preservar as relações patriarcais é que os opositores demonstram incômodo e tentam deslegitimar o trabalho das coordenadoras à frente da AMD,

e muitas vezes elas se intimidam. Eu se fosse dá ouvido pra o que os da antiga falaram pra mim quando eu lancei a candidatura. Eu quis recuar, porque muitas vezes aqueles que já estiverem na luta não incentivam. [...] pra mim, nós devemos preparar nossas mulheres não só pra tá na roça e sim pra assumir cargos de lideranças, de vereadora, qualquer cargo que ela se comprometer a assumir [...] (Adriene Silvério, entrevista concedida em maio de 2019, em Oriximiná, Pará).

A situação de descontentamento e desavença abre arestas para que inimigos ou agentes do capital se aproximem e tentem conquistar com propostas “milagrosas” os insatisfeitos e com isso causar mais divisão e conflitos. Com a eleição da nova coordenação da AMD foi exatamente isso que aconteceu, um grupo de madeireiros conseguiu se aproximar e se infiltrar entre alguns moradores com certa influência no território e com promessas de ganhos significativos induziram esses comunitários a fazerem *lobby* junto aos demais moradores das comunidades para aceitarem as ofertas e votarem a favor nas assembleias. A nova coordenação da AMD precisou intervir junto aos quilombolas e esclarecer a real condição desse tipo de projeto. O jornal El País chegou a noticiar a vulnerabilidade das comunidades quilombolas do TQA1 a esse tipo de situação:

A chegada do barco ao quilombo Mãe Domingas, que só pode ser acessado com a obtenção de uma permissão especial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade por estar dentro da Reserva Biológica do Rio Trombetas, coincide com o final de uma consulta em assembleia. A votação vem depois de ter sido discutida uma proposta de uma empresa madeireira para explorar o território em troca de uma renda, o que parece fabuloso. Então, alguém comunica o resultado da votação para os recém-chegados: 15 a favor da proposta dos madeireiros, 100 contra. Embora seja uma representação modesta de todas as seis comunidades (Tapagem, Mãe Cué, Abuí, Sagrado Coração de Jesus, Santo Antônio e Paraná do Abuí, que compõem o território quilombola englobado na associação Mãe Domingas, coordenada por Drica, uma jovem líder comunitária de 29 anos), este resultado é significativo. Significa a vitória das teses que Drica defende. Mãe Domingas, o território quilombola onde vive Drica, está entre os mais pobres dos oito que existem na região do rio Trombetas. [...]. Existem aqueles que propõem alternativas econômicas à chegada de uma madeireira estrangeira que, com um modelo de exploração predatória, em poucos anos poderá distribuir uma renda que parece fabulosa, mas não é. Muitos acreditam que, uma vez que acabem com as preciosas árvores do lugar, a madeireira começará a destruir o próximo pedaço de floresta, deixando um rastro de superexploração, desestruturação social e, por fim, tristeza, corrupção e morte. Drica, e muitos como ela, não querem sequer abordar argumentos que falam da qualquer exploração madeireira. Eles tomaram uma decisão na assembleia e agora só querem administrá-la (EL PAÍS, 18.07.2019)⁸⁰.

Sem a titulação definitiva do território, além de impedidos de praticar as atividades agroextrativas de sustento, sem acesso a políticas públicas e sem fonte renda, as comunidades ficam vulneráveis a intervenções desse tipo e mais, muitos comunitários se veem seduzidos

⁸⁰ Matéria “Os defensores da floresta: Drica: Defender o território para as gerações futuras significa resistir”, de Francisc Badia I Dalmases, publicada por El País, em 19.07.2019. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/2019/06/06/actualidad/1559834213_856847.html>.

pelas poucas vagas de trabalho ofertadas pela MRN e bases fluviais de IBAMA e ICMBio, fato que também gera discussões entre os moradores. Existem aqueles que são contrários a qualquer tipo de proximidade ou negociata com a mineradora, assim como outros acreditam que a AMD deveria exigir mais oportunidades de trabalhos e outros investimentos. Para a coordenadora da AMD, Adriene Silvério, a situação é mais complicada do que parece, tudo deve ser apresentado e discutido com cautela em reuniões/assembleias. Nenhum tipo de projeto vem de “mão beijada”, ao contrário, tudo faz parte do “jogo de forças” e a empresa de mineração se beneficia disso para avançar com a exploração no território.

[...] em seus 40 anos de existência, a mina oferece oportunidades de trabalho aqui e ali, e distribui alguns serviços à comunidade para ganhar seu apoio, especialmente depois da titulação de algumas das terras em favor dos quilombolas, para contemplar a expansão de sua atividade extrativa. A realidade é que eles investem minimamente em saúde e educação, por exemplo, nas comunidades quilombolas, talvez simplesmente a parte que é obrigatória segundo a legislação ambiental, mas são migalhas quando comparadas aos benefícios que uma mina desse porte traz para seus (EL PAÍS, 18.07.2019)

Como destaquei em ponto anterior, as dissonâncias internas do movimento coletivo geradas pela burocracia estatal, pelos entraves políticos no decorrer do processo de titulação provocam insegurança nos comunitários, deixando-os cada mais vez mais suscetíveis a propostas externas. A AMD tenta solucionar os impasses internos, como aconteceu com a questão dos madeireiros e mesmo com amplo apoio dos comunitários, os coordenadores do coletivo percebem as investidas de empresários e da MRN como ameaças à mobilização coletiva e como estratégia para desestabilizar a união do grupo em torno da luta.

[...] logo no início que nós entramos pra administrar o território, [...] já tinha um passo encaminhado com uma empresa de madeireiro, mas foi tomado uma decisão em assembleia, o povo decidiu que não ia aceitar o empreendimento. Aí hoje a gente tá sofrendo uma pressão por conta do turismo, [...] um grupo de pessoas quer trabalhar o turismo, mas como aqui é um território coletivo, a gente tem que levar ao conhecimento de todas as comunidades pra poder ver se elas concordam ou não concordam que se possa trabalhar o turismo. Aí com isso a gente sofre muita pressão, porque eles dizem que durante 18 anos nunca a Mãe Domingas trouxe um projeto [...] pra dentro do território pra ajudar as famílias, aí como que tipo, a culpa lá do passado eles jogam no presente, como se a gente tivesse impedindo de vim o projeto. Nenhum momento a gente impede de vim um projeto, ainda mais um projeto que vier trabalhar de maneira sustentável, claro que a gente apoia, mas já que o território é coletivo e essa associação representa as seis comunidades, eu acho que tem que ter esse entendimento de que possa ir pra todas as comunidades, que possa envolver todas (Adriene Silvério, entrevista concedida em dezembro de 2019, Comunidade Tapagem).

A concessão de ajudas ínfimas, se considerados o crescimento e arrecadação empresa, induz alguns moradores a acreditarem que sairiam beneficiados numa possível negociata diretamente com a mineradora. Por outro lado, existem comunitários que são contrários a qualquer tipo de parceria entre o coletivo quilombola e a MRN ou órgãos como o IBAMA e o ICMBio. Os líderes quilombolas veem-se mais do que nunca empenhados em encontrar “práticas cotidianas de resistência” para manter seu território e garantir a reprodução de seus modos de vida (OD’WYER, 2010) e com isso tentar dissolver as contradições internas. A narrativa do senhor Dometílio Xavier é bem significativa para um entendimento dessa situação:

Como que pobre luta com rico? São mais de vinte anos nessa luta. A maioria concorda em esperar, mas eu não concordo, porque só jovem vai ter lucro, nós velhos estamos morrendo tudo e não vamos ver nada de titulação. A luta é essa, mas não estamos tendo lucro. Quem é contra [a titulação] é o governo, a mineradora não tem nada a ver com isso, ela [MRN] tem até uma parceria boa com nós. Sem título nós não somos dono, os velhos tão morrendo tudo e eu não vejo nada sair, no meu entendimento já era pra nós ter negociado com eles [MRN], nós estamos perdendo tempo, no fim nós ficamos preso aqui, sem direito a nada (Dometílio Xavier, 2019, [Grifo nosso]).

A maioria dos comunitários adeptos do discurso de maior proximidade com a MRN são aqueles que ocupam algum cargo na mineradora ou nas empresas terceirizadas e mais uma vez vale destacar que são vagas em número reduzido e com os salários mais baixos. Alguns chegam a defender que “dos males o menor, pelo menos a MRN dá trabalho [emprego]”, outros comunitários rebatem: “dá muito é trabalho [dor de cabeça] pra gente, porque ganho não tivemos ainda. Cercou nossas terras, polui nosso rio, derruba nossas matas, mata os bichos, destruiu nosso modo de viver. Quem levou a melhor?” (Chica Cordeiro do Carmo, entrevista concedida em 15 de dezembro de 2019, comunidade Tapagem, [Grifo nosso]). Conforme Scott (2002), talvez a arena mais durável e mais vital de conflitos de classe seja essa que acontece no cotidiano, onde ocorre a luta por autonomia, por direitos e respeito, onde alguns são contrários e outros a favor das ações coletivas. Para os quilombolas, que operam em desvantagem estrutural e sujeitos a perdas constantes, conservar a coesão do grupo pode ser a única opção de luta e resistência disponível. “A resistência desse tipo não descarta [...] os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção [...]. Para os camponeses [...] enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes” (SCOTT, 2002, p. 11).

Deve ficar claro que resistência não é simplesmente qualquer coisa que os camponeses fazem para manter a si próprios e as suas famílias. [...] Uma das questões-chaves que devem ser colocadas sobre qualquer sistema de dominação é em que medida ele é eficaz em reduzir a ação dos indivíduos das classes subordinadas a estratégias puramente auto-referentes, destinadas a garantir sua sobrevivência. Certas combinações de atomização, terror, repressão e pressão de necessidades materiais podem, de fato, alcançar o mais elevado sonho de dominação: ter os dominados explorando-se uns aos outros (SCOTT, 2002, p. 30).

No caso das comunidades quilombolas do TQAT1, as formas cotidianas de resistência são fundamentais na luta pelos direitos étnico-territoriais, especialmente porque há permanente esforço do governo e de empresários em desencorajar as mobilizações e a associação coletiva. As investidas ou propostas financeiras se aceitas, mesmo que por um pequeno número de quilombolas, podem representar um passo em direção ao enfraquecimento do movimento coletivo e a desunião do grupo. Numa tentativa de dissolver as pressões sofridas pelos comunitários, conciliar as demandas do grupo e dar celeridade aos trâmites finais da titulação, a atual coordenação da AMD buscou uma maior proximidade com a MRN e com ONGs patrocinadas pela empresa.

Esse movimento de aproximação com a mineradora e seus conveniados desagradou uma parte dos quilombolas e provocou um distanciamento da parceira de anos, a CPI-SP. Conforme Adriene Silvério (2019), as relações não foram rompidas, a CPI-SP ainda auxilia nas ações do coletivo, *“mas chegamos em um ponto que precisamos lutar para conseguir o título do território, já batemos muito de frente e sempre saímos em desvantagem. Nós precisamos expandir a nossa luta e é aí que a mineradora oferece apoio”*.

Nossa aproximação com a mineradora foi no sentido de avançar um diálogo pra amenizar nossas perdas. [...] a forma de apoio que eles dão são passagens para garantir nossa participação em eventos relacionados a questões de titulação, mas além disso eles apoiam doando alimentação, doando os transportes para as comunidades se locomoverem até os locais de reunião [...] e como a mineradora tem pretensão pelo nosso território, mas ainda não tá tirando minério [...] nós conseguimos junto do Ministério Público firmar um documento com a mineradora que durante ela estiver [explorando a região] no Trombetas ela irá ajudar a gente nesse processo de titular o território e no que mais a gente precisar (Adriene Silvério, entrevista concedida em dezembro de 2019, Comunidade Tapagem, [Grifo nosso]).

É compreensível que cada coordenação da AMD tenha metas e estratégias político-sociais específicas e diante de circunstâncias impostas pela realidade, os líderes permaneçam ou precisem rever seus posicionamentos a fim de solucionar situações do cotidiano. De certo modo, a partir dos diálogos observei que no momento em que a atual gestão se viu diante da

pressão de agentes do capital e do “encantamento” dos quilombolas com a possibilidade de obter renda, justamente nesse ponto, houve uma mudança no modo de atuar da AMD. A postura combativa baseada na mobilização comunitária, característica da AMD até então, é substituída por uma atuação diplomática focada no diálogo político-institucional (Estado, empresas e ONGs). “Desta forma, se desloca o foco da luta da esfera do local e da organização na base social para uma ordem mais abstrata, sem mobilização social. Uma luta pelo território, mas fora do território” (WANDERLEY, 2008, p. 128). Esse “novo” modo de lutar do coletivo quilombola pode ser considerado uma estratégia da AMD, e assim como pode “amenizar as perdas e expandir a luta”, como mencionou Adriene Silvério, pode também aproximar “inimigos”, distanciar a base comunitária e ainda dispersar o grupo.

A gente como liderança a gente tem que ter um serviço de base, o serviço de base é você tá conversando com os coordenadores das comunidades, esse coordenador da comunidade é pra conversar com as gerações, fazendo as reuniões com todo mundo pra poder o povo ficar sabendo o que tá acontecendo, pra ficarem inteirado. Hoje nós estamos tendo dificuldade em reunir os comunitários em número grande, falta quórum, isso é ruim porque nas assembleias precisa de cinquenta por cento mais um do percentual das comunidades pra aprovar as coisas em assembleia, aí a gente registra em ata, mas isso enfraquece a luta. Eu tenho dito [...] que a gente não tem que pensar só lá fora, temos que incentivar nosso povo a se manter firme na luta, porque na hora de uma manifestação que tu precisas do povo, o povo tem que tá do teu lado (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019)

A força do movimento político-organizacional do TQAT1 decorre diretamente do apoio vindo das bases. As movimentações ou estratégias adotadas pela associação representativa, ainda que apresentadas às seis comunidades do território, nem sempre são unânimes. Ao que tudo indica, as dissonâncias e as situações conflitantes comuns em outros movimentos sociais populares também aconteceram e acontecem nas ações mobilizatórias protagonizadas pelos quilombolas, e de acordo com as considerações de Thompson (1987, p.149) questões semelhantes a essas podem ser entendidas se considerarmos que o movimento organizativo é construído no decorrer dos acontecimentos, a partir das experiências reais dos próprios atores históricos e “a classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo histórico real”.

Com relação ao diálogo político-institucional da AMD, especialmente com as ONGs, em conformidade com Wanderley (2008) é preciso atenção quanto a aporte de capital e as filosofias políticas, para que não ocorra um “processo de ONGzação” semelhante ao que ocorreu com a ARQMO onde

[...] mudaram-se as formas de luta, de organização social e os objetivos do movimento, que se direcionou para a gestão dos recursos financeiros e a promoção de projetos sociais de desenvolvimento. Tudo indica que o movimento quilombola de Oriximiná se engessou nas amarras da burocracia e acabou dominado pelo pensamento e a lógica das ONGs, correndo o risco de se tornar dependente destas (WANDERLEY, 2008, p. 127-128).

Essa aproximação de movimentos populares de resistência na Amazônia com as organizações não-governamentais, inclusive do coletivo representativo dos quilombolas de Oriximiná, se inicia ainda na década de 1980 com o contexto de redemocratização no país, como já pontuei anteriormente. Desde então há uma forte tendência das associações representativas, e a AMD seguiu pelo mesmo viés, em aderir a discursos ambientalistas, de gestão territorial e a parcerias de ONGs e outras instituições nacionais e internacionais. A adesão ao discurso que une direitos étnicos-territoriais e justiça ambiental não deixa de ser uma estratégia de resistência e “permite aos movimentos [...] associarem suas questões locais a demandas mais gerais da sociedade. Reside aí a possibilidade de redefinirem-se as reivindicações e os interesses [...], dando maior visibilidade às lutas sociais e tecendo novas alianças políticas [...]” (WANDERLEY, 2008, p. 130). Num contexto mais recente, a coordenação da Mãe Domingas passou a desenvolver projetos em parcerias com a Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM)⁸¹, Instituto de Manejo e Certificação Agrícola e Florestal (IMAFLOA)⁸² e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)⁸³ e manteve a aliança com a CPI-SP.

Com a adoção dessa estratégia e com a assessoria das ONGs se objetiva implementar projetos alternativos onde a prioridade seja o manejo coletivo da terra e dos recursos naturais, a preservação ambiental, a diversidade cultural e, sobretudo, a proteção e controle de territórios tradicionais. Contudo, esses mesmos temas também são incorporados as estratégias discursivas das grandes corporações capitalistas e grupos de interesses, que além de visualizarem o espaço amazônico como a última fronteira do capital e do capital natural (BECKER, 2004), na maioria das vezes são também os grandes investidores dos projetos de

⁸¹A ECAM atua desde 2002 pela integração entre desenvolvimento socioeconômico e equilíbrio ambiental. Promove ações de capacitação para que as comunidades tenham instrumentos de proteção ambiental e adquiram conhecimento sobre a sua região. Disponível em: <<https://www.ecam.org.br>>.

⁸² O IMAFLORA, criado em 1995, é uma organização brasileira sem fins lucrativos, que objetiva promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário. Disponível em: <<https://www.imaflora.org.br>>.

⁸³ O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que desenvolve por finalidade o desenvolvimento de pesquisa para promover a conservação e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Disponível em: <<https://amazon.org.br>>.

sustentabilidade e conservação idealizados pelas ONGs⁸⁴. Um exemplo disso é o Programa Território Sustentáveis⁸⁵ desenvolvido de modo integrado pela ECAM, IMAZON e Agenda Pública, do qual a MRN é uma das patrocinadoras e as comunidades quilombolas do território Alto Trombetas 1 são participantes.

A percepção suscitada sobre essa questão é que as estratégias discursivas para controlar uma mesma territorialidade são parecidas, porém com finalidades distintas. Uma busca proteger o território e resistir aos ataques e ameaças de grupos de interesses capitalistas; a outra visa o controle territorial, o domínio e exploração dos recursos naturais. O conflito socioambiental evidencia-se e desvela dois projetos antagônicos para uma mesma territorialidade, onde não há entendimentos entre os envolvidos e a adesão a um, indiscutivelmente, conduz a extinção do outro. Nesse embate, tem prevalecido um projeto hegemônico orquestrado por grandes corporações capitalistas e pelo Estado, que necessariamente demanda “resistência e contraprojetos” para manutenção e gestão dos territoriais tradicionais (ELIAS, 2006; WANDERLEY, 2008).

Em meio a expropriações, conflitos, *intrusão*, pressões, ameaças, ações reivindicatórias, contradições, dissonâncias e mobilizações organizativas, as comunidades quilombolas do Alto Trombetas 1 permanecem em seus territórios e dão continuidade à luta para assegurarem seus direitos de cidadãos. A resistência, embasada na memória e história dos antepassados, acontece no cotidiano, quando os quilombolas da Tapagem e das demais comunidades do Alto Trombetas 1 não aceitam a usurpação das *terras tradicionalmente ocupadas* e se dispõem a enfrentar as ações e projetos do Estado e grupos de interesses capitalistas. Adriene Silvério (2019) enfatiza: “*não estamos dispostos a deixar nada, nem ninguém tirar nosso território, nossa liberdade, a luta é essa*” (entrevista concedida em dezembro de 2019, Comunidade Tapagem).

Os quilombolas do Alto Trombetas 1 têm assegurados os direitos étnico-territoriais, o acesso a políticas públicas, às práticas e manejo coletivo dos recursos naturais e reprodução cultural por inúmeros dispositivos legais nacionais e internacionais e as ações organizativas

⁸⁴ Não é objetivo do trabalho analisar ou discutir a responsabilidade ou compromisso social, os valores éticos e atuação ou contradições de ações dos institutos e organizações mencionados. São organizações reconhecidas nacional e internacionalmente por inúmeras ações, pesquisas e projetos e para tecer uma análise mais apurada a respeito das mesmas seria necessário um aprofundamento maior, o que não foi possível.

⁸⁵ As ações desse projeto se voltam para a consolidação de um plano de gestão territorial das comunidades quilombolas de Oriximiná. O Programa Território Sustentáveis, desenvolvido por fases Plano de Vida e Fundo Quilombola, conta com a parceria da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e associações dos territórios, entre elas a Associação Mãe Domingas, representante do TAQT1. No decorrer das ações são elaborados documentos com a participação das comunidades e envolvem temas como cultura, educação, fortalecimento institucional, habitação, geração de renda, meio ambiente e saúde, que podem ser revistos a cada dois anos. Disponível: <<http://ecam.org.br/>>.

de luta e resistência dos quilombolas do TQAT1 giram em torno da concretude desses direitos e na consolidação da autonomia dos *territórios etnicamente configurados*. A narrativa do quilombola Aluízio Silvério (2019) enfatiza diversos aspectos que consubstanciam a luta pelo *território etnicamente configurado*:

Aqui é meu mundo, minha vida tá toda aqui. Minha família tá toda aqui, nasci aqui, gosto daqui, isso aqui é meu mundo, só a morte me tira daqui. Eu aviso as pessoas que as coisas lá fora não são como aqui, aqui você come seu peixe, sua carne, fruta tá estragando aí, você toma banho no rio, lá pra fora não é assim, se você quiser uma manga você tem que comprar, se você quiser dormir bem e com segurança precisa de casa ou apartamento bom. Aqui eu durmo é de portas abertas, assim é minha vida, não tenho pretensão de sair daqui. Aqui a gente vive em harmonia, tem umas intrigas família, mas tudo se resolve, porque aqui é tudo parente, se brigam de manhã de tarde já tão na mesma canoa e comendo no mesmo prato. A titulação é para manter isso, manter o território, manter a cultura que os antepassados deixaram pra nós, manter essa cultura de solidariedade, de amor um com outro, isso aí pra fora não existe mais, eu digo não vamos deixar se perder isso, porque se não nós estamos ferrados (ALUÍZIO SILVÉRIO, entrevista concedida na comunidade Tapagem, em 15 de dezembro de 2019).

Os agentes sociais do Alto Trombetas 1 lutam pela manutenção dos espaços de vivências, do modo de viver e pela reprodução cultural. Ao organizar a mobilização coletiva para buscar a efetividade do regramento jurídico, os quilombolas deixam de ser meros figurantes diante das políticas de dominação e controle, passam a ser sujeitos ativos, construtores de sua história, que confrontam com suas reivindicações as instituições normativas. Por fim, as interpelações e todas as ações voltadas à mobilização coletiva são dispositivos para manter uma territorialidade, um espaço que agrega, guarda e conta sobre vivências, experiências, práticas e saberes. Para os quilombolas do Abuí, do Paraná do Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, do Sagrado Coração, da Mãe Cué e Tapagem esse território representa uma dimensão viva ao qual os quilombolas estão conectados, é mais que um pedaço de terra (limite físico/geográfico) com valor econômico, é *território de resistência*, memória, história e luta, é espaço de liberdade e vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas existentes em Oriximiná são descendentes de africanos escravizados, que em meados de 1800 fugiam das propriedades e fazendas de Belém, Santarém, Alenquer e Óbidos e se abrigavam ao longo do rio Trombetas e afluentes. Esse grupo social encontrou na floresta refúgio e liberdade para a construir uma nova vida, baseada na pesca, na caça, no cultivo de roças, no extrativismo vegetal, nas trocas comerciais de produtos da floresta e no uso coletivo da terra. Falar das comunidades de quilombos do rio Trombetas é acessar uma história marcada por conflitos e lutas. É adentrar um “território de memórias vivas” que revela vivências marcadas por perseguições e resistências (FUNES, 2003).

Após um longo período usufruindo desse *território etnicamente configurado*, os quilombolas passaram a sofrer processos de usurpação territorial, desterritorialização, deslocamentos compulsórios, *intrusão* e uma série de ações político-econômicas elaboradas por sujeitos sociais e institucionais. Nenhum dos instrumentos hegemônicos elencados, mesmo que amparado por dispositivos legais, foi capaz de desestruturar o modo de viver e as relações de solidariedade, os laços de pertencimento, a identificação étnica, os vínculos simbólicos-afetivos com o território e conforme Escobar e Pardo (2005) nas últimas décadas a tendência em diversas partes do mundo é que as florestas nacionais e territórios de ocupação tradicional, inclusive na Amazônia, sejam alvos de investidas do capital.

Na região do rio Trombetas esse “ataque” se concretiza a partir da década de 1970 quando diversas *comunidades tradicionais* são deslocadas de seus espaços de moradia e de trabalho para não “atrapalhar o avanço do progresso” e com isso projetos governamentais e privados, voltados principalmente para a extração de minério, a construção de hidrelétricas, estradas/rodovias e zonas de “proteção” ambiental são implantados. Diante de tantas questões, no final da década de 1970, os quilombolas passaram a defender o território e organizaram-se em associação representativa – a ARQMO - e passaram a reivindicar os direitos de *remanescentes de quilombo*, assegurados pelo Art. 68 do ADCT.

Em 1995, a comunidade de Boa Vista recebeu a primeira titulação coletiva de terra de quilombo no Brasil, fato que marca a trajetória de luta, fortalece a mobilização coletiva e favorece a regularização fundiária de outras comunidades. De 38 comunidades quilombolas existentes em Oriximiná, 22 são tituladas e as outras 16 ainda aguardam a conclusão dos processos de regularização fundiária, entre essas estão as comunidades - Abuí, Paraná do

Abuí, Santo Antônio do Abuizinho, Mãe Cué, Sagrado Coração e Tapagem – que compõem o TQ Alto Trombetas 1, onde o estudo se desenvolveu.

Na presente narrativa o intuito maior era analisar as ações organizativas de luta e resistência no âmbito do processo de titulação fundiária enfrentado pelos quilombolas do TQAT 1. A comunidade Tapagem foi tomada como *lócus* da pesquisa e a partir de uma perspectiva interdisciplinar e etnográfica construiu-se reflexões acerca da ocupação territorial local, dos processos de desterritorialização, deslocamento compulsório, *intrusão* e ações organizativas de luta e resistência em favor da regularização fundiária desse TQ.

A luta dos agentes sociais do TQAT1 para frear o avanço de atividades minerárias, a criação de unidades de conservação, as concessões florestais sobre seu território e efetivar seus direitos étnico-territoriais se arrasta desde 2003, quando o processo de reconhecimento e titulação definitiva foi iniciado junto ao INCRA. O cenário de disputa pelo controle territorial impele os quilombolas a mobilizarem-se coletivamente e confrontarem as investidas dos agentes políticos e econômicos em defesa do território. Assim como Wanderley (2008, p. 138) entendo que os conflitos e as ações de mobilização “são processos dialéticos e interdependentes que não podem ser dissociados um do outro”, pois ora os conflitos causam reações nos agentes sociais da Tapagem e do TQAT1, ora as ações organizativas do coletivo que deflagram os conflitos.

A principal ação de mobilização coletiva engendrada pelos quilombolas do Alto Trombetas 1, em meu entendimento, é a fundação, no ano 2000, da entidade representativa do território, a Associação Mãe Domingas. A AMD, além de instrumento político e de luta, é o espaço onde se elabora a resistência e se organizam ações de luta. É o meio que os agentes sociais usam para defender seus interesses, transpor as estruturas e as relações desiguais de poder, para reivindicar direito à cidadania, a justiça social e ambiental (SADER, 1988). A relevância da associação representativa é inegável para a coesão coletiva, para o agenciamento das pautas, os rumos do movimento e as estratégias de luta perante os obstáculos. Inclusive cabe a associação coletiva identificar os “inimigos” e ameaças e elaborar ataques ou contragolpes. Aqui não me refiro à reações violentas e sim a ações estratégicas de resistência.

Nesse embate, de um lado está o capital e o Estado empenhados em consumir o controle jurídico-político da terra; de outro, os quilombolas, representados pela AMD, em busca da consumação de seus direitos e da manutenção do espaço territorial. De fato, o palco da disputa é o território, mas os interesses dos grupos são antagônicos, envolvem várias dimensões (sociais, ambientais, culturais, históricas e econômicas). O IBAMA e o ICMBio

defendem a “preservação” e o “uso consciente” dos recursos ambientais, o INCRA, a manutenção ou delimitação dos assentamentos, a MRN têm interesses econômicos nas reservas minerais, as UMFs visam os lucros da exploração florestal, todos estão incluídos na lógica capitalista e centrados na reprodução do capital. A Tapagem, assim como as outras comunidades que compõem o TQAT 1, tem interesse no espaço simbólico-afetivo, no território histórico-cultural, onde os recursos naturais estão territorializados e são importantes para o uso coletivo e reprodução social, mas não se sobrepõe a significância desse *chão de vivências*.

Esse jogo de forças, interesses e poderes atinge fortemente o processo de titulação fundiária do TQAT 1, que se prolonga por quase duas (2) décadas. A atuação da AMD é decisiva para as conquistas e avanços, no período de 2003 a 2018 foi possível identificar as seguintes ações do coletivo representativo: engajamento para a titulação parcial do território, colaboração direta da AMD para a elaboração do RTID, parcerias com organizações não-governamentais e governamentais (CPI – SP, INCRA e MPF) para publicação do RTID, reivindicações jurídicas por meio de Ação Civil Pública, negociações com agentes sociais institucionais (INCRA, ICMBio, FCP e outras) para publicação do RTID, atos públicos em aliança com indígenas para efetivação de direitos étnicos-territoriais, protestos reivindicando cumprimento da ACP, publicação nos meios de comunicação locais de cartas de repúdio e reivindicatórias, negociações direta com agentes institucionais para a publicação da Portaria de Reconhecimento territorial, debates e assembleia para rejeitar propostas de madeireiros e adesão a assessoria de ONGs com objetivo de implementar projetos alternativos para manejo, proteção e controle do território.

Diante de todas as questões que envolvem a regularização fundiária do TQAT 1, finalmente percebo que o “jogo de forças” para arrastar o processo por quase 20 anos é, de fato, uma estratégia do Estado e de grupos de operadores do capital para o controle territorial, uma tática que lentamente “cansa” os quilombolas, desgasta as relações, a coesão social e o movimento coletivo. A titulação definitiva das terras das comunidades quilombola do Alto Trombetas 1 não é interesse e nem prioridade do Estado e o contexto político nacional não corrobora com a conclusão do processo, principalmente porque o atual governo tem feito sérios ataques aos direitos étnicos (indígenas e quilombolas), desmontado os órgãos e agências voltados a regulamentação territorial, fundiária, ambiental e às políticas de igualdade racial. Chegou-se a um momento difícil, de paralisia total no processo, as ações coletivas de reivindicação precisam ser estrategicamente elaboradas, contudo, a decisão dos quilombolas da Tapagem e das demais comunidades do TQAT1 é lutar, resistir, mobilizar e confrontar

com suas presenças e reivindicações as instituições normativas. O silêncio momentâneo pode ser uma estratégia da AMD, mas não significa inércia, pois há muito os quilombolas tornaram-se “*senhores do rio*”, “*senhores dos seus caminhos*”, deixaram de ser meros figurantes diante das políticas de dominação e controle, passaram a ser agentes ativos, “*senhores de sua história*” e ao que tudo indica “*não estão dispostos a deixar nada e nem ninguém lhes tirar o território, a liberdade*”.

A intenção aqui não foi chegar a conclusões definitivas a respeito das ações organizativas de luta e resistência engendradas pelos quilombolas no decorrer do processo de titulação fundiária do TQAT 1, pelo contrário, tentei levantar questões, sugerir reflexões e construir respostas válidas para o fato social estudado. Ao produzir a presente narrativa o pensamento se voltou para a possibilidade de somar forças a um conjunto de iniciativas a fim de amplificar a visibilidade e as vozes de luta e resistência tão presentes nas comunidades do TQAT 1. Ponderei também a oportunidade de expor a realidade sociocultural e política vivenciadas por esses agentes sociais, além de contribuir com trabalhos futuros, não porque apresento respostas definidoras e sim por trazer as vozes dos próprios atores envolvidos. Essas vozes contam vivências, “acontecimentos, situações, condições causadas ou sofridas pelos contadores das histórias, interpretações de mundo nascidas das experiências deles no processo de o transformarem num mundo melhor” (Santos, 2009, p. 21). São vozes autoexpressivas que simultaneamente revelam sentimentos coletivos e pessoais, falas estridentes construídas no ressoar de histórias e memórias das gerações passadas e nas lutas e resistências concretas do presente. São vozes insurgentes e contra-hegemônicas, que aspiram dignidade, igualdade, direitos e, sobretudo, demarcam esse “*território de resistência*”.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiões dos matos e rios**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **No Caminho das Pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará**. Belém: NAEA/UFPA, 2ª Ed., 2004.
- ACEVEDO, Rosa; GOMES, Flávio. **Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII)**. São Paulo: Revista de História/USP, n. 149, pp. 69-107, 2003.
- ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras**. Editora: EDUFAC, 2005.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). **Uwakürü: dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.
- ALI, Tariq; BARSAMIAN, David. **Imperialismo e Resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **“Terras de preto, Terras de Santo, Terras de índio – uso comum e conflito”**. In: Castro, E. e Hebette, J. (orgs). **Cadernos do NAEA**, nº10, 1989.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização de movimentos sociais**. Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, maio 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base do lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília, DF. Edições Ibama, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ª ed, Manaus: PPGSCA– UFAM, 2008a.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008 b.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as Novas Etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, Maria da Conceição. **Borboletas, homens e rãs**. Dossiê: Entre Natureza e Cultura. São Paulo: Margem. No 15, P. 41-56, Jun. 2002.

ANDRADE, Lúcia M. **Os Quilombos do rio Trombetas**. Revista de Antropologia. v. 38 nº 1, São Paulo: USP, 1995.

ANDRADE, Lúcia M. **Os quilombos da bacia do Rio Trombetas**. São Paulo: CPI – SP, 2011.

ANDRADE, Lúcia M. Quilombolas em Oriximiná: desafios da propriedade coletiva. In: GRUPIONI, Denise Fajardo; ANDRADE, Lúcia M. M. (Orgs). **Entre Águas Bravas e Mansas: Índios e Quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: CPI- SP/ IEPÉ, 2015.

ARCHANJO, Elaine Cristina O. F. **Oriximiná Terra de Negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013)**. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM. 2015.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra na Amazônia (sécs. XVII – XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A Miséria do Mundo**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora. 2003.

CASTRO, Edna Ramos de. **Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência**. In: CASTRO, Edna Ramos (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CAMPOS, J. N. **Terras de Uso Comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial**. Florianópolis: UFSC, 2011.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Terras quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças**. 1ª ed., São Paulo, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo, Saraiva, 2002.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil], Brasília – DF, 20 de abril de 2004. Seção 1, p.4.

CORRÊA, Silvia da Silva. **“E continuamos a ser escravos na nossa própria terra”** – a reprodução subordinada dos quilombolas do Rio Trombetas ao capital-trabalho e as

transformações no território. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Velho: UFRO, 2016.

DIEGUES, A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DUQUE, Adauto Neto Fonseca. **Boa Vista e Moura** – terra de quilombos – e o Grande Capital – uma incômoda presença. Dissertação (Mestrado em História Social). Fortaleza: UFC. 2004.

ELIAS, N. **Escritos e Ensaios 1**: Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Mauricio. Movimentos Sociais e Biodiversidade no Pacífico Colombiano. In Santos, Boaventura. Semear outras Soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio: Civilização Brasileira. 2005.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 2. ed. Tradução Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FARIAS, Marcos Alan Costa. “**Grupo cultural encanto do quilombo**”: uma etnografia da prática musical. Dissertação (Ciências Humanas). Manaus: UEA, 2018.

FARIAS JJÚNIOR, Emmanuel de Almeida. “**Tambor Urbano**”: Deslocamento Compulsório e a Dinâmica Social de Construção da Identidade Quilombola. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus, UFAM. 2008.

FARIAS JJÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Territórios Conquistados e Megaprojetos Inconcludentes**: Quilombolas de Cachoeira Porteira. São Luis: Editora UEMA, 2019.

FARIAS JJÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Unidades de conservação, mineração e concessão florestal: os interesses empresariais e a intrusão de territórios quilombolas no rio Trombetas. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida et al (Orgs.). **Territórios quilombolas e conflitos**. Cadernos de Debates Nova Cartografia Social. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Cóllege de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18ª ed. São Paulo: Edições Louyola. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Edições Geral, 2008.

FONSECA, Aroldo Correa. **Unidades de Conservação e Comunidades Remanescentes de Quilombo no Alto Trombetas**: A Busca de Soluções para Conflitos Territoriais. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, 2015.

FUNES, A. Eurípedes. “Mocambos do Trombetas: memória e Etnicidade (séculos XIX e XX)”. In: Gomes, Flávio & Del Priore, Mary (Orgs). **Os Senhores dos rios – Amazônia, Margens e Histórias**. São Paulo: Elsevier, 2003.

FUNES, A. Eurípedes. Comunidades Mocambeiras do Trombetas. In: GRUPIONI, Denise Fajardo & ANDRADE, Lúcia M. M. **Entre Águas Bravas e Mansas: Índios e Quilombolas em Oriximiná**. CPI- SP/ IEPÉ: São Paulo, 2015.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional: Brasília, INL, 1976.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GOMES, Flávio; QUEIROZ, Jonas Marçal de. “**Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia**”. In: Mary Del Priore e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GOMES, Flávio. A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (sécs. XVIII e XIX). São Paulo: ed. UNESP: Ed. Polis, 2005, p. 49.

GOMES, Flávio. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUSFIELD, Joseph R. *Community: a critical response*. New York, Evanston, San Francisco: Harper & Row Publishers, 1975.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p. 6774-6792.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio DE Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Otacvivo. **A Amazônia em face do capitalismo**. Belém, 1979.

IANNI, Otacvivo. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IORIS, E. M. **Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia**. Florianópolis: UFSC, 2014.

LEITE, I. Boaventura. Humanidades Insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida et al (Orgs.). **Territórios quilombolas e conflitos**. Cadernos de Debates Nova Cartografia Social. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

LEITE, I. Boaventura; MOMBELLI, Raquel. **Boletim Informativo do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas** - NUER. v. 2, n° 2. Florianópolis, NUER/ UFSC, 2005.

LEITE LOPES, S. **Sobre o Processo de “Ambientalização” dos Conflitos e sobre Dilemas da Participação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002.

MACHADO, R. Mineração e Globalização In: FERNANDES, F. et. al. (Org.) **Tendências Tecnológicas Brasil 2015: Geociências e tecnologia mineral**. Rio de Janeiro: CETEM / MCT, 2007, p. 211-244.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MARTINS, J. S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. In: **FAMECOS**. Porto Alegre, n. 15. Ago. 2001. p. 74-82.

MAFFESOLI, Michel. **Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MAUÉS, Raymundo Herald. **Padres, Pajés, Santos e Festas: Catolicismo popular e controle eclesial**. Belém: CEJUP, 1995.

MAUÉS, Raymundo Herald. **Comunidades “no sentindo social da evangelização”**: CEBS, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro. 2010.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTEIRO, K. dos S. **As Mulheres Quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: UFPB, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. São Paulo: Bertrand Brasil. 2009.

NEPOMUCENO, Ítala Tuanny Rodrigues. **Conflitos territoriais entre comunidades tradicionais e concessões florestais: um estudo de caso a partir da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Oriximiná, Pa.** Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia). Santarém: UFOPA, 2017.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. A Utilização de Meios Alternativos de Solução de Conflitos em Processos de Territorialização: Casos de Alcântara e Marambaia. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida et al (Orgs.). **Territórios quilombolas e conflitos.** Cadernos de Debates Nova Cartografia Social. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

NADER, Laura. **Harmonia Coercitiva.** A economia política dos modelos jurídicos. Tradução: Claudia Fleith. Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 26, ano 9, pp. 18-29, outubro de 1994.

NASUTI, Stéphanie, *et al.* Entre urbanização e regularização fundiária: uma geografia dos novos modos de vida quilombolas de Oriximiná. In: GRUPIONI, Denise Fajardo & ANDRADE, Lúcia M. M. **Entre Águas Bravas e Mansas: Índios e Quilombolas em Oriximiná.** CPI- SP/ IEPÉ: São Paulo, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. "Terra de quilombo no Brasil": Direitos territoriais em construção. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida et al (Orgs.). **Territórios quilombolas e conflitos.** Cadernos de Debates Nova Cartografia Social. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo. **O trabalho do Antropólogo.** 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

PACHECO, Agenor Sarraf. **Em el corazón de la Amazonia: Identidade, Saberes e Religiosidade no Regime das Águas.** Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, RJ. vol.05, n.10, 1992.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Os cadeados não se abriram de primeira: construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá (Município de Barreirinha – Amazonas)**

RODRIGUES, João Barbosa. Rio Trombetas. In: **Exploração e Estudo do Valle Amazonas.** Relatório apresentando ao Ilustríssimo Sr. Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Junior. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, Edward. **Representação do Intelectual**: As conferências de Reith de 1993. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Badolato. **Extratativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas no rio Trombetas – Oriximiná/PA**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP, 2016.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Escravidão e Liberdade na Amazônia**: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. In: 3º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Vozes do Mundo**: reinventar a emancipação para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “Um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Bifurcação da Justiça**. Folha de São Paulo, 10 de junho de 2008, opinião, A3.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Tradução Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes. Vol. 21, Nº 01, jan-jun./2002.

SILVA, Raimunda Patrícia Gemaque da. 2016. **O lado feminino do quilombo**: o território quilombola sobre o enfoque de gênero nas comunidades Boa Vista e Moura, em Oriximiná, Pará. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho.

SHIVA, Vandana. **Guerras por Água**: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o sulbaterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

RIBEIRO. Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019.

TAVARES. Maria Gorreti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense**: dos fortes à criação de municípios. Revista ACTA Geográfica. Ano II, nº3, jan/jun de 2008. p.59-83.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TRECCANI, G. D. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça/Programa Raízes, 2006.

TORRES, Iraíldes Caldas Torres. A Formação Social da Amazônia sob a Perspectiva de Gênero. In: NORONHA, Nelson M. de & ATHIAS, Renato (Orgs.). **Ciência e saberes na Amazônia**: indivíduos, coletividades, gêneros e etnias. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

WANDERLEY, L. J. M. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos Trópicos. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.